

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

ARQUITETURA E URBANISMO

PRODUÇÕES ACADÊMICAS 2021.1



ORGANIZADORES:
Anneliese Heyden
Pedro Rossi
Marcela Dimenstein
Andrei de Ferrer

ISBN: 978-65-5825-067-8

**DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM ARQUITETURA E
URBANISMO: PRODUÇÕES ACADÊMICAS
2021.1**

**Anneliese Heyden
Pedro Rossi
Marcela Dimenstein
Andrei de Ferrer
(Organizadores)**

Centro Universitário UNIESP

Cabedelo
2021



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem
José Carlos Ferreira da Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins - Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Design Gráfico:

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D537	Diálogos científicos em arquitetura e urbanismo: produções acadêmicas 2021.1 [recurso eletrônico] / Organizadores: Anneliese Heyden, Pedro Rossi, Marcela Dimensten, Andrei de Ferrer - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2021. 323 p. Tipo de Suporte: E-book ISBN: ISBN: 978-65-5825-067-8 1. Produção científica – Arquitetura e urbanismo. 2. Arquitetura - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Heyden, Anneliese. III. Rossi, Pedro. IV. Dimensten, Marcela. V. Ferrer, Andrei de. CDU: 001.891:72
------	--

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

SUMÁRIO

O PATRIMÔNIO CULTURAL DETERIORADO: LIMITAÇÕES E OMISSÕES NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO DO IMÓVEL TOMBADO PELO IPHAEP	05
EDIFÍCIO INTELIGENTE: UMA NOVA FORMA DE PENSAR A ARQUITETURA PARA O UNIVERSO CORPORATIVO	66
O ANTIGO E O NOVO: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NO CLUBE ASTRÉA	135
O SOBRADO DO CORONEL MANOEL LUCAS DE MACEDO, SUA ARQUITETURA E SEU VALOR AFETIVO PARA A POPULAÇÃO PICUIENSE	239



O PATRIMÔNIO CULTURAL DETERIORADO: LIMITAÇÕES E OMISSÕES NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO DO IMÓVEL TOMBADO PELO IPHAEP

Tereza Eulália Lins de Vasconcelos Braga¹
Anne Camila Cesar Silva²

RESUMO

O patrimônio cultural visa resguardar as informações culturais produzidas pela sociedade no transcorrer do tempo. A partir do Decreto Estadual nº 9.484 de 14 de maio de 1982, delimitou-se o centro histórico de João Pessoa pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), o qual foi revisto e ampliado através do Decreto nº 25.138/2004. O imóvel residencial construído entre as décadas de 1920 e 1930 e com características que representa a arquitetura eclética, localiza-se dentro da área de preservação rigorosa delimitada pelo IPHAEP, razão pela qual possui um valor cultural reconhecido. Entretanto, considerando o seu atual estado de abandono e deterioração, necessita, com urgência, da execução de obras de conservação e reparação. Assim, a omissão da administração pública em exigir do proprietário privado em realizar tais obras, aliada à omissão do proprietário em reparar o imóvel, são fatores a serem considerados para se buscar novos caminhos que garantam a proteção do imóvel. São essas alternativas que servem de reflexão sobre o tema e análise da norma.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Proprietário. Omissão. Obras. Imóvel.

ABSTRACT

Cultural heritage aims to safeguard cultural information produced by society over time. Based on State Decree Nº. 9,484 of May 14, 1982, the historic center of João Pessoa was defined by the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Paraíba (IPHAEP), which was revised and expanded through Decree Nº. 25,138 / 2004. The residential property built between the 1920s and 1930s and with characteristics that represents eclectic architecture, is located within the strict preservation area defined by IPHAEP, which is why it has a recognized cultural value. However, considering its current state of neglect and deterioration, it urgently needs to carry out conservation and repair works. Thus, the failure of the public administration to require the private owner to carry out such works, together with the failure of the owner to repair the property, are factors to be considered in seeking new ways to ensure the protection of the property. It is these alternatives that serve as a reflection on the theme and analysis of the standard.

Keywords: Cultural heritage. Owner. Omission. Construction. Immobile.

¹ Arquiteta e urbanista formada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP.

<http://lattes.cnpq.br/1218926048372036>



INTRODUÇÃO

A expressão “patrimônio cultural” designa um bem de interesse amplo de uma coletividade, interesse este de escala mundial, cuja importância está relacionada com acumulações de informações de ordem técnicas e artísticas. A categoria do patrimônio cultural que iremos abordar no presente trabalho é o edificado, por ser um bem material vinculado ao campo da Arquitetura.

É importante destacar que o domínio patrimonial não se limita apenas aos edifícios individuais, mas se amplia à malha urbana (CHOAY, 2001, p. 13). Aliás, o artigo 216, inciso V, da Constituição Federal afirma que:

216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

(...)

V - os **conjuntos urbanos e sítios de valor histórico**, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifo meu)

Da mesma forma ocorre com o tombamento, uma vez que a edificação pode ser tombada de forma individual ou conjunta. Um exemplo prático desta última hipótese é o centro histórico da cidade de João Pessoa, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2009, alcançando 502 edificações, mantendo, ainda, o traçado urbano original. Ademais, vale ressaltar, também, que, a partir do Decreto Estadual nº 9.484 de 14 de maio de 1982, delimitou-se o centro histórico de João Pessoa pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), o qual foi revisto e ampliado através do Decreto nº 25.138/2004.

De acordo com Mazzilli (2011, p. 231), o bem de valor cultural será protegido independentemente de seu tombamento. É por isso que o atributo valor cultural deve preceder ao tombamento, sendo este um procedimento administrativo de natureza jurídica meramente declaratória.

Na verdade, o tombamento visa evitar o perecimento do bem, através de mecanismos como a restrição do uso da propriedade, a proibição da modificação da edificação e o impedimento de sua demolição. No entanto, algumas edificações, mesmo depois de serem declaradas tombadas, acabam perecendo no tempo por



ausência de conservação e falta de reparos do proprietário privado ou do órgão responsável.

É comum, nos deparamos com diversos monumentos históricos de relevante importância na História da Arte e da Arquitetura pátrias em desgaste, sem a conservação devida, entregues às intempéries do tempo. Tal situação revela a necessidade urgente em elaborar projetos para dar início à execução obras de conservação do Patrimônio Cultural.

Por outro lado, o proprietário do imóvel tombado se depara com diversos problemas que o impedem de constituir obras de reparação, reforma ou recuperação de seu imóvel. Isto ocorre, em certa medida, porque se tem uma legislação diversificada e protetiva dos imóveis tombados, o que, ao final, enseja grande burocracia em desfavor do proprietário, que o impedem de concretizar, em tempo hábil, a execução de obras de conservação do Patrimônio Material Edificado. É o caso, por exemplo, do imóvel nº 147, localizado no lote 89 da rua Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, da cidade de João Pessoa/PB.

Apesar do referido imóvel ter sido considerado pelo IPHAEP como uma edificação de grande valor histórico, arquitetônico ou artístico (DANTAS, 2010), na segunda década do século XXI, encontra-se em degradação que pode atingir o estado de ruína, havendo, portanto, a necessidade urgente de adotar medidas de conservação do imóvel. É que a pendência de um litígio jurídico (ação de inventário ou partilha) que tramita desde o dia 04 de janeiro de 1990, terminou deixando as medidas de conservação de lado.

Sabe-se que o direito à propriedade previsto no artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, apesar de ser uma garantia fundamental, não é totalmente absoluto, e segue algumas restrições no âmbito do interesse coletivo. O Patrimônio Cultural, por sua vez, também está resguardado pela Carta Magna de 1988, em seu inciso LXXIII, do mesmo artigo 5º, o qual prevê meios processuais para a sua proteção, no caso, a Ação Popular. No entanto, existem algumas situações que acabam resultando no choque destes direitos, necessitando a aplicação do princípio da proporcionalidade originado pela doutrina e jurisprudência alemã e suíça (BONAVIDES, 2018, p. 408). No caso do imóvel analisado, a proteção ao Patrimônio Cultural prevalece sobre o direito de propriedade, eis que temos um interesse social em conflito com o interesse de um particular.



Indignado com o abandono em que se encontravam os monumentos franceses, Victor Hugo, em 1825 afirmava que “Independentemente de quaisquer direitos de propriedade, não se deve permitir a destruição de um edifício histórico (CHOAY, 2001, p. 149).

Destacando ainda mais a importância da preservação do patrimônio cultural, a Constituição Federal (1988) colocou sua proteção como sendo da competência comum dos Estados Federados (artigo 23, inciso III, da CF). Assim, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são entes competentes para exercer atos administrativos que visem à proteção dos bens de valor cultural.

O Estado brasileiro é pródigo na elaboração de leis que visam tutelar os mais variados interesses da população, porém incapaz de dar efetividade social a todos os comandos legislativos que edita. Em outras palavras: as normas que edita, em larga medida, não encontram amparo no mundo dos fatos, o que acaba ocorrendo, inclusive, em face dos tombamentos.

Com efeito, no Brasil, observa-se quantitativo relevante de normas que objetivam proteger o patrimônio histórico e cultural, espalhadas na Constituição Federal, em leis, bem como em diplomas infralegais, editados pelos diversos entes políticos: União, Estados e Municípios, o que causa uma profusão de normas jurídicas.

Por outro lado, os órgãos de fiscalização responsáveis pela preservação do patrimônio histórico, muitas vezes, deixam de exercer seu poder de polícia por ausência de amparo financeiro e isso acarreta omissão do Estado.

O problema apresentado, portanto, é investigar as dificuldades enfrentadas pelo proprietário de imóvel tombado para tentar empreender obras de conservação em seu imóvel – e quais os limites que possui de atuação – sabendo se essas limitações protegem ou, contrariamente, deixam o imóvel sem proteção. Em outras palavras, a hipótese traçada, desde logo, a ser confirmada ao final do presente trabalho, é a de que as limitações impostas pelas normas, em larga medida, depõem contra uma efetiva proteção do patrimônio histórico-cultural, principalmente no que tange aos limites de atuação do proprietário.



JUSTIFICATIVA

O direito à propriedade é uma garantia constitucional estabelecida pelo artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, entretanto, tal garantia não é absoluta, uma vez que sempre estará limitada em atender ao princípio da função social da propriedade. Ademais, no que tange ao direito de propriedade do patrimônio cultural, estes limites estarão em maior evidência, seja através das normas que o regem, por meio de procedimentos administrativos burocráticos ou, até mesmo, através de fatores externos ou alheios à sua natureza. É o que ocorre, por exemplo, com a edificação nº 147, localizada no lote 89 da rua Monsenhor Walfredo Leal, no bairro do Tambiá da capital paraibana, que, atualmente, encontra-se em estado de degradação enquanto está sendo submetido à discussão judicial que já percorre trinta anos.

Figura 01: Imagem atualizada da Edificação nº 147 da rua Monsenhor Walfredo Leal, Tambiá, João Pessoa/PB



Fonte: Google Maps/Street View <<https://www.google.com/maps>>. Acesso em 30/03/2020.

Apesar da norma prever a possibilidade, por exemplo, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetar e executar obras de conservação e reparação da coisa tombada, a expensas da União (artigo 19, § 3º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), há, no entanto, uma limitação burocrática, seja administrativa ou judicial, que acaba protelando essa urgente necessidade de reparação do imóvel. No caso do imóvel supracitado, o fato de estar, ainda, sendo objeto de discussão judicial nos processos nº 0004902-68.1990.8.15.2001 e 0752849.81.2007.815.2001, associado à ausência de efetividade da norma, torna qualquer necessidade de reforma menos célere ou, até mesmo, impossível de se realizar.



Foi a partir destas considerações que nasceu o propósito de se analisar, no caso concreto, as dificuldades enfrentadas na preservação do imóvel nº 147, localizado no lote 89 da rua Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, o qual foi classificado pelo IPHAEP como de prioridade C - edificação de grande valor histórico, arquitetônico ou artístico que está na iminência de atingir estado de ruína completa – (DANTAS, 2010).

OBJETIVOS

Objetivo geral: Identificar os problemas enfrentados pelos proprietários do imóvel tombado em executar obras de conservação e reparação à luz do Decreto 25 de 1937 e a legislação local.

Objetivos específicos:

- Abordar sobre o dever de reparar o Patrimônio Cultural, Material e Edificado degradado;
- Mencionar acerca do processo de degradação do casarão nº 147 localizado na rua Monsenhor Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, bem como os limites normativos e burocráticos para sua restauração;
- Trazer uma reflexão sobre a efetividade das normas de proteção ao patrimônio histórico e a atuação fiscalizadora dos órgãos responsáveis.

MEDOLOGIA

O presente trabalho será realizado por meio de uma vasta pesquisa bibliográfica, seja no ramo do direito, da história, e da arquitetura, em especial, no campo do patrimônio histórico e cultural. Portanto, serão realizadas leituras de normas jurídicas, artigos, livros, jurisprudências e demais documentos que versem sobre o assunto, no intuito de captar conhecimentos e transmitir informações que direcionem a análise e uma possível proposta de solução.

Os livros e periódicos são coletados, em sua maioria, da biblioteca do UNIESP, seja por meio virtual ou presencial, ou ainda em acervos públicos como: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP); Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP); Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN); entre outros. As jurisprudências serão tiradas dos sítios dos tribunais estaduais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.



Algumas informações relacionadas ao imóvel que servirá de objeto de análise para o desenvolvimento do nosso estudo serão colhidas dos processos virtuais nºs 0004902-68.1990.8.15.2001 e 0752849.81.2007.815.2001 que tramitam na vara de sucessões da comarca de João Pessoa. O Cartório de inscrição de títulos de imóvel também servirá de fonte de pesquisa para embasar informações sobre os proprietários do imóvel e época de construção.

Também serão realizadas entrevistas com os proprietários do imóvel em estudo, bem como visitação *in loco* para fins de examinar qual a sua situação atual (ocupado, desocupado, abandonado, degradado, preservado, etc). Em paralelo, será solicitado o acesso aos órgãos competentes (IPHAN, IPHAEP, e outros) no intuito de captar informações acerca dos documentos iconográficos do imóvel desde a época de sua construção, que se deu em meados de 1920, até o ano de 2020, com o fim de se fazer um levantamento histórico, elaborando-se, então, um quadro de evolução no tempo.

O desenvolvimento da pesquisa será feito em três etapas. A primeira etapa consiste em colher dados e elaborar os estudos preliminares com a definição dos objetivos gerais e específicos, bem como a preparação da introdução, justificativa e metodologia do trabalho. Em seguida, dar-se-á início à produção textual do trabalho com a formulação do sumário e desenvolvimento da análise central o trabalho. A terceira e última etapa virá com a elaboração da conclusão, revisão, entrega e apresentação do trabalho.

Por fim, cumpre gizar que o presente trabalho restará estruturado em 03 (três) capítulos assim distribuídos:

O primeiro capítulo corresponde ao referencial teórico, onde são apresentadas as ideias conceituais sobre o patrimônio cultural edificado, o direito à propriedade privada e o tombamento de bens edificados de natureza privada.

O segundo capítulo, aborda sobre a formação do centro histórico de João Pessoa e a área de delimitação poligonal do IPHAEP. Esse capítulo apresenta, ainda, o Casarão do Tambiá, como estudo de caso, onde será exposta a sua importância histórica para ser considerada como um patrimônio cultural, além de apresentar um estudo sobre o seu atual estado de conservação, sua importância arquitetônica para a cidade de João Pessoa, e como a ausência de intervenção pública efetiva está afetando o referido patrimônio cultural.



No terceiro capítulo, analisaremos os problemas comumente enfrentados pelo proprietário do imóvel tombado, precisamente sob a ótica de realização de obras de conservação do bem.

Após, apresentaremos conclusão que guarde consonância com o problema apresentado e com os fundamentos teóricos desenvolvidos.

Tabela 01: Cronograma pessoal para elaboração do TCC

CRONOGRAMA PESSOAL											
ATIVIDADES	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
COLETA DE DADOS - REFERÊNCIAS TEÓRICAS	X	X	X	X	X						
LEVANTAMENTO DE ARQUIVOS	X	X	X	X							
ANÁLISE EVOLUTIVA DO IMÓVEL	X	X	X								
DEFINIÇÃO DO TEMA	X	X									
ELABORAÇÃO DO SUMÁRIO		X	X	X							
PRODUÇÃO TEXTUAL			X	X	X	X	X	X	X	X	
ORIENTAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
PRIMEIRA ENTREGA		X									
SEGUNDA ENTREGA				X							
TERCEIRA ENTREGA									X		
QUARTA ENTREGA										X	

Fonte: Elaboração da autora, 2020

TRABALHO CORRELATO

Como referência para a elaboração do trabalho, escolheu-se o trabalho elaborado por Luína Alves Marinho Dantas em sua conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, cujo título é “Casarão MeMORAR – Revisitando o habitar brasileiro”. O referido trabalho tem como objetivo reabilitar o casarão nº 147, localizado na Rua Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, imóvel este que servirá como exemplo em nossa análise de estudo.

A autora colheu alguns dados históricos importantes sobre o imóvel, o que justificou sua escolha para a elaboração de uma proposta de requalificação, a fim de transformar a edificação em um espaço de usufruto cultural público. Tal projeto, tem por finalidade a conservação do imóvel, além de lhe dar uma nova utilização, transformando em uma espécie de museu, expondo objetos relacionados à evolução da morfologia das casas brasileiras. Além disso, a proposta também traz a criação de um anexo, que se integra com o casarão, onde funcionaria a cafeteria, loja, livraria e galeria.



Figura 02: Planta coberta com indicação das entradas.



Fonte: Dantas, Luína Alves Marinho. Casarão MeMORAR – revisitando o habitar brasileiro, 2010.

Figura 03: Diferentes tipos de acessos ao semisubsolo.

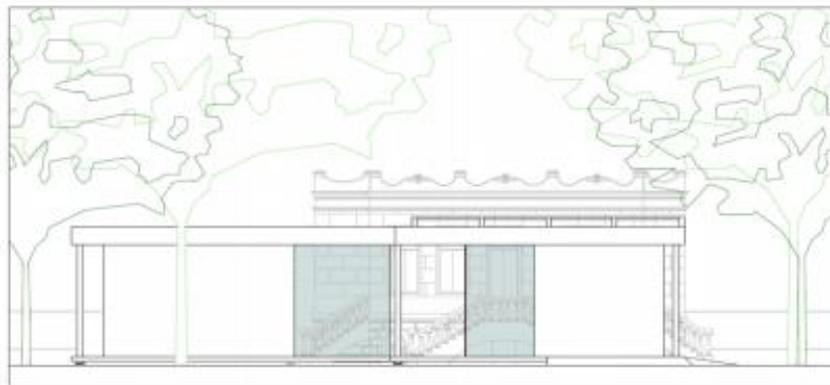


Fonte: Dantas, Luína Alves Marinho. Casarão MeMORAR – revisitando o habitar brasileiro, 2010
Figura 04: Fachada sudoeste – o anexo apresenta um gabarito bem menor em relação ao casarão.



Fonte: Dantas, Luína Alves Marinho. Casarão MeMORAR – revisitando o habitar brasileiro, 2010

Figura 05: Fachada Nordeste – O pé direito do anexo cresce, porém, ainda é possível a relação visual com o casarão.



Fonte: Dantas, Luína Alves Marinho. Casarão MeMORAR – revisitando o habitar brasileiro, 2010.
Figura 06: Corte Longitudinal do bloco anexo e, em destaque, o volume da caixa d'água.



Fonte: Dantas, Luína Alves Marinho. Casarão MeMORAR – revisitando o habitar brasileiro, 2010.

Por fim, o referido trabalho tem uma importância primordial no embasamento de nossa pesquisa, uma vez que a autora traz um capítulo que aborda sobre a caracterização do casarão da rua Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, na cidade de João Pessoa/PB, que é objeto de análise ao problema abordado em nosso tema. Ademais, a autora faz um resgate histórico do imóvel, trazendo soluções para sua conservação ao elaborar um projeto de recuperação da edificação que vise a reinserção deste bem no contexto do meio urbano.



O PATRIMÔNIO CULTURAL, O DIREITO À PROPRIEDADE PRIVADA E O TOMBAMENTO

O patrimônio cultural edificado enquanto valor fundamental

Etimologicamente falando, “patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pais de família” (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 09)

No âmbito histórico, o conceito de patrimônio passou a ter maior relevância com o surgimento dos Estados nacionais, alicerçados sobre o dogma da legalidade, razão porque o parlamento “passa a ser a sede de defesa dos interesses do povo, e esses interesses tinham por vértice os valores da liberdade individual e da propriedade, que não encontravam amparo adequado sob o regime monárquico absolutista”. (MENDES, 2017, p. 44).

O surgimento do Estado de direito veio acompanhado, portanto, do nascimento do movimento nacionalista, que preconizava a proteção do interesse de uma determinada nação dentro de um território mediante um sistema de organização política capaz de fazer preponderar os reais interesses do povo. Esse nacionalismo acabou enfatizando a proteção do patrimônio cultural como algo de interesse de um conjunto de cidadãos que tinham uma origem, um território, uma língua e uma cultura como vínculos comuns.

Nesse contexto, o patrimônio cultural é verdadeiro direito fundamental, razão porque as formas de sua proteção guardam amparo no processo de desenvolvimento histórico e social, bem como no próprio processo de evolução constitucional de uma nação.

Apesar do patrimônio cultural edificado representar, de maneira geral, os monumentos históricos, estes dois institutos não se confundem, senão vejamos o que expôs Françoise Choay (2001, p. 12), ao descrever as fases do monumento histórico:

A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem.



Diante dessa narrativa, podemos afirmar que, nos tempos modernos, o patrimônio cultural edificado vai muito além dos edifícios monumentais como castelos ou igrejas da Idade Média, uma vez que a preservação do século XX passou a incluir a defesa do entorno urbano, bem como os centros históricos das cidades, as aldeias, cidades inteiras ou conjuntos de cidades.

De fato, após a Segunda Guerra Mundial, a arte na seara da edificação sofreu varrições em escala mundial, abrangendo as artes populares, urbanas e rurais, além de construções públicas e privadas. Em nosso território nacional, o conceito de patrimônio cultural também evoluiu através do tratamento jurídico inovador outorgado pela Constituição Federal de 1988.

As profundas violações aos direitos da pessoa humana durante a Segunda Guerra Mundial, geraram uma forte reação da comunidade internacional, tanto no plano político como filosófico. Conseqüentemente, os Estados com pretensão democrática passaram a reconhecer a primazia do princípio da dignidade da pessoa humana, valor que assumiria “a centralidade ética a orientar a ordem jurídica contemporânea” (PIOVESAN, 2018, p. 53).

Ciente dessa imperiosidade, a Constituição brasileira de 1988, ao se assumir democrática, passou a ostentar a preocupação com a pessoa humana, conforme se observa de seu artigo inaugural, que elenca os princípios fundamentais que nortearão todo o sistema jurídico-constitucional: soberania; cidadania; dignidade humana; valor social do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo político.

Coerente com a sua escolha política, o constituinte originário tratou inicialmente dos direitos do indivíduo (Título II da CF) para somente após tratar da organização do Estado (Título III da CF), “dando cristalinas amostras de que se preocupou prevalentemente com o ser humano, enaltecendo-o como o fim do Estado, este considerado instrumento de realização da felicidade daquele” (CUNHA, 2009, p. 617).

Decerto, a proteção à dignidade humana perpassa, necessariamente, pela preservação das expressões culturais de um determinado povo. Nesse contexto de preocupação do homem inserido em seu contexto histórico e social, a Carta de 1988 ainda abriu um Título específico – Título VIII – denominado “Da Ordem Social”, âmbito no qual tutela diversos direitos fundamentais, incluindo a proteção à cultura, conforme se observa do seu artigo 215:



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Justamente ao tratar da cultura, a Constituição passa a conceder proteção ao patrimônio cultural, assim o definindo em seu artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante disso, é correto concluir que o patrimônio cultural resta protegido como verdadeiro direito fundamental do povo brasileiro, abrangendo os bens móveis e imóveis, os bens materiais e imateriais, os monumentos culturais e naturais, e os bens arqueológicos (SPAOLONZI, 2018, p. 32).

Importante perceber que a proteção do patrimônio histórico e cultural do Brasil não nasceu como obra pronta a partir da promulgação da Constituição de 1988. Como exposto acima, a defesa dos direitos fundamentais passa por um verdadeiro processo histórico e evolutivo. Dessa forma, a doutrina costuma estabelecer diversas fases de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Na concepção de SANT'ANNA (2017, p. 28-36), a prática de preservação urbana em nosso país passou por três momentos:

a) Primeira fase: ocorreu nos anos de 1930 a 1960, e ficou marcado pela criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com atuação restrita à esfera federal, resultado da característica de um momento de atuação estatal fortemente centralizada. As regras para o controle de intervenções eram mais rígidas e havia uma preocupação maior com as restaurações dos imóveis do conjunto urbano identificado pela produção arquitetônica do período colonial;

b) Segunda fase: ocorreu nos anos de 1970 e ficou caracterizado pela descentralização da preservação do patrimônio nacional, o que fomentou a criação



dos órgãos estaduais de preservação, período justamente em que houve o aumento na quantidade de tombamentos na região Nordeste, decorrentes do surgimento do seu potencial turístico;

c) Terceira fase: ocorreu nos anos de 1980 e se caracterizou pela rediscussão do valor histórico de malhas urbanas, implicando alterações significativas nas normas de proteção, bem como uma ampliação considerável de áreas urbanas protegidas.

SANT'ANNA ainda destaca um quarto momento de proteção ao patrimônio cultural brasileiro: os anos de 1990. Tal época ficou marcada pelas expressões do prefixo "re": "revitalização", "renovação", "recuperação", "reutilização", "reconquista", "reciclagem", "reestruturação" e "regeneração".

Em que pese à amplitude do conceito de patrimônio cultural, conforme admitido pela própria Constituição, restringiremos o nosso estudo ao patrimônio material do tipo edificado, consoante corte metodológico adotado na presente pesquisa. Dessa forma, passaremos a estudar o conceito de propriedade privada, sua natureza jurídica, bem como as suas eventuais restrições de uso.

A propriedade privada: um direito relativo e não absoluto

Na história da humanidade, a propriedade nasceu vinculada à família e à religião. Logo, depois que o homem passou a exercer a busca pelo poder, constatou-se que ter poder equivale a ter propriedade (SPAOLONZI, 2018, p. 44). Eis, portanto, a preocupação com a sua defesa, principalmente ao nível constitucional.

Não por outra razão, no Estado brasileiro, o direito à propriedade está previsto como verdadeiro direito fundamental, conforme se observa do artigo 5º, "caput" e inciso XXII, da Constituição de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes:

(...)

XXII - **é garantido o direito de propriedade**; (grifo meu)



Não obstante, é importante destacar que, mesmo se tratando de uma garantia fundamental, o referido direito de propriedade não é absoluto, uma vez que deverá atender a função social da propriedade, consoante estabelecido pelo inciso XXIII do mesmo artigo 5º da Constituição Federal. Tem-se, aqui, a fundamentação jurídica que indica que o direito de propriedade não é absoluto, mas relativo.

O conceito mais distinto de propriedade é aquele que o define como “uma relação jurídica complexa formada entre o titular do bem e a coletividade de pessoas” (FARIAS, 2019, p. 277). E a forma como essa relação jurídica gera efeitos no meio social é de particular interesse do Estado.

Com efeito, eventual propriedade que não esteja cumprindo sua função social poderá ser retirada de seu titular mediante processo de desapropriação ou expropriação. A diferença é que a primeira enseja justa indenização; a segunda, não.

Deveras, existem situações nas quais o direito de propriedade está sendo tão desvirtuado, com efeitos profundamente nefastos para a sociedade, de tamanha gravidade, que o Estado decide realizar a expropriação, ou seja, a retirada da propriedade sem o dever de indenização, o que é permitido nas situações previstas pelo artigo 243 da Constituição Federal:

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Entretanto, quando o interesse público, isto é, o interesse da sociedade estiver em rota de colisão com o interesse privado, titularizado pelo proprietário, o Estado poderá promover a desapropriação, mediante pagamento de justa indenização, nas hipóteses do artigo 5º, inciso XXIV, da Carta Magna:

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;



Apesar do Código de Napoleão, Código Civil Francês de 1804, ter atribuído à propriedade a definição de direito exclusivo, perpétuo e inviolável (SPAOLONZI, 2018, p. 48), as hipóteses constitucionais acima demonstram que, no Brasil, o citado direito não é absoluto, porém relativo, posto que passível de ser superado em determinadas situações. Em verdade, historicamente, não se tem notícia da possibilidade de que alguém pudesse utilizar a propriedade privada de forma absoluta.

(...) as primeiras limitações impostas ao uso das terras foram de ordem religiosas. Os Deuses Lares deveriam ficar em absoluto isolamento, sendo interdita ao estranho até mesmo a simples visão do Lar no momento da realização do culto. Por este motivo construíram-se vedações, observando-se uma distância pré-determinada entre o Lar e essa edificação que poderia ser um muro de pedra, uma paliçada ou uma sebe apenas, a qual, por sua vez, designava os limites de cada domínio. (COULANGES *apud* DALLARI, 1970, p. 03).

A ideia de restrição de direitos é mesmo ínsita aos Estados Democráticos, assim caracterizados como Estados plurais, onde os conflitos são inevitáveis. Esse pluralismo, aliás, é um valor fundante do Estado brasileiro, consoante se observa do artigo 1º, inciso V, da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, descortinam-se hipóteses válidas e, sobretudo, constitucionais de restrições de direitos, o que alcança os direitos de propriedade, quando tais limitações forem necessárias para resguardar o interesse social.

Sensível a essa realidade, o legislador promoveu regramento hábil a limitar o direito de propriedade, visto que a harmonia exige a existência de espírito de cooperação e de solidariedade, nem sempre voluntários. É o caso, entre outros exemplos, do tombamento – instituto jurídico que restringe o direito de propriedade em prol dos interesses da comunidade, que passa a deter a legítima expectativa de proteção ao seu patrimônio histórico e cultural.

Confirmando a possibilidade de restrições quanto ao exercício do direito de propriedade, cita-se o artigo 182 da Constituição Federal, que prevê a necessidade de adoção de um Plano Diretor pelos municípios:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.



As diretrizes gerais foram firmadas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), que estabelece normas que regulam o uso da propriedade em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, zelando ainda pelo equilíbrio ambiental.

De se destacar, por oportuno, que os bens protegidos por direitos fundamentais (liberdades/igualdades) são restringíveis” (ALEXY, 2015, p. 281), porém, os direitos fundamentais em si, não podem ser suprimidos, ou seja, a legislação jamais poderá suprimir o direito fundamental de propriedade do ordenamento jurídico.

Em verdade, somente serão possíveis tomar posições jurídicas titularizadas pelos proprietários em determinadas situações concretas, quando presentes conflitos de interesses. Nesse sentido, Gilmar Ferreira Mendes destaca que “a afirmação sobre a legitimidade ou a ilegitimidade de determinada alteração no regime de propriedade há de decorrer, pois, de uma cuidadosa *ponderação* sobre os bens e valores em questão” (MENDES, 2017, p. 340-341).

Em suma-síntese: havendo a necessidade, em um determinado caso concreto, de imposição de limitações (ou até de supressão) quanto ao exercício do direito de propriedade, para fins de proteção do patrimônio histórico e cultural, o Poder Público estará constitucionalmente autorizado a adotar referidas medidas.

As normas brasileiras de proteção ao patrimônio cultural: a normatização do tombamento

O interesse pelo patrimônio cultural nacional ensejou necessária discussão sobre criação de procedimentos legais para selecionar, classificar, proteger e conservar os monumentos históricos (SANT`ANNA, 2017, p. 19). A partir desse movimento, surgiu o instituto do tombamento como uma das formas de proteção do patrimônio cultural, com expressa previsão no art. 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Se o poder se expressa através da norma jurídica, é natural que a sociedade se submeta às leis para definir e ampliar as regras de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Seguindo esse raciocínio, Foucault denominou as sociedades



modernas de “sociedades de normalização” (FOUCAULT, *apud* SANT`ANNA, 2017, p. 23).

Sendo verdade que as sociedades modernas dependem de intenso trabalho legislativo para que haja uma correta tutela de seus interesses, não se pode perder de vista que a Constituição é a *norma normarum*, ou seja, a norma das normas, a condicionar a validade de todos os demais atos normativos, enquanto materializa disposições cogentes “pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais e sociais” (BONAVIDES, 2018, p. 80).

E se engana quem afirma que a Constituição é instrumento destinado apenas aos juristas. Não é. Sendo a Constituição o produto cultural de uma nação, esta incorpora valores sociais e políticos relevantes a diversos segmentos profissionais, culturais, filosóficos etc. Essa pluralidade da Carta Política faz com que haja a necessidade da abertura do texto constitucional para a sua interpretação por distintos intérpretes sociais, entre eles, os profissionais da Arquitetura e Urbanismo, cientes que são da importância da preservação do patrimônio histórico e cultural de um povo e, que por essa razão, também se tornam intérpretes constitucionais:

Constituição não é apenas ordenamento legal para juristas e não pode ser interpretada por estes de acordo com velhas e novas regras técnicas – ela atua também essencialmente como uma guia para não juristas: para o cidadão. A constituição não é somente um texto jurídico ou conjunto de regras normativas, mas também expressão de um estágio de desenvolvimento cultural, meio da própria afirmação cultural de um povo, reflexo de sua herança cultural e fundamento de novas esperanças. (HÄRBELE, 2017, p. 165)

A Constituição de 1988 instituiu um federalismo cooperativo, em superação a um federalismo autoritário outrora existente sob à égide da Carta de 1967, o que seria indispensável ao efetivo processo de redemocratização do Brasil. Esse federalismo cooperativo resta caracterizado pela divisão de competências legislativas e administrativas entre todos os entes políticos, consoante destaca TAVARES (2009, p. 22):

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil voltou a adotar um federalismo cooperativo de viés democrático, que se revela no artigo 23 da Constituição, que estabelece as competências comuns para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, levando em consideração, segundo o parágrafo único do mesmo artigo, que



as normas para a cooperação entre eles serão definidas em lei complementar, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e bem-estar social em âmbito nacional; e no artigo 24, que estabelece as competências concorrentes entre União, Distrito Federal e Estados-membros.

Essa ampla repartição de poder entre todos os entes federados mediante a técnica de fixação de competências constitucionais, acabou estabelecendo que as diversas esferas de governo não mais agiriam de forma isolada. A atual Constituição passou a exigir uma participação conjunta e planejada de todos os entes políticos na busca da satisfação dos interesses sociais.

Com esse propósito, o constituinte conclamou os diversos níveis governamentais a atuarem de forma integrada através de cooperações horizontais e verticais estabelecidas entre o poder central (União) e os demais entes federados (Estados, Municípios e Distrito Federal), todos democraticamente convocados a satisfazerem os objetivos fundamentais previstos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988:

Na cooperação, há dois momentos de decisão: o primeiro, em nível federal, de forma centralizada, quando as medidas a serem adotadas são determinadas, uniformizando a ação de todos os poderes competentes; o segundo se dá em nível estadual ou municipal, de forma descentralizada, quando o ente federado adapta a decisão tomada em conjunto à sua realidade (TAVARES, 2009, p. 20).

Nesse exato contexto de um federalismo cooperativo, o artigo 23, inciso III, da Carta Magna dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência comum para “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”.

De se perceber que a competência acima é material, ou seja, trata-se de competência correlata às esferas de atuação administrativa dos entes políticos. Entretanto, a adequada atuação da União, dos Estados e dos Municípios enseja, necessariamente, a edição de normas jurídicas. Ciente dessa imperiosidade, o constituinte também delimitou as competências legislativas dos citados entes federativos.

No que tange ao tombamento, a competência legislativa resta inserida no inciso VII do artigo 24 da Lei Maior, que dispõe que a União, os Estados e o Distrito



Federal são concorrentemente competentes para legislar sobre “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”.

Isso quer dizer que estes entes políticos poderão editar normas sobre patrimônio cultural. No entanto, o trabalho legislativo deverá respeitar a organização estabelecida pelo constituinte. Corroborando tal raciocínio, afirma Gilmar Mendes (2017, p. 877-878) que:

(...) A divisão de tarefas está contemplada nos parágrafos do art. 24, de onde se extrai que cabe à União editar normas gerais – isto é, normas não exaustivas, leis-quadro, princípios amplos, que traçam um plano, sem descer a pormenores. Os Estados-membros e o Distrito Federal podem exercer, com relação às normas gerais, competência suplementar (art. 24, § 2º), o que significa preencher claros, suprir lacunas. (...) Na falta completa da lei com normas gerais, o Estado pode legislar amplamente, suprimindo a inexistência do diploma federal. Se a União vier a editar a norma geral faltante, fica suspensa a eficácia da lei estadual, no que contrariar o alvitre federal. (...)

Pelo exposto, a União deve editar normas gerais de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, ao tempo em que os Estados devem suplementar as lacunas eventualmente existentes à luz de suas peculiaridades, tudo com o propósito de reforçar o dever de proteção desses bens.

Apesar do “caput” do artigo 24 da atual Constituição Federal não referenciar os Municípios na quadra da competência legislativa concorrente, fato é que o artigo 30 da Carta Magna prevê que a estes competem, respectivamente, “legislar sobre assuntos de interesse local” (inciso I); “suplementar a legislação federal e estadual no que couber” (inciso II); e “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (inciso XI).

Resta demonstrado, pois, que todos os entes políticos – União, Estados e Municípios – são convocados, simultaneamente, para defenderem o patrimônio histórico e cultural brasileiro. No que se refere à legislação de tombamento, precisamente, descortinam-se os seguintes instrumentos normativos:

Na esfera federal, há o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que disciplina a organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Referida norma possui algumas peculiaridades que devem ser explicadas a fim de evitar conclusões equivocadas sobre sua validade e/ou eficácia.



O Decreto-Lei nº 25/1937 foi promulgado na vigência da Constituição de 1937 e, embora tenha nascido como decreto à época daquela ordem constitucional, este foi recepcionado, tacitamente, pela Constituição de 1988 com força de lei federal. Trata-se de um exemplo concreto do fenômeno jurídico da *recepção*, devidamente reconhecido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“A ordem constitucional vigente recepcionou o Decreto-Lei nº 25/1937, que, ao organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabeleceu disciplina própria e específica ao instituto do tombamento, como meio de proteção de diversas dimensões do patrimônio cultural brasileiro.”
(STF - ACO 1966 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 17/11/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-268 DIVULG 24-11-2017 PUBLIC 27-11-2017.)

No âmbito de sua competência suplementar (artigo 24, §2º, da Constituição Federal de 1988), o Estado da Paraíba publicou o Decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, que dispõe sobre o Cadastro e Tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado, tratando-se de instrumento jurídico que, até hoje, produz efeitos jurídicos em nosso território.

Por fim, na seara municipal, o Município de João Pessoa editou a Lei nº 11.950, de 15 de julho de 2010, que regulamenta o processo de tombamento e registro do patrimônio cultural do Município de João Pessoa.

Assim, em nossa capital paraibana, o instituto do tombamento deve ser estudado a partir da conjugação das seguintes normas:

Tabela 02: Normas editadas nos moldes do artigo 24 da Constituição Federal de 1988

NORMAS FEDERAIS	Decreto-Lei nº 25/1937
NORMAS ESTADUAIS	Decreto nº 7.819/1978
NORMAS MUNICIPAIS	Lei Municipal nº 11.950/2010

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

É importante destacar que, em uma Federação, inexistente relação hierárquica na atuação dos entes federativos, posto que todos eles possuem a mesma igualdade e dignidade constitucional. Portanto, havendo competência administrativa comum (competência material), nos termos do citado artigo 23, inciso III, da Constituição Federal de 1988, todos os entes políticos poderão, independentemente



da atuação do outro, exercer atos administrativos com a finalidade de proteger o patrimônio cultural.

No campo dessa competência comum, exige-se apenas uma coordenação de esforços para que não haja o dispêndio de tempo e de recursos financeiros de forma desnecessária. Por essa razão, o parágrafo único do artigo 23 da CF/88 prevê que “leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

Conseqüentemente, a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, foi editada com a finalidade de disciplinar a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Em termos práticos, essa proteção comum ocorre tanto pelas práticas administrativas, como através da edição de normas e diretrizes. Dentre estas formas de proteção, citamos a título de exemplo:

- a) o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001);
- b) o Código de Urbanismo da cidade de João Pessoa (Lei nº 2.102/1975) e o seu Plano Diretor (Lei Complementar nº 03/1992);
- c) o Decreto nº 9.484/1982, que declarou o tombamento do Centro Histórico da cidade de João Pessoa pelo IPHAN e;
- d) o Decreto nº 25.138/2004, que delimitou a área de preservação rigorosa do IPHAEP.

Por último, no âmbito dos instrumentos de proteção, não poderíamos deixar de mencionar a Ação Popular. Trata-se de ação constitucional colocada à disposição dos cidadãos por força do artigo 5º, inciso LXXIII, da atual Carta Constitucional, podendo ser utilizada para a defesa da moralidade pública, do meio ambiente, do patrimônio público e do patrimônio histórico e cultural³.

³ A Ação Popular está regulada pela Lei nº 4.717/1965 e configura instrumento de defesa de interesse público. É por isso que esta ação só pode ser proposta pelo cidadão, o qual, em princípio, estará isento do pagamento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.



Os órgãos de proteção do patrimônio cultural brasileiro

No Brasil, o primeiro instituto de proteção dos monumentos e objetos históricos foi o **Museu Histórico Nacional**, criado em 1922, cuja estrutura foi alterada em 1934, passando a abrigar a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, o qual, segundo Gustavo Barroso, seria o embrião do **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN)**, criado pela Lei nº 378, de 13.01.1937 (MEIRA, 2004, p. 04).

O SPHAN teve essa denominação até o início da década de 1960, quando então foi modificado para **Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN**. Através do artigo 14 do Decreto 66.967, de 27 de julho de 1970, o DPHAN foi finalmente reconhecido como **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**.

Na Paraíba, os primeiros tombamentos foram realizados no ano de 1938 pelo SPHAN (CARRAZONI, *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 79). São eles:

Tabela 03: Bens tombados pelo SPHAN no estado da Paraíba no ano de 1938

BEM TOMBADO	LOCALIZAÇÃO	DATA DO TOMBAMENTO
Igreja da Misericórdia	João Pessoa	25/04/1938
Capela do Engenho da Graça	João Pessoa	30/04/1938
A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	João Pessoa	05/05/1938
Ruínas da Casa da Pólvora	João Pessoa	24/05/1938
Fortaleza de Santa Catarina	Cabedelo	24/05/1938
Sobrado na Peregrino de Carvalho	João Pessoa	21/06/1938
Igreja de Nossa Senhora das Batalhas	Santa Rita	15/07/1938
Igreja Nossa Senhora do Socorro	Santa Rita	15/07/1938
Igreja da Ordem 3ª do Carmo – Igreja de Santa Teresa de Jesus	João Pessoa	22/07/1938
Ruínas do Forte Velho	Cabedelo	09/08/1938

Fonte: Elaboração da autora, 2020

Apesar do início da atuação do IPHAN no Estado da Paraíba ter ocorrido em 1938, a Superintendência Regional do referido instituto somente foi instalada em nosso Estado no ano de 2004 (após a criação do IPHAEP), com localização na Praça Antenor Navarro nº 70, Centro Histórico de João Pessoa (ALVES, 2016, p. 01-02).



Com a promulgação do Decreto-Lei nº 5.255, de 31 de março de 1971, criou-se o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP**, cuja finalidade é preservar os bens culturais do Estado da Paraíba que não se encontram sob a proteção do IPHAN.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, possui sede na avenida João Machado, número 348, no Centro da cidade de João Pessoa e, apesar de ter surgido em 1971, o Instituto só foi reconhecido como órgão de regime especial com autonomia administrativa e financeira, em 28 de julho de 1978, através do Decreto 7.651.

Considerando a ausência de uma legislação que regulasse o funcionamento dos trabalhos de atuação do IPHAEP, foi editado o Decreto-Lei nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, o qual dispõe sobre o cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba, o que permitiu que o IPHAEP exercesse a proteção dos monumentos paraibanos (OLIVEIRA, 2009, p. 59-60).

Mesmo depois que o IPHAEP foi reconhecido como órgão de regime especial vinculado à Secretaria de Educação e Cultura no ano de 1978, não havia, até a década de 1980, uma organização estrutural do órgão, que carecia da necessidade de criação de normas que regulamentassem as suas atividades. Diante disso, foi promulgada a Lei nº 5.357, de 16 de janeiro de 1991, que dispõe sobre os objetivos e a estrutura organizacional básica do IPHAEP, bem como foi editado o Decreto nº 14.569, de 10 de julho de 1992, o qual aprova o regimento interno do IPHAEP.

Assim, atualmente, o IPHAEP possui sua Estrutura Organizacional Básica definida pelo artigo 3º da Lei nº 5.357/1991 da seguinte forma:

- 1 - Órgão de Direção e Deliberação Superior
 - 1.1 - Diretor Executivo
 - 1.2 - Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais
- 2 - Órgão de Assessoramento
 - 2.1 - Assessoria Jurídica
- 3 - Órgão Instrumental
 - 3.1 - Coordenadoria Administrativa
 - 3.1.1 - Divisão de Recursos Humanos e Patrimônio
 - 3.1.2 - Divisão Financeira
 - 3.1.2.1 - Subdivisão de Orçamento e Programa
 - 3.1.2.2 - Subdivisão Financeira e Contábil
- 4 - Órgão de Execução Programática
 - 4.1 - Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais
 - 4.1.1 - Divisão de Pesquisa e Documentação
 - 4.2 - Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia
 - 4.2.1 - Divisão de Cadastramento e Tombamento



- 4.2.2 - Divisão de Projetos de Proteção e Revitalização
- 4.2.3 - Divisão de Sítios Históricos e Ecológicos
- 4.2.4 - Divisão de Fiscalização, Infração e Multas

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 5.357/1991, o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC) é o órgão colegiado de orientação e deliberação superior do IPHAEP e possui poder de polícia.

Sendo, portanto, um órgão superior de gestão da política de proteção do patrimônio cultural da Paraíba, é o onde são travadas diversas discussões, desde a falta de estrutura do Instituto (falta de material técnico e de pessoal), passando pelos problemas administrativos existentes, como a necessidade de elaborar o Regimento Interno.

Com uma atuação mais efetiva, o IPHAEP passou a celebrar diversos convênios como o firmado com o Centro de Tecnologia da UFPB, cuja finalidade era a elaboração e execução do levantamento do Acervo Arquitetônico dos Monumentos Históricos do Estado da Paraíba. Um outro convênio bastante importante foi firmado com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através do qual o Município ficava obrigado a consultar o CONPEC em casos de reformas, demolições e alterações dos imóveis de propriedade pública localizados na Zona de Preservação Rigorosa – ZPR ou que contenham características arquitetônicas ou históricas dignas de preservação (OLIVEIRA, 2009, p. 63).

Do Tombamento

Consoante lição, “o tombamento consiste na inscrição do bem em um dos quatro Livros do Tombo que são: arqueológico, etnológico e paisagístico; histórico; de belas artes; e das artes aplicadas” (SIMÃO, 2001, p. 30).

Apesar de sua função protetiva do patrimônio cultural, o tombamento não é o único instrumento de proteção, uma vez que o parágrafo 1º, do artigo 216, da Constituição Federal de 1988, ampliou o rol de mecanismos acautelatórios, passando a constar também os inventários, registros, vigilância, desapropriação e outras formas de proteção, revelando que o rol apresentado é tão-somente de caráter exemplificativo.

Essa ampliação é necessária porque, em alguns casos, o tombamento não garante a preservação do patrimônio. Aliás, “para que um tombamento funcione é



necessário que o poder público atue no cumprimento de seus deveres legais, principalmente o fiscalizatório, e que o proprietário colabore em sua conservação” (CUNHA FILHO e STUART, 2017, p. 372).

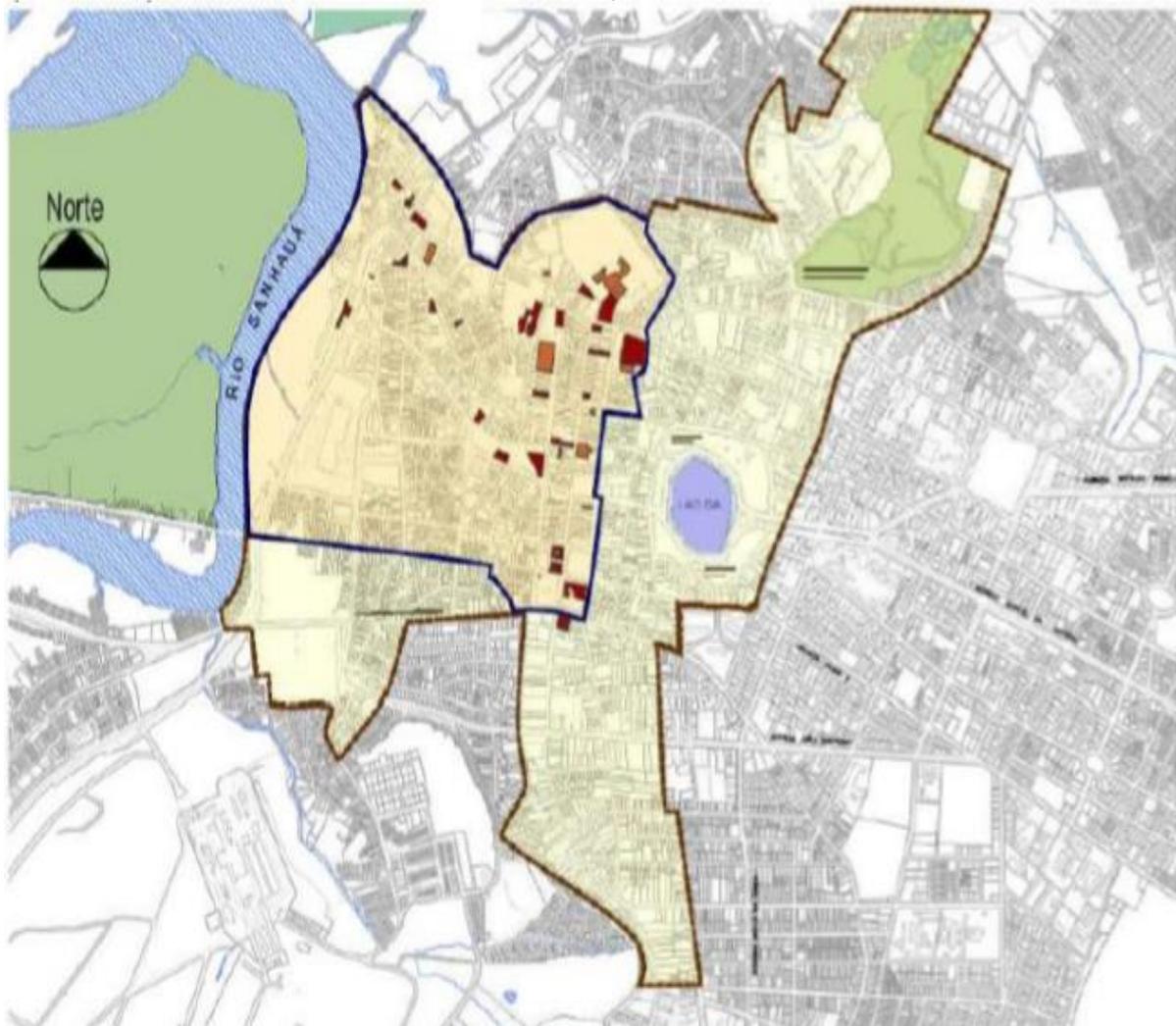
Ao contrário da desapropriação, o tombamento não acarreta a perda do patrimônio, “trata-se, contudo, de intervenção na propriedade privada para proteger o patrimônio cultural e preservar a memória histórica”. (MENDES, 2017, p. 359). Nesse norte, o tombamento é um dos mecanismos de limitação ao direito de propriedade e, em se tratando de patrimônio cultural edificado, poderá atingir edificações públicas e também privadas.

O tombamento de bens públicos ocorre de ofício “ex officio” com a simples notificação do órgão público a que pertence (artigo 5º, do Decreto-Lei n. 25/1937). Quanto aos bens particulares, o tombamento pode ser: **voluntário**, quando o próprio proprietário do bem assim solicitar (artigo 7º do Decreto-Lei n. 25/1937) ou **compulsório**, quando o proprietário se recusar a anuir a inscrição da coisa (artigo 8º do Decreto-Lei n. 25/1937) ou quando houver impugnação do proprietário junto ao órgão competente (artigo 9º do Decreto-Lei n. 25/1937).

O tombamento também pode ocorrer em um conjunto arquitetônico, em uma área da cidade, em um centro histórico ou até em um conjunto de cidades. Aliás, essa política de proteção somente incidiu na Paraíba em 1982, por ocasião do tombamento do centro histórico da cidade de João Pessoa pelo IPHAEP, o que ocorreu por meio do Decreto nº 9.484/82, sendo a primeira poligonal do centro histórico de João Pessoa:



Mapa 01: Delimitação de 1982 (linha vermelha) e delimitação do centro pela Comissão (linha azul)



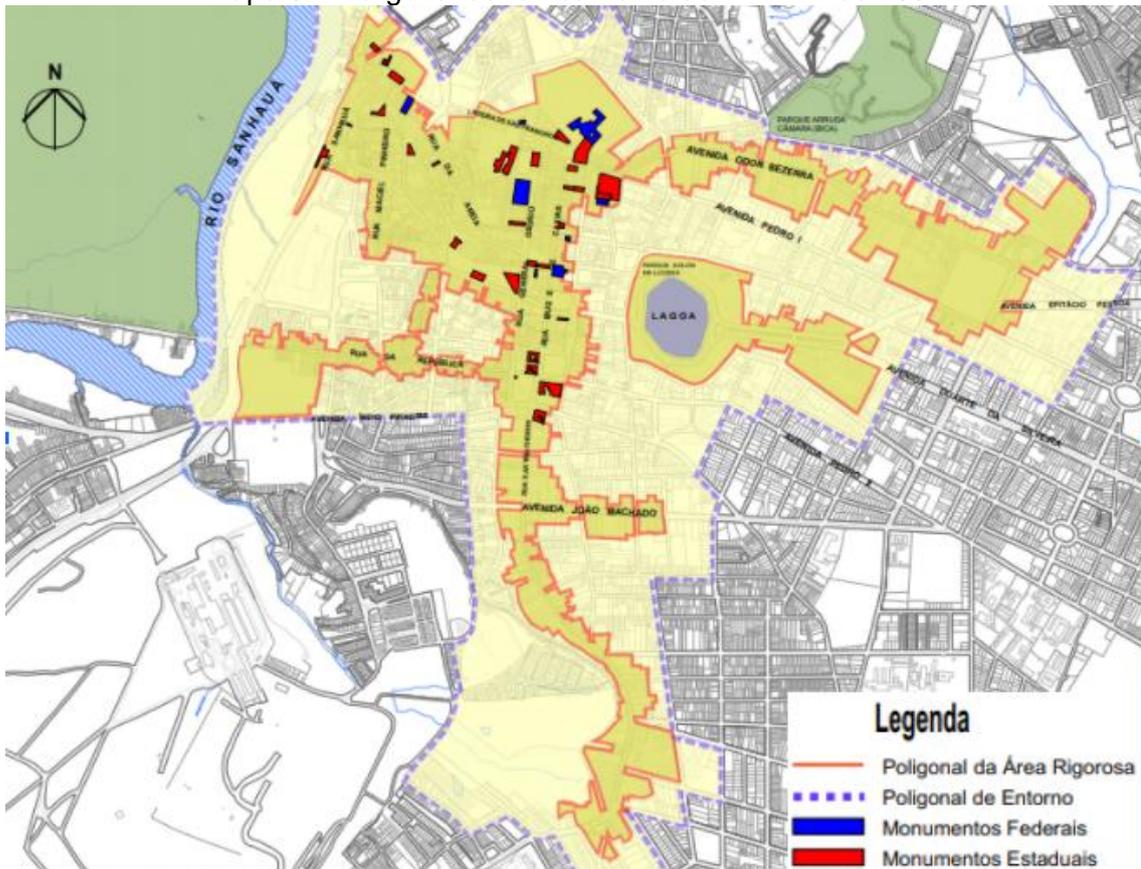
Fonte: RODRIGUES, 2019, p. 24

No ano de 2004, o Decreto Estadual nº 9.484/82 foi revisto e ampliado através do Decreto Estadual nº 25.138. Analisando essas mudanças, (RODRIGUES, 2019, p. 61) concluiu:

“a delimitação da poligonal de tombamento passou a levar em consideração questões qualitativas e não meramente quantitativas como no anterior, além de criar a Área de Preservação Rigorosa – APR, Área de Preservação do Entorno de Centro Histórico da Cidade de João Pessoa – APE, os níveis de intervenção para as edificações (Edificação de Conservação Total – CT, Edificação de Conservação Parcial – CP, Edificação de Renovação Controlada – RC e Edificação de Renovação Total – RT) e as diretrizes técnicas para as edificações contidas nessas áreas”



Mapa 02: Poligonal de tombamento do IPHAEP de 2004



Fonte: IPHAEP, 2020.

De acordo com (SILVA, 2014, p. 21), o Centro Histórico de João Pessoa teve seu valor confirmado no ano de 2007, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) definiu, por meio do tombamento, uma nova poligonal de proteção restrita às áreas formadas até o século XVIII, o que se sobrepõe ao tombamento estadual.

Entretanto, é importante ressaltar que esse ato isolado da administração pública não produz efeitos suficientes para preservar os imóveis que se encontram inseridos nestas áreas delimitadas pela norma, uma vez que o abandono do imóvel pelo seu proprietário associado à omissão da administração pública por falta de orçamentos e o desinteresse da população, provocam, facilmente, o perecimento do bem.

Na verdade, são muitas as dificuldades enfrentadas para garantir a preservação do patrimônio cultural edificado. É por isso que se recomenda a



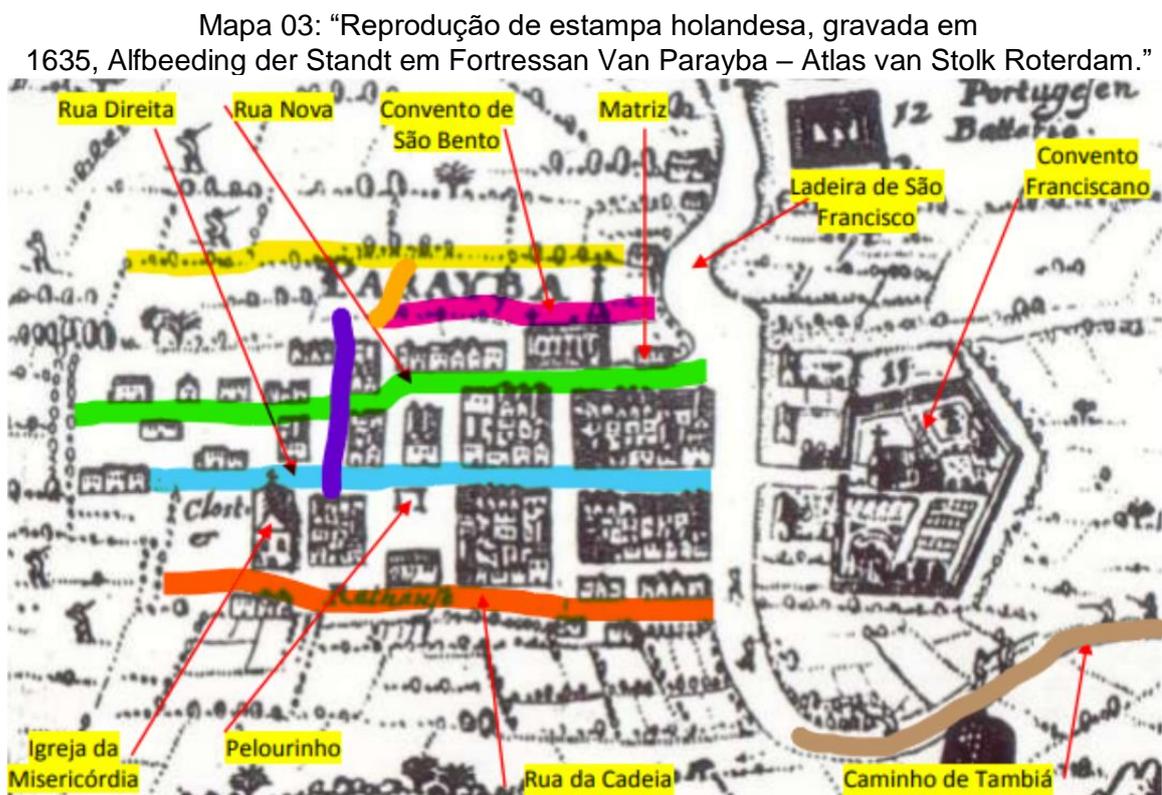
utilização conjunta de diversos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, dentre os mais variados e criativos em matéria de políticas públicas.

UM BREVE APANHADO HISTÓRICO SOBRE O CENTRO URBANO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E A CONSTRUÇÃO DO CASARÃO DO TAMBIA

Contextualização do Centro Histórico de João Pessoa

A capital paraibana foi fundada em 1585 e suas condições topográficas determinaram que sua configuração se bipartisse em cidade baixa e em cidade alta. Assim, desde 1585 até 1850, a cidade alta concentrava as funções administrativas, religiosas e residenciais, enquanto a cidade baixa dava lugar ao porto, concentrando a entrada e saída de produção local e demais estruturas comerciais (SILVA, 2014, p. 18).

Ademais, “até o final do século XVII já existiam as ruas Direita (Rua Duque de Caxias), Nova (Avenida General Osório), da Cadeia (Rua Visconde de Pelotas), da Areia, o primeiro trecho da Monsenhor Walfredo Leal, do Fogo (Ladeira do Rosário – atual Guedes Pereira), Estrada do Carro (Atual Barão do Triunfo) e a Estrada das Cacimbas (Rua Maciel Pinheiro).” (COSTA, 2009, p. 85-86).





LEGENDA

 Rua Maciel Pinheiro	 Rua Duque de Caxias
 Rua Barão do Triunfo	 Avenida Guedes Pereira
 Rua da Areia	 Rua Visconde de Pelotas
 Avenida General Osório	 Rua Monsenhor Walfredo Leal

Fonte: DIEB, 1999, apud COSTA, 2009, p. 84, editado pela autora.

Em meados do século XVIII, quando a Paraíba ficou subordinada à capitania de Pernambuco, não se tinha muitas informações sobre novas construções da cidade de João Pessoa, uma vez que o traçado urbano apresentava uma estrutura edificada bastante insignificante.

Já no século XIX, os caminhos e estradas se consolidavam com novas edificações robustas, surgindo eixos de expansão urbana como a Avenida Walfredo Leal, Rua das Trincheiras (continuação da Rua Direita), Rua da República (Rua da Imperatriz ou Estrada Nova) e a ponte sobre o Rio Sanhauá. Entretanto, nesse período, a área urbana ainda não passava de 150 hectares (COSTA, 2009, p. 87).

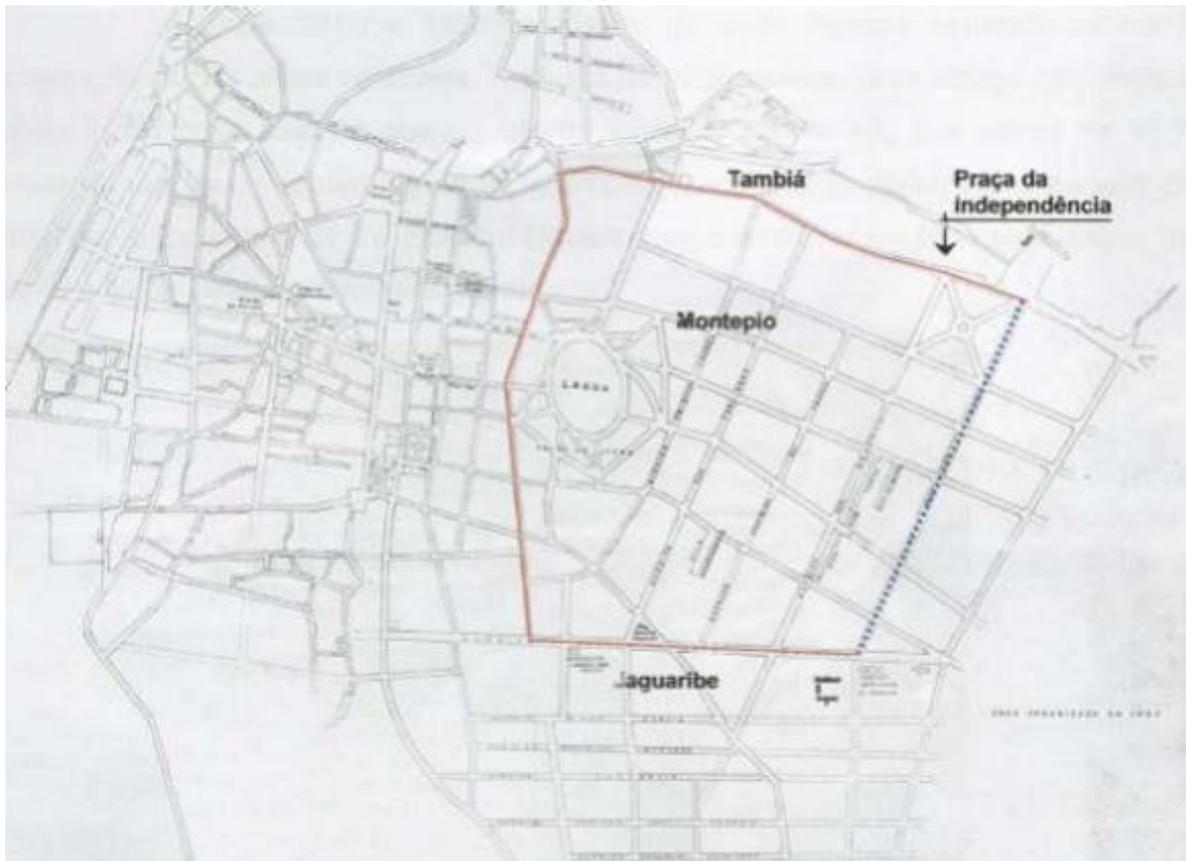
Por sua vez, o século XX destacou-se como o primeiro período de grande expansão urbana, com o surgimento do bonde, por volta da década de 1920, e a implantação de viadutos, surgidos nas décadas de 1960 e 1970 como símbolos de progresso da sociedade. Destaque, ainda, que, a partir da década de 1970, houve uma relevante expansão da malha urbana, razão pela qual o centro antigo de João Pessoa começou a se denominar de “centro da cidade”, local onde se concentravam as atividades de comércio e serviços (SILVA, 2014, p.19).

Dessa forma, com a chegada da década de 1980, quando ainda era muito comum a concentração das atividades comerciais nesse local da cidade, sendo a *Lagoa* um lugar de encontro com a sociedade, as construções de âmbito modernista surgiram como destaque, fato que impulsionaria a criação de centros comerciais dentro dos bairros residenciais e, conseqüentemente, no processo de deslocamento das atividades comerciais do centro da cidade para os bairros mais desenvolvidos economicamente. Nesta mesma década, mais especificamente em 1982, o IPHAEP delimitou, pela primeira vez, a poligonal do centro histórico da cidade de João Pessoa, conforme mencionamos no capítulo anterior (Figura 10).

Com a expansão da malha urbana na direção leste, surgiu o prolongamento da antiga Rua do Tambiá até a Praça da Independência, que foi construída em 1922.



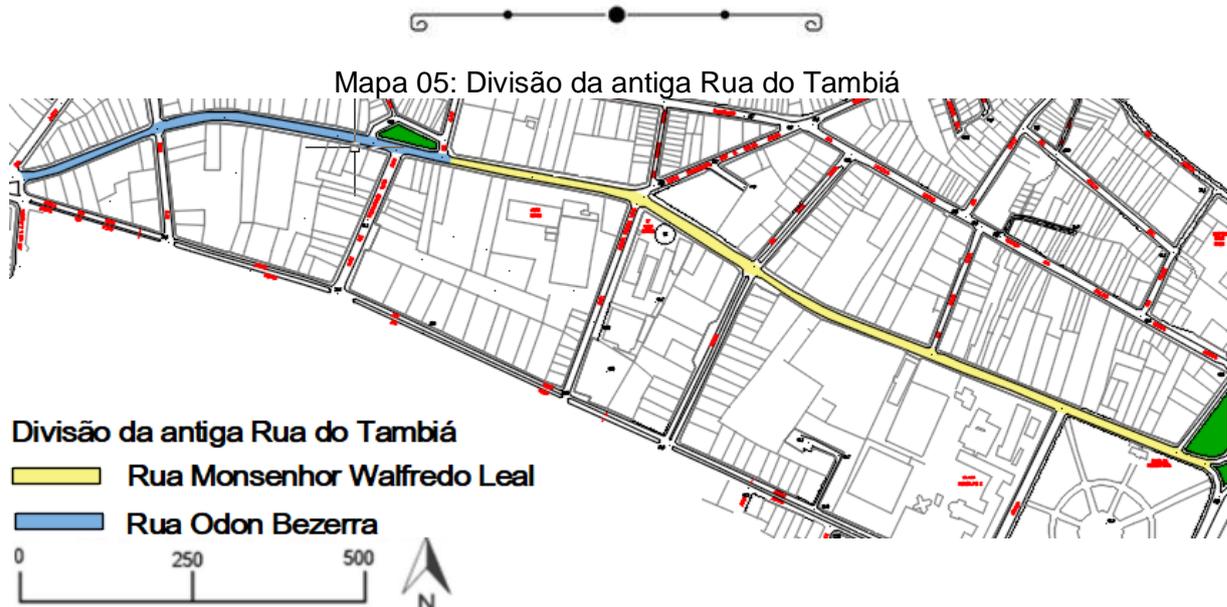
Mapa 04: Planta da cidade, 1923. Praça da Independência e Avenida Monsenhor Walfredo Leal.



Fonte: VIDAL, 2004, *apud* COSTA, 2009, p. 99.

O Tambiá, fundado em 1792, é um dos bairros mais antigos da cidade e, até o início do século XX, era composto por sítios onde moravam as famílias mais tradicionais do Estado da Paraíba (NASCIMENTO, 2010, p. 81). No ano de 1907, já era considerado o bairro mais populoso da cidade.

A principal via pública do bairro era a Rua do Tambiá, atualmente dividida em duas ruas: avenidas Odon Bezerra e Monsenhor Walfredo Leal (MEDEIROS, 1994, *apud* NASCIMENTO, 2010, p. 90), conforme se observa do mapa abaixo:



Fonte: Acervo pessoal, agosto de 2020

A antiga Rua do Tambiá possuía um traçado bastante peculiar, não retilíneo, determinado pelo percurso realizado pelas pessoas até a *Fonte do Tambiá*, localizada na *Bica*, atualmente um parque ecológico, que, durante o século XIX, servia para abastecer a população.

As primeiras edificações da Rua do Tambiá eram feitas de taipas, havendo alguns sítios e chácaras. No entanto, à medida em que o Estado passou a adquirir crescimento econômico decorrente do cultivo algodoeiro (marcante a partir do início do século XX), atrelado ao surgimento da passagem dos trilhos do bondinho, os lotes locais passaram a ter padrões e características modificadas, surgindo construções com estilos arquitetônicos variados, a refletirem o aparecimento de uma elite local (TINEM, 2006, p. 190).

Confirmando o exposto, Kaline Abrante Guedes relata as transformações ocorridas no perfil da Rua do Tambiá durante o processo de urbanização da cidade de João Pessoa:

“Nas primeiras décadas do século XX, parte das chácaras e sítios que se espalhavam na continuidade da rua, seguindo em direção leste, passou por um processo progressivo de desmembramento, dando lugar a lotes amplos, se comparados aos que se configuravam no início da rua, onde se instalaram novas e requintadas residências. Eram vivendas amplas com grandes áreas destinadas aos jardins no entorno da edificação, agora solta no lote de dimensões mais generosas.

(...)

Nesse período tornaram-se comuns os palacetes ecléticos, que marcaram presença nos promissores logradouros da cidade, dos



quais a Rua do Tambiá era um dos mais importantes.” (GUEDES, 2013, p. 1-3).

Assim, durante o final do século XIX e início do século XX, a arquitetura predominante na Rua do Tambiá eram de influência eclética. No entanto, em 1930, os bangalôs passaram a fazer parte do novo estilo das residências locais. Já na década de 1940, observa-se um desejo de modernização das residências com adoção de elementos industrializados como cobogós e janelas basculantes.

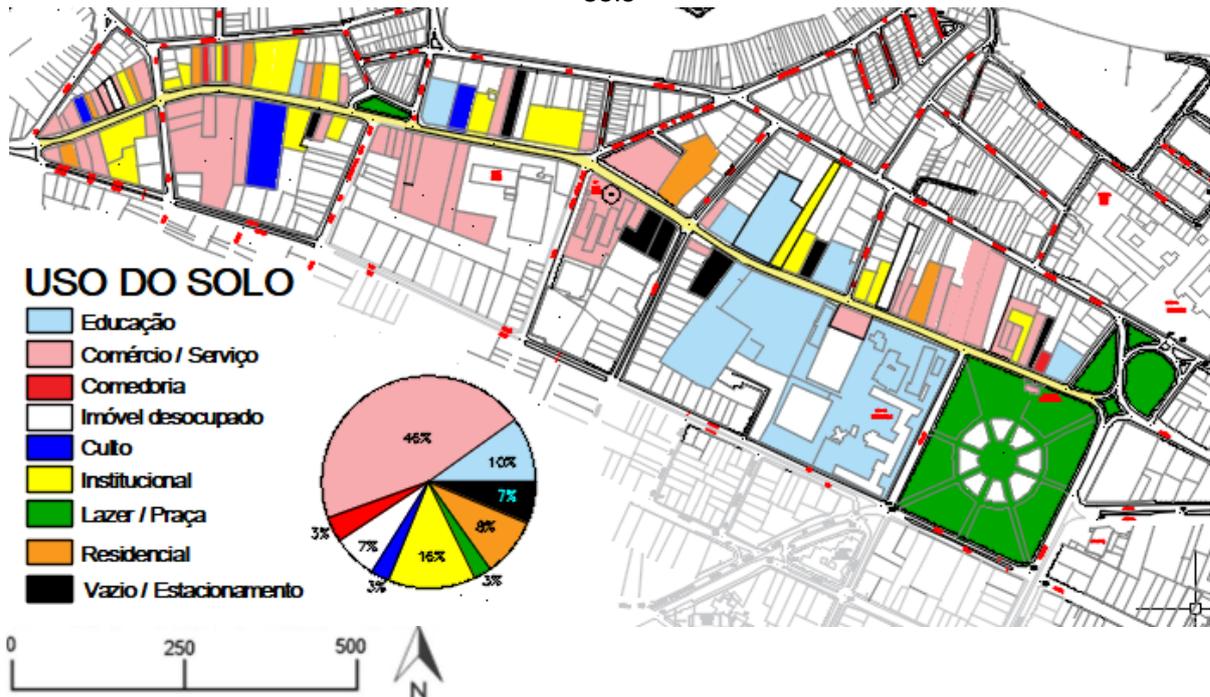
Na década de 1950, surgem edificações com arquitetura de estilo moderno, com valorização do uso de *brise soleil* e de volumes sobre pilotis. Por fim, exemplares pós-modernos e contemporâneos foram ganhando espaço na medida em que o comércio local foi se ampliando e a Rua do Tambiá foi perdendo o seu caráter residencial.

Diagnóstico da antiga Rua do Tambiá (atual rua Monsenhor Walfredo Leal e Odon Bezerra)

A primeira análise feita foi quanto à ocupação do solo, sendo possível concluir que, atualmente, a grande maioria dos imóveis é destinada ao uso comercial, institucional e educacional, verdadeira consequência histórica da evolução do centro urbano, deflagrado em meados da década de 1980, quando houve uma concentração das atividades comerciais no centro da cidade e as residências familiares se deslocaram em direção às praias.



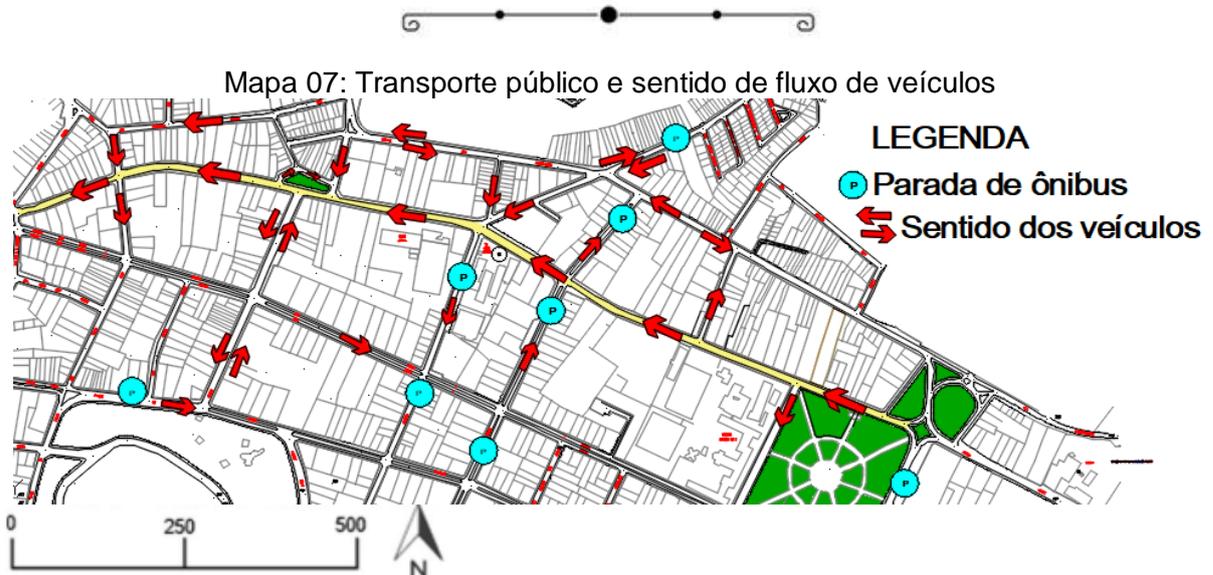
Mapa 06: Uso e ocupação do solo



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O segundo diagnóstico foi o da malha de transporte público e do sentido do fluxo de veículos. Constatou-se que as Ruas Monsenhor Walfredo Leal e Odon Bezerra possuem um fluxo de carros bastante intenso, constituindo vias principais de direção única.

Apesar de, hoje, não passar nenhuma linha de ônibus na antiga Rua do Tambiá, existem duas linhas de ônibus nas ruas adjacentes, conforme se verifica na Avenida Princesa Isabel, com linhas de ônibus urbanos (linhas 601 e 602). Além disso, a Avenida Dom Pedro I ganha destaque com a presença de relevante quantidade de linhas de ônibus.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O terceiro diagnóstico foi em relação ao valor histórico dos imóveis localizados na antiga Rua do Tambiá. Verifica-se, no particular, predominar a presença de patrimônio cultural edificado, conforme se observa do mapa abaixo, a justificar que referida área esteja inserida dentro da poligonal de preservação rigorosa do IPHAEP.

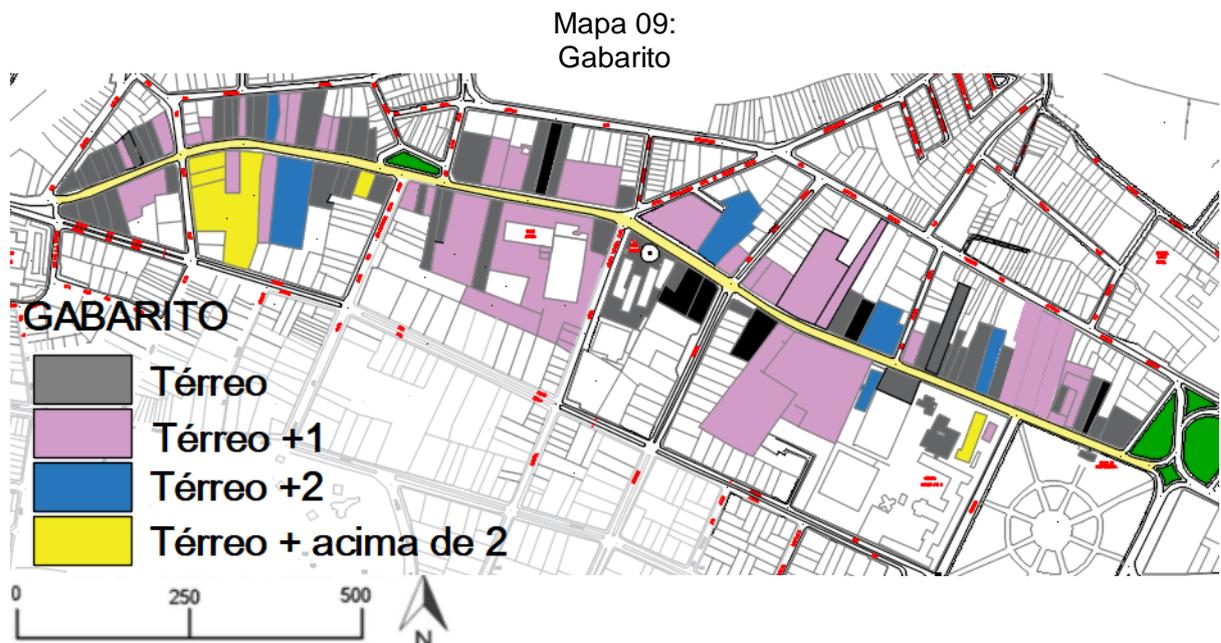


Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O mapa de gabarito revela a predominância do crescimento horizontal, apesar do bairro do Tambiá pertencer a Zona Adensável Prioritária - ZAP, onde a



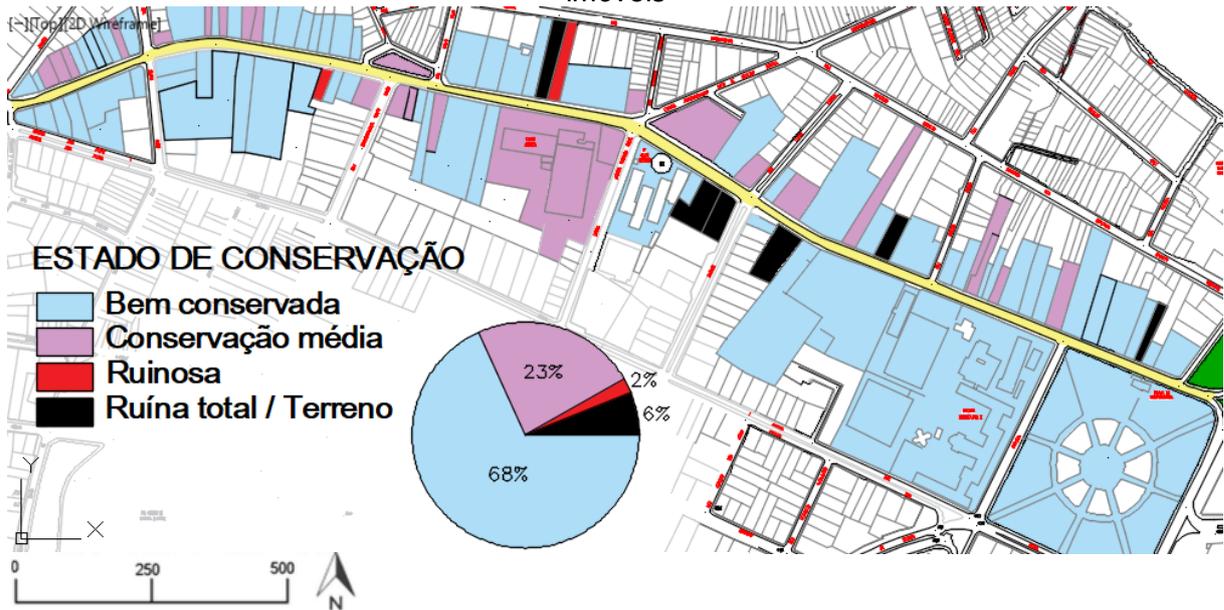
infraestrutura básica permite a intensificação do uso e ocupação do solo, com coeficiente de aproveitamento máximo igual a quatro (artigo 11 da Lei Complementar nº 03/1992 – Plano Diretor da cidade de João Pessoa/PB). Essa possibilidade de incremento do crescimento vertical é questão bastante polêmica, haja vista a situação real do bairro, como a largura dos terrenos e questões de baixa infraestrutura, o que torna discutível um crescimento vertical sustentável naquela região. Nesse contexto, existem estudos sobre a questão (SUASSUNA e LACERDA JR, 2018):



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Por fim, o diagnóstico de conservação das edificações informa que, dentre os bens reconhecidos pelo seu valor histórico, 6% (seis por cento) já entraram em estado de ruína e 2% (dois por cento) encontram-se em situação ruínosa, a revelar que o simples tombamento dos imóveis pelo IPHAN ou pelo IPHAEP não se mostra medida totalmente suficiente para preservar o patrimônio cultural edificado.

Mapa 10: Estado de conservação dos imóveis



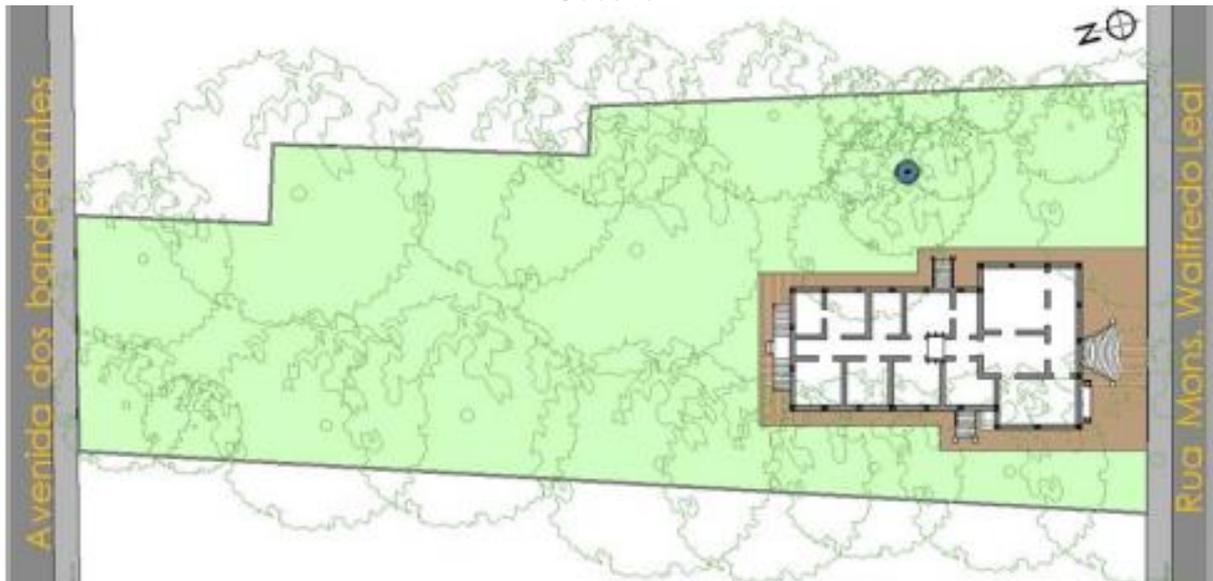
Em síntese: antiga *Rua do Tambiá* localiza-se dentro do perímetro de tombamento do IPHAEP, razão pela qual grande parte dos imóveis resta tombada e possui estilos arquitetônicos que variam entre o barroco, o colonial, o neoclássico, o eclético e o moderno. Além disso, diante do deslocamento das residências para o leste da cidade, em meados dos anos de 1950, houve a concentração de atividades comerciais naquela região, característica que se mantém presente até os dias atuais. Entretanto, com o abandono de algumas residências, o mau uso dos imóveis e a falta de conservação adequada, observa-se a degradação de edificações importantes para o patrimônio cultural, consoante se observa, por exemplo, no “Casarão nº 147 do Tambiá”.

O Imóvel nº 147 da Rua Monsenhor Walfredo Leal, no Tambiá

A edificação objeto deste estudo está localizada em um terreno plano, de grande extensão, com aproximadamente 2.413 m² (dois mil, quatrocentos e treze metros quadrados), cujo acesso principal se dá pela Rua Monsenhor Walfredo Leal, com fundos que desembocam para a avenida Bandeirantes, no bairro de Tambiá (DANTAS, 2010, p. 13).



Figura 07: Planta de Locação e Coberta

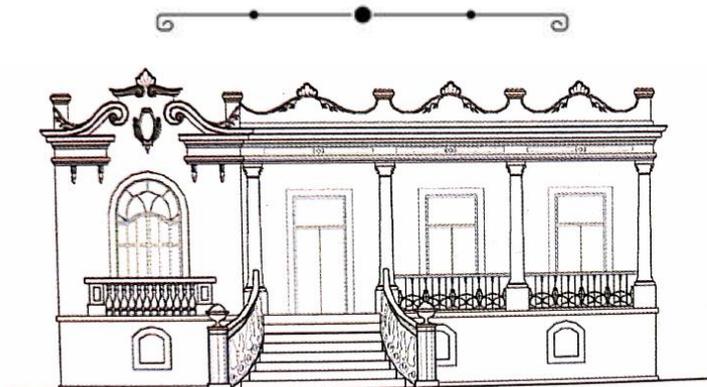


Fonte: DANTAS, 2010, p. 13.

Trata-se de imóvel residencial construído entre as décadas de 1920 e 1930 por engenheiro destacado, irmão do poeta Augusto dos Anjos, cujo proprietário da época, era o médico e empresário Manuel Veloso Borges, dono da antiga fábrica Tibiri, localizada em Santa Rita. (DANTAS, 2010, p. 15).

A casa possui características que representam a arquitetura eclética, haja vista a existência de referências de vários estilos como o Art Nouveau, o Neocolonialismo e o Romantismo. As características do Art Nouveau estão presentes no desenho da escadaria, no gradil que constitui o guarda corpo do terraço, na porta da fachada principal com verga em arco pleno, nos detalhes das demais esquadrias e as bandeiras trabalhadas em madeiras com motivos florais. O Neocolonialismo se revela na platibanda, apresentando uma ornamentação em alto relevo que insinua a forma de volutas. Já o Romantismo está identificado nos elementos de ornamentação do jardim, como os vasos de cimento em forma de troncos de árvores, esculturas de animais e chafariz (IPHAEP, processo administrativo nº 0266/2003, fls. 03 e 04).

Figura 08: Fachada Frontal do imóvel



Fonte: TINEM, 2006, p. 286.

É uma construção que traz um conceito imponente para a época, com implantação livre no lote e grandes recuos em relação a todos os seus limites, possuindo, ainda, porões altos, os quais exigem escadarias mais caprichosas, as quais concedem ar luxuoso ao imóvel. Todos os cômodos possuem janelas através das quais recebem iluminação direta e todos os quatro acessos se dão por meio de escadarias.

Os materiais utilizados na construção do imóvel são, em sua maioria, importados e de alta qualidade como, por exemplo, a madeira do Pinho de Riga, de origem da região das repúblicas da Lituania, Letônia e Estônia. Esse material estava presente no piso do pavimento superior, com exceção do terraço, varanda, copa, cozinha e banheiro, os quais receberam o ladrilho hidráulico, que também revestia todo o piso do porão (IPHAEP, processo administrativo nº 0266/2003, fls. 05/07).

Entre o final da década de 1930 e o começo da década de 1940, o imóvel foi comprado pelo médico Antônio D'Ávila Lins sendo registrado em nome dos filhos menores de idade Cláudio da Silveira D'Ávila Lins, Luiz Antônio da Silveira D'Ávila Lins e Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins (IPHAEP, processo administrativo nº 075/1999, fl. 02).

Em janeiro de 1990, o referido imóvel tornou-se objeto de discussão jurídica entre herdeiros, conforme se observa nos processos judiciais nº 0004902-68.1990.8.15.2001 e nº 0752849.81.2007.815.2001. Contudo, desde o ajuizamento da ação de herança, não há qualquer registro de obras de conservação, manutenção ou restauro, tratando-se de omissões bastante preocupantes, uma vez que o imóvel encontra-se em total estado de abandono.

Em pesquisa aos acervos do IPHAEP (processos administrativos nºs 210/2003 e 266/2003), constatou-se que, apesar de existir um pedido de abertura de processo de tombamento do imóvel, de iniciativa da Superintendência de



Desenvolvimento do Meio Ambiente – SUDEMA, datado em 04 de junho de 2003, o imóvel apenas se encontra na situação de proteção legal, ora conferida pelo Decreto Estadual nº 25.138/2004, por estar inserido na Área de Preservação Rigorosa – APR, delimitada pelo IPHAEP, tendo sua classificação quanto ao seu grau de preservação como de Conservação Total – CT. Ou seja, não há registro de tombamento definitivo.

Figura 09: Foto do imóvel em 1987



Fonte: TINEM, 2006, p. 286.

Até a década de 1987, o imóvel ainda possuía as suas características originárias conservadas. Conforme se observa do registro acima, ainda era visível o desenho dos ladrilhos no interior da varanda. A escadaria mantinha a sua imponência com visibilidade proporcionada pelos gradilhos de ferro da mureta e do portão de entrada. Além disso, o jardim, que também compõe o conjunto arquitetônico da edificação, quedava-se bastante preservado.



Figura 10: Foto do imóvel em 2001



Fonte: TINEM, 2006, p. 286.

Apesar de ainda existirem os elementos de identificação do imóvel, verifica-se que, em 2001, o bem já se encontrava em estado de abandono, com a pintura desgastada, as copas das árvores cobrindo parte da fachada e os gradilhos do portão tomados pela ferrugem.

Figura 11: Foto do imóvel em 2010



Fonte: DANTAS, 2010, p. 13.

Em registro realizado no ano de 2010, já se percebe que os ladrilhos da varanda não são mais visíveis, enquanto as portas estão destruídas, a alvenaria apresenta queda de reboco e o terraço está desprovido de forro.



Figura 12: Foto do imóvel em 2019



Fonte: DUARTE, 2019, p. 20.

Em imagem mais recente, datada de 2019, já se observa a construção de um muro em alvenaria, dificultando a visibilidade do imóvel. No entanto, é possível constatar que o frontão foi tomado pelas árvores e a platibanda resta desgastada pelas intempéries da natureza, havendo completo abandono do bem histórico.

Figura 13: Foto do imóvel em agosto 2020



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Por fim, em registro atual, realizado no mês de agosto de 2020, percebe-se que o imóvel continua em estado de abandono, sem qualquer registro de execução de obras de conservação ou revitalização da residência. Ao analisar a fachada frontal do casarão, nota-se que alguns galhos da gameleira existente no jardim



penetraram em uma parte da fachada, causando a destruição de um dos lados do frontão.

Figura 14: Frontão invadido pelos galhos das árvores



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Verifica-se, ainda, a existência de várias fissuras no interior da varanda, além de infiltrações. Uma grande parte do frontão está desprovida de pintura e de reboco. Os pilares, apesar de existentes, encontram-se em estado de deterioração e o muro de gradilho foi substituído por um muro de tijolos com ofendículos em sua extremidade, visando impedir possíveis invasões, o que provoca a redução da visibilidade do imóvel pela população.

Figura 15: Muro de alvenaria construído em frente ao imóvel



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Apesar da impossibilidade atual de adentrarmos na casa para fins de realização de uma vistoria mais completa, Luína Dantas elaborou um diagnóstico



bastante minucioso acerca do estado de conservação na parte interna do imóvel (Dantas, 2010, p. 18-24):

“(...) constatou-se que a cobertura da edificação é praticamente inexistente, havendo apenas resquícios da estrutura das tesouras em madeira que suportavam as telhas canais e uma estrutura em concreto suportando a antiga caixa d’água. Através de fotos mais antigas, pôde-se perceber que a varanda era provida de forro e, certamente, o restante dos ambientes também, uma vez que se trata de uma construção de alto padrão para sua época. A alvenaria, em tijolo cerâmico, apresenta patologias dos mais diversos tipos em suas superfícies – fissuras, queda de reboco, musgos, crostas negras. Todavia, não houve desabamento de nenhuma porção das paredes.” (páginas 18-20)

Essas constatações se confirmam através das imagens 29, 30 e 31, registradas no mês de agosto de 2020. O registro abaixo concede destaque à parte superior da varanda, a revelar a total ausência de forro:

Figura 16: Parte superior da varanda sem forro



Fonte: Acervo pessoal, 2020

A imagem abaixo demonstra que houve queda de reboco e enraizamento da vegetação na platibanda da edificação:



Figura 17: Desgaste da platibanda



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Crostas negras, musgos e fissuras também podem ser identificadas próximas às esquadrias e também nos pilares da edificação:

Figura 18: Fissuras e infiltrações nas paredes e pilares



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Importante destacar que DANTAS, p. 20-23, segue com o diagnóstico acerca da situação interna do casarão:

“A laje de piso do pavimento térreo encontra-se apenas em quatro compartimentos da casa e, na varanda, estão praticamente intactos os ladrilhos que revestem o chão. Em alguns locais, ainda não é possível observar a estrutura metálica que compunha a sustentação do piso.

(...)

As aberturas externas do semi-subsolo e do interior de ambos os pavimentos são desprovidas de esquadrias, sendo necessária, portanto, a inserção de peças contemporâneas para a manutenção dos ambientes.



Todos os acessos da casa são realizados através de escadas executadas em alvenaria, havendo uma em cada fachada e estando em melhor estado de conservação a que se encontra na entrada principal. A situada na fachada sudeste ainda está em bom estado, apenas com uma peça danificada. Já a que se encontra na fachada noroeste está praticamente destruída, restando apenas alguns balaústres que compunham seu guarda corpo, estado em que igualmente se apresenta a escada posterior, apenas com um balaústre remanescente.

A pequena sacada localizada na fachada sudoeste também apresenta seu parapeito bastante danificado, porém com algumas peças restantes. Na varanda também existia um parapeito executado na forma de um delicado gradil metálico (fato que constata por algumas fotos mais antigas) e que, hoje, é marcado apenas por uma peça de ferro encravado na coluna.

O revestimento predominante nas paredes da casa, extremamente, é o reboco coberto por tinta nos matizes branco, azul e vermelho, a qual se apresenta lixiviada em todas as superfícies. No interior, apesar da grande deterioração, ainda é possível observar detalhes de uma delicada pintura que remete ao mármore no semi subsolo.” (páginas 20-23)

Com relação às conclusões acima, não há como confirmar se tal estado de conservação se mantém, sendo provável que não, haja vista o decurso de 10 (dez) anos desde então, sem que tenha havido a realização de qualquer reparo no imóvel.

Em verdade, a crescente situação de abandono do imóvel foi o que impulsionou a realização do presente trabalho, que apresenta pontos de tensão entre o direito de preservação do patrimônio cultural edificado e o direito de propriedade, ao tempo em que evidencia as limitações próprias do instituto do tombamento, assunto este que será abordado no próximo capítulo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL DETERIORADO: LIMITAÇÕES NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO DO IMÓVEL TOMBADO PELO IPHAEP

A deterioração da casa nº 147 e a omissão do poder público

Verificada a situação atual da casa nº 147 da Rua Monsenhor Walfredo Leal no bairro do Tambiá, alguns questionamentos podem ser feitos pela população, sujeito direto e imediatamente interessado: 1º) Quais os motivos que levaram os proprietários em deixar de realizar as obras de conservação do imóvel? 2º) Por que o poder público ainda não tomou nenhuma atitude? 3º) O que ainda pode ser feito para preservar a edificação? e 4º) Quais os instrumentos mais eficazes para se exigir a execução de obras de reparação e conservação do bem?



Segundo Isaac Ribeiro de Moraes (2006, p. 494), a diversidade de usos dos imóveis tombados no decorrer dos anos, ocasiona a descaracterização e destruição do patrimônio histórico cultural urbanístico.

Ora, tal afirmação pode ser constatada através do diagnóstico apresentado no Mapa 06, quando se mostra que a grande maioria dos imóveis localizados nas Ruas Monsenhor Walfredo Leal e Odon Bezerra é destinada ao comércio. Assim, valendo-se do direito de propriedade, muitas vezes, os donos dos imóveis acabam modificando as fachadas das edificações para colocar portas de esteira ou de correr (NORONHA, *apud*, OLIVEIRA, 2009, p. 64-65).

No entanto, no caso da edificação nº 147, localizada na Rua Monsenhor Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, da capital paraibana, o imóvel não teve outra destinação que não fosse de caráter residencial. Conforme mencionado no capítulo anterior, a casa faz parte do espólio de Antônio Dávila Lins, cujo processo permeia por três décadas sem solução do litígio, enquanto que o imóvel fica a mercê das intempéries do tempo, uma vez que o mesmo se encontra em total estado de abandono. Aliás, também não há qualquer determinação, por parte do IPHAEP, impelindo os proprietários a realizarem obras de conservação e reparação na casa, havendo, portanto, omissão dos proprietários e do órgão de fiscalização.

As medidas de preservação do patrimônio cultural adotadas pelo Estado são de extrema importância, pois o abandono de edifícios históricos não só prejudica a memória de um país como desencadeia a marginalização e o desequilíbrio social, ocasionando a ocupação clandestina e a desvalorização dos imóveis, trazendo como consequência, prejuízos para a humanidade (MORAES, 2006 p.493).

Muitas vezes, a burocratização administrativa se torna um grande impedimento para a realização dessas obras, o que acaba por contribuir no processo de demora, ou mesmo, inércia do poder público.

Analisando o atual estado de conservação do imóvel posto como exemplo, percebe-se que há, de fato, uma necessidade urgente de realizar obras de conservação e reparação. Entretanto, apesar de ser um dever da administração pública fiscalizar o estado de conservação do bem, percebe-se que, na prática, essa vistoria não está sendo cumprida, ainda mais quando constatada a construção recente de um muro sem portão de acesso o qual impede a visibilidade da casa e



embaraça qualquer inspeção do IPHAEP, o que já se enquadra nas sanções dos artigos 18 e 20 do Decreto nº 25/1937⁴:

“ Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto**, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (...)

Art. 20. **As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção**, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dôbro em caso de reincidência.”

Outrora, diante da necessidade de se realizar obras de conservação e reparação do imóvel estudado, advém a primeira limitação prevista na segunda parte do artigo 17 do Decreto-Lei nº 25/1937:

“Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, **nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.**” (grifo nosso).

Assim, nesse caso, o primeiro passo do proprietário privado seria solicitar a autorização do IPHAEP para iniciar as obras de reparação da casa.

De acordo com o Decreto Estadual nº 33.816, de 05 de abril de 2013, o requerimento administrativo deve estar revestido dos seguintes elementos: 1. A autoridade a que é dirigida (neste caso, ao Diretor do IPHAEP); 2. O nome completo do proprietário ou responsável legal, bem como o número do RG, CPF, endereço residencial; 3. Endereço do imóvel em questão; 4. O pedido e suas especificações; e 5. Cópia dos seguintes documentos:

- a) Escritura de propriedade do imóvel ou contrato de compra e venda;
- b) Comprovante de residência do proprietário ou responsável legal;
- c) RG do proprietário ou responsável legal;

⁴ Na condição de norma federal, o Decreto-lei 25/1937 não impede que estados-membros e municípios aprovem leis específicas, respeitando, é claro, as diretrizes e regras gerais da norma nacional (art. 24, VII, VIII, §§1º a 4º; art. 30, IX c/c art. 216 da Constituição Federal).



- d) CPF ou CNPJ do proprietário ou responsável legal;
- e) Procuração Pública, caso o proprietário queira nomear um representante legal;
- f) Pelo menos, 05 (cinco) fotografias do imóvel.

Caso o proprietário não disponha de recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas da reforma, aplica-se o disposto no artigo 19 do mesmo Decreto nº 25/1937:

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

Pois bem, mais uma vez os proprietários infringiram as regras quando não comunicaram a necessidade de realização de tais obras, nem foram penalizados conforme a norma.

De acordo com Francisco Cunha Filho e Vitor Studart (2017, p. 372) “Tombar e preservar são coisas distintas, para que um tombamento funcione é necessário que o poder público atue no cumprimento de seus deveres legais, principalmente o fiscalizatório, e que o proprietário colabore com sua preservação”.

Depois de tanto tempo de vigência do Decreto-Lei nº 25/1937, o tombamento não pode se resumir apenas em uma mera declaração de intenções nominais da administração pública sem qualquer consequência para a descaracterização efetiva do bem tombado. Assim, a falta de uma disciplina legal que consista no tratamento do tema, bem como a inobservância dos procedimentos formais adequados, levam a uma série de distorções, pressões, violações e abusos, provocando o esvaziamento do tombamento e um descrédito generalizado quanto aos seus efeitos e a sua utilização (FERNANDES, 2010, posição 745).

No caso apresentado, o tombamento da casa por força tão apenas do Decreto Estadual nº 25.138/2004, que delimitou a área como sendo de preservação rigorosa pelo IPHAEP, revelou-se como um instrumento insuficiente para a preservação do patrimônio cultural, sendo, portanto, recomendável a utilização de outros instrumentos de acautelamento que permitam uma atuação mais efetiva da população e de outros entes políticos.



As Políticas Públicas adotadas pelo poder público para a preservação do patrimônio cultural e as Ações Civil Pública e Popular como outros meios de proteção ao Patrimônio Cultural

É importante ressaltar que o dever de proteção do patrimônio cultural é comum para o Estado, o proprietário privado e para a população. Dessa forma, Edésio Fernandes (2010, posição 745), em sua análise sobre a efetividade do tombamento, afirma que o referido instituto deve ser utilizado em uma política articulada de proteção do patrimônio cultural com uma clara definição da medida e das formas da divisão de responsabilidade entre proprietários, Poder Público e comunidade beneficiada.

As políticas públicas, no entanto, merecem destaque, mormente, quando incentivam a participação da sociedade favorecendo o acesso ao conhecimento cultural, principalmente, para a população mais carente, por meio de palestras, cursos e elaboração de cartilhas sobre a arquitetura e a história da cidade.

De acordo com o §1º, do artigo 182, do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Logo, o Plano Diretor da cidade de João Pessoa (Lei Complementar nº 3, de 30 de dezembro de 1992) prevê, por exemplo, a possibilidade do município implementar, especialmente na área da educação, a colaboração de Instituições públicas e Entidades civis com atuação na área de preservação ambiental e do patrimônio histórico (inciso XV, do artigo 60), além do incentivo ao turismo (artigo 89).

A educação patrimonial ora adotada como uma política pública, não concentra, apenas, o acesso da população ao conhecimento do patrimônio cultural, mas, também, é necessário fazer com que a população conviva com o patrimônio cultural e se aproprie dele. Dessa forma, se consegue despertar, em cada indivíduo, uma compreensão da realidade histórica e cultural do bem tombado.

Considerando a diversidade de legislação esparsa versando sobre proteção ao Patrimônio Cultural, Francisco Cunha Filho e Vitor Studart (2017, p. 380) sugerem como forma de aplicar uma educação patrimonial mais eficaz, a unificação legislativa através da elaboração de um Código de Proteção dos Bens Culturais. Aliás, essa reflexão foi trazida por Rogério Vieira Costa (2008) no IV Encontro de



Estudos Multidisciplinares em Cultura realizado pela Universidade Federal da Bahia, onde o autor apresenta a experiência realizada no Estado do Ceará, possibilitando a simplificação do Direito e a atualização da matéria. Assim, o autor propõe as seguintes análises:

- a) separar os mecanismos distintos em partes próprias (tombamento, registro, inventário);
- b) proceder a uma atualização das normas recepcionados da primeira e começo da segunda metade do século XX (Decreto-Lei nº 25/37, Decreto-Lei nº 3.866/41, Lei nº 3.924/61 etc.; e
- c) escolher entre as espécies normativas, por envolver ressalvas a direitos, a mais adequada, sugerindo-se a lei ordinária do artigo 59, III, da Constituição da República de 1988.

Nesse ponto, o autor denomina como sendo a gênese do “Código Brasileiro de Proteção do Patrimônio Cultural”, sugerindo que os Estados e os Municípios, também poderiam adotar a idéia criando uma legislação unificada para o assunto (COSTA, 2008, p. 04 e 05).

A título de informação, o inciso III, do artigo 3º, da Lei *Roanet* (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) permite que os proprietários de bens culturais possam participar dos editais de fomento à cultura para obtenção de recursos, visando o desenvolvimento das ações de preservação, no entanto, a falta desse conhecimento por parte dos proprietários destes bens acaba sendo mais um fator que leva ao abandono e desinteresse na realização de obras de reforma.

Outrossim, considerando que o parágrafo primeiro do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 ampliou o rol de instrumentos acautelatórios do patrimônio cultural, incluindo também “outras formas de acautelamento e preservação”, a Ação Civil Pública e a Ação Popular ganham força no papel de preservar.

A Ação Civil Pública está disciplinada pela Lei nº 7.347/85, cujo inciso III, do artigo 1º estabelece que estão regidas pela referida lei, “as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”. Possuem legitimidade ativa para propor a Ação Civil Pública o Ministério Público, a Defensoria Pública, os entes federados, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e as associações (artigo 5º, da Lei nº 7.347/85).

O objeto da Ação Civil Pública é a defesa coletiva de interesses transindividuais, ou seja, os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos,



reunidos em grupos, classes ou categorias de pessoas. Isso significa que a Ação Civil Pública pode defender quaisquer grupos, classes, ou categorias de pessoas determinadas, indeterminadas ou até indetermináveis, desde que tenham em comum as mesmas circunstâncias fáticas ou a mesma reação jurídica básica (MAZZILLI, 2011, p. 132 e 133).

Também é importante destacar que essa ação serve para que o Ministério Público possa questionar as políticas públicas que estejam ferindo os interesses da sociedade que estejam ligados ao patrimônio cultural.

Analisando o acervo do IPHAEP, constatou-se no processo administrativo nº 0210/2014, que, em decorrência da omissão do proprietário do imóvel (Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins) e dos responsáveis (o Estado da Paraíba e o IPHAEP) pela conservação da casa, o *parquet* ajuizou a Ação Civil Pública (Processo nº 0059276-91.2014.815.2001) com a finalidade de condenar os promovidos na obrigação de fazer consistente na imediata realização dos obras necessárias à preservação e recuperação do bem, com aplicação e multa diária aos agentes públicos, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de descumprimento da medida, bem como no pagamento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a cada ente público (Estado da Paraíba e IPHAEP) pela prática de danos morais coletivos por não tomarem as medidas administrativas e judiciais cabíveis, necessárias à conservação, preservação e reconstituição do bem imóvel. Ressalte-se, no entanto, que até o presente momento ainda não há sentença proferida.

Aliás, em que pese a falta de registro do imóvel no livro de tombo, a jurisprudência já se posicionou no sentido de que o tombamento do bem é requisito dispensável para o ajuizamento da Ação Civil Pública e da Ação Popular quando versar sobre proteção do patrimônio cultural:

O tombamento é, sem dúvida, a principal e a mais tradicional forma de se preservar o patrimônio histórico e cultural de uma comunidade. Mas, não é a única. Tanto que mesmo no caso de omissão do Poder Executivo, possível é, para alcançar esse objetivo, valer-se da via judicial, com o emprego da ação civil pública ou da ação popular (TJ-SP – EI 55.415.5/3-02 – Voto 5.747 – j. 28/3/2001 - rel. Gonzaga Franceschini) – grifo nosso.
AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE DA PROPOSITURA DA AÇÃO AINDA QUE O



BEM QUE PRETENDA PROTEGER SEJA PARTICULAR E NÃO TENHA SIDO TOMBADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(...)

3. O Ministério Público e outros sujeitos intermediários têm legitimidade ampla para promover Ação Civil Pública em defesa do patrimônio cultural, histórico, estético, artístico, turístico e paisagístico, **irrelevante seja o bem material ou imaterial, particular ou público, tombado, em fase de tombamento ou não tombado**, assim como exista ou não licença ou autorização da Administração para o comportamento impugnado.

(...)

(STJ - REsp 1538384/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 28/08/2020) – grifo nosso.

A Ação Popular (prevista na Lei 4.717/65) é um instrumento processual demandado por qualquer cidadão que esteja em dia com seus direitos eleitorais, para defender direitos e interesses da coletividade, dentre eles, a proteção ao patrimônio cultural (artigo 1º, parágrafos 1º e 3º).

Caso não houvesse, ainda, o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0059276-91.2014.815.2001, outra possibilidade, seria o ajuizamento de uma Ação Popular com o mesmo objetivo.

É por isso que o acesso às informações por parte da população aliados à vontade de preservar a cultura de uma sociedade são tão importantes para dar efetividade à conservação do patrimônio cultural.

Os impedimentos legais enfrentados pelos proprietários de imóveis tombados na realização de obras de conservação ou reforma

A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que o proprietário privado detentor da posse ou da propriedade do bem tombado tem a obrigação principal de executar obras de conservação do patrimônio cultural. Precedentes: REsp 1791098/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 23/04/2019; AREsp 176.140/BA, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 26/10/2012; REsp 895.443/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/12/2008; REsp 1.184.194/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe de 22/9/2010.

Entretanto, muitas vezes, as normas que regulamentam o tombamento acabam sendo um impedimento na conservação do patrimônio cultural edificado quando, limitam a execução de obras definidas como necessárias e urgentes.



Conforme já mencionado anteriormente, o primeiro obstáculo enfrentado pelo proprietário privado se revela no artigo 17 do Decreto-Lei nº 25/1937 quando vincula a realização de obras à previa autorização do órgão responsável pela proteção do Patrimônio Histórico.

Não se pode deixar de reconhecer que essa é uma medida segura e recomendável para se evitar a descaracterização do bem, porém, o sistema brasileiro é muito burocrático e a eventual abertura de um processo administrativo com a finalidade de emissão de um documento de autorização para pintar uma edificação pode ser um tanto quanto demorado. Portanto, se houver alguma necessidade urgente de se restaurar um pilar, por exemplo, a espera por uma autorização pode ocasionar o perecimento do bem.

Na elaboração da Lei Específica, o Estado da Paraíba parece ter deixado de atender as especificidades culturais e a organização administrativa local. Veja que o artigo 19 do Decreto Estadual nº 7.819/1978 tentou reproduzir o artigo 17 do Decreto-Lei nº 25/1937, no entanto, foi bem mais além, ao restringir ainda mais os casos e ao aplicar as penalidades dos artigos 165 e 166 do Código Penal Brasileiro, *in verbis*:

Art. 19 - Os objetos tombados não poderão **em nenhum caso** ser destruídos, demolidos, mutilados, separados, pintados ou restaurados, **sob a pena de aplicação dos arts. 165 e 166 do Código Penal Brasileiro** - Grifo nosso.

Os artigos 165 e 166 do Código Penal estabelecem, respectivamente, os crimes de **dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico**, cuja pena é de detenção de seis meses a dois anos e multa, e de **alteração de local especialmente protegido**, com pena de detenção, que vai de um mês a um ano, ou multa.

Pois bem, o supracitado artigo 19 do Decreto Estadual nº 7.819/1978 parece que não foi feliz em sua redação ao afirmar que “os objetos tombados não poderão *em nenhum caso* ser (...) pintados ou restaurados”. No entanto, conforme já visto, a segunda parte do artigo 17 do Decreto-Lei nº 25/1937 permite que as coisas tombadas sejam reparadas, pintadas ou restauradas, desde que haja prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. É por isso que, muitas vezes, o proprietário acaba se sentindo inseguro e temeroso em realizar



obras de reparação e conservação do imóvel tombado, o que acaba levando à deterioração paliativa do bem.

Outra análise a ser feita é em relação à parte final do parágrafo 1º do artigo 21 do Decreto Estadual nº 7.819/1978, o qual prediz que:

Art. 21 - O proprietário da coisa tombada, que não dispuser de recursos para executar as obras de conservação e reparação, que a mesma requer, levava ao conhecimento do Instituto a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. § 1º - O Instituto poderá mandar executar-las às expensas do Estado, depois da comunicação, devendo as mesmas serem iniciadas dentro do prazo de seis (6) meses, **ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.**

Veja, no entanto, que a desapropriação do imóvel soa como uma sanção para o proprietário que não dispuser de recursos para executar tais obras. Assim, todo aquele que não dispuser de tais recursos evitará, ao máximo, levar ao conhecimento do órgão responsável a necessidade de conservar ou restaurar o bem.

Rafael de Oliveira Alves (2010, posição 5191) aponta como problemática a situação em que se exige a reparação do imóvel, uma vez que esse tipo de obra, geralmente, é de grande complexidade, que envolve conhecimentos especializados, podendo as quantias necessárias serem bem elevadas para o proprietário.

Como novidade, o Decreto Estadual nº 7.819/1978, trouxe, em seu artigo 32, a seguinte redação:

Art. 32. A qualquer tempo e sempre que haja conveniência, poderá ser desapropriado o bem tombado, observada a legislação específica.

Através da análise do enunciado, conclui-se que o direito à propriedade privada torna-se mais vulnerável, uma vez que a conveniência da administração pública concede uma grande liberdade de escolha que seja mais propício ao interesse público.

Considerando, portanto, que o bem tombado possui estreita ligação com o interesse da sociedade, torna-se fácil justificar a desapropriação do bem. Basta, por exemplo, que o proprietário não tenha recursos financeiros para custear as despesas provenientes das obras de conservação e reparação do imóvel.



Por outro lado, o município de João Pessoa acertou na elaboração da Lei Municipal nº 11.950/2010, uma vez que a referida norma traz a construção de uma estrutura administrativa de execução da política de patrimônio cultural.

Como exemplo, temos o artigo 26 ao enunciar que “o Poder Público Municipal poderá instituir incentivos legais que estimulem o proprietário ao cumprimento do art. 22 e aqueles que vierem a ser instituídos mediante a edição desta lei.” Logo, o artigo 22 determina que “cabe ao proprietário a proteção e conservação do bem tombado.”

Com o objetivo de dar maior efetividade à conservação do imóvel tombado, o artigo 27 da Lei Municipal nº 11.950/2010 estabelece prazo de início e conclusão para a execução das obras de conservação do imóvel.

Por fim, observa-se que a referida norma também prevê, em seu artigo 30, a responsabilização cível e criminal para aqueles que, por ação ou omissão, causarem dano ao bem tombado, o que demonstra a preocupação do legislador em adotar medidas efetivas para evitar a deterioração do patrimônio cultural.

Por ser a norma mais específica, a Lei Municipal nº 11.950/2010 é a que mais se aplica ao caso apresentado neste trabalho, suprimindo, inclusive, as omissões do Decreto-Lei nº 25/1937 e do Decreto Estadual nº 7.819/1978.

Assim, enquanto não houver um Código de Proteção do Patrimônio Cultural, são as normas específicas que a comunidade local deve procurar tomar como base de conhecimento para exigir a proteção desses bens de valor histórico relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que a comunidade proteja seus interesses com mais efetividade e, dentre os interesses sociais, a proteção ao Patrimônio Cultural parece ser o que menos tem sido reclamado pela população. É por isso que, não raro, presenciamos alguns imóveis de grande importância histórica passando pelo processo de abandono, deterioração, ruína e perecimento.

Desse modo, trouxemos como exemplo prático a casa nº 147, localizada na Rua Monsenhor Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, da capital paraibana, que possui um relevante valor histórico pela sua arquitetura eclética e também, por estar inserido dentro do perímetro de delimitação de área de preservação rigorosa, definida pelo IPHAEP através do Decreto Estadual nº 25.138/2004. Esse imóvel, no entanto, encontra-se em situação de abandono pelos seus proprietários, motivo pelo



qual chegou ao estado atual de deterioração, eis que o mesmo não passou por qualquer obra de conservação ou reparação, conforme determina o artigo 19 do Decreto-Lei nº 25/1937.

Fizemos um diagnóstico de toda a extensão da rua onde está localizada a casa, através do estudo de elaboração dos seguintes mapas: a) Uso e ocupação do solo; b) Transporte público e sentido de fluxo de veículos; c) Valor histórico dos imóveis; d) Gabarito, e e) Estado de conservação dos imóveis. Desse modo, pudemos analisar a evolução histórica da antiga Rua do Tambiá e concluímos que aqueles imóveis que não possuíam nenhuma destinação ocupacional eram os mais deteriorados, como no caso do imóvel escolhido como objeto de estudo.

Dessa forma, procurou-se descobrir a razão pela qual não houve qualquer intervenção administrativa no imóvel, vez que se mostrou necessária a realização de obras de conservação e reparação do bem, revelando que o instituto isolado do tombamento não possui eficácia para a proteção do patrimônio cultural. Assim, destacamos a importância de inserir políticas públicas nos Planos Diretores das cidades como a educação patrimonial e a propositura das Ações Cíveis Públicas e Ações Populares, como formas mais eficazes na proteção desses bens.

Dadas as omissões do poder público em exigir do proprietário as obras de conservação e reparação do patrimônio cultural edificado, bem como a falta de iniciativa da administração pública em realizar essas obras, veio a indagação sobre as limitações enfrentadas pelo proprietário privado quando este manifestar sua vontade de conservar o patrimônio edificado.

Portanto, é nesse contexto que fazemos uma análise crítica da aplicação da norma, apresentando as falhas do legislador e os instrumentos processuais de proteção ao patrimônio cultural mais céleres e mais efetivos.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2ª edição, 4ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2015.

ALVES, Gerlane Farias. **A gestão documental do IPHAN - PB: Contribuição para a preservação da memória**. Artigo apresentado no VII Seminário de Saberes Arquivísticos da UEPB, 2016. Disponível em: <<https://even3.azureedge.net/anais/36003.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.



ALVES, Rafael de Oliveira. **Obrigação de realizar Obras de Conservação Patrimonial, de acordo com o Art. 19 do Decreto-Lei nº 25/1937.** In: **FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coord).** Revisitando o Instituto do Tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – Os conceitos fundamentais e a Construção do Novo Modelo.** São Paulo: Saraiva, 2015.

BELTRAMIN, Renata Maria Geraldini. **Caracterização e sistematização de quatro modelos de análise gráfica: Clark, Pause, Ching, Baker e Unwin.** 2015. Dissertação de mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, Campinas, 2015.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 33ª. edição, atual. São Paulo: Malheiros, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ACO 1.966, AgR. Julgada em 17.11.2017. Rel. Min Luiz Fux.**

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio; tradução de Luciano Vieira Machado.** São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

COSTA, Ana Luiza Schuster. **Perímetro de proteção do Centro Histórico de João Pessoa: Três décadas de história.** Dissertação de mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental. Universidade Federal da Paraíba, 2009.

COSTA, Rogério Vieira. **A Ideia do Código de Proteção do Patrimônio Cultural enquanto Paradigma de simplificação dos Direitos Culturais.** In: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador/BA. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto e STUDART, Vitor Melo. **As “outras formas de acatamento e preservação” do patrimônio cultural brasileiro.** Revista de Direito da Cidade, vol. 09, nº 2. ISSN 2317-7721 pp. 366-388. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional.** Salvador: JusPodium, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu (1970). **As leis municipais e o direito de construir.** Revista Da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 65, 105-126. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66605>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.



DANTAS, Luína Alves Marinho. **Casarão MeMORAR – Revisitando o habitar brasileiro**. 2010. Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DUARTE, Hilton Ferreira. **Corredor Cultural Tambiá – João Pessoa**. Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de direito civil: direitos reais** / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald. 15. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPovm, 2019.

FERNANDES, Edésio. **Do Tombamento ao Planejamento Territorial e à Gestão Urbana**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coord). **Revisitando o Instituto do Tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GUEDES, Kaline Abrantes (et al). **Rua do Tambiá: Transformações contemporâneas no centro histórico de João Pessoa**. Encontro Internacional ARQUIMEMÓRIA 4 sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, Bahia. 14 a 17 de maio de 2013.

HÄRBELE, Peter. **Constituição “da cultura” e Constituição “como cultura”: um projeto científico para o Brasil (2008)**. In **Assembleia Nacional Constituinte de 1987 – 1988 – Análise crítica**. Coordenadores: Gilmar Ferreira Mendes e Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch. São Paulo: SaraivaJur, 2017.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 24ª. Edição, rev. ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer; **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico**. História em revista. Universidade Federal de Pelotas. V. 10, 2004, p. 1-11.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/11598/7453>>.

Acesso em: 20 de fev. 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORAES, Isaac Ribeiro de. **O Estatuto da Cidade e a Proteção Jurídica do Patrimônio Histórico e Cultural**. In: XV Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2006, Manaus. Anais do XV Congresso Nacional - CONPEDI, 2006. v. 1. p. 493-494.

NASCIMENTO, Mayk Andreele do. **Memória, cultura popular e enraizamento. Uma análise dos costumes e práticas culturais dos bairros do Roger e Tambiá**



em João Pessoa – PB. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano**. Cadernos do CEOM – Ano 22, n.30 – Políticas Públicas: memórias e experiências, 2009, p. 55-81. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/450/287>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: SaraivaJur, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Dirley da Cunha. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. rev atual amp., Salvador: Juspodivm, 2009.

RODRIGUES, Rafael Garnier Aragão. **Manual Simplificado do Imóvel Tombado: Perímetro de Tombamento do IPHAEP em João Pessoa**. Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

SILVA, Anne Camila Cesar. **Sobre a requalificação de praças no Centro Histórico de João Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 e 2010**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SOARES, I. V. P.

SPAOLONZI, Maria Gabriella Pavlopoulos. **Tombamento e a justa composição para o patrimônio cultural**. 2018. 207 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SUASSUNA, Marco e LACERDA JR, Lucio. **A contribuição propositiva da quadra urbana no contexto da revisão do Plano Diretor de João Pessoa-PB**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista Projetar – Projeto e percepção do ambiente, v. 3, n. 2, agosto de 2018, p. 120/136. Disponível em: <<file:///C:/Users/THYAGO/Downloads/16559-Texto%20do%20artigo-52490-2-10-20190328.pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

TAVARES, Alessandra Schettino. **O federalismo cooperativo no Brasil: O perfil do Estado Brasileiro segundo a Constituição Federal de 1988**. 2009. p. 22. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/341>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.



TINEM, Nelci (org). **Fronteiras, Marcos e Sinais. Leitura das ruas de João Pessoa.** João Pessoa: UFPB, 2006.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos Fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF.** São Paulo: Malheiros, 2017.



EDIFÍCIO INTELIGENTE: UMA NOVA FORMA DE PENSAR A ARQUITETURA PARA O UNIVERSO CORPORATIVO

Eduardo Paiva Pinheiro¹
Ana Luísa Guedes²

RESUMO

Com o passar do tempo a tecnologia avança em grandes proporções, fomentando os diferentes setores no mercado mundial. No setor da construção civil voltado para edifícios corporativos, não é diferente, a forma de arquitetos pensar, projetar os espaços está se adequando as inovações tecnológicas. Cada vez mais novas metodologias, ferramentas e dispositivos surgem no mercado visando sistematizar procedimentos tornando-os mais racionais. Considerando essa premissa, o trabalho teve como objetivo desenvolver um anteprojeto arquitetônico de um edifício corporativo tecnológico no município de João Pessoa - PB. O estudo proposto obedece às estratégias metodológicas que foram segmentadas nas seguintes etapas: Pesquisa Bibliográfica/Projetos correlatos; Consulta aos condicionantes legais, naturais e estudo de entorno; Apresentação inicial do anteprojeto e Apresentação final do anteprojeto. O projeto tem a intenção de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao usuário, pois traz como conceito ambientes de trabalho flexíveis, confortáveis e interativos que proporcionam um ambiente mais produtivo. O projeto apresenta espaços de apoio para a população residente e flutuante, como também contribui na redução da utilização dos recursos naturais, visto que, implementa a tecnologia para auxiliar nos processos da edificação.

Palavras – chave: Arquitetura corporativa. Tecnologia. Sustentabilidade

ABSTRACT

With the passing of time, technology advances in great proportions, promoting different sectors on the global Market. In the corporate buildings construction sector it's no different. The way that architects think and design spaces is adapting to the newest technology innovations. More and more new methodologies, tools and devices emerge on the Market aiming to streamline procedures. Considering that premise, this work's objective is to develop an architectural draft of a technological corporate building in the city of João Pessoa – PB. The proposed study obeys the methodological strategies that were segmented in the following steps: Bibliographical research/Correlated projects; Consultation of the legal and natural conditions as well as a study of the surroundings; Initial presentation of the architectural draft and final presentation of the architectural draft. The Project aims to provide a better quality of life to the user, since it brings the concept of flexible, comfortable and interactive work environments that brings more work productivity. The Project not only presents spaces that support residing and floating population, but also contributes to reduce the utilization of natural resources since it implements technology to help on the construction processes.

Keywords: Corporate constructions. Technology. Sustainability.

¹ Arquiteto e urbanista formado pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP.

<http://lattes.cnpq.br/8981954146492088>

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP.

<http://lattes.cnpq.br/0943204378204961>



INTRODUÇÃO

A partir do surgimento da globalização e o avanço da automação é possível identificar o crescimento tecnológico de todos os setores comerciais, assim, com o passar do tempo notou-se a necessidade de adaptação a esse meio ambiente competitivo e criativo. Diante desse cenário a arquitetura passou a perceber a tecnologia como um condicionante de conforto, praticidade, e um meio de reduzir o consumo desenfreado dos recursos naturais (i.e energia elétrica).

Um dos maiores alertas sobre a importância de utilizar os recursos naturais de forma sustentável foi em 1973 com a primeira crise do petróleo que de acordo com Neto (1994), “era necessário economizar energia, e os edifícios inteligentes se apresentavam como uma solução economicamente idônea”.

Já em 1978 o Mass United Technologies, em Cambridge deu início a integração dos sistemas inteligentes nos edifícios, posteriormente outras organizações passaram a intensificar, melhorar, e adaptar o uso da tecnologia a necessidade do empreendimento. No Brasil a primeira realização foi o edifício Citibank, localizado em São Paulo no ano de 1986. Os edifícios brasileiros conseguiram aperfeiçoar seus processos tecnológicos a partir da importação de novos insumos tecnológicos e/ou matéria prima de países mais desenvolvidos (NETO,1994).

Nos tempos atuais é imprescindível que as organizações, os profissionais, as ciências, as tecnologias acompanhem as transformações da sociedade, para que as mesmas possam sempre se reinventar e inventar a fim de atender às necessidades atuais. Um exemplo disso são os edifícios corporativos que foram pensados para acomodar vários escritórios da mesma empresa em apenas um local beneficiando vários aspectos pessoais, econômicos e sociais.

Nesse contexto a concepção de um novo projeto deve prever quais atividades serão desenvolvidas e quais dessas devem ser facilitadas, que tipo de espaço é ideal para trabalho individual e coletivo, qual a cultura da empresa, como tornar os espaços funcionais, como tornar os espaços confortáveis e por fim que contribua na melhoria contínua da empresa como um todo.

A ideia de um edifício corporativo possuir uma plataforma de gestão que faça a integração de todos os sistemas de forma dependente ou independente e que



possam ser instalados em qualquer etapa da vida útil do mesmo faz com que se adapte ao conceito de edifício inteligente.

O presente trabalho será realizado em quatro etapas principais, sendo exposto a partir de pesquisas bibliográficas e suas interfaces onde serão detalhados os pontos principais desta pesquisa.

O primeiro capítulo abordará algumas vertentes de planejamento da arquitetura corporativa, a importância do branding para a empresa, a forma de utilizar a estrutura metálica trazendo benefícios para o edifício e por fim, a importância da tecnologia voltada para edifícios corporativos.

No segundo capítulo serão realizadas análises de projetos correlatos, visando soluções projetuais, materiais, tecnológicas e sustentáveis que venham a contribuir com o processo criativo.

E por fim, no terceiro capítulo será proposto a nível de anteprojeto um edifício corporativo inteligente, onde será realizado a analisando o entorno imediato do lote localizado no bairro de Cabo Branco no município de João Pessoa na Paraíba levando em consideração os condicionantes legais e ambientais, e toda pesquisa realizada nos capítulos anteriores.

JUSTIFICATIVA

Com o passar do tempo a tecnologia avança em grandes proporções, fomentando os diferentes setores no mercado mundial. No setor da construção civil voltado para edifícios corporativos, não é diferente, a forma de arquitetos pensar, projetar os espaços está se adequando as inovações tecnológicas. Cada vez mais novas metodologias, ferramentas e dispositivos surgem no mercado visando sistematizar procedimentos tornando-os mais racionais.

O uso dessas tecnologias implantadas a construção e ao funcionamento dos edifícios, trouxe um novo conceito para dentro da construção civil, os chamados edifícios inteligentes ou edifícios de alta tecnologia.

Como recomenda Neto (1994, p.10), a definição de edifícios inteligentes ou edifícios de alta tecnologia baseado no IBI (Intelligent Buildings Institute):

São aqueles que oferecem um ambiente produtivo e econômico através da otimização de quatro elementos básicos: Estrutura, Sistemas, Serviços e Gerenciamento; bem como das inter-relações entre eles.



Assim, aplicar o conceito de edifícios inteligentes para o âmbito da arquitetura corporativa, faz com que a tecnologia seja um diferencial tanto na criação de espaços mais confortáveis, flexíveis e seguros, como também em todas as etapas de vida útil do edifício.

O uso da tecnologia é algo que precisa ser melhor explorado pelos empreendedores, principalmente os que ainda optam pelos modelos tradicionais de escritórios e as novas empresas que surgem no mercado, pois é necessário reformular os espaços de trabalho adequando-os a tecnologia de forma a alavancar os negócios da empresa.

A implementação da alta tecnologia nos edifícios corporativos é de suma importância, pois a mesma proporciona benefícios para a edificação e todos os que a utilizam. Entre os inúmeros benefícios que a tecnologia pode trazer para um edifício, pode-se destacar: maior desempenho e otimização de processos, monitoramento e controle automatizados em uma única plataforma, sistema de segurança mais eficaz, possibilidade de armazenar informações nas nuvens, utilização eficiente de recursos de forma a reduzir agressões ao meio ambiente. Além de proporcionar funcionamento simultâneo de todos os sistemas do edifício de forma conjunta, comunicativa e inteligente.

Segundo o autor,

É igualmente errôneo supor que a utilização de tecnologias avançadas é privativa de edifícios de gastos elevados. As exigências de segurança, a economia energética, a eficácia e o conforto, com a utilização das tecnologias mais avançadas, permitem conceber *edifícios inteligentes*, nos quais, com um bom projeto, é possível tirar vantagens econômicas muito importantes que amortizam rapidamente os gastos (NETO, 1994, p.163).

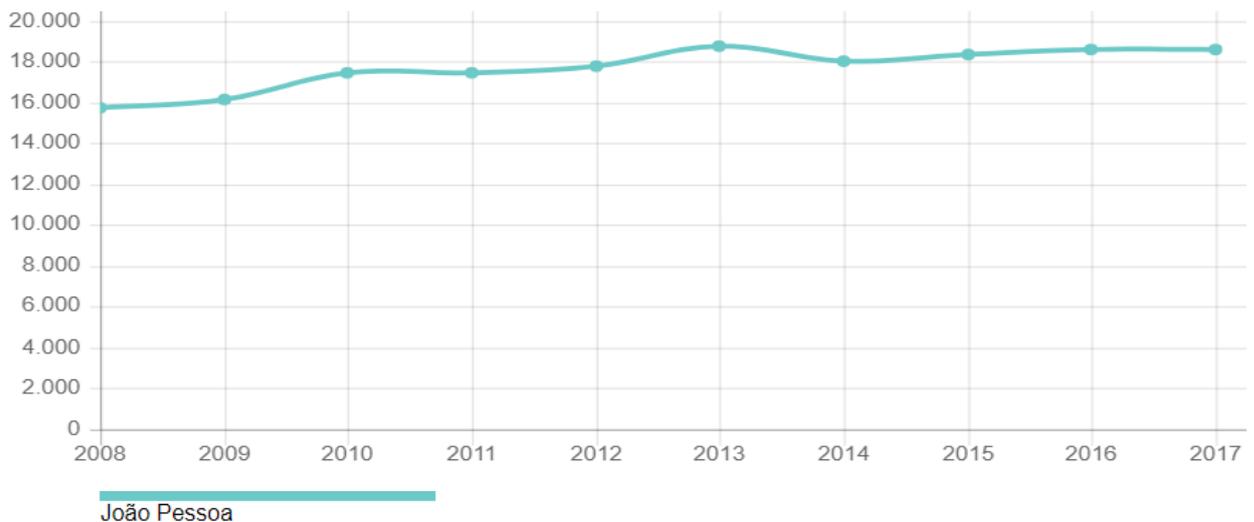
Construir um edifício inteligente ainda não é algo tão acessível devido ao alto investimento que se faz necessário para implementar a alta tecnologia no âmbito da construção civil. Entretanto, algumas empresas e órgãos do governo designados pelo seu compromisso com o meio ambiente buscam por meio de empréstimo incentivar financeiramente empresas que queiram adotar a alta tecnologia visando o uso racional dos recursos de um edifício.

No Brasil o primeiro edifício a receber um alto investimento em tecnologia foi o CitiBank no ano de 1986 na cidade de São Paulo. O edifício contava com alguns sistemas de automação e controle de gerenciamento das instalações, porém, passou por uma recente readequação visando melhorar a utilização da tecnologia.



Na Paraíba, foi entregue no ano de 2018 o empreendimento Next Towers, localizado na cidade de João Pessoa no bairro do Altiplano. Trata-se de um edifício residencial que utilizará o conceito de smart home, onde seus apartamentos apresentam modernos sistemas de automação residencial, e de consumo inteligente de energia elétrica³. Visto que o município já recebeu o primeiro edifício que utiliza a alta tecnologia, ainda não há registros da implementação da mesma aplicada a edifícios corporativos, segmento que está crescendo progressivamente, como aponta a imagem abaixo:

Imagem 01: Número de empresas atuantes em João
pessoa.



Fonte: IBGE, 2017.

Podemos observar que o crescimento de empresas trás aspectos positivos (i.e demanda para construção de edifícios, geração de empregos e a melhoria da economia da região), como também aspectos negativos (i.e impactos ao meio ambiente e a circunvizinhança).

Diante desse contexto e da demanda referente aos edifícios corporativos no município de João Pessoa, entende-se que o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um edifício corporativo utilizando-se da alta tecnologia desde o seu método construtivo até as fases de utilização é de suma importância, pois a tecnologia permite adotar estratégias inovadoras possibilitando benefícios para as

³Disponível em: <<https://www.fibraconstrutora.maximatecnologia.com.br/empreendimento/next-towers.html>> Acesso em: 16 mar, 2020.



empresas, empreendedores, colaboradores, meio ambiente e para a população adjacente.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Desenvolver um anteprojeto arquitetônico de um edifício corporativo tecnológico no município de João Pessoa - PB.

Objetivos específicos

- Estudar a arquitetura de projetos corporativos;
- Investigar a importância do branding para projetos corporativos;
- Compreender o sistema estrutural metálico;
- Pesquisar sobre a tecnologia aplicada a edifícios.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente trabalho obedece a estratégias metodológicas que foram segmentadas nas seguintes etapas: Pesquisa Bibliográfica/Projetos correlatos; Consulta aos condicionantes legais, naturais e estudo de entorno; Apresentação inicial do anteprojeto e Apresentação final do anteprojeto.

Pesquisa bibliográfica / Projetos correlatos

Levantamento de conteúdo referente aos temas abordados, utilizando como principais fontes de pesquisa os autores Juriaan Van Meel para embasar o projeto e o planejamento dos espaços de uso corporativo e o autor Jayme Spinola Castro Neto para compreender o uso da alta tecnologia aplicada a edifícios.

Além dos autores citados acima, foram realizadas pesquisas em artigos, dissertações, teses, sites e por último ocorreu a revisão e padronização de acordo com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Foram realizadas pesquisas de projetos correlatos relevantes ao tema e que possam embasar as escolhas projetuais, técnicas construtivas e melhores materiais a serem utilizados.



Consulta aos condicionantes legais, naturais e estudo do entorno

Foi realizada uma consulta na legislação do município de João Pessoa (i.e Código de Obras e o Código de Urbanismo), para verificar os parâmetros necessários para a elaboração do anteprojeto.

Foram realizados estudos referentes a: ventilação, insolação, topografia, vegetação do local. E por fim, serão realizadas visitas in loco no intuito de analisar a dinâmica do local, o mapeamento dos usos e gabaritos das edificações do entorno com a finalidade de elaborar mapas temáticos e diagramas que possibilitem um melhor entendimento do local.

Apresentação inicial do anteprojeto

A partir das informações e condicionantes analisados nas etapas anteriores, foi definido a implantação, o sistema estrutural, o programa de necessidades, o pré-dimensionamento dos ambientes, o conceito, o partido e as diretrizes projetuais que nortearam o desenvolvimento do projeto.

Apresentação final do anteprojeto

Nessa etapa foi levado em conta os apontamentos feitos na pré-banca, realizando correções e adições julgadas necessárias pelos mesmos. Além de adentrar nas especificações técnicas dos materiais e detalhamentos indispensáveis para a conclusão do anteprojeto.

Todos os procedimentos citados anteriormente estão de acordo com o cronograma a seguir:



Quadro 01: Cronograma de atividades
TCC.

CRONOGRAMA TCC1 - CORPORATIVO INTELIGENTE												
FASE	ATIVIDADES	FEV.	MAR.	ABR.	MAL.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1	ESCOLHA DO TEMA / PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS											
	OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS											
	DESENVOLVIMENTO DA JUSTIFICATIVA											
	DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA											
	DESENVOLVIMENTO DA INTRODUÇÃO											
	ESTUDO DOS CORRELATOS											
	ENTREGA TCC 1											
2	ANALISE DAS CONDICIONANTES AMBIENTAIS E LEGAIS DO LOCAL ONDE O LOTE ESTÁ INSERIDO											
	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO LOTE											
	PRODUÇÃO DOS MAPAS ATRAVÉS DA ANÁLISE LOCAL											
	DEFINIÇÃO DO PARTIDO ARQUITETÔNICO, CONCEITO E DIRETRIZES											
	ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES											
	DESENVOLVIMENTO PROJETUAL											
	PRÉ BANCA (APRESENTAÇÃO)											
	CONCLUSÃO											
	APRESENTAÇÃO FINAL											

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Edifícios corporativos

Breve histórico

Com o crescimento da demanda pós revolução industrial muitas empresas perceberam que para alcançar um ambiente mais propício a gestão fazia-se necessário a providencia de espaços específicos para o andamento das atividades por área, assim os setores administrativos já não se enquadravam mais na área operacional (FONSECA, 2003).



Diante da deficiência de espaços que atendam às exigências corporativas da época, surgiram as primeiras propostas de escritórios voltadas para as áreas administrativas/liderança/coorporativa que no transcorrer do tempo os projetos passaram por diversas evoluções na forma em que os projetistas pensavam e projetavam os espaços corporativos.

Assim, a partir da necessidade da elaboração de novos locais de trabalho aparece no fim do século XIX o primeiro sistema de escritório baseado na teoria Taylorista, cujas diretrizes influenciaram em diversas perspectivas dentro do ambiente corporativo, desde o gerenciamento do trabalho até o processo de distribuição do layout dos espaços.

Dentre as principais características de um escritório taylorista percebe-se uma forte influência proveniente das fábricas. A organização espacial era padronizada, inflexível e contribuía para a solidificação da segregação espacial, pois, funcionários menos privilegiados hierarquicamente eram localizados em um salão central dispostos em linha sob a fiscalização dos supervisores. Os gerentes localizavam-se nas extremidades do salão em salas semi-envidraçadas, o que permitia uma boa visão do salão, e apenas os funcionários pertencentes aos níveis mais altos da hierarquia, localizavam-se nos pisos superiores em escritórios pessoais com salas mais sofisticadas e confortáveis (FONSECA, 2003)

A imagem 02 mostra o átrio central do edifício Larking Building, onde localizavam-se os trabalhadores com o grau de importância mais baixo dentro da hierarquia da empresa.

Imagem 02: Edifício Larking Building



Fonte: Wikiarquitectura

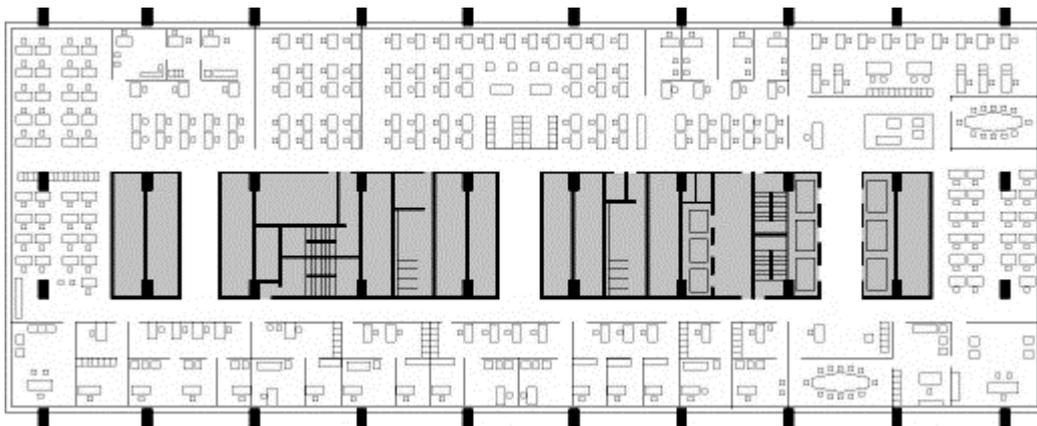


O modelo de escritório Taylorista tinha como objetivo a racionalização das etapas de trabalho, onde buscava-se extinguir desperdícios, fazendo com que os colaboradores entreguem a uma demanda específica executando apenas os fluxos necessários e com tempo determinado para o cumprimento de cada atividade sem que a mesma acarretasse em custos adicionais, garantindo assim um melhor custo benefício para as empresas.

Nos Estados Unidos surgiu a proposta Open Plan resultado de avanços projetuais do tempo, essa forma de projetar tinha por objetivo de integrar os ambientes e reduzir as barreiras que haviam entre os setores, facilitando a comunicação e interação entre os funcionários.

A imagem 03 representa uma planta baixa de um escritório Open Plan, onde observa-se uma organização espacial com menos divisórias entre os setores, e as existentes são de material translúcido, permitindo uma permeabilidade visual e comunicação entre os setores.

Imagem 03: Escritório planta livre



Fonte: Arqteoria, 2020. (Modificado pelo autor)

Já na década de 50, período pós Segunda Guerra Mundial, os escritórios panorâmicos surgiram na Alemanha fundamentado nos princípios humanistas com a necessidade da padronização da forma que se trabalhava. A característica primordial desse novo modelo de escritório é a distribuição espacial em planta livre, que assegurava uma maior comunicação entre as pessoas de diferentes setores e cargos e possuía mobiliários dispostos de forma orgânica quebrando a rigidez do modelo taylorista sem abolir a hierarquização (Imagem 04). Esse novo sistema ficou conhecido como Office Landscape – o escritório panorâmico.



Imagem 04: Escritório Panorâmico



Fonte: The Architectural Review, 2020

Ao passar do tempo os estudos arquitetônicos passaram a identificar problemas nos escritórios projetados em planta livre,

Estudos evidenciaram a carência das condições ambientais destes espaços. Os funcionários estavam submetidos a altos níveis de distração provenientes de conversas paralelas, toques de telefones, ruídos de máquinas, o que comprometia o desenvolvimento de seu trabalho, apresentavam pouca privacidade e encontravam-se impossibilitados de exercer controle sobre os sistemas ambientais (temperatura e iluminação). (FONSECA, 2003, p. 27).

Outro fato importante que influenciou a forma de planejar os ambientes de trabalho foi a crise do petróleo que,

“De acordo com Chávez (2002 *apud* FONSECA, 2003, p. 27) como consequência as edificações foram completamente fechadas, o que mais tarde acarretou o surgimento da “síndrome dos edifícios doentes”. Os sistemas ambientais principalmente de ar condicionado, passaram a ser controlados por um sistema central e o trabalhador não possui autonomia para regulá-lo”.

Entre os diversos acontecimentos o maior influenciador dos ambientes de escritórios foi a evolução tecnológica, pois a mesma tornou o trabalho mais flexível, permitiu desenvolver sistema para automatizar a produção e contribuiu no desenvolvimento de sistemas para redução dos gastos (i.e energia, água).

Diante do novo contexto, os escritórios buscaram humanizar os ambientes laborais e atender as demandas dos usuários, visto que, as pessoas passam a maior parte do dia nos seus locais de trabalho do que na própria casa. Essa



preocupação em projetar para usuário vai além do espaço propriamente dito, também estão inclusos os móveis específicos para cada ambiente e/ou tarefa, o conforto ambiental e o respeito aos aspectos psicossociais (i.e. mobiliário ergonômico). Essa nova forma de pensar e projetar ficou conhecida como projeto corporativo.

Arquitetura de Escritório corporativo

A arquitetura corporativa é vista pelos profissionais, clientes e simpatizantes como uma ferramenta que traz benefícios que vão além da estética, ao planejar este tipo de ambiente a empresa está buscando também melhorias nos processos internos (i.e conforto), e externos (i.e conquistar novos clientes) durante suas transações de negócios.

Atualmente, o que mais influencia o avanço de projetos corporativos são os inúmeros benefícios e/ou objetivos que acompanham este segmento.

O objetivo da arquitetura corporativa é transformar ambientes de trabalho de forma que fiquem não somente mais produtivos, mas também confortáveis e com espaços diferenciados, em que os layouts modernos sejam pensados para facilitar as rotinas de trabalho. Por meio desse tipo de arquitetura é possível transformar qualquer espaço em um ambiente de trabalho que seja agradável e atenda as demandas dos funcionários e clientes, independente se a empresa é de grande, médio ou pequeno porte. (T2 Arquitetura e Engenharia, 2019).

De forma geral, pode-se citar dez objetivos principais da arquitetura corporativa, os mesmos estão representados abaixo através de desenhos:

Imagem 05: Principais objetivos da arquitetura corporativa



Fonte: T2 Arquitetura e Engenharia (Modificado pelo autor)



O projeto arquitetônico deve ser projetado segundo a identidade da empresa, isso significa dizer que os ambientes planejados irão transmitir os valores, a missão e a visão da empresa para os colaboradores, visitantes e clientes (Imagem 06).

Imagem 06: Identidade visual da empresa



Fonte: Studioserradura, 2016.

Neste tipo de projeto, o layout desenvolvido é pensando de forma a facilitar a comunicação entre os colaboradores facilitando a resolução de tratativas, como também as relações interpessoais. O layout é moldável as necessidades do setor, ou seja, se um ambiente necessita de acesso restrito serão planejados divisórias para garantir a privacidade do local.

Imagem 07: Layout aberto



Fonte: Bloomberg, 2012.



Para garantir o bem-estar do funcionário e atender as exigências básicas do ser humano, o projeto é desenvolvido em conformidade com os requisitos exigidos pelas NBR 15575 - Conforto térmico e lumínico e a NBR 10152 – Conforto acústico.

Além do planejamento do conforto ambiental o projeto dedica-se também a atender as necessidades psicossociais dos colaboradores, ou seja, busca-se conformidade em relação aos parâmetros exigidos na ergonomia do trabalho. Para esses ambientes são planejados: cadeiras ergonômicas (altura regulável, borda frontal arredondada, encosto adaptável, etc), mesas adaptáveis e funcionais, iluminação adequada, temperatura adequada, acessórios ergonômicos (suporte de notebook, monitor, apoio de pé), entre outros.

Figura 08 – Mobiliários Ergonômicos da empresa Herman Miller



Fonte: Herman Miller 2020. (Modificado pelo autor)

Outro ponto importante que soma positivamente ao conforto do ambiente são as cores, a mesma é utilizada no projeto corporativo não só como uma ferramenta de decoração, mas também, como uma ferramenta com capacidade de despertar sentimentos nos colaboradores e visitantes.

Figura 09 – Uso de cores no escritório



Fonte: Herman Miller 2020. (Modificado pelo autor)



As divisões dos espaços são planejadas de forma a tornar os setores mais produtivos e comunicativos, tornando-o assim funcional.

Nos projetos cooperativos são planejados sistemas inteligentes a fim de reduzir o consumo dos recursos naturais e conseqüentemente reduzir os gastos com energia elétrica, água, etc. (i.e sensor de presença).

Outro benefício no planejamento desses projetos é a capacidade de otimização dos espaços, pois é possível tornar espaços antes inutilizáveis em espaços destinados a lazer, reuniões, trabalho, etc.

Possuir espaços planejados implica diretamente nas estratégias de negócio da empresa, isso porque a empresa apresenta uma boa organização, como também, uma alta produtividade gerada pelo investimento no conforto ambiental, na ergonomia, entre outros.

O projeto é desenvolvido de forma ambientalmente correta desde o início utilizando formas construtivas mais limpas reduzindo os resíduos sólidos normalmente gerados pelos métodos construtivos mais comuns e implementação de ações e medidas a fim de preservar os recursos naturais (i.e placas solares, aproveitamento de água).

Portanto, a arquitetura contemporânea procurou atender as necessidades tecnológicas do mercado de trabalho como também as necessidades humanas e ao mesmo tempo que atende as necessidades básicas de trabalho investe em produtividade.

Tecnologia aplicada aos edifícios inteligentes

Os diversos sistemas sofisticados que surgem na área tecnológica com o propósito de economizar e utilizar de forma racional os recursos e/ou sistemas de um edifício tornaram-se objeto de grande procura no mercado da construção civil, isso porque o projetar de um edifício que antes utilizava de todos os seus elementos de forma independente passou a ser pensado de forma a otimizar e inter-relacionar todos os elementos de seu sistema, fazendo com que o edifício seja adaptável ao desenvolvimento tecnológico.

Diante disso, surge uma nova conceituação no mercado que podemos denominar de edifícios inteligentes ou edifícios de alta tecnologia e para Neves (2002) *apud* Fernandes (2015, p22), edifício inteligente tem como definição



“Aquele que responde às necessidades de seus usuários, quão variadas sejam, e que conserva a capacidade de evoluir, incorporando a qualquer tempo, os recursos tecnológicos que venham a ser convenientes.”

Para o Frazatto (2000, *apud* FERNANDES, 2015, p.12) “Edifício Inteligente é aquele que incorpora dispositivos de controle automático aos seus sistemas técnicos e administrativos.” Pode-se entender a partir desses conceitos que os edifícios inteligentes são aqueles que otimizam os seus sistemas incorporando a eles dispositivos que permitem automatização, associação e cruzamento de dados para que ocorra o gerenciamento racional desses sistemas, com a finalidade de proporcionar conforto e qualidade de vida aos usuários da edificação no desenvolvimentos de suas atividades, bem como garantir a melhor gestão dos recursos, reduzindo os custos com manutenções e gerando economias durante a vida útil da edificação.

Segundo Derek; Clements-Croome, (1997, *apud* COELHO; CRUZ, 2017, p.12), o termo “*intelligent buildings*”

foi usado primeiramente em uma definição dada pelo Intelligent Building Institute (IBI) de Washington, DC, eles classificam essas construções como algo que pode integrar vários sistemas para administrar de forma eficiente os recursos de forma coordenada para maximizar: performance técnica, economia de custos operacionais e de investimentos além de possuir flexibilidade.

Alguns principais fatos históricos contribuíram para o surgimento e disseminação dos edifícios inteligentes pelo mundo, tais fatos estão listados a seguir em ordem cronológica.

Em meados dos anos 70, os chips de computadores permitiram que o sistema de Aquecimento, ventilação e Ar Condicionado, fossem os primeiros sistemas onde eram utilizados sensores que captavam informações das condições climáticas possibilitando o uso dessas informações para controlar eletronicamente a temperatura dentro dos ambientes (LAM, 2004).

Em 1973, com a crise do petróleo, surgiu a necessidade de economizar energia, e a ideia de edifício inteligente surgiu como solução para essa problemática, já que era possível utilizar da tecnologia existente na época para fazer o gerenciamento correto na utilização desse recurso (NETO, 1994).



Em 1978 foi realizada a primeira integração entre edifícios, o que possibilitou controlar 2.400 pontos de 134 edifícios diferentes. O feito foi executado pela empresa Mass United Technologies (NETO, 1994).

Já, no ano de 1982, foi criado o primeiro sistema de painéis que funcionavam de forma autônoma, e em 1984 na cidade de Nova York, foi construído o edifício da Companhia Telefônica AT&T, que na época passou a ser considerado o “cabeça dos edifícios inteligentes” devido a sua estrutura extremamente flexível (Imagem 10).

Imagem 10: Companhia Telefônica AT&T



Fonte: Archdaily, 2020.

Em 1986, na cidade de Londres, Inglaterra, foi construído o edifício da Companhia de Seguros Lloyd's, que passou a ser considerado um modelo a ser adotado quando se tratava de edifícios inteligentes. Segundo Richard Rogers, arquiteto responsável pelo projeto, o objetivo é que o edifício seja flexível como um mecano (i.e maquinismo), (Imagem 11).

Imagem 11: Companhia de Seguros Lloyd's



Fonte: Arquiscopio, 2020.

Ainda no ano de 1986, na avenida Paulista, em São Paulo, foi construído o primeiro edifício inteligente no Brasil, o edifício sede do Citibank, esse edifício conta com o comando da iluminação natural por pontos de iluminância, produção noturna de gelo para munir o sistema de ar condicionado, além do gerenciamento de todos os sistemas da edificação através da supervisão de 2500 pontos (Imagem 12).

Imagem 12: Edifício sede do Citibank



Fonte: Aflalo e Gasperini Arquitetos, 2020.

Na década de 90 aconteceram modestos avanços nas construções, incluem-se sistemas de cabeamento estruturado, sistemas audiovisuais, controladores de automação residencial com controle direto digital (DDC), espaço para equipamentos



de redes, sistemas de controle de acesso e vídeo segurança, entre outros (SINOPOLI, 2010 *apud* COELHO; CRUZ, 2017).

Atualmente o setor da construção civil vem buscando investir em “softwares para operação, controle e monitoramento dos edifícios” (NAKAMURA, 2010), tornando perceptível que a mentalidade das empresas está mudando em relação a investir em novas tecnologias que agregam valores a edificação e beneficiam os usuários e a população sem deixar de ter o retorno financeiro investido.

Principais sistemas automatizados em um edifício

Sistema de instalação Elétricas e de Iluminação

Na atual realidade global quando se refere ao consumo de energia elétrica, pode-se destacar as edificações de um modo geral como sendo as principais fontes de consumo de energia elétrica. Grande parte desse consumo em um edifício acontece no sistema de iluminação artificial, podendo corresponder em média até 50% do total de energia consumida em uma edificação (LEDER; PEREIRA, 1999). Tal fato ocorre principalmente pela não utilização das novas tecnologias existentes que podem auxiliar no gerenciamento do consumo de energia.

Atualmente uma das principais medidas para solucionar o problema do consumo de energia provinda da iluminação, foi a instalação de sensores (i.e sensor de presença) que permitem o gerenciamento, o processamento de informações sobre determinado ambiente e a automatização do sistema de iluminação, permitindo o usuário

atuar sobre as operações de liga-desliga de luminárias, ajustar equipamentos nos períodos mais críticos, de modo a manter o nível de consumo e controlar a demanda de energia para se beneficiar de tarifas diferenciadas (FERNANDES, 2015, p.22).,

Além do mais, o sistema de iluminação artificial quando vinculado a iluminação natural através de aberturas ou de fachadas envidraçadas, pode trazer um melhor aproveitamento do sistema, a partir de sensores que controlam a incidência da luz natural no ambiente, onde é realizada o ajuste da iluminação artificial tomando como parâmetro a quantidade de luz natural, garantindo a iluminação adequada de acordo com a necessidade do ambiente e amenizando a necessidade do uso do sistema de resfriamento artificial.



Imagem 13: Eficiência energética e flexibilidade



Fonte: EnOcean

- [1] Os interruptores sem fio sem bateria controlam a iluminação e o sombreamento.
- [2] Os sensores de luz externos sem bateria combinam automaticamente a iluminação com a luz do dia.
- [3] O sensor de ocupação ajusta a temperatura e apaga as luzes quando uma sala não está em uso.
- [4] Sensor de temperatura ambiente para consumo mínimo de energia e conforto máximo.
- [5] Os sensores climáticos (umidade e CO2) monitoram a qualidade do ar interno.
- [6] [7] Os sensores de posição - puxador da janela e contato com a janela - cortam o aquecimento e o ar condicionado quando as janelas estão abertas.
- [8] Controle central em um painel de toque ou PC / notebook.
- [9] Monitoramento e controle remoto por telefone celular ou na Internet. (ENONCEON, 2014)

Sistema de Instalações Hidráulicas

A instalação hidráulica é um dos sistemas mais importantes de uma edificação, isso porque, ele é responsável por garantir a distribuição das águas frias e quentes sob pressão adequada para os pontos, como também destinar a água utilizada pela rede de esgoto.

A tecnologia existente para edifícios inteligentes permite que o sistema de instalações hidráulicas possam monitorar os níveis de água nos reservatório, detectar possíveis vazamentos nas tubulações, garantir acionamento automático das bombas, todos esses procedimentos combinados com a utilização de equipamentos



(i.e bacias sanitárias, pias, torneiras) automatizados, pode garantir um maior controle no consumo de água.

Além disso, outras formas de diminuir o consumo de água é a implantação de sistemas de aproveitamento das águas pluviais e reaproveitamento das águas cinzas (i.e lavar louça, roupa e tomar banho) para usos urbanos não-potáveis como a limpeza de pisos, descarga para vaso sanitário, irrigação paisagística, combate a incêndio, lavagem de veículos, sistemas de ar condicionado e etc.

Sistema de Segurança

Os sistemas de segurança foram pensados a princípio para a proteger os usuários e a propriedade de possíveis invasores, e com o passar do tempo, o sistema de segurança foi evoluindo e agregando a possibilidade de realização de outras tarefas, tendo como exemplo a detecção de incêndio, monóxido de carbono, radiações e outros perigos (NEVES, 2002).

Quando se trata da área de segurança voltado para ao controle de acesso e monitoramento, podemos ter inúmeros de recursos tecnológicos disponíveis no mercado como: o uso de cartões magnéticos, sensores de proximidade, leitores ópticos, leitores biométricos, que fazem a identificação da pessoa que está utilizando determinado espaço.

Atualmente, os equipamentos de identificação, permitem a sua programação, de forma que o acesso dos usuários ao edifício e/ou determinado ambiente seja restrito determinado de acordo com o dia, hora, cargo que a pessoa ocupa na empresa e circunstâncias atípicas do dia-a-dia.

Outro ponto de extrema importância é o sistema de vigilância por vídeo que também é conhecido por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), que tem como objetivo vigiar a edificação durante 24 horas em busca de possíveis eventualidades causadas por criminosos. Esse tipo de sistema é composto por três blocos essenciais, o primeiro deles é o bloco de videocâmeras, que através das câmeras utilizadas em áreas de interesse, captam as imagens e geram sinais elétricos que serão enviados para os monitores do bloco de visualização, onde serão possíveis a visualização da imagem captada, o segundo é o bloco de comutação com a finalidade de facilitar a descrição, e por último o bloco de visualização, que tem a finalidade de reproduzir as imagens captadas no primeiro bloco.



Sistema de Combate a Incêndio

O sistema de combate a incêndio é algo essencial em qualquer empreendimento, pois trata-se da segurança dos usuários e o patrimônio edificado. Nesse sistema, assim como nos demais, existe a possibilidade de torna-lo inteligente. Nesse sentido o Sistema de Proteção Técnica contra Incêndio (SPTCI) é que realiza todos os procedimentos que possibilitam uma maneira mais inteligente e eficiente no combate ao incêndio seguindo a legislação de acordo com as entidades reguladoras de cada localidade.

Para Marte (1995, *apud* NEVES, 2020, p.109), o sistema inteligente de combate a incêndio funciona de tal forma onde as “centrais e repetidoras microprocessadas, às quais se interligam detectores e acionadores manuais, automáticos ou endereçáveis e com possibilidade de ajuste do grau de sensibilidade de detector remotamente”.

O SPTCI tem como função alertar sobre qualquer irregularidade na edificação, controlar o alarme de incêndio conduzindo os usuários no processo de escape, verificar os níveis de água nos reservatórios destinados ao combate das chamas, impedir curto-circuito, impedir que a fumaça entre nas escadas de emergência através do insuflamento do ar, comunicar as diversas áreas o incidente, manter a pressão nos hidrantes e sprinklers.

Dessa forma pode-se concluir que o SPTCI quando realizado por profissionais especializados seguindo as legislações vigentes, pode garantir a segurança dos usuários, da edificação e dos materiais nele contido.

A importância do branding

O cenário que as empresas desenvolvem seus serviços tornou-se ao longo do tempo mais competitivo, assim desenvolver um processo e/ou produto que atenda de forma correta e eficaz ao público alvo é o objetivo principal das organizações corporativas sejam elas de pequeno, médio ou grande porte.

Nesse panorama globalizado em que as empresas se encontram atualmente, onde produtos e serviços caminham para a equiparação da qualidade e da funcionalidade e essa gestão voltada para o desenvolvimento da marca no mercado de trabalho, é conhecida como branding.



O branding vem do termo brand que significa a “gestão da marca” e é um processo multidisciplinar que envolve profissionais de diferentes áreas como a administração, marketing, arquitetura, design, tecnologia, publicidade, gestão, entre outros.

Brand ou *brand management* (na tradução do inglês = gestão de marca). Trata-se de uma atividade totalmente estratégica e de planejamento. O objetivo integral é alcançar uma posição única na mente e no coração do consumidor da marca. Por isso ela é e precisa ser muito mais do que um logotipo ou um design (SILVA et al., 2017, p.5).

A equipe quem implementa o branding busca basicamente trabalhar de forma incessante e conjunta planejando e definindo estratégias que busquem agregar valores à empresa, garantindo a ela o posicionamento na mente do consumidor, tornando-a mais forte e competitiva no mercado de trabalho, como também, uma empresa “*top of mind*”.

O termo “*top of mind*” traduzido do inglês, significa topo da mente, ou seja, o lugar em que a marca e/ou produto garante na mente do cliente. Para que a empresa possa alcançar essa denominação, é necessário que os profissionais escolhidos para a elaboração do branding se preocupem em estudar a essência dos potenciais consumidores da marca e/ou produto, para que assim, possa ser criada uma estratégia de relacionamento e comunicação adequada a linguagem do público consumidor, oferecendo aos mesmos um serviço assertivo e de boa qualidade fazendo com que eles possam desenvolver um relacionamento de lealdade com a marca e/ou produto, garantindo o reconhecimento e agregando valores a marca.

Segundo Healey (2009), o branding quando conduzido de forma correta pode viabilizar um número considerável de possibilidades que venham a

garantir o sucesso do produto ou serviço como: 1) reforçar uma boa reputação; 2) estimular a lealdade; 3) garantir a qualidade; 4) veicular uma percepção de maior valor, permitindo que um produto seja vendido a um preço superior (ou que um produto de valor igual venda mais); e garantirão comprador uma sensação de afirmação e de uma comunidade imaginária de valores partilhados.

Para que o gerenciamento da marca ocorra de forma precisa, é de grande importância que os profissionais sejam especialistas na arte de fazer branding, pois para implantar, gerenciar e avaliar marcas, é indispensável o conhecimento técnico e prático de como funciona cada etapa do processo.



O processo mais importante no branding é o desenvolvimento da marca, pois a mesma tornar-se-á o referencial daquilo que a organização pretende vender

Uma marca é criada para representar, de maneira figurativa, uma empresa, ou qualquer tipo de razão, através de elementos para compor uma identidade visual. [...] Marca é tudo, são os pequenos detalhes, desde os contatos com o público, da comunicação no ato da compra, de cada experiência do consumidor com a empresa. Uma marca forte, referencial, resulta em fator de decisão de compra e consumo e, conseqüentemente, reflete o valor que ela representa no coração e na mente de cada consumidor. [...] A marca deixou de ser um mero símbolo que representa uma empresa para tornar-se o coração, a alma da mesma. Existem marcas que valem muito mais do que o patrimônio tangível da empresa (OLIARI; ANNUSECK, 2010 *apud* SILVA et al., 2017, p.4).

É importante ressaltar também que a gestão da marca deve acompanhar a evolução do mercado para que possa adaptar-se às novas necessidades dos clientes, pode-se citar como exemplo a rede de restaurantes MCDonald's que além de seus tradicionais sanduíches, incluiu em seu cardápio algumas opções de comidas mais saudáveis como saladas, frango, frutas, seguindo a evolução do gosto dos consumidores.

Assim sendo, o branding apresenta-se como um modelo ou ferramenta de gerenciamento e tem como estudo principal a marca, pois quando a mesma é utilizada de forma correta, ela tem o poder de conectar a empresa, o produto e o consumidor agregando valor a empresa que faz com que a marca ganhe força e por consequência conquiste uma forte influência no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAL PROJETUAL

SEDE DO BANCO C3

Ficha Técnica

Quadro 02: Ficha Técnica.

ARQUITETURA:	BRETT FARROW ARCHITECT
PAISAGISMO:	GROUND-ED-RICH RISNER
ENGENHARIA:	KPFF
COLABORADORES:	MICHAEL PERSALL-CLIENT/OWNER
CLIENTE:	ABP CAPITAL/C3BANK



LOCALIZAÇÃO:	S COAST HWY 101, CALIFORNIA, EUA
CONCLUSÃO:	2019
TIPO DE PROJETO:	CORPORATIVO
STATUS:	CONSTRUÍDO
MATERIALIDADE:	CONCRETO BRANCO, AÇO E VIDRO
ESTRUTURA PRINCIPAL:	CONCRETO
ÁREA TOTAL:	2.787m ²
NÚMERO DE PAVIMENTOS:	2 ACIMA DO SOLO/2 ABAIXO DO SOLO

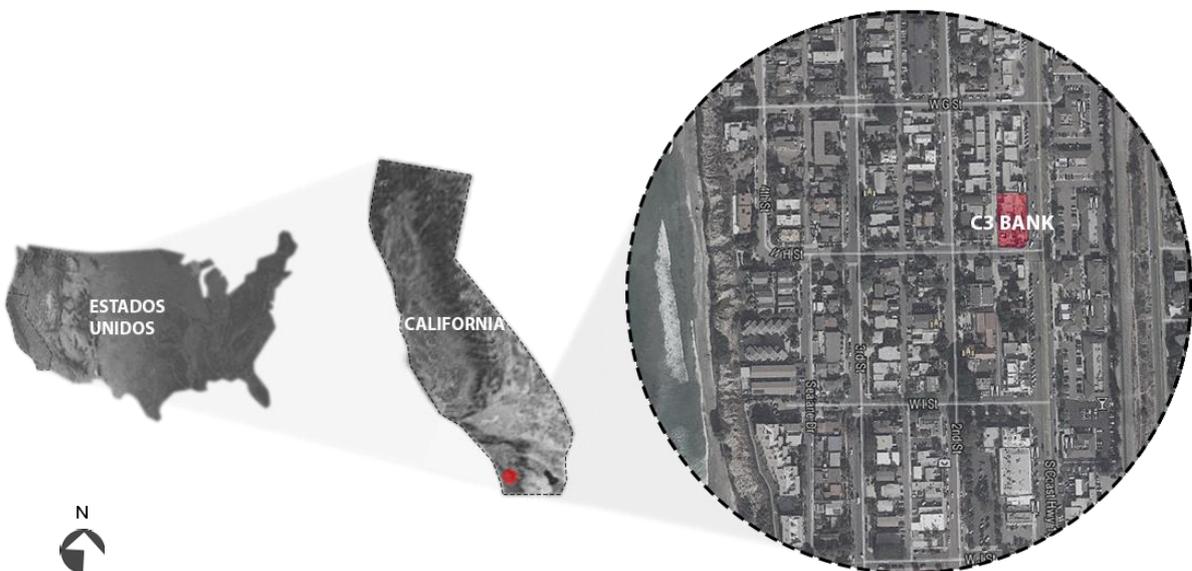
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Genius Loci

O projeto está localizado na cidade Encinitas no Sul California, nos Estados Unidos, a cidade está em uma região costeira onde é conhecida como a capital mundial do surf e das flores.

O lote em que o projeto está inserido tem relação direta com uma das principais autoestradas dos Estados Unidos, a South Coast Highway 101 que é conhecida como Estrada da Costa do Pacífico, percorrendo aproximadamente 1271 Km cortando várias cidades de San Diego até a fronteira com Oregon conforme é mostrado na imagem 2.

Imagem 14: Mapa de localização do C3 Bank.



Fonte: Google Earth,2020. (Modificada pelo autor)



Na South Coast Highway 101 próximo ao C3 Bank, observa-se uma variedade de equipamentos públicos como: restaurantes casuais, boutiques, galerias, cafés e parques que movimentam a região durante o dia e a noite. Ao longo da Highway e nas suas imediações observa-se repartições públicas, bancos, livrarias, igrejas, parques e uma linha de transporte ferroviário que se conecta com as cidades vizinhas conforme apresentado na imagem 15.

Imagem 15: Equipamentos próximos ao C3 Bank.



Fonte: Google Earth,2020. (Modificada pelo autor)

Identidade

O C3 Bank foi projetado pelo arquiteto Brett Farrow, e está localizado na Califórnia que é considerado o estado mais populoso dos Estados Unidos segundo o United States Census Bureau com 39.512.223 milhões de habitantes e atualmente o mais importante polo industrial, com um PIB de 1,55 trilhão de Dólares. Onde as principais atividades econômicas do estado se concentram em sua maioria no turismo, comércio, indústria, tecnologia e prestação de serviços.

O edifício foi projetado de forma a integrar diferentes usos como o de escritórios corporativos, uma agência de varejo e espaços semi-cívicos. O sistema estrutural do edifício é todo em concreto. Na escolha dos materiais o arquiteto Brett Farrow, optou por utilizar o concreto branco personalizado referenciando os penhascos costeiros existentes na cidade de Encinitas, conforme imagem 16.



Imagem 16: Concreto branco personalizado.



Fonte: Archidaily, 2019.

É possível identificar que as esquadrias envidraçadas permitem que a iluminação natural permeie na edificação e que possa trazer também uma conexão interna entre os ambientes, bem como conectar os mesmos com o exterior do edifício através da transparência.

Imagem 17: Conexão entre os ambientes através da transparência do material.



Fonte: Archidaily, 2019.



No interior do edifício, foram utilizados elementos de cores naturais combinando com elementos de cores neutras, a exemplo disso os forros e os pisos em tons amadeirados combinando com o material preto existente nas esquadrias.

Imagem 18: Materiais internos utilizando paleta natural.



Fonte: Archidaily, 2019.

Além dos espaços desenvolvidos para o desempenhar das funções de escritório corporativo e de varejo, foram pensados espaços para descaço, contemplação e espaços que se conectem com o meio urbano.

Imagem 19: Conexão da Sala Comunitária com o meio urbano



Fonte: Archidaily, 2019.

O projeto foi desenvolvido levando em consideração a qualidade e o conforto dos usuários, onde algumas estratégias foram adotadas para minimizar a incidência



do forte sol da Califórnia dentro do edifício, a exemplo do tratamento da fachada Oeste, onde foram inseridas saliências para dificultar a incidência solar no interior do edifício e plantas em uma espécie de telhado verde, amenizando a sensação de calor e contribuindo para a economia de energia do edifício.

Imagem 20: Fachada Oeste com as soluções de proteção solar



Fonte: Archidaily, 2019.

Significado do Uso

O edifício foi projetado para ser um banco local, possuindo dois pavimentos abaixo do solo e dois pavimentos acima do solo. No primeiro pavimento abaixo temos o primeiro nível de estacionamento que se trata de um semi subsolo que está dividido em sete vagas para carros, quatro vagas para motocicletas e duas vagas para veículos adaptados para portadores de necessidades especiais, além da área de circulação dos veículos, circulação vertical e uma pequena área para armazenamento.

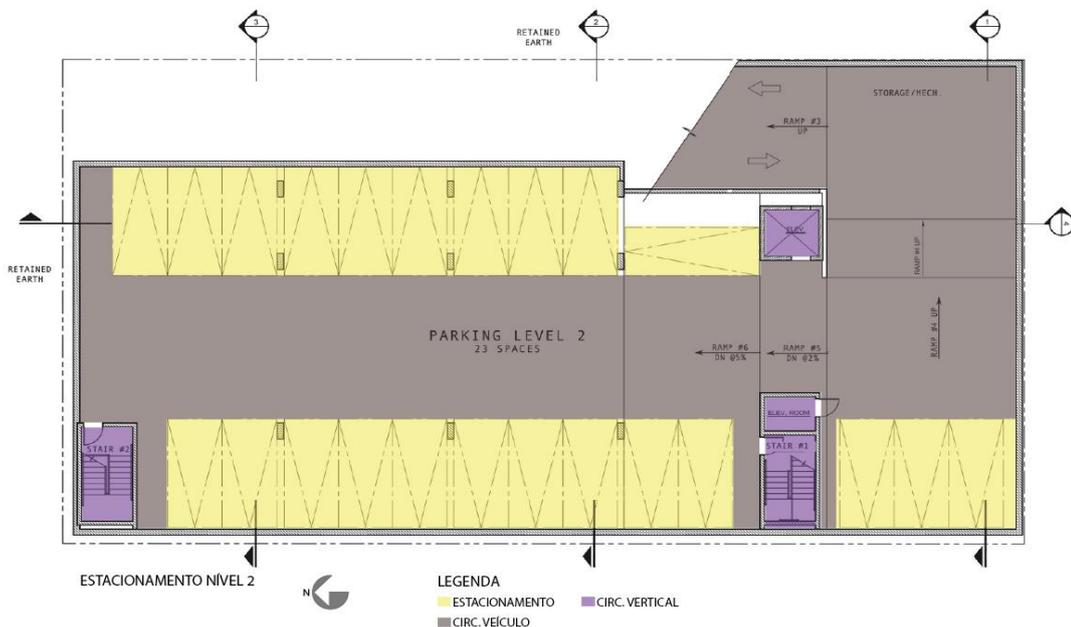
Imagem 21: Planta baixa do nível 1 do estacionamento



Fonte: Archidaily, 2019. (Modificado pelo autor).

No segundo pavimento abaixo (imagem 22), temos o segundo nível de estacionamento onde funciona o subsolo que disponibiliza mais vinte e três vagas para carros, área de circulação de veículos e a circulação horizontal que dá acesso ao edifício.

Imagem 22: Planta baixa do nível 2 do estacionamento

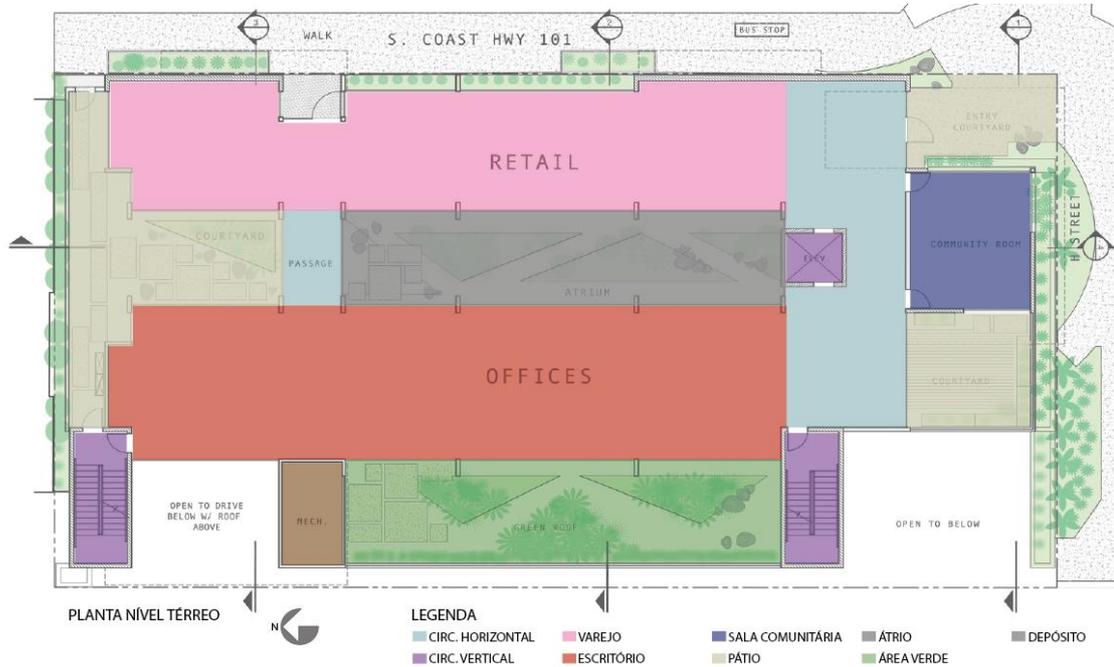


Fonte: Archidaily, 2019. (Modificado pelo autor).



O pavimento térreo (imagem 23) apresenta um espaço para atendimento ao cliente que funciona no modelo de varejo, uma área dedicada para escritórios, uma sala comunitária para reuniões de grupos empresariais e comunitários, pátios e átrios que trazem áreas verdes de contemplação e por fim um local para depósito.

Imagem 23: Planta baixa do nível térreo

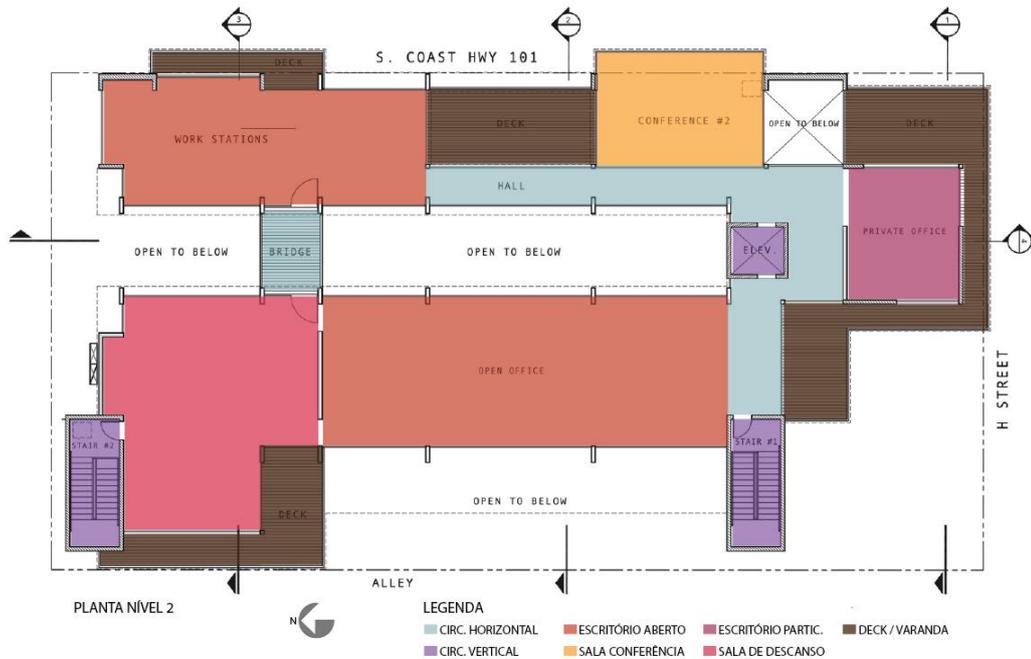


Fonte: Archidaily, 2019. (Modificado pelo autor).

Para concluir, a planta do nível 2 está dividida em estações de trabalho, escritórios que adotam uma organização espacial de planta livre que vem sendo bastante utilizado por escritórios mais modernos e que possibilitam um maior network entre os usuários, um escritório privativo, uma sala de conferências e áreas para descompressão como a sala de descanso e as varandas.



Imagem 24: Planta baixa do nível 2



Fonte: Archidaily, 2019. (Modificado pelo autor).

Plástica e Geometria

O edifício em sua composição formal é predominantemente horizontal, composto por linhas retas e volumes de geometria simples, onde arquiteto aproveitou-se da sala de conferência para dar uma sacada da fachada e de algumas varandas que hora saca da fachada e hora se retrai dando um jogo de volume que contribui na plasticidade do edifício.

Imagem 25: Jogo de volumes da fachada



Fonte: Archidaily, 2019.



Síntese

Com a análise realizada no projeto do C3 Bank, observou-se pontos de interesse como a conexão entre ambiente interno e externo que o vidro proporciona, o jogo de volumes da fachada e áreas de contemplação que possam a vir influenciar diretamente em futuras decisões no decorrer do processo criativo, bem como no produto final desse trabalho, onde pretende-se chegar a nível de anteprojeto de um edifício corporativo inteligente.

EDIFÍCIO OXI

Ficha Técnica

Quadro 03: Ficha Técnica.

ARQUITETURA:	LUIZ VOLPATO ARQ
ENGENHARIA (ESTRUTURA DECONCRETO):	AS ESTRUTURAS
ENGENHARIA (ESTRUTURA METÁLICA):	ANDRADE E REZENDE ENGENHARIA
ACOMPANHAMENTO ECOORDENAÇÃO DOS PROJETOSCOMPLEMENTARES:	LUIZ VOLPATO ARQ
PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃOE COORDENAÇÃO DA OBRA:	VOLTORAGUI ENGENHARIA
LOCALIZAÇÃO:	RUA JERÔNIMO DURSKEY, CURITIBA,PARANÁ, BR
CONCLUSÃO:	2011
TIPO DE PROJETO:	EDIFÍCIO DE ESCRITÓRIO
STATUS:	CONSTRUÍDO
MATERIALIDADE:	CONCRETO, METAL E VIDRO
ESTRUTURA PRINCIPAL:	METÁLICA
ÁREA TOTAL:	2.341 m ²
NÚMERO DE PAVIMENTOS:	4 PAVIMENTOS + ÁTICO

Fonte: Desenvolvido pelo autor.



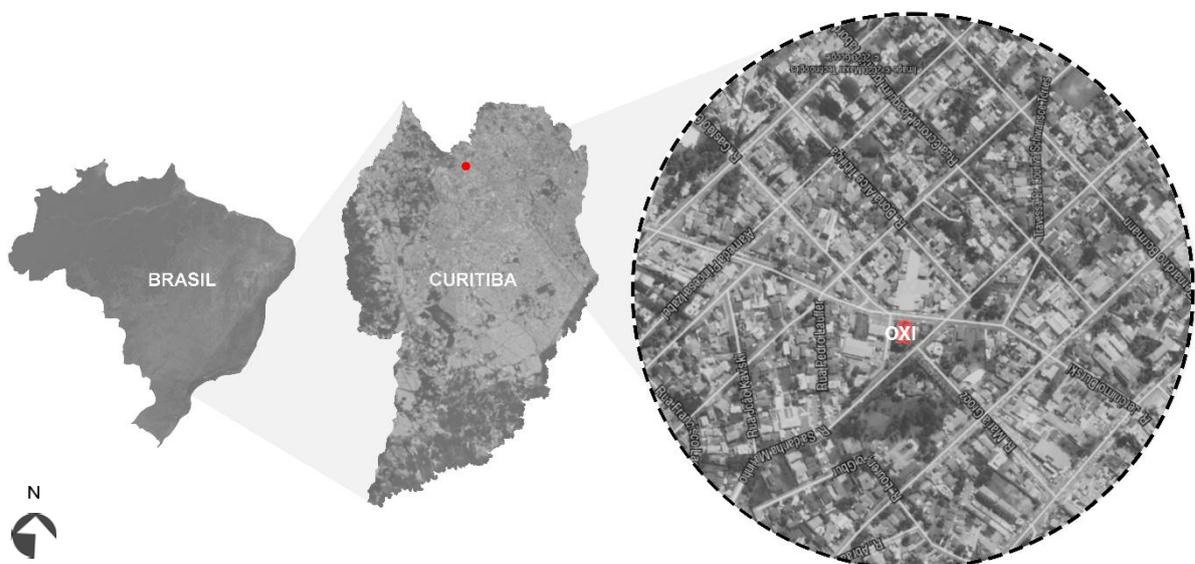
Genius Loci

O edifício Oxi está localizado na cidade de Curitiba no estado do Paraná, Brasil. A cidade de Curitiba é conhecida como cidade modelo por possuir uma maior qualidade de vida e um elevado índice de educação em comparação as demais cidades brasileiras (IDEB). Atualmente passou a ser intitulada de cidade ecológica, devido as intervenções urbanas que recebeu nos últimos anos.

O comercio de varejo e o de atacado da cidade são considerados as principais atividades econômicas que contribuem para o PIB per capita de R\$ 44.384,92 mil (IBGE, 2017). A economia da cidade é fomentada também pelos setores industriais, da construção civil e principalmente pelo turismo que elevou a cidade para estar entre as dez cidades brasileiras mais visitadas por turistas voltadas para negócios internacionais.

O projeto está localizado especificamente em um lote que permite conexão entre as ruas Jerônimo Dursky e a rua Saldanha Marinho, por conta da declividade existente entre as ruas o projeto possui sua fachada principal voltada para a rua Jerônimo Dursky, que é entrada para o térreo da edificação, e na fachada posterior na rua Saldanha Marinho possui uma entrada que dar acesso ao subsolo da edificação (Imagem 26).

Imagem 26: Mapa de localização do Edifício Oxi.



Fonte: Google Earth,2020. (Modificado pelo autor)



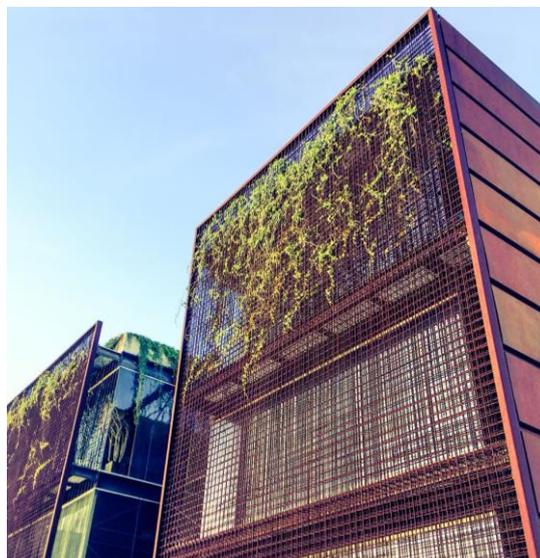
Próximo ao edifício Oxi, aproximadamente a um raio de 500 metros, pode-se visualizar algumas variedades de equipamentos públicos como restaurantes, bares, igrejas, escolas, faculdades, hospitais, hotéis, entre outros, favorecendo assim a dinâmica para o entorno do edifício.

Identidade

O Edifício Oxi possui uma área de 2341m² e foi pensado a partir de sua ocupação pelos escritórios de engenharia AS Estruturas e Andrade e Rezende e o de arquitetura Luiz Volpato, onde as características como a tradição, transparência e a evolução foram cruciais para a escolha do conceito projetual. Fundamentado no conceito escolhido foram definidos o aço, o vidro e o concreto como os materiais que iriam tornar possível a formação da identidade projetual.

Outras características que influenciaram diretamente o projeto foram o terreno e o conforto ambiental, onde as dimensões alongadas do terreno condicionou o arquiteto a criação de dois blocos interligados pela circulação vertical proporcionando uma melhor ventilação e iluminação dos ambientes. O átrio central formado pelos blocos dar espaço a uma praça que direciona as pessoas para o hall da circulação vertical que dar acesso aos diversos ambientes da edificação. Na fachada principal (imagem 27), o uso de vergalhões para a ramificação de trepadeiras formando um brise natural contribui com um melhor controle da penetração da insolação e da ventilação no edifício.

Imagem 27: Fachada principal do Edifício Oxi.



Fonte: Archidaily, 2011.



Significado do Uso

O projeto foi pensado de forma a atender um estúdio de arquitetura e duas empresas voltadas para cálculos estruturais, e para tal, o edifício foi segmentado contendo subsolo, pavimento térreo, primeiro pavimento com um mezanino, segundo pavimento e um ático.

O subsolo (imagem 28) é disposto do pavimento de estacionamento que contém dezesseis vagas de garagem sendo quatorze na área interna da edificação e duas na parte externa. Ainda no subsolo temos as áreas técnicas, onde estão localizados alguns equipamentos essenciais para o funcionamento do edifício, além das centrais e reservatórios que abastecem o edifício e o SPDA que faz a proteção contra descarga atmosférica. O pavimento conta também com área comum de circulação, um hall e uma área de circulação vertical que dar acesso aos demais pavimentos da edificação.

Imagem 28: Planta baixa do subsolo

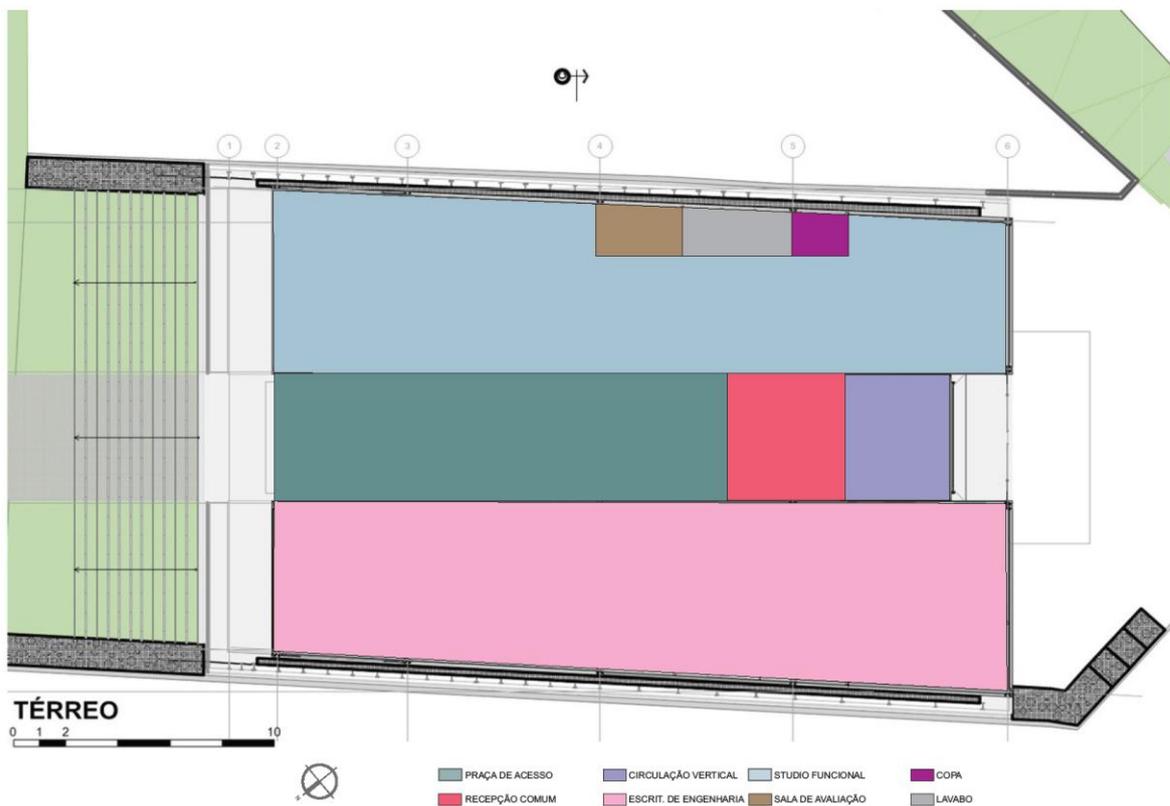


Fonte: Archidaily, 2011. (Modificado pelo autor)



No pavimento térreo situa-se um empraçamento central que dar acesso a uma recepção que funciona de forma comum para toda a edificação. A nave que está localizada a direita tomando por base a rua Jerônimo Dursky, possui o escritório Andrade e Rezende que dispõe de uma sala de espera, uma sala de escritório, e espaços para estações de trabalho que estão dispostos em planta livre, além de espaços destinados para serviços como sanitários, área de lavanderia e copa. A nave da esquerda dispõe de um amplo salão para um estúdio funcional que tem como área de apoio uma sala, uma sala de avaliação, sanitários e uma copa (imagem 29).

Imagem 29: Planta baixa do térreo.



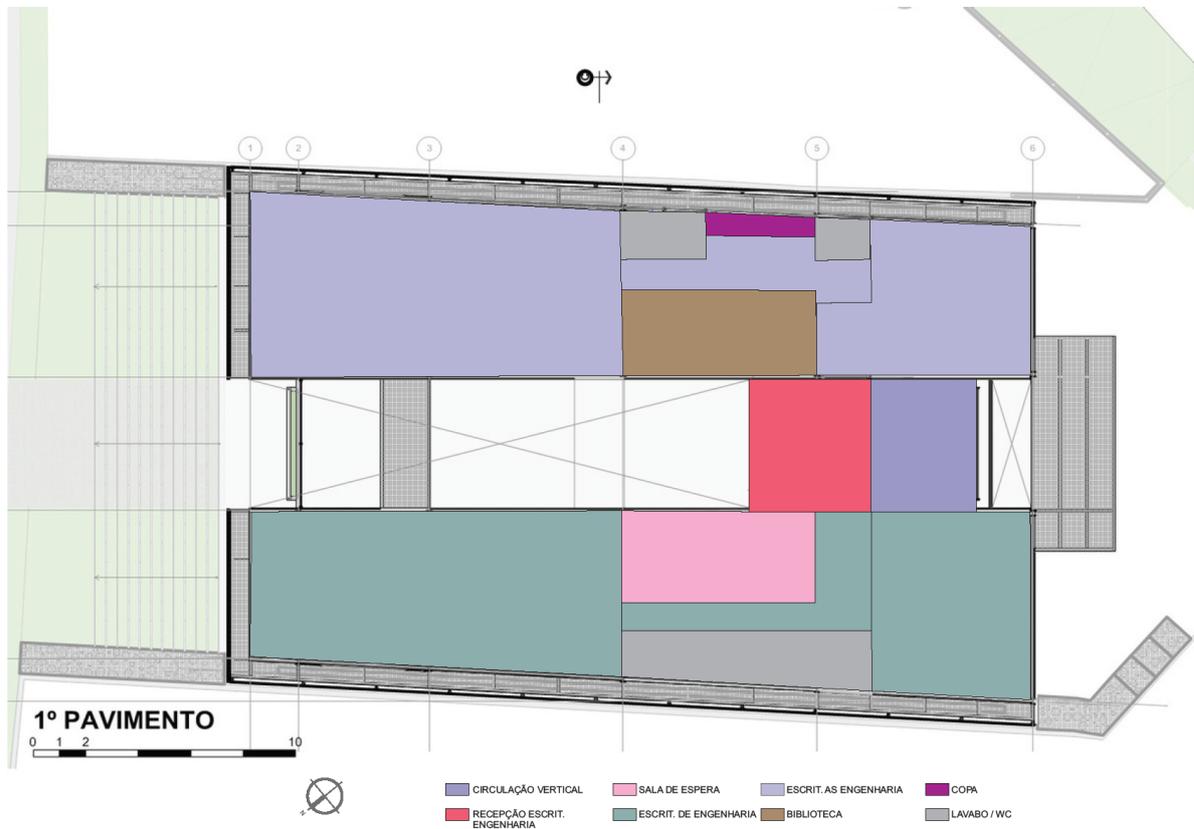
Fonte: Archidaily, 2011. (Modificado pelo autor)

No primeiro pavimento, logo após a circulação vertical, está situada a recepção privada do escritório Andrade e Rezende. Na nave da direita, é possível identificar a sala de espera que dar acesso a um escritório particular, as estações de trabalho em planta livre e áreas destinadas a serviço como os sanitários e a copa). Na nave localizada no lado oposto está o escritório AS Estruturas, que também conta com estações de trabalho em planta livre, um escritório particular, biblioteca,



espaço para armazenamento de arquivos e áreas reservadas para serviço como os sanitários e a copa. Ambas as naves possuem uma passarela que interliga os escritórios e um pavimento mezanino (imagem 30).

Imagem 30: Planta baixa do primeiro pavimento.

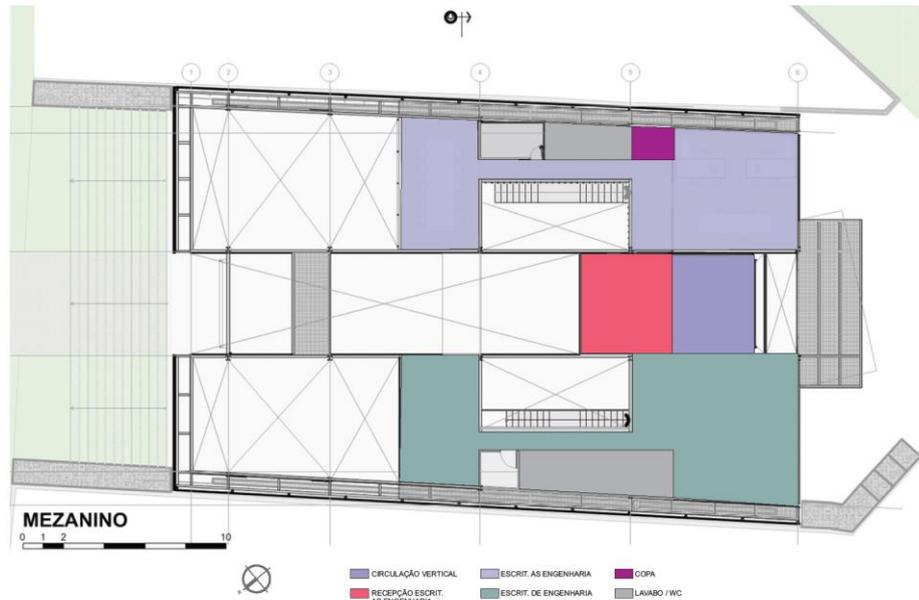


Fonte: Archidaily, 2011. (Modificado pelo autor)

O pavimento mezanino (imagem 31) conta com a recepção privada do escritório AS Estruturas e ambas as naves contam com quantidades de áreas similares destinadas a serviços (sanitários e copas), sala individual, sala de reunião e sala para grupo.



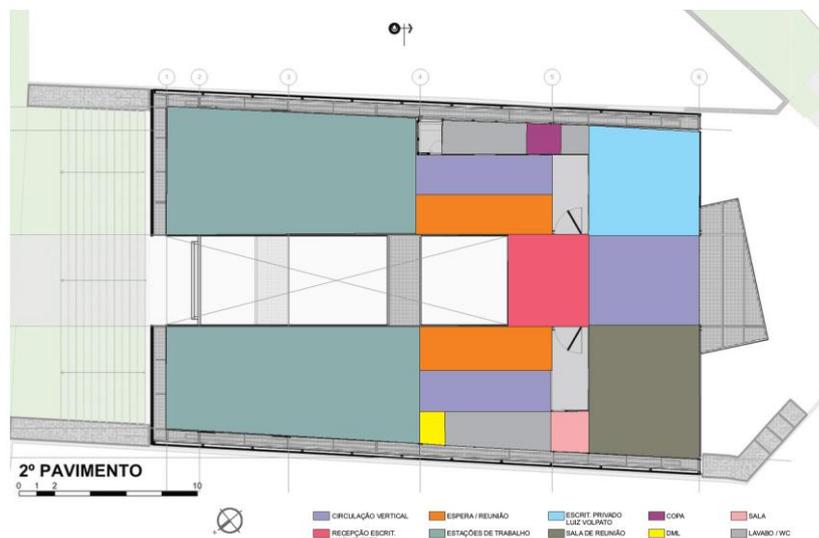
Imagem 31: Planta baixa do mezanino.



Fonte: Archidaily, 2011. (Modificado pelo autor)

No segundo pavimento funciona o escritório de Arquitetura Luiz Volpato, com uma recepção e na parte mais ao fundo da edificação estão localizadas as salas do arquiteto Luiz Volpato e uma sala de reunião para doze pessoas. Próximo a escada da nave esquerda há uma sala de espera também utilizada para reuniões informais e na lateral das duas naves, próximo as fachadas, foram criadas as áreas destinadas a serviços (sanitários, copa, DML), já na parte frontal da edificação, ambos os lados dispõe de uma mesa de doze metros que comportam quatorze funcionários cada uma.

Imagem 32: Planta baixa do segundo pavimento.



Fonte: Archidaily, 2011. (Modificado pelo autor)



No Ático, na nave localizada no lado direito funciona um pub com uma área externa e na nave da esquerda uma sala de oficina possuindo também uma área externa. Ambos os ambientes pertencem ao escritório de arquitetura Luiz Volpato. Ainda no ático, no átrio central cabos de aço foram tensionados ligados as duas naves com o objetivo de criar uma camada de vegetação ou espécie de cobertura natural.

Imagem 33: Planta baixa do ático.



Fonte: Archidaily, 2011. (Modificado pelo autor)

Plástica e Geometria

O edifício Oxi tem uma forma de U quando visto do topo e é possível identificar a predominância de linhas retas no projeto. Quanto a composição volumétrica observa-se a utilização da forma geométrica plana retangular que dá uma horizontalidade ao edifício. Os vergalhões que formam uma espécie de brise na fachada principal além cumprir sua função, concede uma estética singular ao edifício (imagem 34).



Imagem 34: Vista perspectiva do Edifício Oxi.



Fonte: Archidaily, 2011.

Síntese

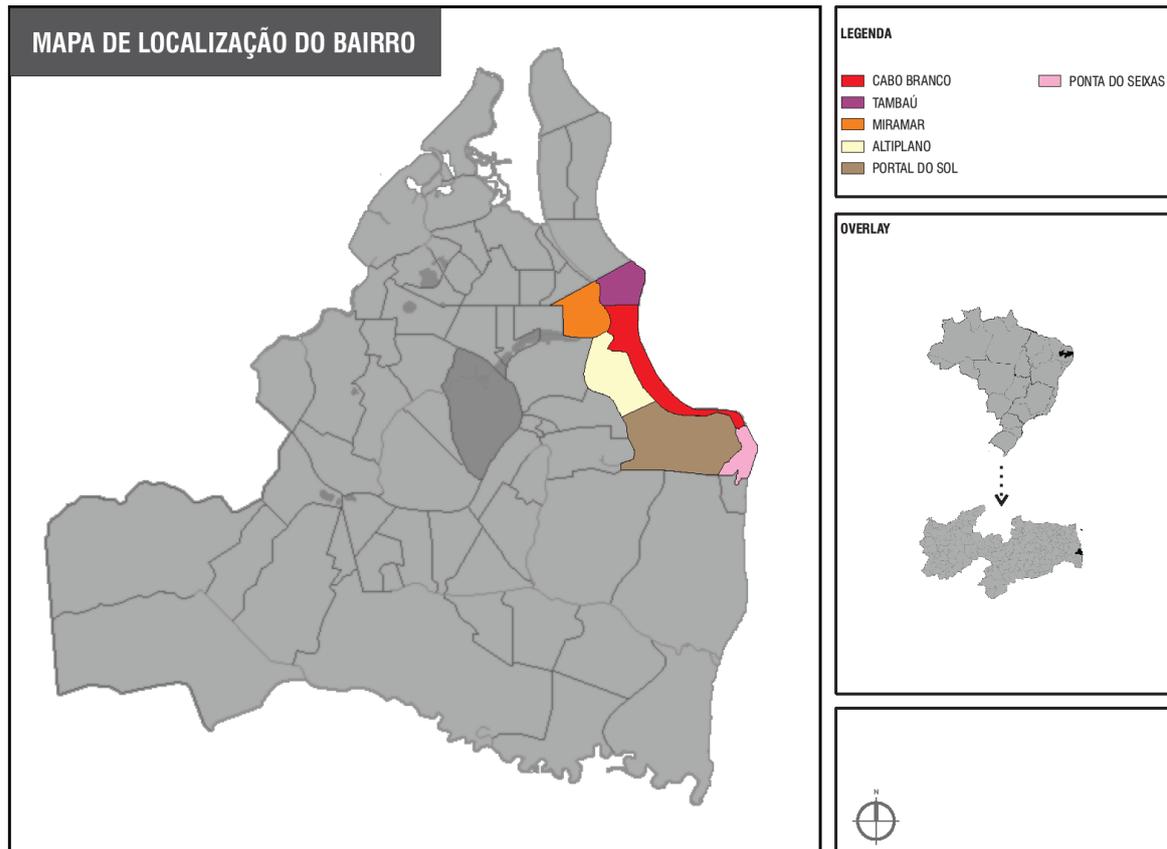
A partir dos estudos realizados, observou-se que os pontos de maior relevância no projeto são a predominância da utilização de estrutura metálica proporcionando uma obra mais limpa e uma maior flexibilidade nos espaços internos. Outro ponto interessante é a forma em U do edifício, criando um átrio central que possibilita uma melhor ventilação e iluminação dos ambientes, garantindo assim a economia de energia.

O LOCAL

O bairro Cabo Branco está localizado a extremo leste em uma área nobre da cidade de João Pessoa, adjacente ao mesmo observa-se o bairro de Tambaú localizado a Norte, a Noroeste o bairro de Miramar, o bairro Altiplano a Oeste, ao Sul está localizado o bairro Portal do Sol e a Sudeste a Ponta do Seixas.



Imagem 35: Mapa de localização do bairro de estudo.



Fonte: Wikipedia,2020. (Modificado pelo autor)

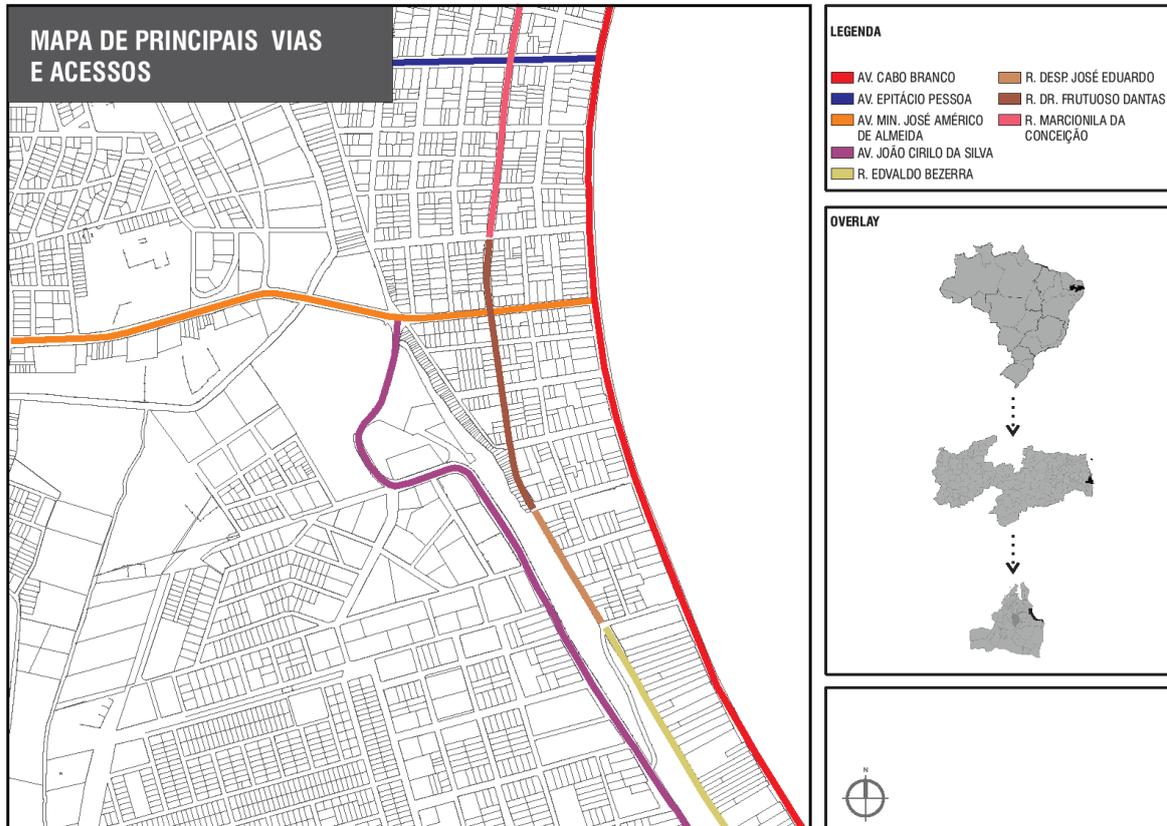
Os principais acessos ao bairro do Cabo Branco se dão pelas seguintes vias: Avenida Epitácio Pessoa e a Avenida Ministro José Américo de Almeida que conectam os bairros circunvizinhos ao centro da cidade e os bairros decorrentes em ambas as vias com a Avenida Cabo Branco e pela Avenida João Cirilo da Silva que conecta os Bairros localizados mais ao Sul com a Avenida Cabo Branco por meio da ladeira do Cabo Branco. A avenida João Cirilo da Silva se estende por quase todo o comprimento dos bairros Portal do Sol e Altiplano sendo finalizada na Avenida Ministro José Américo de Almeida.

As principais vias dentro do bairro são a Avenida Cabo Branco que está localizada paralelamente a praia, é uma avenida consideravelmente utilizada por esportista, já que a mesma é interditada todos os dias das cinco até as oito horas da manhã para a prática de esportes como cooper, ciclismo, entre outros. Ao longo da avenida também estão localizados alguns dos principais hotéis da região como o Nord Hotel, Littoral Hotel e Flats, Ba`ra Hotel, entre outros.



As ruas Edvaldo Bezerra, Desp. José Eduardo, Dr. Frutuoso Dantas e Marcionila da Conceição juntas formam um grande corredor viário ligando a região Sul e Norte do bairro além de dar acesso às ruas locais.

Imagem 36: Mapa de localização do bairro de estudo.



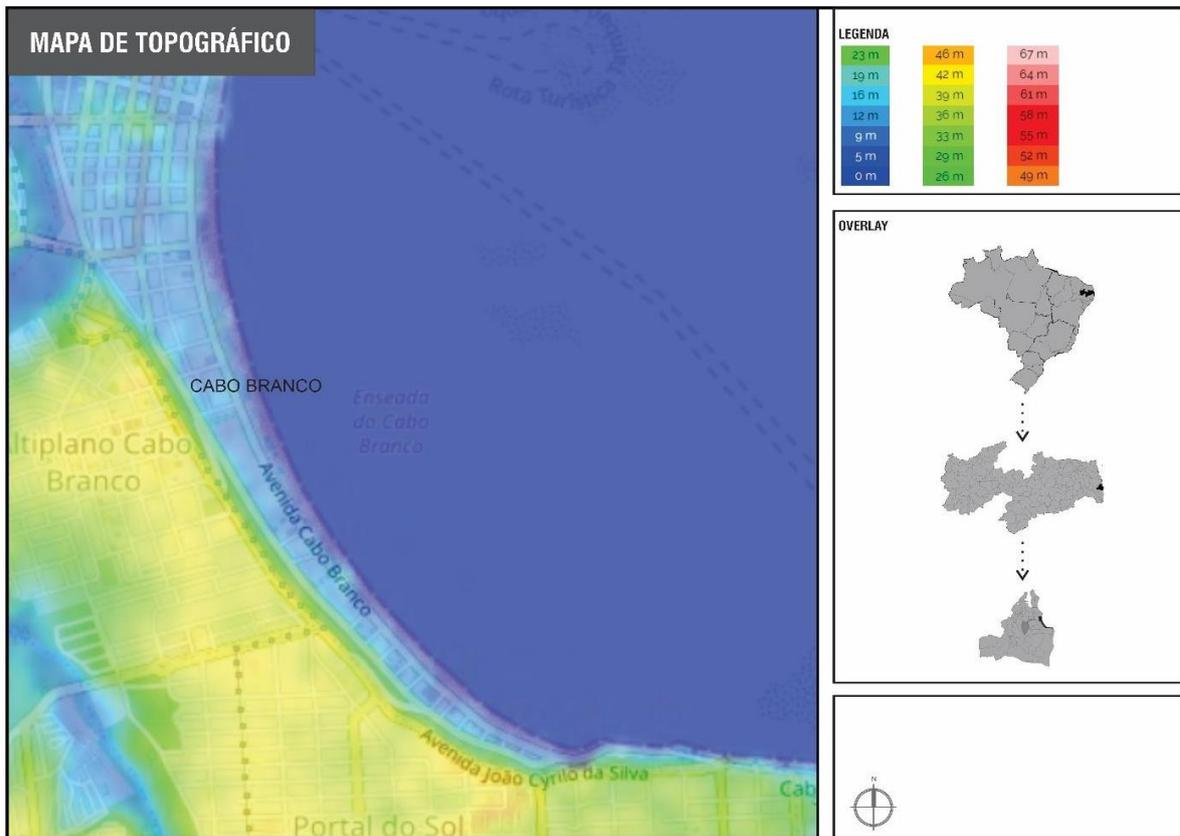
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

O clima na região é o tropical quente-úmido devido a sua proximidade com a região litoral. A temperatura e o índice de chuvas médios anuais na região são de 25.2°C (INSA, 2020) e 1798 mm respectivamente (AESAs, 2020).

A topografia do bairro Cabo Branco é predominantemente plana, com pequenas alterações de nível ao longo do bairro, dando um contraste visual quando comparado ao bairro vizinho altiplano que fica localizado em um nível mais alto (Imagem 37).



Imagem 37: Mapa de localização do bairro de estudo.



Fonte: Topographic, 2020. (Modificado pelo autor)

O bairro Cabo Branco possui uma boa infraestrutura, com grande parte de suas ruas pavimentadas, ciclovias que ligam o bairro a outras localidades da cidade (i.e centro da cidade, bairros vizinhos), sistema de saneamento básico, grandes empreendimentos (i.e comércios, restaurantes, hotéis) e algumas áreas de convivência (i.e largo localizado no busto de Tamandaré, parque cabo branco, calçadinha).

Quanto a vegetação percebe-se uma faixa de mata atlântica que está localizada próximo à divisa com o bairro do Altiplano acompanhando uma boa extensão do bairro, porém o bairro em si é pouco dotado de coberturas vegetais que proporcionem sombreamentos. Esse problema se dá principalmente na orla marítima onde existe uma predominância de árvores integrantes da família Arecaceae (família das palmeiras) com copas que podem chegar a 30m de altura e folhagens espaçadas que não favorecem o sombreamento.



Imagem 38: Coqueiros localizado na orla de Cabo Branco.



Fonte: G1 Paraíba, 2020.

ESTUDO DO LOCAL E ENTORNO

Entorno

Para o estudo do entorno, foi realizado um recorte que abrange as quadras adjacentes ao lote escolhido para a intervenção.

Imagem 39: Recorte para estudo.



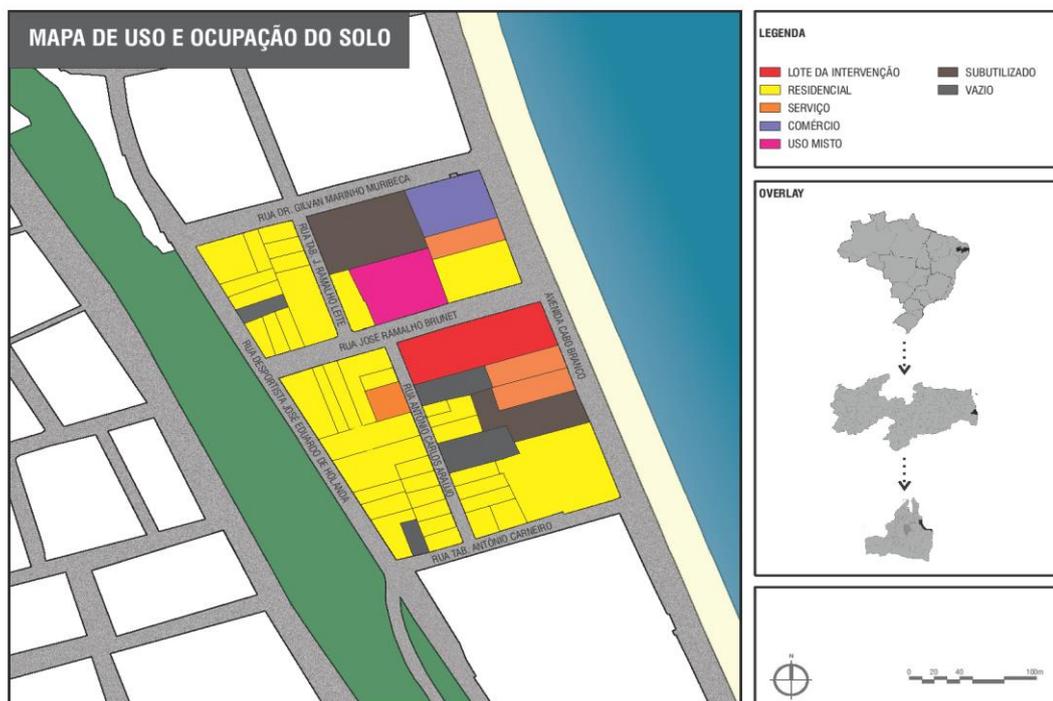
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)



A partir da análise realizada no que se refere a ocupação do solo observou-se uma diversidade de usos, como, edificações destinadas a serviços, comércio, e uso misto, nota-se também, presença predominante de lotes destinados a construções residenciais.

O Bairro do Cabo Branco trata-se de um bairro localizado em uma região na qual a legislação incidente permite um aproveitamento máximo dos lotes, proporcionando um adensamento vultoso ao bairro. No entanto, pode-se notar na imagem 40 que algumas regiões possuem lotes vazios e outros estão sendo utilizados abaixo da sua capacidade. Outro fator que se pode observar é a disposição dos usos de serviços, comércios e mistos localizados em sua grande maioria nas proximidades da orla marítima, já em relação ao uso residencial este acontece nos lotes mais afastados.

Imagem 40: Mapa de uso e ocupação.



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

A partir da análise do mapa de cheios e vazios é possível observar de forma mais explícita que a região próxima ao terreno apresenta um bom adensamento, e como já falado anteriormente apresenta também as áreas vazias. No entanto é possível identificar o surgimento de novas construções na região estudada.



Imagem 41: Mapa de cheios e vazios.



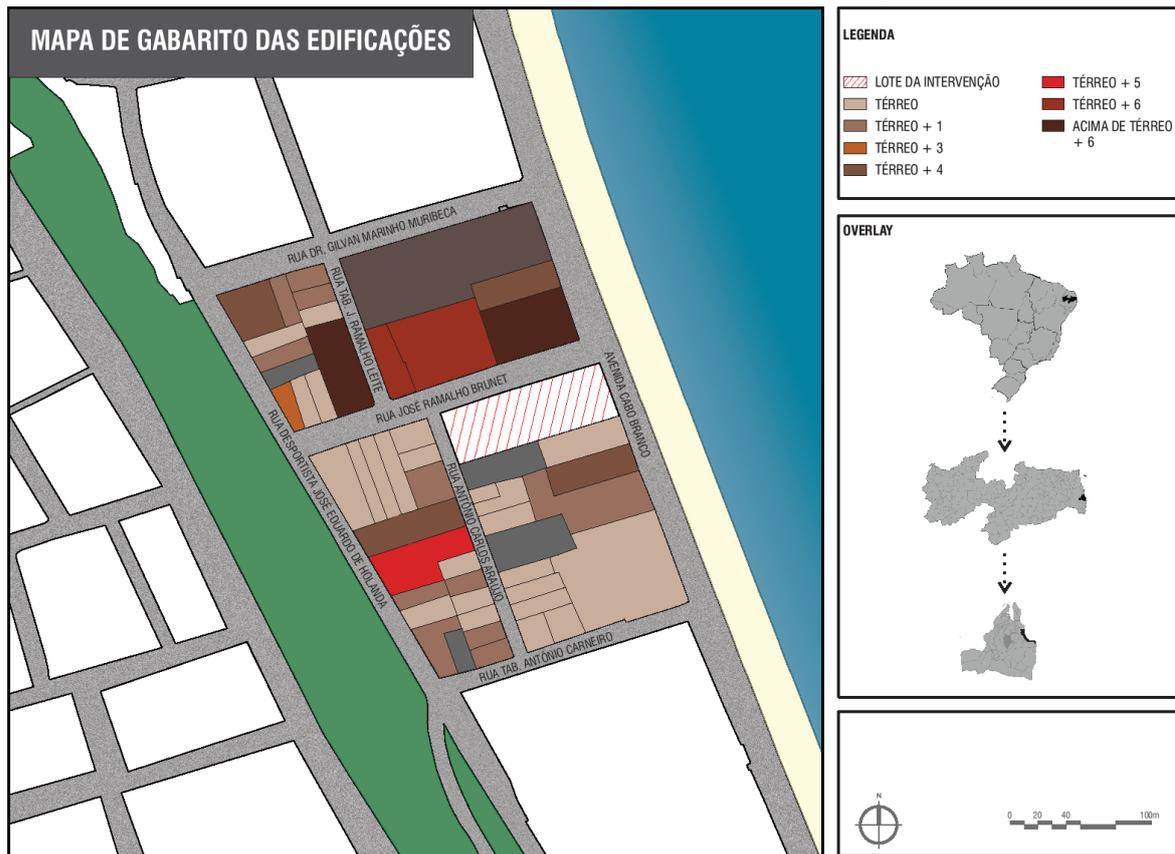
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

Na análise dos dados referentes ao mapa de gabarito de altura dos edifícios observou-se que o gabarito predominante na região é relativamente baixo quando comparado com outras áreas da cidade, isso acontece devido a lei que incide sobre a orla marítima, pois a mesma estabelece parâmetros que regulamentam a verticalização na região.

As informações da imagem permitem ainda observar que o gabarito da região é baixo devido a superioridade de lotes com residências unifamiliares. Em contrapartida, as edificações com mais de três pavimentos em sua totalidade são destinadas aos usos residenciais multifamiliar e serviços de hotelaria.



Imagem 42: Mapa de Gabarito de altura das edificações.

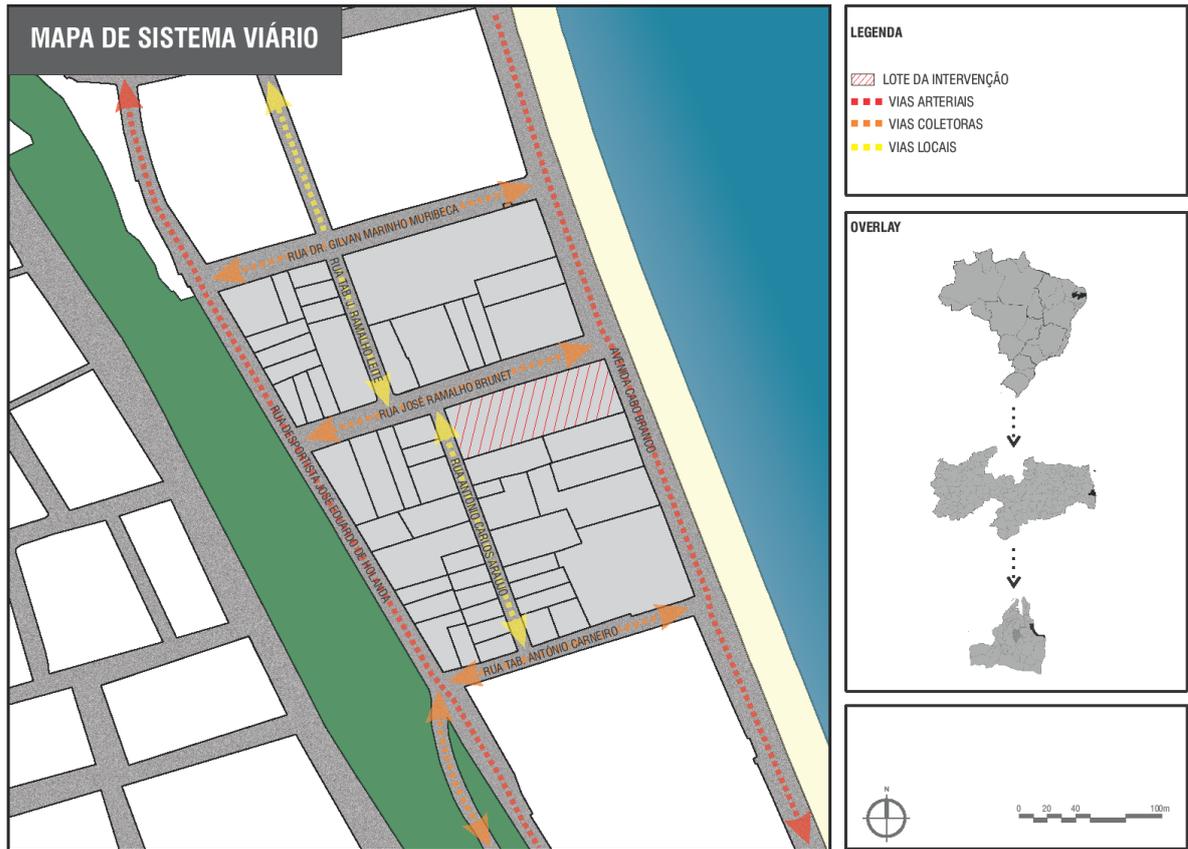


Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

O lote possui três vias adjacentes que cumprem papéis diferentes dentro do sistema viário da região. Defronte ao lote temos a Avenida Cabo Branco, uma via arterial, que dentre as três é a que possui um fluxo mais intenso de veículos. A rua José Ramalho Brunet localizada na lateral do lote é uma via coletora que tem por objetivo coletar e distribuir o fluxo de veículos entre a Avenida Cabo Branco e a Rua Desportista José Eduardo de Holanda e também para as vias locais. Já a Rua Antônio Carlos Araújo é uma via local com baixo fluxo de veículos, a mesma é destinada principalmente para o acesso local dos moradores, pois trata-se de uma rua com predominância de edificações residenciais.



Imagem 43: Mapa de sistema viário.



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

Outro ponto a ser analisado são as calçadas no entorno do lote, é possível identificar que a calçada voltada para a Avenida Cabo Branco possui boas condições de uso, dispõe de acessibilidade desejada aos portadores de necessidades especiais. Entretanto, a calçada voltada para a Rua José Ramalho Brunet é estreita, não possui acessibilidade, não acompanha o final do lote e está em péssimas condições de uso. Já a calçada localizada na Rua Antônio Carlos Araújo assim como a calçada da frente possui boas condições, porém não possui acessibilidade desejada aos portadores.



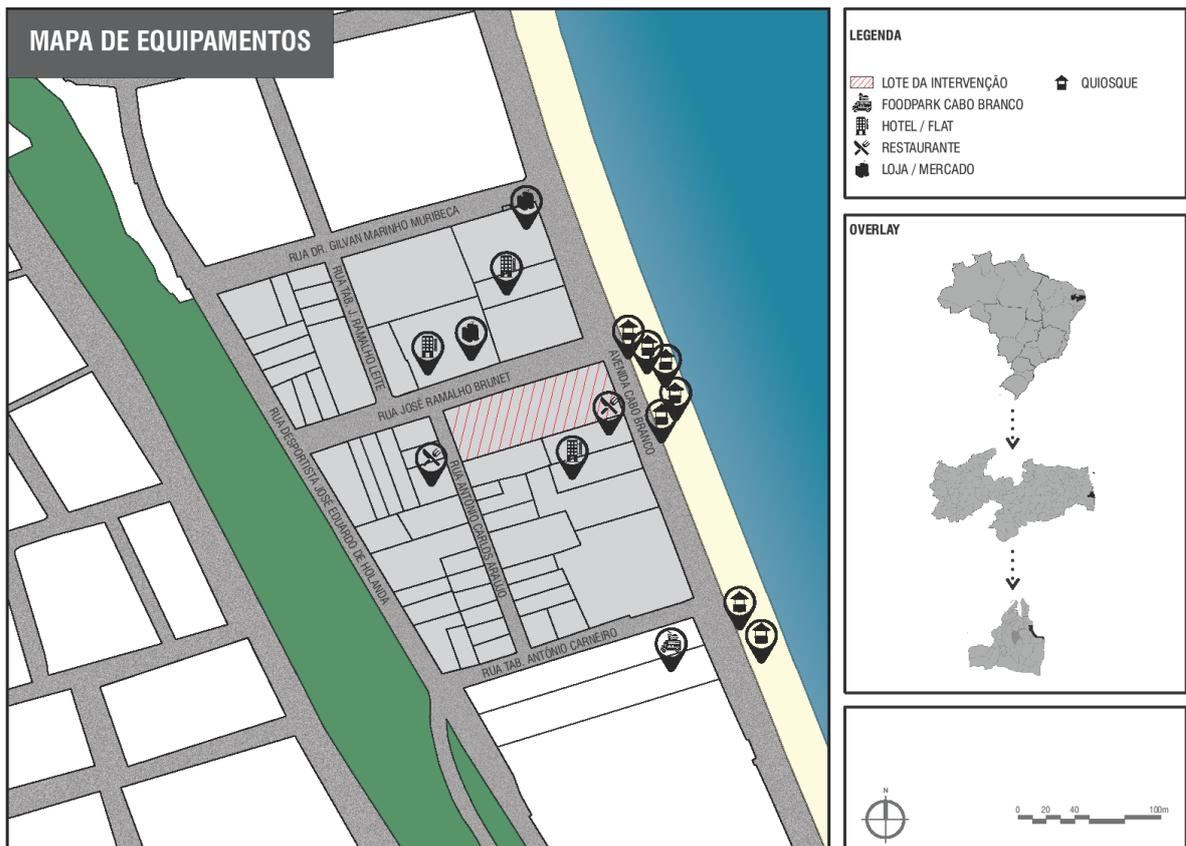
Imagem 44: Vista do lote



Fonte: Arquivo Pessoal

A diversidade de equipamentos (i.e restaurantes, quiosques, bares, lojas, hotéis) ao longo da Avenida Cabo Branco é um atrativo que acarreta num imenso fluxo de pessoas, tanto residentes da grande João Pessoa, como também turistas nacionais e internacionais.

Imagem 45: Mapa de equipamentos públicos.



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

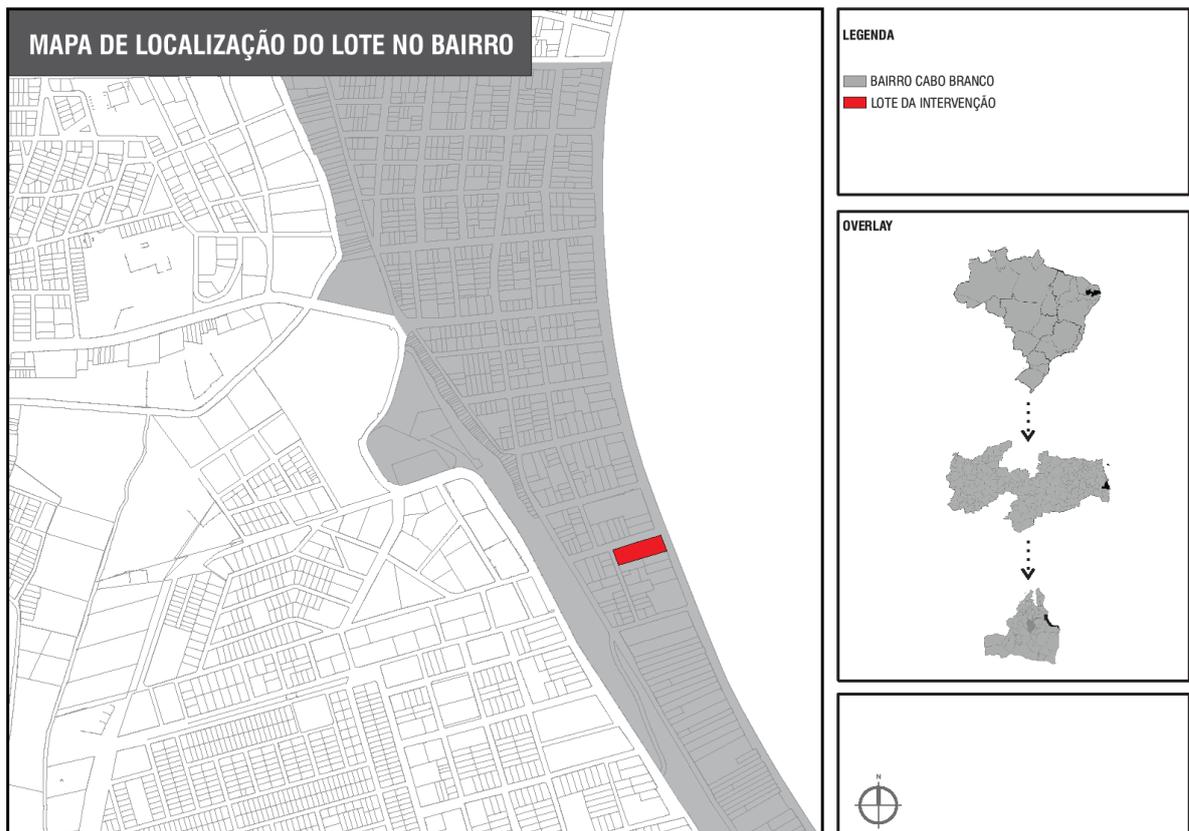


Apesar de todos os equipamentos existentes, nota-se a ausência de locais de apoio (i.e bicicletário, bebedouro, sombras) para a população esportista da grande João Pessoa, assim as pessoas que necessitam deste apoio utilizam dos quiosques para hidratação, descanso, etc.

Local

O terreno utilizado como escopo para o estudo está localizado em uma área de boa infraestrutura urbana, possui variedade de equipamentos públicos, potencialidade turística e paisagem praiana que permite a ligação direta com a natureza.

Imagem 46: Mapa de localização do lote no bairro.



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

O lote escolhido para a intervenção possuía dimensões demasiadas para o que estava programado para o terreno, dito isso, foi realizado o remembramento dividindo o mesmo em dois lotes, diminuindo a área que antes era de 6894,94 m², após o remembramento o terreno ficou com uma configuração retangular (imagem 38) e uma área total de 4697,47m².



Imagem 47: Mapa com informações do lote.



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

O terreno atualmente encontra-se subutilizado e em situação de abandono. Apesar disso, flanelinhas que rotineiramente estão no local se aproveitam da situação de abandono em que o terreno se encontra, e utilizam o mesmo diariamente como estacionamento para a população que frequenta a orla marítima.

Imagem 48: Vista de dentro do lote

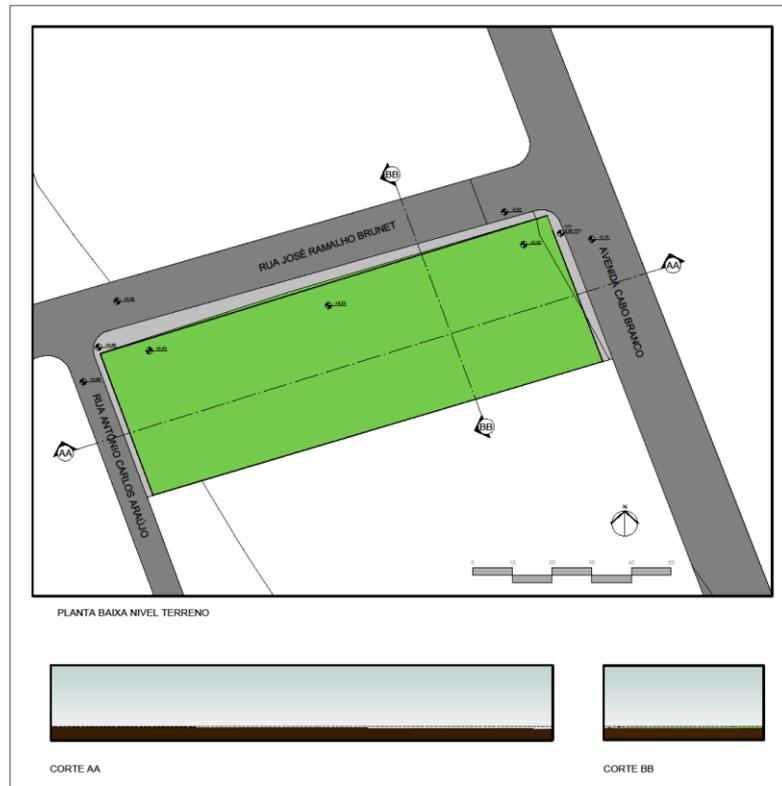


Fonte: Arquivo Pessoal



A topografia do terreno é praticamente plana, apresentando apenas um desnível de quarenta e cinco centímetros no sentido longitudinal do terreno, como mostra o Corte AA. Já o sentido transversal o mesmo é planificado, como mostra o Corte BB (imagem 40).

Imagem 49: Perfil topográfico

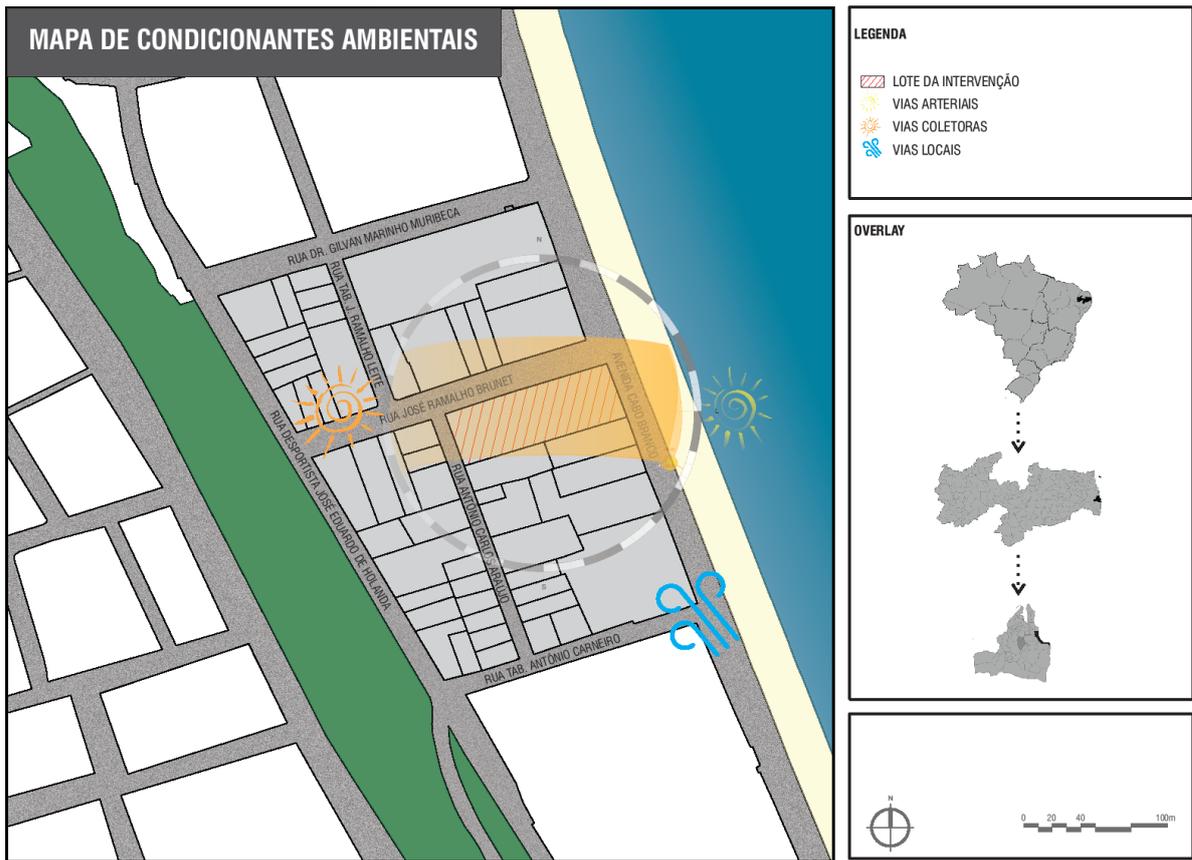


Fonte: Desenvolvido pelo autor

Insolação e Ventilação

O mapa de condicionantes ambientais permite analisar a insolação e a ventilação que incidem sobre a área em estudo. Tal fato é de extrema importância para a concepção do projeto, pois se pensado de forma correta, pode gerar adequados níveis de conforto térmico aos usuários do ambiente construído.

Imagem 50: Mapa de condicionantes ambientais.



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020. (Modificado pelo autor)

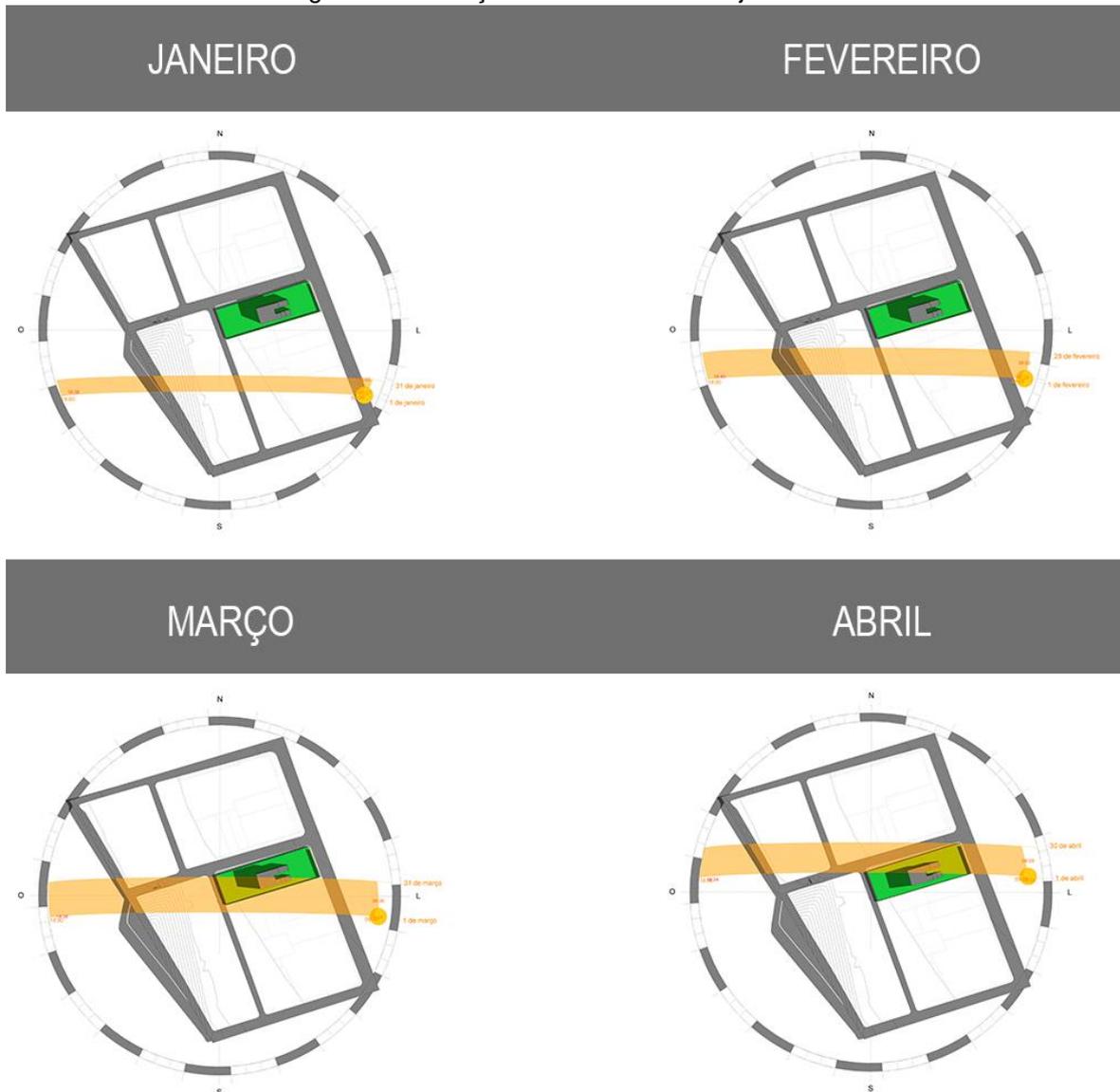
A análise dos atributos ambientais foi possível através dos auxílios das ferramentas Autodesk Revit, onde foi realizada a geolocalização do lote em estudo para a extração de informações precisas e o Windfinder que permite analisar a direção e força dos ventos que predominante ao longo do ano.

A análise da insolação foi realizada mês a mês e no horário da possível ocupação da edificação que são das oito horas da manhã até as seis horas da tarde.

A imagem 51 permite observar o percurso que o sol faz durante os meses de janeiro a abril, neste período a insolação predominante atinge as fachadas orientadas entre sul e leste no período da manhã e sul e oeste a tarde.



Imagem 51: Insolação entre os meses de janeiro e abril.

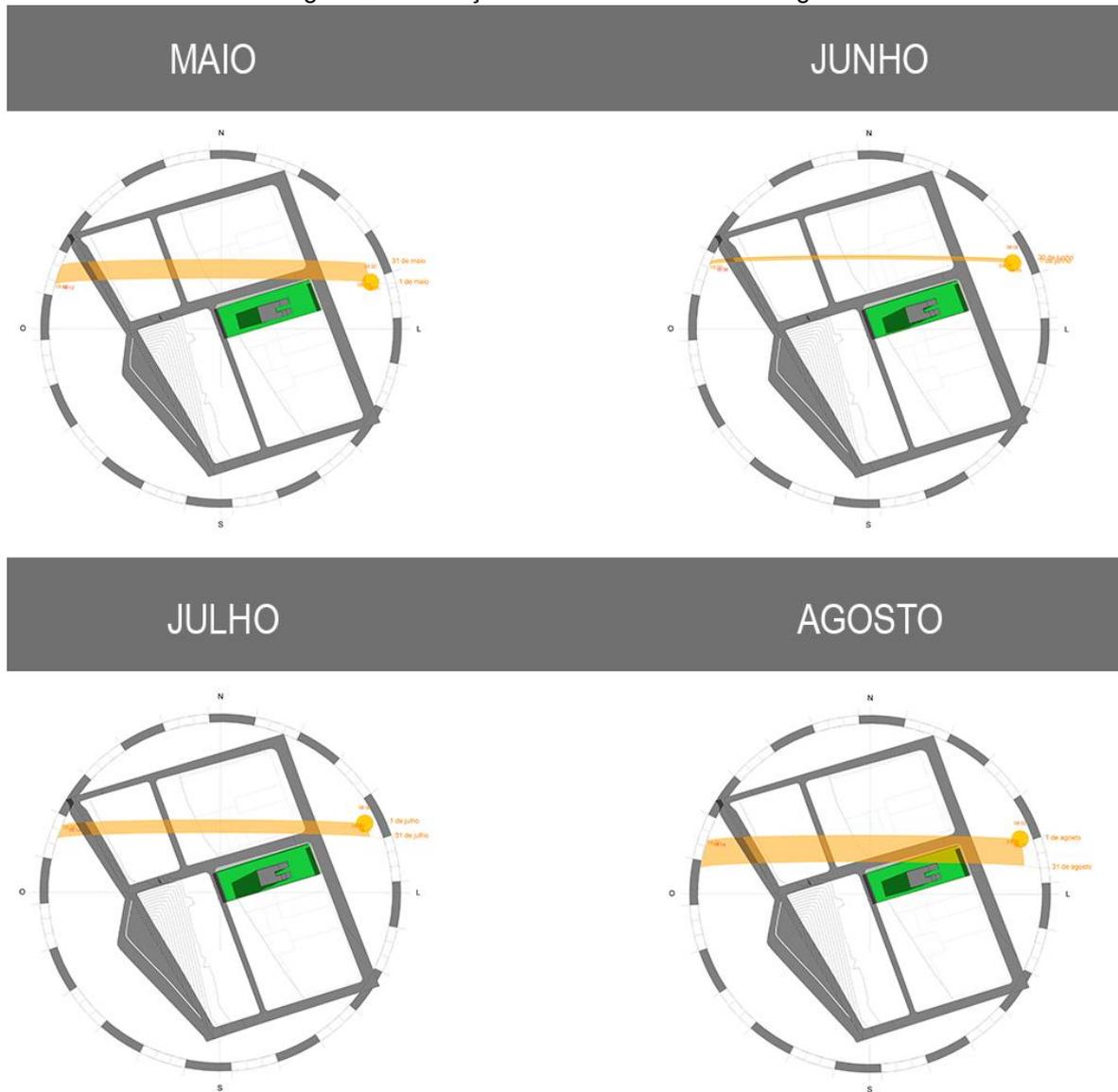


Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Entre os meses de maio e agosto a insolação predomina nas fachadas localizadas entre norte e leste na parte da manhã e à tarde norte e oeste.



Imagem 52: Insolação entre meses de maio a agosto.

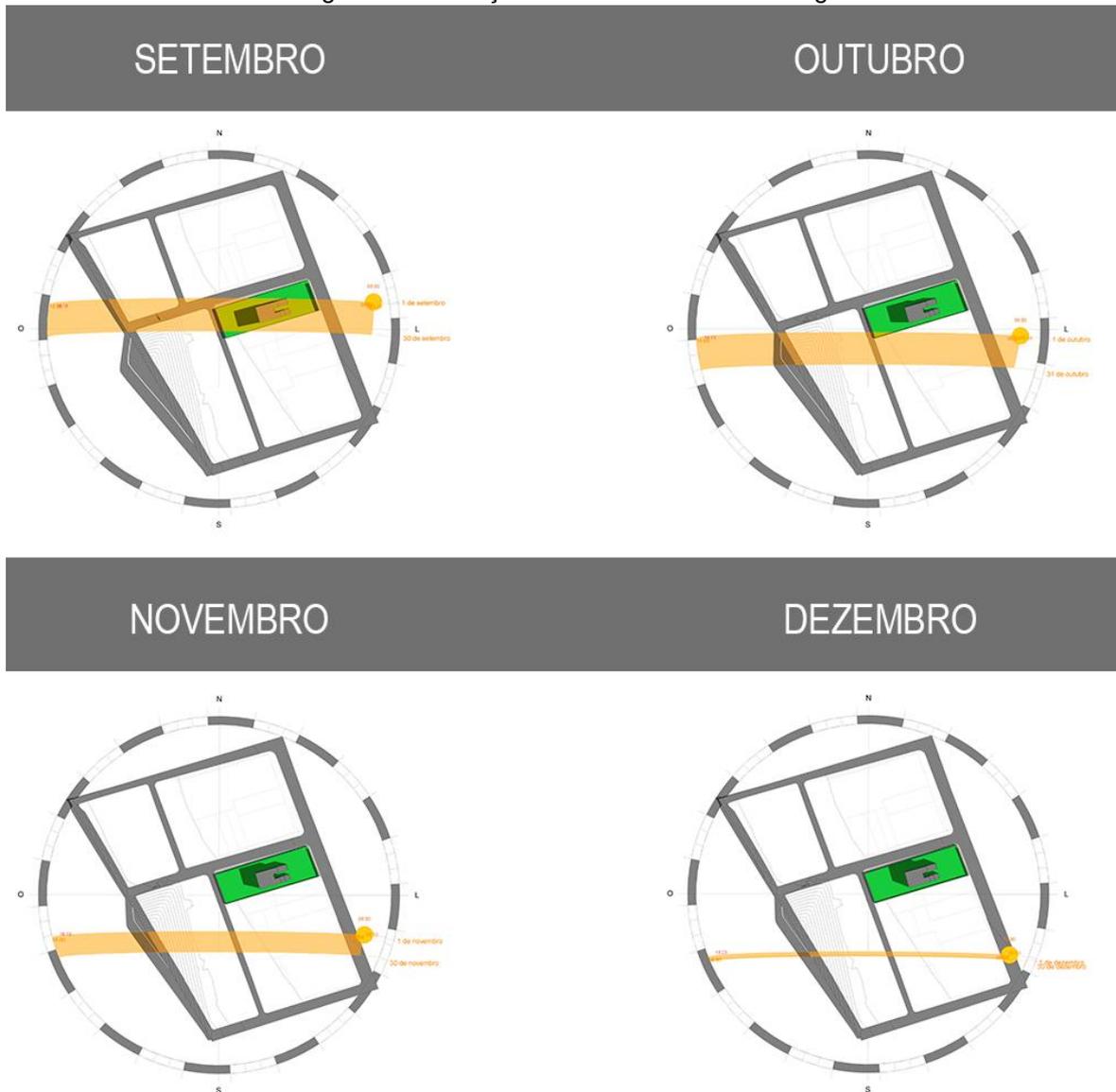


Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Entre os meses de setembro a dezembro a insolação predomina nas fachadas orientadas de leste e sul pela manhã e sul e oeste a tarde.



Imagem 53: Insolação entre meses de maio a agosto.



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Se tratando da ventilação, observa-se que nos meses de abril a outubro existe uma predominância da ventilação sentido sudeste com rajadas de ventos que podem chegar a 13km/h, já nos demais meses do ano a ventilação acontece sentido leste e sudeste.



Imagem 54: Sentido e velocidade dos ventos em João Pessoa.



Fonte: Windfinder, 2020. (Modificado pelo autor)

Condicionantes legais

Segundo o mapa de zoneamento urbano da cidade de João Pessoa, o lote de estudo está inserido na Zona Turística 2 (ZT2), onde parâmetros (i.e usos permitidos no local, área e frente mínima do lote, taxa de ocupação, gabarito máximo, recuos) que compreendem o código de urbanismo incidem sobre determinada região regulamentando o uso e ocupação do solo.

Imagem 55: Zoneamento Urbano do bairro Cabo Branco



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2020.

Os termos legais específicos para esse lote foram consultados no Código de Urbanismo e complementadas pelo no Plano Diretor da cidade de João Pessoa. No código de urbanismo verificou-se os parâmetros necessário a serem cumpridos para



realização do projeto, onde o mesmo se enquadra no uso SB e precisa ter uma área mínima de 450m², lote com frente mínima de 15 metros, taxa de ocupação de 50%, gabarito máximo de 3 pavimentos e recuos frontais e fundos de 5 metros e 3 metros respectivamente. Além dos parâmetros anteriores, o artigo 6 do Código de Urbanismo solicita que a cada frente do lote seja reservado um mínimo de 4% de área permeável, sendo assim, para o terreno em questão foram reservados 12% de área permeável, já que o mesmo possui três frentes.

Quadro 04 – Zona Turística 2

ZONA TURÍSTICA 2 (ZT2)							
USOS	LOTE (*)		EDIFICAÇÃO (A)				
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇÃO MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
PERMITIDOS					FRONTAL	LATERAL	FUNDOS
R1	360,00	12,00	50	3 PV	5,00	1,50	3,00
R2	360,00	12,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
R3 (1)	450,00	15,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
R4	CONDOMÍNIO HORIZONTAL VER ANEXO 09						
R5 (2)	600,00	15,00	40	PL+ 4PV-CB	5,00	4,00	4,00
R6	900,00	30,00	30	-	5,00	4+(h/10)	4+(h/10)
CL=SL	360,00	12,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
CB=SB (3)	450,00	15,00	50	3 PV	5,00	2,00	3,00
SB (FLAT) (***)	360,00	12,00	TE=70 DE=50	4 PV (**)	5,00	TE=00 DE=2,00	3,00
CP=SP (3)	600,00	20,00	TE= 70 1º AO 3º =50 DE= 30	-	5,00	TE=00 1º AO 3º = 2,0 DE=4+(H/10)	ATÉ 4PV=3,0 DE= 4+(H/10)
SP (FLAT) (***)	600,00	15,00	TE=70 1º AO 3º=50 DE=30	≥5 PV	5,00	TE=00 1º AO 3º=2,00 DE=4+(H/10)	ATÉ 4º=3,0 DE= 4+(H/10)
IB (3)	600,00	20,00	50	2 PV	5,00	4,00	4,00
IHP (4)	360,00	12,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00

Art. 6º - O percentual de solo permeável em edificações verticais será estabelecido mediante as seguintes diretrizes:

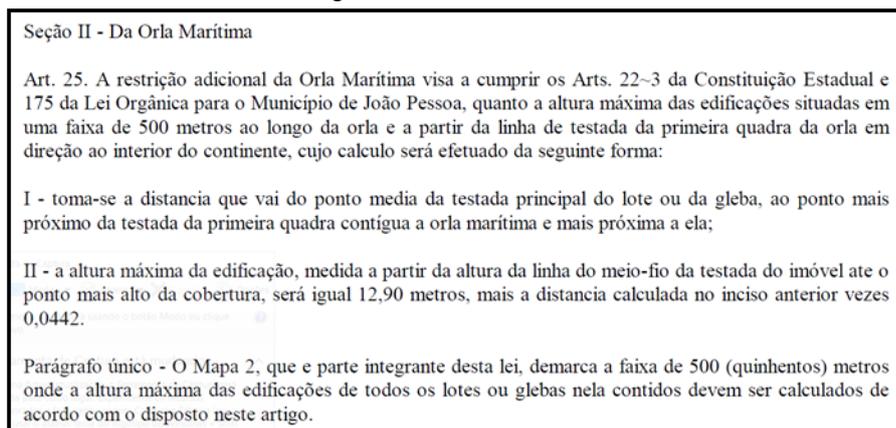
- I – é considerado solo permeável, a cota do terreno natural destinado a drenagem de águas pluviais, sobre o qual é obrigatório ajardinamento;
- II – em todas as edificações verticais é obrigatório um percentual mínimo de 4% (dois por cento) de área total do lote, destinado ao solo permeável;
- III – em casos de lotes com mais de uma frente será obrigatório o percentual mínimo de 4% (quatro por cento) de solo permeável da área do lote por número de frente;
- IV – os passeios públicos deverão apresentar um percentual de no mínimo 10% (dez por cento) de sua área total destinados a ajardinamentos, resguardando a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para circulação de pedestres, em pavimento plano a partir do limite com o meio fio.

Fonte: Código de Urbanismo (Modificado pelo autor)

Apesar da consulta ao Código de Urbanismo, onde constatou-se que o gabarito máximo é de três pavimentos, foi necessário verificar também o artigo 25 do Plano Diretor da cidade por se tratar de um lote próximo a orla marítima.



Imagem 56 – Zona Turística 2



Fonte: Código de Urbanismo (Modificado pelo autor)

MEMORIAL JUSTIFICATIVO

Conceito

A intervenção feita no terreno busca implantar um edifício cooperativo, onde além de ser um ambiente exclusivo para o trabalho visa a melhoria dos espaços tanto internos quanto externos, gerando assim uma gentileza urbana (Obras particulares que incorporam ao projeto intervenções que favoreçam o urbanismo e o paisagismo). Portanto, o conceito do projeto busca a receptibilidade (Estado do que facilmente recebe impressões ou influência de certos agentes deletérios ou terapêuticos). Através desse princípio fazendo o uso de tecnologias que proporcionam o conforto, a eficiência energética e a harmonia entre os ambientes.

Partido Arquitetônico

O conceito da receptibilidade busca atrair tanto os funcionários cooperativos da edificação que será proposta, quanto ao público transeunte que poderá utilizar o terreno como um todo através das gentilezas urbanas criadas. Para que haja uma fruição maior entre os públicos, o partido arquitetônico busca trazer através da fragmentação de elementos geométricos, criar ambientes físicos que forneçam conforto físico e ambiental que integrem a edificação e os caminhos externos e os tornem como um todo. Outro ponto que a fragmentação contribui é a integração entre as vias, permitindo a fruição pública e a gentileza urbana.



Partido Arquitetônico

- Integração do interior com o exterior
- Conforto Ambiental
- Gentileza Urbana
- Tecnologia auxiliando a sustentabilidade
- Aplicação do design Biofílico

Dados do terreno

- Área do terreno: 4697,47 m²;
- Coeficiente de aproveitamento: 04;
- Taxa de ocupação: 50%;
- Taxa de permeabilidade: 12%;
- Gabarito máximo: 03 pavimentos.

Cálculo do terreno

- Área máxima que pode construir:
$$\text{Área do terreno} \times \text{coeficiente do aproveitamento}$$
$$4697,47 \times 4 = 18789,88 \text{ m}^2$$
- Área máxima que a lâmina pode ocupar:
$$\text{Área do terreno} \times \text{taxa de ocupação}$$
$$4697,47 \times 50\% = 2348,74 \text{ m}^2$$
- Quantidade de área permeável:
$$\text{Área do terreno} \times \text{taxa de permeabilidade}$$
$$4697,47 \times 12\% = 563,70 \text{ m}^2$$

Dados do estacionamento

- Metro quadrado de área construída: 2800 m²;
- Termo de relação: 1 vaga a cada 50 m² de área construída;
- Número de vagas para automóveis:

$$\text{Metro quadrado de área construída} / \text{termo de reação}$$
$$2800 / 50 = 56 \text{ vagas}$$

Central de lixo

$$\text{Fórmula: } V = N \times A \times J \times K$$

Onde:

V = Volume de lixo



N = Quantidade de resíduo
A = Área do escritório
J = Intervalo entre as coletas
K = Valos das tabelas

- Resíduos sólidos coleta convencional:

$$V = N \times A \times J \times K$$
$$V = 0,3 \times 2800 \times 1 \times 30\%$$
$$V = 252 \text{ litros}$$

- Resíduos sólidos coleta seletiva:

$$V = N \times A \times J \times K$$
$$V = 0,3 \times 2800 \times 6 \times 70\%$$
$$V = 3.528 \text{ litros}$$

Caixa D'água

Quantidade de Pessoas no Empreendimento: 160 Pessoas
Litros por pessoa: 50 litros por dia
Quantidade de Litros por dia: $160 \times 50 = 8000$ Litros
Quantidade de dias de reserva: 2
Capacidade: $2 \times 8000 = 16000$ Litros
Com acréscimo de 20% para Reserva de Incêndio: 19200 Litros (20000Litros)

Volume = área da base x altura
 $20\text{m}^3 = (6,30 \times 2,60) \times \text{altura}$
 $20\text{m}^3 = (16,38\text{m}^2) \times \text{altura}$
Altura = $(20/16,38)\text{m}$
Altura = 1,22 + folga de 20cm
Altura = 1,44m

Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Um programa de necessidades tem como objetivo nortear as decisões a serem tomadas nas fases iniciais do projeto, além de expressar os anseios do contratante e atender as necessidades dos consumidores finais do empreendimento.

Dito isso, para elaboração do programa de necessidades (tabelas 1,2,3) utilizou-se da análise dos projetos correlatos, como também, do conhecimento adquirido nos livros “Como planejar os espaços de escritórios: Guia prático para gestores e designers” e “Neufert: A arte de projetar em arquitetura” que orientaram a concepção dos espaços corporativos.



Tabela 01: Programa de necessidade e pré-dimensionamento do pavimento térreo

	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL(m ²)
TÉR.	RECEPÇÃO / ESPERA	1	72,54	72,54
	SALA SERVIDO	1	10,06	10,06
	SALA MONITORAMENTO	1	7,53	7,53
	DEP	1	9,8	9,8
	DML	1	7,35	7,35
	VESTIÁRIO MASCULINO	1	26,38	26,38
	VESTIÁRIO FEMININO	1	18,62	18,62
	VESTIÁRIO PNE	1	5,6	5,6
	SALA DE REUNIAO 7 PESSOAS	1	18,53	18,53
	COWORKNG	1	127,44	127,44
	COPA / REFEITÓRIO	1	99,41	99,41
	SALÃO ENTRETENIMENTO	1	100	100
	WC MASCULINO FOYER	1	14,64	14,64
	WC FEMININO FOYER	1	14,64	14,64
	WC PNE FOYER	1	4,5	4,5
FOYER/ SALÃO EVENTOS	1	111,05	111,05	

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Tabela 02: Programa de necessidade e pré-dimensionamento do primeiro pavimento

	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL(m ²)
1ºPAV	DEP	1	9,8	9,8
	DML	1	7,35	7,35
	WC MASCULINO	1	18,62	18,62
	WC FEMININO	1	18,62	18,62
	WC PNE	1	5,6	5,6
	FRALDÁRIO	1	7,6	7,6
	IMPRESSÃO / CÓPIA	1	17,95	17,95
	SALA REUNIÃO 9 PESSOAS	1	28,89	28,89
	SALA DE REUNIÃO 6 PESSOAS	2	22,11	44,22
	SALA DE REUNIÃO 4 PESSOAS	1	15,23	15,23
	SALA DE CONFERÊNCIA	4	6,98	27,92
	ESCRITÓRIO ABERTO 64 ESTAÇÕES DE TRABALHO	1	265,6	265,6
	SALA DE DESCOMPRESSÃO	1	47,22	47,22
	AUDITÓRIO	1	105,55	105,55
	WC MASCULINO AUDITÓRIO	1	16,64	16,64
	WC FEMININO AUDITÓRIO	1	16,64	16,64
WC PNE AUDITÓRIO	1	4,5	4,5	

Fonte: Desenvolvido pelo autor



Tabela 03: Programa de necessidade e pré-dimensionamento do segundo pavimento

	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
2ºPAV	DEP	1	9,8	9,8
	DML	1	7,35	7,35
	WC MASCULINO	1	18,62	18,62
	WC FEMININO	1	18,62	18,62
	WC PNE	1	5,6	5,6
	FRALDÁRIO	1	7,6	7,6
	IMPRESSÃO / CÓPIA	1	17,94	17,94
	SALA REUNIÃO 9 PESSOAS	1	22,32	22,32
	SALA REUNIÃO 4 PESSOAS	1	15,77	15,77
	SALA DE BRAINSTORM	1	22,05	22,05
	ARQUIVO	1	7,3	7,3
	SALA DE DESCOMPRESSÃO	1	15,97	15,97
	ESCRITÓRIO ABERTO 56 ESTAÇÕES DE TRABALHO	1	256,72	256,72
	CABINE INDIVIDUAL	2	5,99	11,98

Fonte: Desenvolvido pelo autor

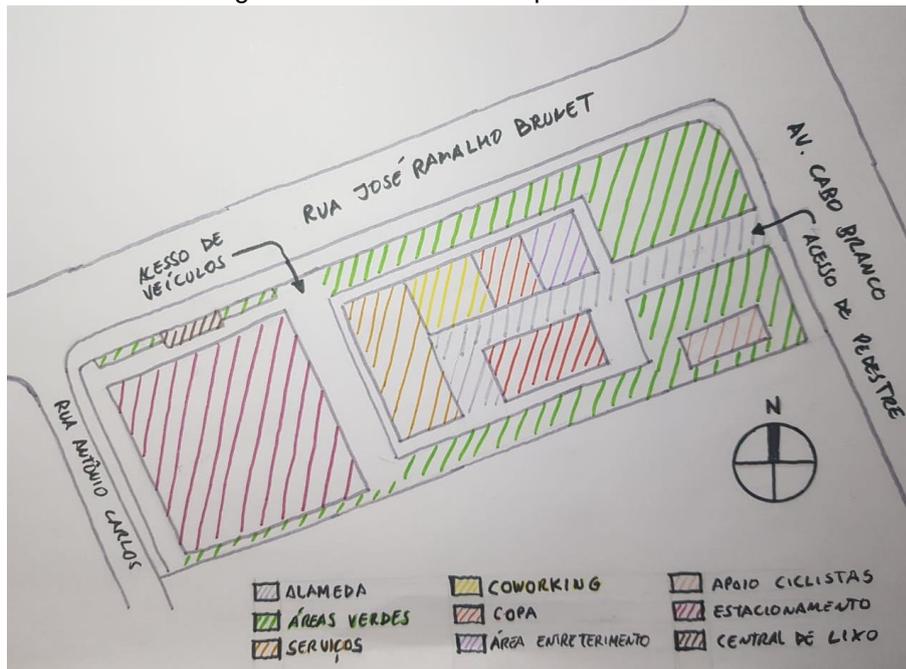
Zoneamento

O zoneamento do edifício corporativo foi idealizado a partir do estudo da circunvizinhança do terreno, como também, dos condicionantes ambientais (iluminação e ventilação naturais) considerados no projeto como requisitos básicos para o conforto dos usuários, bem como, uma ferramenta de redução de gastos. Além disso, foi pensado a criação de possíveis espaços que atendam necessidades da população fixa e flutuante (esportistas, turistas, trabalhadores, entre outros), visto que, foi identificado uma escassez desse tipo de apoio aos usuários do local.

As diretrizes apresentadas no livro “Como planejar os espaços de escritórios: Guia prático para gestores e designers” foram determinantes para definir a melhor localização de cada ambiente já que o mesmo tem por objetivo orientar o planejamento de projetos arquitetônicos voltados para o setor corporativo.

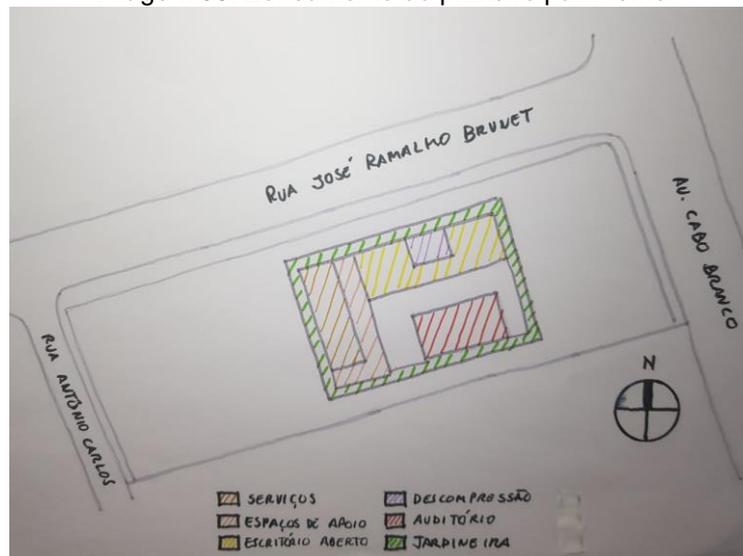


Imagem 57: Zoneamento do pavimento térreo



Fonte: Desenvolvido pelo autor

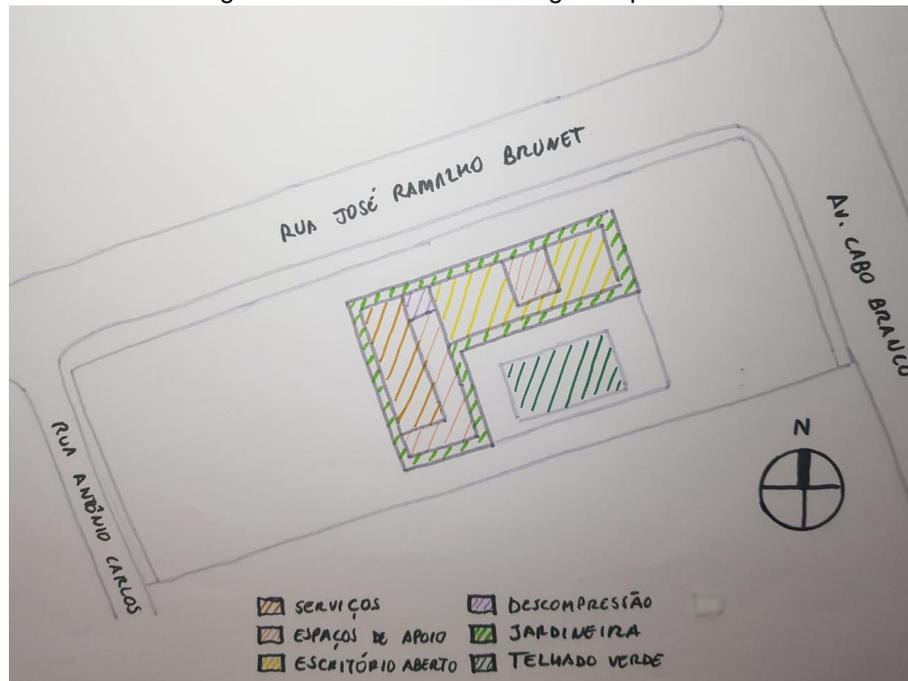
Imagem 58: Zoneamento do primeiro pavimento



Fonte: Desenvolvido pelo autor



Imagem 59: Zoneamento do segundo pavimento



Fonte: Desenvolvido pelo autor

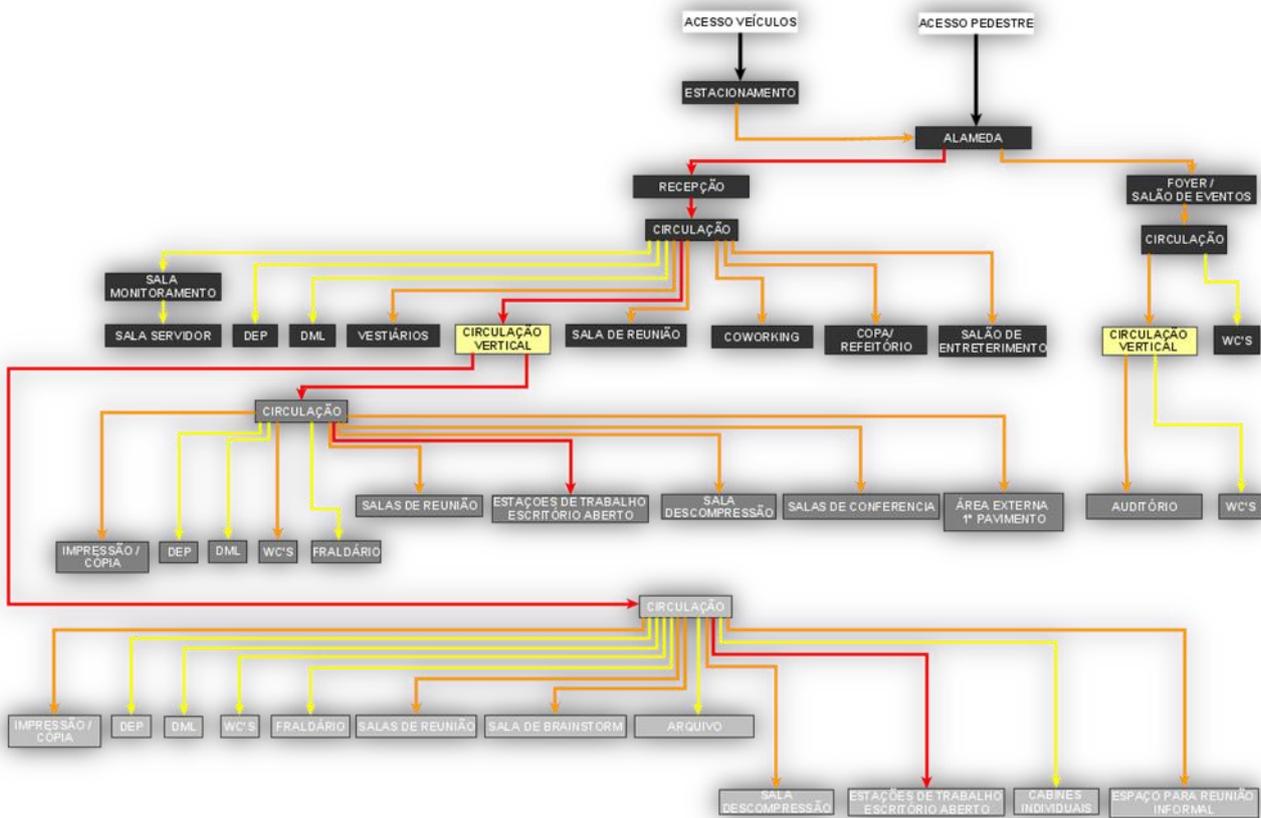
Fluxograma

O fluxograma apresentado a seguir está dividido por tons de cinza, onde cada tonalidade representa um pavimento assim como no programa de necessidades e pré-dimensionamento. O fluxograma tem por finalidade mapear e sintetizar o fluxo de pessoas dentro da edificação afim de identificar as melhores decisões projetuais para a circulação dos usuários nos espaços.

A imagem 60 apresenta o fluxo entre os ambientes, onde no pavimento térreo encontra-se uma alameda diretamente voltada para a Av. Cabo Branco que serve de acesso para o edifício corporativo e para o auditório, a mesma recebe também o fluxo de pessoas do estacionamento localizada na parte posterior do edifício.



Imagem 60: Fluxograma



Fonte: Desenvolvido pelo autor

A imagem 60 apresenta o fluxo entre os ambientes, onde no pavimento térreo encontra-se uma alameda diretamente voltada para a Av. Cabo Branco que serve de acesso para o edifício corporativo e para o auditório, a mesma recebe também o fluxo de pessoas do estacionamento localizada na parte posterior do edifício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou desenvolver um anteprojeto arquitetônico de um edifício corporativo tecnológico no município de João Pessoa – PB e diante do resultado apresentado pode-se identificar a possibilidade real de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao usuário, pois traz como conceito ambientes de trabalho flexíveis, confortáveis e interativos que proporcionam um ambiente mais produtivo. O projeto apresenta espaços de apoio para a população residente e flutuante, como também contribui na redução da utilização dos recursos naturais, visto que, implementa a tecnologia para auxiliar nos processos da edificação.



Ao projetar espaços corporativos são pensadas estratégias físicas, psicológicas, estruturais que envolvem a ventilação, iluminação, ergonomia, decoração, mobiliário, lazer, comunicação, interação, produtividade que proporciona o bem-estar em todos os ambientes de trabalho.

Portanto, conclui-se que a arquitetura corporativa por meio de seus projetos tem a capacidade de beneficiar a empresa como também os seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

AESA. AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Meteorologia**. João Pessoa, 2020.

Bh1. **McDonald's**, 2019. Disponível em: <http://www.bh1.com.br/administracao-de-marketing/mcdonalds/>. Acesso em: 20 de mai de 2020.

CASTRO, NETO, Jayme Spinola. **Edifícios de alta tecnologia**. São Paulo: Carthago & Forte, 1994. 174 p.

COELHO, D. F. B; CRUZ, V. H. D. N. **Edifícios Inteligentes**: uma visão das tecnologias aplicadas. 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2017.

Como a Califórnia foi da beira da falência a 5ª economia do mundo. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44293330>. Acesso em: 27 de março de 2020.

FERNANDES, B. C.. **Edifícios Inteligentes**. Especialização – Curso de Especialização em Engenharia Urbana, Escola Politecnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.12 a 22. Disponível em: <http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Bruno_Cosso_Fernandes.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

FONSECA, Juliane. **A contribuição da ergonomia ambiental na composição cromática dos ambientes construídos de locais de trabalho de escritório**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Design do Departamento de Artes e Design da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2004, p.27. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6115/6115_1.PDF. Acesso em 21 mai.2020.

Historic Highway 101: The roots of Southern California's beach lifestyle. **San Diego**. Disponível em: <https://www.sandiego.org/articles/tours-sightseeing/highway-101-california.aspx>. Acesso em: 26 de março de 2020.

HEALEY, Matthew. **O que é Branding?** 1 ed. São Paulo. Editorial Gustavo Gili, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. João pessoa, 2017.



KANESHIRO, P. J. I.. **Modelagem De Sistemas De Proteção Técnica Contra Incêndio Em Edifícios Inteligentes Através De Rede De Petri**. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Civil, Escola Politecnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3152/tde-20042007-180941/publico/DISSERTACAOpercyfinalmodificada15dec.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

NEVES, R. P. A. A.. **Espaços arquitetônicos de altas tecnologia: os edifícios inteligentes**. 2002, p.109. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2002. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-31012003-153007/publico/texto.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

Resumo Califórnia. **Resumo Escolar**, 2019. Disponível em: <https://www.resumoescolar.com.br/geografia/resumo-california/>. Acesso em: 26 de março de 2020.

Sede do banco C3 / brett Farrow Architect. **Archdaily**, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925963/sede-do-banco-c3-brett-farrow-architect>. Acesso em: 26 de março de 2020.

SILVA, E. et al. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 18, 2017, p. 4 a 5. Caxias do Sul. Branding: O Impacto de Uma Boa Gestão na Construção do Posicionamento e Valor de Uma Marca. Caxias do Sul. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-1760-1.pdf>. Acesso em: 20 mai.2020.

Souza, A. P. A.. Uso da energia em edifícios: estudo de caso de escolas municipais e estaduais de itabira, minas gerais. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, MINAS GERAIS, 2005. Disponível em: https://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876412/Dissertacao_Anadia_Patricia.pdf/db146631-1fce-4c6b-8b87-4d9f1260070a. Acesso em: 22 mai. 2020.

T2 ARQUITETURA E ENGENHARIA COORPORATIVA. **Empresa de arquitetura corporativa: porque você precisa contratar uma?** São Paulo, 2020.

UNED STATES CENSUS BUREAU. Disponível em <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/CA,US/BZA010217#BZA010217>>. Acesso em 27 de março de 2020.

VAN MEEL, Juriaan; MARTENS, Yuri; VAN REE, Hermen Jan. **Como planejar os espaços de escritórios: guia prático para gestores e designers**. Guia prático para gestores e designers. Barcelona: Gustavo Gili, 2012. 143 f.



O ANTIGO E O NOVO: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NO CLUBE ASTRÉA

Yuri Marques de Farias¹
Anneliese Heyden Cabral de Lira²

RESUMO

O presente trabalho visa a importância do patrimônio histórico para a sociedade, seja em âmbito arquitetônico, cultural ou social, a arquitetura moderna, bem como as patologias recorrentes nessas edificações. O patrimônio é de grande valia, pois através dele podemos entender toda a sociedade que ali viveu, os seus comportamentos, legados e memórias. A preservação dos bens que se dá através dos órgãos responsáveis, é importante tanto para o município como para a sociedade que ali vivem. O Clube Astréa, objeto de análise, detém de uma importância considerável no município de João Pessoa, município esse com um acervo valioso de edificações históricas, o Astréa é considerado uma das primeiras edificações de cunho modernista da cidade, como também foi palco de diversas atrações, a exemplo dos bailes de carnavais nas décadas de 1950 – 1980 sendo frequentado pela elite pessoense. Todavia, no final da década de 1990 começou a ocorrer o seu declínio tornando o imóvel esquecido perante a cidade, atualmente o Clube encontra-se totalmente fechado, em decorrência do seu abandono o Astréa apresenta patologias. O trabalho possui como diretrizes o aprofundamento do termo patrimônio histórico tendo como vertente as patologias presentes nessas edificações antigas, assim como o entendimento da arquitetura modernista, estando presente na metodologia a revisão bibliográfica, análise de patologias em edificações históricas, levantamento de campo e análise documental. Os resultados se deram através de pesquisas documentais unido de uma elaboração de um questionário no qual as pessoas se submeteram a perguntas a respeito do Astréa, de modo que se obteve uma reflexão da importância daquela edificação, expondo resultados significativos da trajetória do Clube, mostrando que as pessoas tem boas recordações do lugar, sendo muitas vezes associado a lembranças familiares. Vale destacar que muitas pessoas nunca frequentaram o Clube, mas que já ouviram falar, isso retrata a relevância que o Astréa possui tanto para João Pessoa como para a população.

Palavras – Chave: Patrimônio; Arquitetura Moderna; Sociedade; Patologias.

ABSTRACT

The present work aims at the importance of the historical heritage for society, be it in the architectural, cultural or social field, modern architecture, as well as the recurrent pathologies in these buildings. The heritage is of great value, because through it we can understand the whole society that lived there, its behaviors, legacies and memories. The preservation of the goods that is given through the responsible organs, is important both for the municipality and the society that lives there. The Astréa Club, object of analysis, holds a considerable importance in the municipality of

¹ Arquiteto e urbanista formada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP.
<http://lattes.cnpq.br/4498612686281216>

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP.
<http://lattes.cnpq.br/1479949387174986>



João Pessoa, a municipality with a valuable collection of historical buildings. The Astréa is considered one of the first modernist buildings in the city, as well as being the stage for several attractions, such as carnival dances in the 1950s - 1980s being frequented by the elite people. However, at the end of the 1990's it began to decline, making the property forgotten before the city, currently the Club is totally closed, due to its abandonment the Astréa presents pathologies. The work has as guidelines the deepening of the term historical heritage having as its side the pathologies present in these old buildings, as well as the understanding of modernist architecture, being present in the methodology the bibliographic review, analysis of pathologies in historical buildings, field survey and documentary analysis. The results were obtained through documental research united with the elaboration of a questionnaire in which people were submitted to questions about the Astréa, so that a reflection on the importance of that building was obtained, exposing significant results of the Club's trajectory, showing that people have good memories of the place, being often associated with family memories. It is worth mentioning that many people have never attended the Club, but have heard about it, this portrays the relevance that the Astréa has both for João Pessoa and the population.

Words - Key: Heritage; Modern Architecture; Society; Pathologies.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é de importante valia para a sociedade, pois através dele, podemos tratá-lo como objeto de estudo mediante a análise de uma “linha do tempo”, no qual iremos obter toda a sua história e marcas no decorrer dos anos, por meio das suas características, sejam elas arquitetônicas, sociais ou culturais. Caracterizamos patrimônio cultural tudo aquilo que é criado seja material ou imaterialmente por uma sociedade através da sua cultura e que se torna algo importante para as pessoas que ali habitam, seja pela riqueza cultural, social ou arquitetônica (IPHAN, 2014).

No continente Europeu, onde há um vasto número de edificações históricas e tombadas, vê-se um maior cuidado na sua história, a exemplo de países como Itália e França (SCIFONI, 2003). Todavia, diante do cenário em que a população observa o acervo histórico mundial, percebe-se que em alguns lugares no mundo isso não é prioridade no campo da conservação de bens materiais, pois é perceptível as ruínas que edifícios tombados se encontram. Segundo Choay (1992, p.12):

É afirmado que O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.



Voltando os olhares para o Brasil, nota-se o esquecimento pelo patrimônio que circunda o país, apesar de haver os olhares de outros países, sendo o seu turismo e fluxo de estrangeiros consideráveis. É um país que via de regra trabalha com leis vigentes ao bem patrimonial, embora muitas vezes o governo “feche os olhos” para a problemática da preservação, consequência da sua burocracia lenta e tardia. É um país que possui um acervo valioso, de diferentes épocas, que consequentemente dispõe de uma diversidade arquitetônica, mas que infelizmente são esquecidas pelos nossos governantes, como também pela falta de conhecimento de uma parcela da população sobre a história daquele bem tombado **(MENEZES, 2013)**.

O Brasil detém de dois órgãos, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em âmbito nacional e o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), a nível estadual, ambos responsáveis pelo tombamento e a conservação das edificações históricas. O IPHAN surgiu em 13 de janeiro de 1937, através da lei nº 378, sendo concebida pelo presidente da época Getúlio Vargas. De acordo com a Constituição Brasileira datada de 1988, no artigo 216, é definido como patrimônio cultural formas de expressão, modos de criar, fazer e viver **(IPHAN, 2014)**.

Na contemporaneidade, o estado da Paraíba possui vários bens tombados, em diferentes cidades como Cabedelo, João Pessoa, Ingá e outras, tendo como fiscalizador o IPHAEP, órgão que surgiu no ano de 1938, sendo caracterizado pelos primeiros tombamentos de arquitetura religiosa e militar do século XVI. No município de João Pessoa, caracterizado pelo seu vasto patrimônio histórico na esfera da arquitetura, é notada a falta de valorização por parte considerável da memória que o lugar representa. Ao caminhar pelo centro histórico, o observador logo percebe que uma parte dos tombamentos não se encontram conservados, uma vez que, o processo de tombamento aplicado a bens privados apresenta considerável burocracia e morosidade, dificultando a conservação destes edifícios.

Além disso muitos proprietários não conseguem arcar com a manutenção imposta pelo órgão competente, pois muitas vezes não possuem condições de arcar com a restauração dos bens, tendo que deixar o seu lar, ao qual na maioria das vezes se torna ruína. Quando a edificação é de caráter público e turístico, tende a se tornar mais breve o processo de restauração no momento em que o imóvel tem a



condição de trazer lucro ao lugar. Em um país, como o Brasil, cuja a economia segue os princípios capitalista, sobrepondo o desenvolvimento econômico aos valores culturais, a memória vem cada vez mais sendo ofuscada pelo governo, reforçando, inclusive o ditado popular de domínio público “Um povo sem passado é um povo sem futuro” (**ditado popular**).

Mediante o tema base de patrimônio histórico, obteve-se como objeto de estudo o antigo Clube Astréa, pois percebeu-se o seu esquecimento ao longo dos anos, edificação na qual teve e tem importância até hoje na vida das pessoas que frequentaram e que foi palco de diversos eventos em João Pessoa. O clube datado do século XIX recebeu diversas apresentações, foi construído com o intuito de receber o time de futebol denominado de Astréa e com o passar dos anos, se tornou palco de atrações, passando a ser um lugar cada vez mais frequentado, inclusive pela alta sociedade pessoense.

Ao analisar o Clube, rapidamente se percebe o quão abandonado ele está, não só no quesito “memórias”, mas também no sentido de usufruir, dar uso ao lugar, dar vida, não permitir que ele desapareça no tempo. O edifício sofreu intervenções ao longo dos anos, uma das intervenções foi pelo renomado arquiteto Mário di Lásccio, no ano de 1947, que a caracterizou como arquitetura moderna, a edificação possui simplificação de volumes, geometrização das formas, paredes brancas, ausência de decoração e uso de cobogó, todos esses elementos representantes da arquitetura modernista, conformando-se em um exemplar referencial do estilo na cidade.

O Astrea teve seus dias de glória entre as décadas de 1950 e 1970, lugar onde o lazer da alta sociedade se concentrava seja para um espetáculo ou para brincar os carnavais da época.

A pesquisa irá transcorrer por meios que abordam o patrimônio histórico como o início da análise, as suas manifestações patológicas e o estudo da arquitetura moderna adentrando em três esferas, sendo elas a nível mundial, nacional e local. O trabalho possui como fechamento o levantamento arquitetônico e histórico do Clube Astréa, bem como um questionário na qual as pessoas são submetidas a perguntas referentes ao objeto de estudo, através disso, pode-se identificar como o objeto se comporta diante da sociedade e qual a sua importância tanto para o município como para a população.



JUSTIFICATIVA

O clube Astréa, por sua vez, foi de suma importância para a população, visto que era um lugar de encontro da alta sociedade de João Pessoa, espaço onde as pessoas desfrutavam de bailes, carnavais e esportes. O clube surgiu no ano de 1886, na rua Duque de Caxias, no bairro do centro, logo após mudou-se para a rua Monsenhor Walfredo Leal, localizado no bairro do Tambiá e ficou conhecido como “Palacete do Tambiá”. O Astréa faz parte da memória urbana de João Pessoa, sendo considerado um equipamento de grande porte e de influência na vida das pessoas da geração do final do século XIX até meados do século XX, tendo como característica o estilo arquitetônico modernista, estilo que ficou marcado em João Pessoa pelas adaptações climáticas, como também os recursos tecnológicos, a exemplos de elementos vazados, combogós e *brise – soleil*, pertinentes a estudos feitos por Luís Nunes **(SCOCUGLIA, et al 2005)**.

Um bem material que nos dias atuais foi esquecido, sendo sua rica memória apagada e tendo em vista que hoje a edificação que antigamente era palco de grandes eventos, passou a ser um estacionamento, apenas uma pequena parcela serve para raros eventos. O imóvel que por sua vez, surgiu com o intuito de promover interações sociais e vitalidade à cidade, foi com o passar do tempo sendo esquecido por uma parte da população, conseqüentemente, os cuidados com o “bem” foi desvalido, de um lado a população que não dava mais uso ao lugar e do outro, os responsáveis pelo clube que permitiram que sua história fosse sendo cada dia mais apagada.

Mediante a problemática abordada, como resultado, não poderia deixar de explanar sobre a patologia da edificação, decorrente do abandono do lugar. Aos olhos do observador, o local encontra-se degradado, sem a diligência devida, há descuidos sobre a vegetação em toda área externa, claramente sem uma devida assistência, pintura que não se faz há anos pelo que se vê, e seguramente uma ausência de manutenção na parte estrutural do Astrea.

Diante do exposto, surgiu a necessidade de ter como objeto de análise o Clube Astrea, um bem material, arquitetônico e sociocultural de uma relevância para todos aqueles que vivenciaram o lugar e também para os que não querem que a sua história cesse.



Foram consultados diversos órgãos responsáveis pela preservação de bens antigos e/ou tombados como o Iphaep, Corpo de Bombeiros, TRT (Tribunal Regional Eleitoral), Prefeitura Municipal de João Pessoa, como também emissoras de tv, na iminência de encontrar algum acervo seja ele documental ou fotográfico acerca do Astréa, todavia, em todas as organizações incumbidas encontrou-se dificuldades devido a pandemia vivenciada no momento, o que fez com que o trabalho proposto fosse direcionado para uma outra abordagem, passando a fazer parte do corpo do trabalho as memórias e vivências das pessoas que viveram de algum modo uma experiência no Clube Astréa.

Ademais, a partir das dificuldades encontradas e da escassez de informações, se reafirmou a necessidade de realizar tal pesquisa para auxiliar na salvaguarda do Clube Astrea, apontando as fragilidades de conservação impressas no corpo arquitetônico, como a ausência da aplicação das práticas e da política de preservação, uma vez que o referido imóvel, remanescente modernista, não é tombado.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Realizar um levantamento histórico e da memória da população sobre o edifício Astrea, localizado no bairro Tambiá, no município de João Pessoa.

Objetivos Específicos

- Realizar estudo aprofundado do contexto e das características da arquitetura moderna;
- Pesquisar sobre as patologias recorrentes em áreas de patrimônio histórico;
- Identificar a importância histórico cultural do Clube Astréa para o município;
- Contribuir para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico paraibano;

METODOLOGIA

O presente trabalho visa o levantamento histórico e arquitetônico de um bem patrimonial, localizado no município de João Pessoa, através de uma pesquisa descritiva, abordando a sua importância através do imaginário e memória da



população, como também, as problemáticas presentes na conservação do bem, analisando o seu uso, assim como, as suas possíveis patologias.

A metodologia da pesquisa foi dividida em quatro etapas e possui como alicerce os métodos desenvolvidos por Choay (1992), Scocuglia, Monteiro e Melo (2005) e Cunha (2006). Apresenta como característica metodológica, básica de avaliação, pois não tem aplicação prática, porém agrega conhecimento ao meio acadêmico e na população que não possui entendimento ao conteúdo exposto.

1º Etapa – Revisão Bibliográfica: Esse processo se dá utilizando base de dados, como o SciELO e o Google Acadêmico, assim como revistas de reconhecimento científico, artigos clássicos de importante referência, nos idiomas inglês e português, livros técnicos e teses relacionadas ao tema do estudo. Assim sendo, a presente etapa corresponde ao embasamento de todo o conteúdo existente na pesquisa, abordados nos seguintes tópicos (ver Quadro 01):

Quadro 01. Principais obras do referencial teórico

Autores	Publicação/Ano	Tema
CHOAY	Livro: A alegoria do patrimônio/1992	Patrimônio Histórico
SCOCUGLIA, MONTEIRO E MELO	Artigo: Arquitetura moderna de João Pessoa/ 2005	Representatividade na Arquitetura de João Pessoa
PELEGRINI	O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil/2006	Instrumentos de Salvaguarda
CUNHA RIEGL	Resenha: Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos/2006	Valores Patrimoniais

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram selecionados 4 principais autores: Choay (1992), Scocuglia, Monteiro e Melo (2005), Scifoni (2003) e Menezes (2013).

Por sua vez, cada autor guiou uma linha de raciocínio. Choay, mediante o cenário europeu, trata da definição do patrimônio histórico e como aquele “bem” é



visto para as pessoas, qual a importância do patrimônio para a população e como a sociedade lida com o tombamento e a conservação daquela edificação;

Scocuglia, et al (2005) explana sobre a arquitetura moderna no município de João Pessoa, sobre os recursos tecnológicos utilizados na época, bem como os estudos de adaptações climáticas a região; Scifoni (2003) explora o lado da conservação presente no continente europeu; Menezes (2013) aborda as edificações históricas no Brasil e como essas construções importantes para a memória da população são esquecidas, na maioria das vezes, pela falta de informação das pessoas sobre a história daquela propriedade.

2º Etapa – Análise de Correlato Teórico: Tem como objetivo a seleção de pesquisas semelhantes, no qual forneceram subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. Foram escolhidos 3 exemplares para serem extraídos a ficha técnica, os objetivos, os métodos e metodologia e por fim a análise dos resultados.

3º Etapa - Levantamento de Campo: Nessa etapa, foi realizado uma visita in loco para a observação da edificação, a visita consistiu em analisar a conservação do imóvel, o seu uso, sua estrutura e as suas características arquitetônicas. O levantamento arquitetônico foi guiado a partir da identificação dos elementos característicos da arquitetura moderna sendo complementado através da análise dos métodos de Baker que são compostos por 7 características, são elas: Genius Loci (características marcantes do lugar), Identidade (particularidade da edificação), Iconologia (compreensão do lugar em âmbito histórico, social e cultural), Significado de Uso (clareza que a edificação consegue passar para as pessoas sobre o seu uso), Plástica (volumetria da edificação), Estrutura (sua expressão através da disposição arquitetônica e geométrica) e Materiais (aplicação dos materiais usados e suas características). Para tanto, foram utilizadas ferramentas como máquina fotográfica, prancheta para anotações a respeito da edificação e croquis.

4º Etapa – Análise Documental: A última etapa se deu em 2 fases, a primeira foi a aplicação de um questionário para a população a respeito do Clube Astréa e a outra a realização do apanhado da literatura e dos recortes jornalísticos, a partir da



visita de órgãos institucionais, a exemplo do Instituto de História e Geografia da Paraíba (IHGP).

1º Fase – Foi criado um questionário a respeito do Clube Astréa, afim de identificar nas pessoas submetidas as perguntas quais as experiências vividas no Clube, bem como suas opiniões referentes a preservação do Astréa, como também a sua importância para o município de João Pessoa. O questionário (ver no apêndice 01) consta de 13 perguntas, sendo elaborado na plataforma Google Forms online para facilitar a aquisição das respostas, frente às adversidades impostas pela pandemia de Covid - 19. O alcance da aplicação do questionário foi de 102 respostas. Foi criado também uma nuvem de palavras na plataforma WordClouds com o propósito de identificar as palavras mais usadas pelos entrevistados e diante do resultado gerar uma análise.

2º Fase – Critérios dos autores: Ocorrerá uma pesquisa de autores que possuem registros sobre o Clube Astrea, em jornais, revistas e sites acadêmicos ou autores que possui algum acervo histórico seja fotográfico ou documental.

Abaixo, é exposto a estrutura metodológica (ver figura 01), de todas as etapas que fazem parte da presente pesquisa.

Figura 01. Estrutura metodológica



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



ANÁLISE DE CORRELATOS TEÓRICOS

Análise de Manifestações Patológicas Presentes em Edificação Histórica – Estudo de Caso: Casa da Lira

O correlato apresentado foi um estudo de caso em edificação histórica, localizado no município de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul. A edificação conhecida como Casa de Lira, tem como característica arquitetônica o estilo colonial, datada entre os anos de 1898 e 1900, para Samuel Dietschi (1875 – 1948), pessoa importante no cenário cultural da cidade. A residência nos dias de hoje tem o seu uso voltado para o ateliê, bem como para eventos culturais de Novo Hamburgo.

Ficha Técnica:

- Autores: F. B. Da Silva, J. Delazeri, A. Heineck, B. F. Tutikian
- Ano de publicação: 2019
- Área do conhecimento: Patologias na Construção de Edificação Histórica;

Objetivo da Pesquisa:

Essa análise é dividida em 2 etapas, no qual os pesquisadores abordam diversas características tanto arquitetônica como construtiva, afim de se chegar a uma conclusão do que está condenado na sua estrutura. Nessas 2 etapas, os autores subdividem em fases.

Métodos e Metodologia

Neste tópico, os autores realizaram a descrição do objeto de estudo, englobando o seu contexto histórico, bem como a parte construtiva da edificação, os materiais utilizados e como esses materiais se comportam e se comportaram ao longo do tempo. Na fase de intervenções da edificação, é analisado a quantidade de intervenções que aquele “bem” sofreu ao longo do tempo, através de plantas técnicas originais, croquis, entrevistas com locatários e acervos fotográficos. Mediante esses estudos, foi criado um quadro de intervenções e em que data foi realizada tal intervenção/manutenção (ver figura 02 e 03).

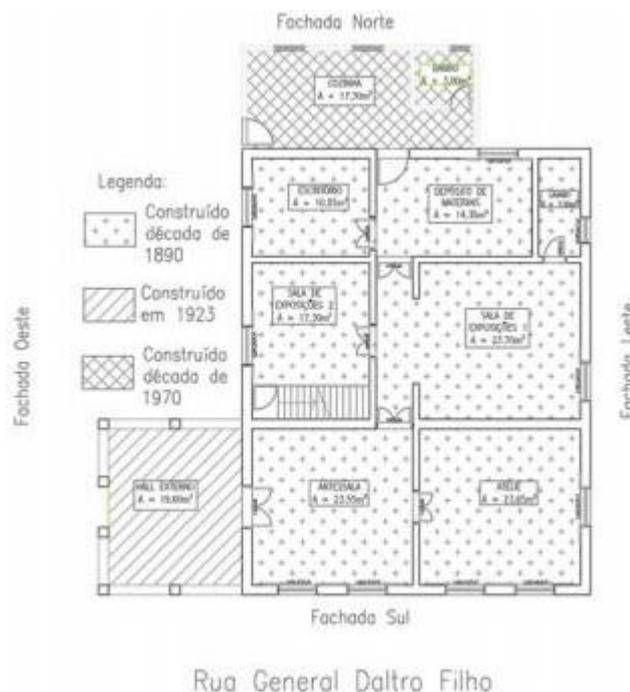


Figura 02: Tabela – Relação de intervenções

Intervenção/Manutenção	Data em que foi realizada
Rebaixamento da rua Gen. Daltro Filho (levando a acréscimo de um andar térreo e escada lateral)	1923
Pintura externa do segundo pavimento	Década de 1970
Construção de cozinha na parte de trás da casa	Década de 1970
Estrutura superior dos guarda-corpos da entrada foi refeita em concreto armado	Década de 1970
Pintura externa do pavimento térreo	Década de 2000
Retirada de parte do piso de tabuão original para colocação de pranchas de OSB e carpete (em alguns cômodos)	Entre 2000 e 2017
Troca do revestimento cerâmico da entrada	Entre 2000 e 2017
Retirada de tinta óleo vermelha do piso de tabuão (em alguns cômodos) e aplicação de cupinicida	Outubro de 2017
Manutenção e alteração das instalações elétricas	Outubro de 2017
Pintura interna do segundo pavimento	Outubro de 2017

Fonte: F. B. Da Silva, J. Delazeri, A. Heineck, B. F. Tutikian (2019).

Figura 03: Planta Baixa – Casa da Lira



Fonte: F. B. Da Silva, J. Delazeri, A. Heineck, B. F. Tutikian (2019).

Na avaliação, os estudiosos fizeram duas visitas ao local, na primeira eles realizaram uma inspeção visual e bibliográfica para as manifestações patológicas encontradas, já na segunda vistoria, foram trabalhadas a análise termográfica passiva, que são os calores provenientes de condições climáticas.



Analise dos Resultados

Na etapa de resultados, foram trabalhadas as fases de análise visual, que se dá através de uma tabela mostrando as manifestações patológicas por ambiente (ver figura 04) e outra por fachadas (ver figura 05), no estado atual da edificação, bem como a classificação dos danos.

Figura 04: Tabela de manifestações patológicas por ambiente

Ambiente	Manifestações patológicas
Antessala	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no forro em toda a periferia • Rodapés com danos por cupim • Piso metade OSB, metade original • Fissura canto direito da porta de entrada
Ateliê	<ul style="list-style-type: none"> • Falta pedaço de detalhe no forro • Fissuras no forro e na parede • Rodapé com danos por cupim • Piso de tabuão com danos por cupim
Sala de exposição 1	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no forro e na parede • Rodapé com danos por cupim • Piso de tabuão com danos por cupim
Corredor	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no forro e na parede • Rodapé com danos por cupim • Piso de tabuão com danos por cupim
Sala de exposição 2	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no forro e na parede • Rodapé com danos por cupim • Piso de tabuão com danos por cupim
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de azulejos • Azulejos quebrados • Fissuras em 45° no canto do chuveiro • Fechamento de passagem (porta) com tijolos
Sótão	<ul style="list-style-type: none"> • Escada de madeira com danos por cupim e desgaste de uso • Deslocamento do revestimento na lateral da escada • Cama de forro com danos por cupim • Instalações elétricas soltas • Aberturas desgastadas pelo tempo e cupim
Depósito de materiais e Escritório.	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no forro e na parede • Inclinação do piso em direção à cozinha de 1,9°

Fonte: F. B. Da Silva, J. Delazeri, A. Heineck, B. F. Tutikian (2019).



Figura 05: Tabela de manifestações patológicas por fachadas

Fachada	Manifestações patológicas
Escada lateral e abrigo de entrada	<ul style="list-style-type: none"> • Manchas de umidade / bolhas no revestimento da entrada • Fissuras e deslocamento do revestimento • Presença de vegetação e limo no revestimento • Ferrugem/corrosão nos detalhes metálicos • Estrutura superior dos guarda-corpos foi refeita em concreto armado, que apresenta deslocamento na posição da armadura positiva com exposição das barras e ferrugem, e não acompanhou os elementos decorativos da época.
Fachada oeste	<ul style="list-style-type: none"> • Manchas de umidade ascensional • Manchas de umidade no entorno de esquadrias • Fissuras no revestimento da parede e nas pingadeiras • Perfurações com bucha na parede • Percebe-se, principalmente pelo alinhamento dos detalhes construtivos desta fachada, que a parte de trás da casa está cedendo • Vegetação trepadeira cobrindo parte da escada para o anexo • Inseridas grades das janelas que não são originais (caminho para umidade)
Fachada leste	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no revestimento • Presença de limo • Esquadrias com cupim e desgastadas
Fachada norte	<ul style="list-style-type: none"> • Manchas de umidade ascensional • Deslocamento do revestimento • Esquadrias de madeira sem tratamento e quebradas • Guarda-corpo enferrujado • Ganchos na porta do sótão (caminho para umidade)
Fachada sul	<ul style="list-style-type: none"> • Fissuras no revestimento • Presença de limo • Furos de fixação sem tratamento • Lira decorativa e guarda-corpo enferrujado • Esquadrias com cupim e desgastadas

Fonte: F. B. Da Silva, J. Delazeri, A. Heineck, B. F. Tutikian (2019).

Diante do levantamento de todo o conteúdo, na última fase é desenvolvido as correções que seriam necessárias na edificação, tal qual a prioridade das correções, ou seja, qual reparo seria mais urgente, necessário de se fazer primeiro. Foram escolhidos os reparos da parte externa por possuir uma ocorrência mais frequente, afetando de forma negativa a estética da edificação. São eles:

- Limpeza e revitalização dos elementos presentes na fachada, sendo feito inclusive os reparos das fissuras;
- Restauração das esquadrias de madeira;
- Restauração de elementos metálicos;
- Reparo de fissuras internas;
- Restauração de elementos internos da madeira;



Análise das Manifestações Patológicas Presentes nas Fachadas de um Casario Tombado no Município de Pesqueira – PE

O correlato a seguir trata das manifestações patológicas nas fachadas em residências, localizadas no município de Pesqueira, estado de Pernambuco. Pesqueira fica localizada na região do Vale do Ipojuca, no agreste pernambucano, possui aproximadamente 981km² de área territorial, tendo como característica o clima semiárido, com temperaturas variando entre 9,8°C a 38,8°C, sendo a umidade relativa do ar de média a alta, apresentando um histórico de elevado índice pluviométrico entre os meses de maio e agosto.

É analisado o Casario da rua Cardeal Arcoverde, que é composto pelos imóveis dos seguintes números: 23, 39, 49, 57, 65, 71, datados do início do século XIX. O conjunto de casas preservam as características arquitetônicas e construtivas originais, mantendo viva os vestígios da história do município de Pesqueira, que até hoje preserva o formato de espinha dorsal, onde possui a via principal, sendo caracterizadas por edificações de estilo arquitetônico neoclássico.

Ficha Técnica:

- Autores: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do Nascimento;
- Ano de Publicação: 2017
- Área do Conhecimento: Patologias na Construção de Edificação Histórica

Objetivo da Pesquisa:

Tem como propósito, analisar as intempéries presentes nas fachadas de casas tombadas no município de Pesqueira, que podem com o decorrer dos anos, danificar sua estrutura, devido aos agentes agressivos.



Métodos e Metodologias:

Os autores apontam que os patrimônios históricos seguem os mesmos passos de uma avaliação médica, sendo composto por: anamnese (levantamento e investigação de dados sobre a estrutura), diagnóstico (determinação dos agentes de degradação), terapia (medidas de recuperação) e controle (acompanhamento da eficiência das intervenções).

Após as avaliações, os pesquisadores criam uma tabela mostrando informações sobre os problemas apresentados nas fachadas (ver figura 06).

Figura 06: Manifestações patológicas presentes nas fachadas

Problemas	Causas
Manifestações causadas por umidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eflorescência ▪ Mofo ▪ Bolor ▪ Vesículas ▪ Manchas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infiltração ▪ Condensação ▪ Processos construtivos inacabados ▪ Capilaridade ▪ Absorção ▪ Percolação ▪ Ausência de dreno, pingadeira ou calha
Fissuras, Trincas e Rachaduras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recalque ▪ Movimentos estruturais ▪ Contração ▪ Esforços excessivos (tração e compressão) ▪ Dilatação térmica ou higrométrica
Descolamento do revestimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimentos estruturais ▪ Dilatação térmica ▪ Baixa aderência ▪ Materiais inadequados ▪ Ações do meio ▪ Falhas de execução ▪ Baixa resistência do revestimento
Manchas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elementos construtivos ▪ Ações do vento e chuva ▪ Poluentes atmosféricos

Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do Nascimento (2017).

Segundo os responsáveis pela pesquisa, foi utilizado como base para a metodologia, as referências propostas por Lichtenstein (**Lichtenstein, 1986**). Foi produzido um fluxograma no qual é mostrado um roteiro de medidas reparativas,



sendo apresentado um pré – diagnóstico das manifestações presentes nas fachadas (ver figura 07).

Figura 07: Fluxograma de Medidas Reparativas



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do Nascimento (2017).

Há também a utilização de acervo fotográficos, mostrando todas as patologias existentes nas casas como parte do diagnóstico (ver figuras 08,09,10,11).

Figura 08: Desagregamento do revestimento na fachada do Imóvel nº23



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do

Figura 09: Manchas de lodo e aberturas



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do



Na figura 08 observa-se o desagregamento do revestimento na fachada, que popularmente é conhecido como uma parede “descascada”, ou seja, devido a falta de conservação e o desgaste natural em razão do tempo, ocorre a soltura do revestimento da parede na qual esse revestimento não está mais aderente. Na figura 09 são analisadas as manchas de lodo presente na parede bem como as suas aberturas, entende-se que surgiu devido a umidade do lugar e conseqüentemente a sua ausência de assistência.

Figura 10: Rachadura no arco da esquadria



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do

Figura 11: Ausência de Revestimento



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do

Na figura 10, há uma rachadura no arco da esquadria, por se tratar de uma edificação histórica tendo como característica esse adorno na janela, é provável o desgaste devido ao tempo que está inserido na parede, sendo necessário uma manutenção preventiva para poder evitar patologias como essa. Na figura 11, percebe-se a ausência de revestimento, por ficar localizada no ambiente que recebe todas as intempéries como o sol e chuva, o desgaste ocorrerá com uma maior frequência, sendo necessário uma correção periódica.

Análise dos Resultados

Mediante a análise feita, constatou-se que as patologias recorrentes nas fachadas foram na sua maioria aberturas e desagregamentos dos revestimentos, no



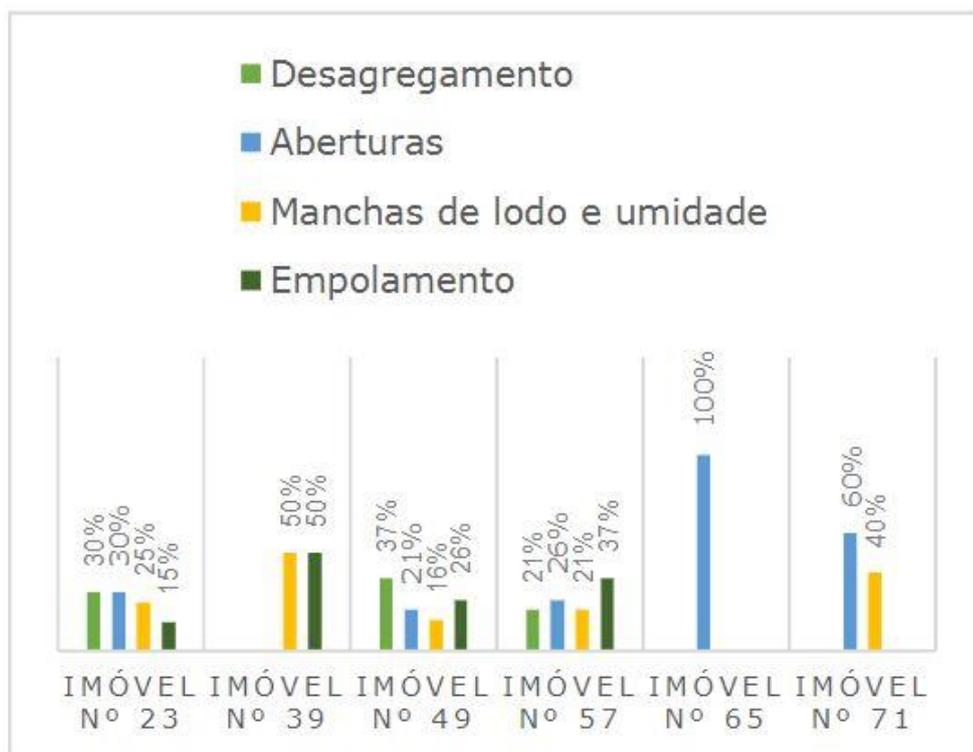
qual criou-se um gráfico geral (ver figura 12) e um gráfico específico para cada imóvel mostrando suas patologias mais recorrentes (ver figura 13).

Figura 12: Gráfico das Patologias Presentes nas Fachadas



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do Nascimento (2017).

Figura 13: Gráfico das Patologias mais Recorrentes em Cada Imóvel Analisado



Fonte: Juliane Monteiro Pires, Dione Luiza da Silva, Emília Rahnemay Kohlman Rabbani, Ismaylly Michel Silva do Nascimento (2017).



Por meio dos resultados obtidos, constatou-se que uma boa parte dos problemas estudados nas fachadas se deram por meio da ampla variação de temperatura associada ao alto teor de umidade e chuvas constantes, ocasionando acúmulos de água no revestimento. Todavia, a ausência de manutenção é um fator fundamental para a degradação dos imóveis tanto arquitetonicamente como estruturalmente, portanto a assistência é de suma importância, principalmente para imóveis históricos, que possui uma construção mais antiga e conseqüentemente requer um maior cuidado.

Manifestações Patológicas em Edificação Construída na Década de 1930 – Um Estudo de Caso

O correlato em análise busca as manifestações patológicas presentes na escola Estadual Ruy Barbosa, localizado no centro da cidade de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul, construída na década de 1930. O município possui 83.475 habitantes (dados do IBGE divulgado no dia 28 de agosto de 2019), sendo considerado o município mais populoso da região Noroeste do Estado. É considerado uma cidade universitária, e com amplos recursos hospitalares, possuindo um fluxo de 100 mil pessoas, compondo o maior e mais importante centro populacional da região.

Ficha Técnica:

- Autores: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler;
- Ano de Publicação: 2006
- Área de Conhecimento: Patologias na Construção de Edificação Histórica

Objetivo da Pesquisa:

Tem como função analisar as manifestações patológicas existentes na escola Estadual Ruy Barbosa, datada da década de 1930, com o intuito de apontar as possíveis causas, mecanismos de degradação e soluções pertinentes a serem utilizadas para o prolongamento da vida útil do prédio.



Métodos e Metodologias:

Os pesquisadores dividiram essa fase em dois momentos, a primeira fase trata-se da organização geral da pesquisa, no qual, os autores trabalham em cima de um fluxograma (ver figura 14) já existente em uma dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como autora Inês Martina Lersch, porém o fluxograma foi adaptado pelos autores, referente a proposta e ao objetivo do artigo. Após finalizado, eles subdividem em 5 etapas, são elas: Identificação dos problemas, pesquisa bibliográfica, estudo inicial, identificação das possíveis causas das manifestações patológicas e elaborações de conclusões.

Figura 14: Fluxograma para Orientação da Pesquisa



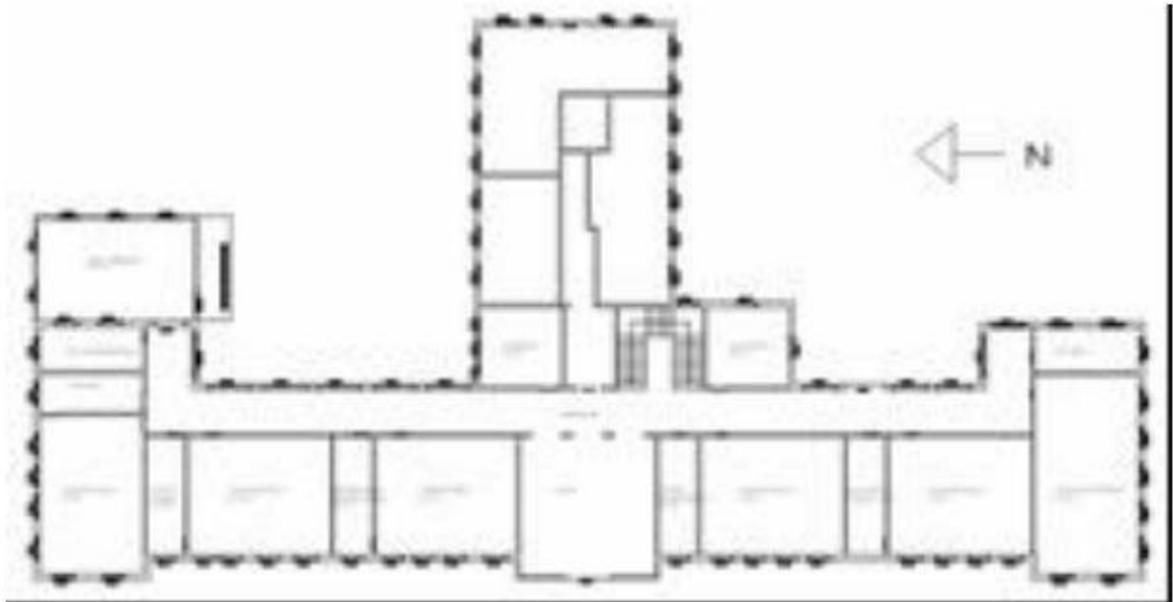
Fonte: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler (2006).

Na segunda fase, são abordados os materiais de análise e interpretação de dados, no qual se tem a origem no levantamento de dados, onde são organizados o acervo fotográfico, como a planta técnica (ver figura 15 e 16), os locais na edificação que possuem alguma manifestação patológica (ver figura 17, 18, 19) junto com uma



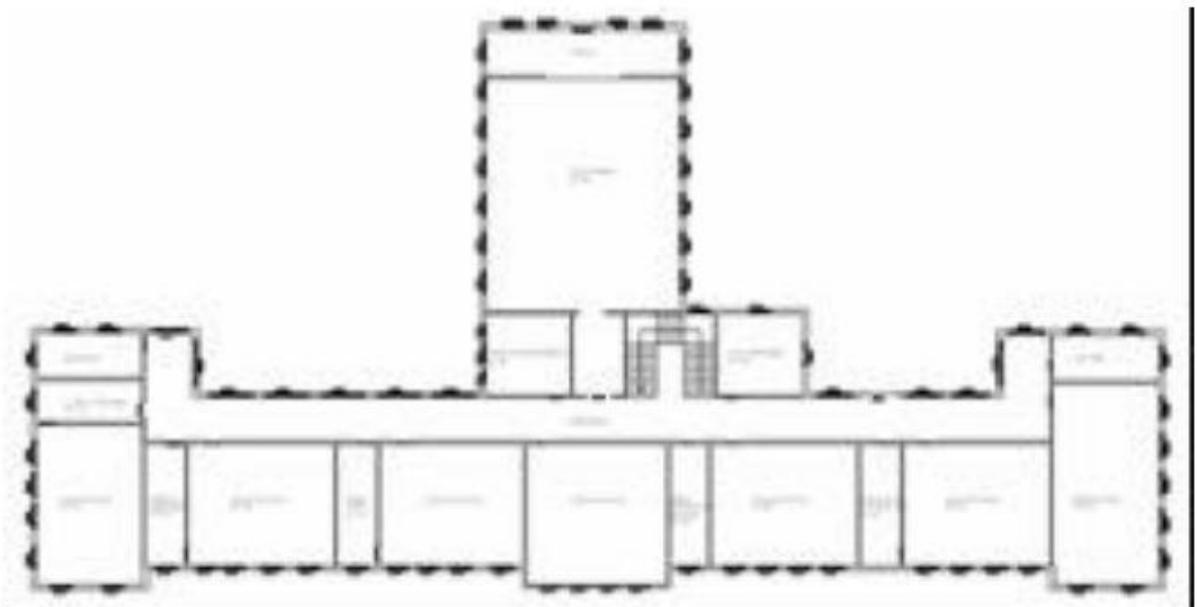
descrição técnica dos sintomas apresentados para serem analisadas adiante, verificando-se as causas e possíveis soluções.

Figura 15: Planta Baixa - Térreo



Fonte: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler (2006).

Figura 16: Planta Baixa – 1º Pavimento



Fonte: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler (2006).



Figura 17: Fissuras na Parte Externa da Ala Norte



Fonte: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler (2006).

Figura 18: Fissuras Laje da Ala Norte



Fonte: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler (2006).

Figura 19: Fissuras na Ala Norte Externa Frontal



Fonte: Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler (2006).

Nas figuras acima (17,18,19), observa-se uma patologia muito comum nas edificações, principalmente aquelas de cunho histórico, que são as chamadas fissuras. As fissuras são pequenas aberturas que surgem principalmente por conta da umidade, quando não tratadas corretamente, poderão se transformar em trincas que são caracterizadas por aberturas maiores comprometendo ainda mais a estrutura da edificação.



Análise dos Resultados:

Percebeu-se que dentre as problemáticas vistas na edificação, a maior parte delas se dá por deformação e movimentação da fundação, caracterizando-se como agente imediato, mas também, é visto possíveis agentes remotos, a exemplo da rede de instalações hidrossanitárias e construção de poços sumidouros próximos a edificação, sendo necessário a troca das instalações hidrossanitárias, para só assim poder intervir na fundação da escola, pois é fundamental a troca das instalações antes da interferência na fundação, por conta de vazamentos. Outras patologias mais específicas também foram encontradas, são elas:

- Pequenas fissuras, que podem ser resolvidas com selagem com nata de cimento ou reboco novo;
- Fissura da laje, que podem ser resolvidas através de “ensaios”, como por exemplo a prova de carga;

Diante do cenário estudado, conclui-se que vários foram os fatores responsáveis pela degradação do imóvel, no qual podemos destacar: agentes climáticos, agentes biológicos e a ação do homem.

Síntese da análise dos correlatos

Foi de importante valia a análise dos três correlatos como objeto base de estudo, pois através deles se tem o embasamento da área de pesquisa voltada tanto para o contexto histórico como para as patologias em edificações antigas, e que de algum modo, fazem parte da sociedade que ali habita. A avaliação dos correlatos serviu como parâmetro para o desenvolvimento tanto no que diz respeito a abordagem teórica, tratando desde o surgimento da edificação até os dias atuais, como para a apresentação da análise, através da elaboração de tabelas expondo suas patologias, e de fluxogramas, mostrando o passo a passo metodológico, e por fim, os resultados e as soluções. A seguir, apresenta-se o quadro com a síntese da presente investigação.



Quadro 02 – Síntese dos Correlatos

Correlato	Localização/ Ano	Autores	Objetivos	Métodos e Metodologias	Resultados
Casa da Lira	Novo Hamburgo – RS (2019).	F.B da Silva, J Delazeri, A Heineck, B.F Tutikian.	Identificação das patologias presentes na edificação.	Acervo fotográfico, plantas técnicas e tabelas de intervenções.	Tabelas de manifestações por ambientes e fachadas. Proposta de hierarquização dos reparos necessários.
Casario Tombado	Timbaúba – PE (2017).	J. M. Pires, D.L. da Silva, E.R. Kohlman Rabbani, I. M. Silva do Nascimento.	Quais as patologias presentes na edificação.	Metodologia de Lichtenstein (registros fotográficos), identificando os problemas.	Baixo nível de impermeabilidade de dos elementos dos revestimentos, ocasionando acúmulo de umidade.
Escola Estadual Ruy Barbosa	Ijuí – RS (2006).	Lucas Fernando Krug, Luís Eduardo Azevedo Modler.	Análise das patologias existentes em uma edificação da década de 1930.	Estudos preliminares através da regraficação do projeto, acervo fotográfico e mapeamento das patologias.	Os dados foram levantados através do registro fotográfico das patologias existentes, junto a descrição técnica dos fenômenos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, a presente pesquisa tem como objetivo referenciar autores que tem como área de estudo o patrimônio histórico, arquitetura moderna e patologias em edificações históricas, buscando como embasamento as suas ideias perante os temas em estudo, afim de explanar a importância e a sua contribuição do patrimônio histórico junto a arquitetura, seja social, cultural ou econômica, bem como a sua manutenção.

Patrimônio Histórico

O patrimônio histórico é de fato uma importante linha do tempo, que faz com que a sociedade entenda a história do lugar em que vive, o passado de centenas ou milhares de anos, tudo o que é mantido naquela determinada edificação faz a memória das pessoas continuarem vivas e assim ir passando de geração em



geração, sem deixar que a narrativa morra. Segundo **Choay (1992, p.11)**, o patrimônio histórico pode ser definido como:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras – primas das belas – artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir – faire* dos seres humanos.

Segundo **Grammont (2006)**, com o passar do tempo, o significado da palavra “patrimônio” veio sofrendo mudanças no seu conceito desde a sua origem, como também as definições dos princípios de conservação e restauração. Em outrora, o termo “patrimônio” tinha como entendimento algo que era passado hereditariamente. Contudo, quando foi acrescentado a palavra “histórico”, a personificação e o tratamento tiveram outras significações que foram se transformando com o passar dos anos. O patrimônio inicialmente, pode ter sua atenção e cuidado voltado aos monumentos (**GRAMMONT, 2006; CHOAY, 2000**). E para adentrar nessa temática, o crítico Alois Riegl possui em seus preceitos, o monumento como (**ALOIS RIEGL, 1903**):

No senso mais antigo e verdadeiramente original do termo monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino. Nesse sentido, o monumento, em seu sentido original, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo.

Para **Choay (2000)**, o nascimento da conservação dos monumentos históricos na Europa pode-se considerar difundida na Itália, mais especificamente em Roma, por volta do ano de 1420, quando Martinho V recria a sede do papado na cidade desmastreada à qual almejava restituir o seu poder e o seu prestígio, possuindo como objetivo o processo de apropriação dos monumentos gregos pelos romanos, com a intenção de confirmar o passado glorioso de Roma. Porém, só a partir do ano de 1430 e do pontificado de Eugênio IV é que os humanistas de sua corte começam a requerer a conservação e proteção dos monumentos romanos. Segundo **Choay (2000, p.44)**, afirma que:

É aos papas que compete a tarefa de preservação. Mas trata-se, agora, de uma conservação moderna, já não apropriadora e lesiva, mas distanciada,



objetiva e provida de medidas de restauro e de proteção dos edifícios antigos contra as agressões múltiplas de que são alvo.

Ademais, os conceitos voltados a restauração, surgiram no final do século XVII e como exemplo pode-se citar d'Aviler (**D'AVILER, 1710, v. 2, p. 836**):

Restauração; é o refazimento de todas as partes de um edifício degradado & deteriorado por defeitos de construção ou pela sucessão do tempo, de modo a que ele seja reconduzido à sua forma primitiva, & mesmo aumentado consideravelmente, como aquela que o Rei mandou fazer no velho castelo de S. Germain en Laye construído por Francisco I. Restaurar; é restabelecer um edifício, ou reconduzir ao seu estado primitivo uma figura mutilada. A maior parte das estátuas antigas foram restauradas, como o Hércules de Farnese, o Fauno de Borghese em Roma, os Lutadores da galeria do grão-duque de Florença, a Vênus de Arles que está na Galeria do Rei em Versalhes; & essas restaurações foram feitas pelos mais hábeis escultores.

Surge então, a partir da segunda metade do século XVIII, os entendimentos associados a intervenção em obras do passado, que tinham aparecido desde o Renascimento, passam a se firmar para, logo adiante, serem articuladas nos significados relacionados ao restauro. A restauração, por sua vez, passa a ter como embasamento, o conhecimento histórico e em análises formais, obtendo uma maior rigidez e método nos procedimentos, tendo o suporte francês expressivo nessas mudanças. Até então, a restauração era vista como um procedimento voltado ao restabelecimento do estado original da obra (**KÜHL, 2007**).

No final do século XVIII, especificamente nos anos de 1793 e 1794 são apresentados relatórios sobre o vandalismo, sendo estes elaborados pelo abade Henri Grégoire ao Comitê de Instrução Pública na Convenção, afim de denunciar as barbáries contra as construções históricas e de caráter indenitário, além de conclamar a sociedade de “bom caráter” a proteger os bens patrimoniais. Entre os anos de 1790 e 1795, ocorreram tentativas de inventariar e conservar obras de arte, através da atuação de correspondentes locais. Essa iniciativa, porém, comportava vários problemas, tais como a falta de meios para elaborar um inventário amplo e sistemático, para pagar os deslocamentos dos membros da Comissão para inspeções e para remunerar os correspondentes (**CHOAY, 1992, p.95**).

Na França, após a queda da Bastilha em 1789, volta-se a pensar na preservação dos monumentos, tendo em vista todas as destruições ocorridas em virtude da “modernização da cidade medieval”. Com a Revolução Francesa,



ocorreram intensas mudanças na organização social e política, no qual o conceito de “patrimônio” foi relacionado a apropriação coletiva. Os chamados comitês revolucionários entre os anos de 1790 a 1792 iniciaram o discernimento do que seria o “nacional”, ou seja, instituíram o termo “patrimônio” ao conceito de políticas públicas, afim de preservar e enaltecer os bens que representam a nação. Com isso, os princípios de conservação dos monumentos surgiram mediante a Revolução Francesa **(NUNES; LIMA, 2009)**.

No século XIX, foi criado em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos, sendo essa, a pioneira. A França, país que foi berço dos primeiros direcionamentos conservacionistas, foi instigada pelas ideias do Iluminismo e anelava o impedimento do vandalismo, sendo os edifícios medievais os principais alvos. Em contrapartida, o desprezo por estes e as intervenções urbanas de larga escala haviam sido uma constante e mesmo antes do vandalismo, era normal o seu uso como origem de materiais de construção para erguer novas edificações. A comissão era caracterizada por três grandes categorias de monumentos históricos, compostas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios de característica religiosa da Idade Média e alguns Castelos **(GRAMMONT, 2006)**.

Mediante a situação de desprezo pelos monumentos históricos, surge Quatremère de Quincy, arqueólogo, crítico de arte, filósofo francês e um dos primeiros pensadores da salvaguarda patrimonial, no qual afirma que “dividir é destruir” **(QUATREMÈRE DE QUINCY, 1996, p.100)**, sendo contra a repatriação de obras de arte, hábito francês, considerando seus êxitos de poder e territorial, desconsiderando tais atos. O crítico dá destaque ao ambiente cuja as obras estão inseridas, porque a cidade de Roma não é constituída apenas por seus monumentos, mas também por suas montanhas, vias, tradições locais e lembranças, contribuindo para a necessidade de preservação do contexto **(QUATREMÈRE DE QUINCY, 1996)**.

Quatremère antecipou duas das principais vertentes do restauro no século XIX, uma voltada à conservação, que seu principal estudioso seria John Ruskin e outra voltada a complementos em estilo, sendo destaque nessa área de pesquisa, Viollet – le – Duc.

Dentre outros pensadores voltados para a teoria da restauração citados por Kühn **(2007)**, podem-se destacar: Ludovic Vitet (1802 – 1873) possuindo como



característica a preferência por aspectos documentais, como também achava desnecessário as correções e embelezamentos de partes da obra que eram consideradas irregulares ou incompletas; Prosper Mérimée (1803 – 1870) que tinha como linha de pensamento a manutenção dos monumentos em sua perfeita integridade, era contrário ao vandalismo, e tinha como conselheiro outro importante pensador já citado anteriormente, Viollet – le – Duc (1814 – 1879), no qual detinha de obras góticas e românicas, bem como o envolvimento artístico e cultural.

Ainda segundo **Kühl (2007)**, John Ruskin (1819 – 1900) teve sua importância no campo do patrimônio trazendo consigo características como: fomentador do movimento Arts and Crafts, inimigo da Revolução Industrial e representante da teoria romântica, cabe ressaltar também nomes importantes como William Morris (1834 – 1896), notável seguidor de Ruskin e criador da sociedade dos edifícios antigos, assim como Camillo Boito (1834 – 1914), tido como defensor da manutenção do edifício ao longo do tempo de modo a evitar-se o restauro, com acréscimos e renovações à semelhança de Ruskin, porém sem deixá-lo cair em ruínas passivamente.

Além destes pensadores, destaca-se também o crítico Alois Riegl (1858 – 1905), que foi presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria. Para **Cunha (2006)**, o autor empreendeu uma reflexão que se funda muito mais no valor outorgado ao monumento do que no monumento em si, tratando valor não como categoria eterna, mas como evento histórico, também classifica os monumentos a partir dos Valores rememorativos: histórico, antiguidade, rememorativo intencionado e Valor de contemporaneidade: instrumental e artístico.

Adentrando no início do século XX, podemos citar a figura de Gustavo Giovannoni (1873 – 1947) no qual possui uma representação muito importante no restauro científico, por apresentar contribuições que segundo **KÜHL et al (2012)** destacam-se como o uso de técnicas modernas de consolidação, como o concreto armado e a criação da Teoria do Restauro Científico.

A respeito do estudioso Cesare Brandi (1906 – 1988), podemos citar segundo **(Cunha, 2004)** contribuições como a dedicação a teoria do restauro crítico e o reconhecimento da obra de arte, que para ele era derivado através da conscientização de valor, seja material, técnica utilizada ou mesmo pela notoriedade do autor.



Para a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), desde o ano de 1948 há debates sobre o patrimônio histórico, conceituando – o em um alicerce genérico, fazendo parte dessa essência **(UNESCO,2020)**:

(...) os conjuntos urbanos, parques nacionais, paisagens transformadas pelos seres humanos, ecossistemas e diversidade biológica, objetos considerados pré-históricos, instrumentos arquitetônicos, tradições da cultura popular imaterial, tesouros subaquáticos, lugares sagrados, monumentos históricos e obras de arte, proporcionando uma proteção a todos esses “bens” para quem os detém, sejam eles públicos ou privados.

No término da Segunda Guerra Mundial, os números de bens inventariados se multiplicaram, todavia, a sua essência era basicamente a mesma, possuindo como característica a arqueologia e história da arquitetura erudita. Essa definição imperou até a década de 1960, no qual surgiu a comissão que determinou “parâmetros e tipologias afim de que não desprendesse testemunhos historicamente significativos” **(CHOAY, 1992, p.12)**.

Ainda sobre **Choay (1992, p. 12)** afirma-se que foram criados dois termos para separar as edificações com relação as suas particularidades. Denomina-se arquitetura menor, termo esse derivado da Itália, as construções particulares que não são monumentais, a exemplo de edificações que não tiveram a participação de profissionais da arquitetura.

Pode-se caracterizar arquitetura vernacular, sendo esse um termo de cunho inglês para designar os edifícios de atributos locais, arquitetura industrial referente as usinas, estações e dos altos – fornos, pois a França elaborou uma seção do patrimônio industrial da Comissão Superior dos Monumentos Históricos no ano de 1986. Sendo assim, o controle patrimonial não iria se limitar mais aos edifícios individuais, ele agora vai fazer parte dos aglomerados de edificações e da malha urbana, que são caracterizadas por aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, a exemplo das cidades da região de Wachau, localizado na Áustria **(CHOAY, 1992, p.13)**.

Mediante a análise de como surgiu o patrimônio histórico no mundo, podemos conceituar alguns termos que são usados para classificar os bens, como o patrimônio cultural, que segundo **Figueiredo (2013)**:



O patrimônio cultural é um conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Pode ser classificado em dois grupos: bens materiais e bens imateriais.

Já o conceito de patrimônio imaterial, seria a porção de cada grupo social e como eles se portam ou agem, tornando-se uma particularidade de cada grupo, por meio de suas ações como por exemplo em comemorações, sendo criado uma identidade. A **UNESCO (2020)** caracteriza como patrimônio imaterial:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No que diz respeito ao patrimônio material e arquitetônico, a interpretação do **IPHAN (2014)**, seria que:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

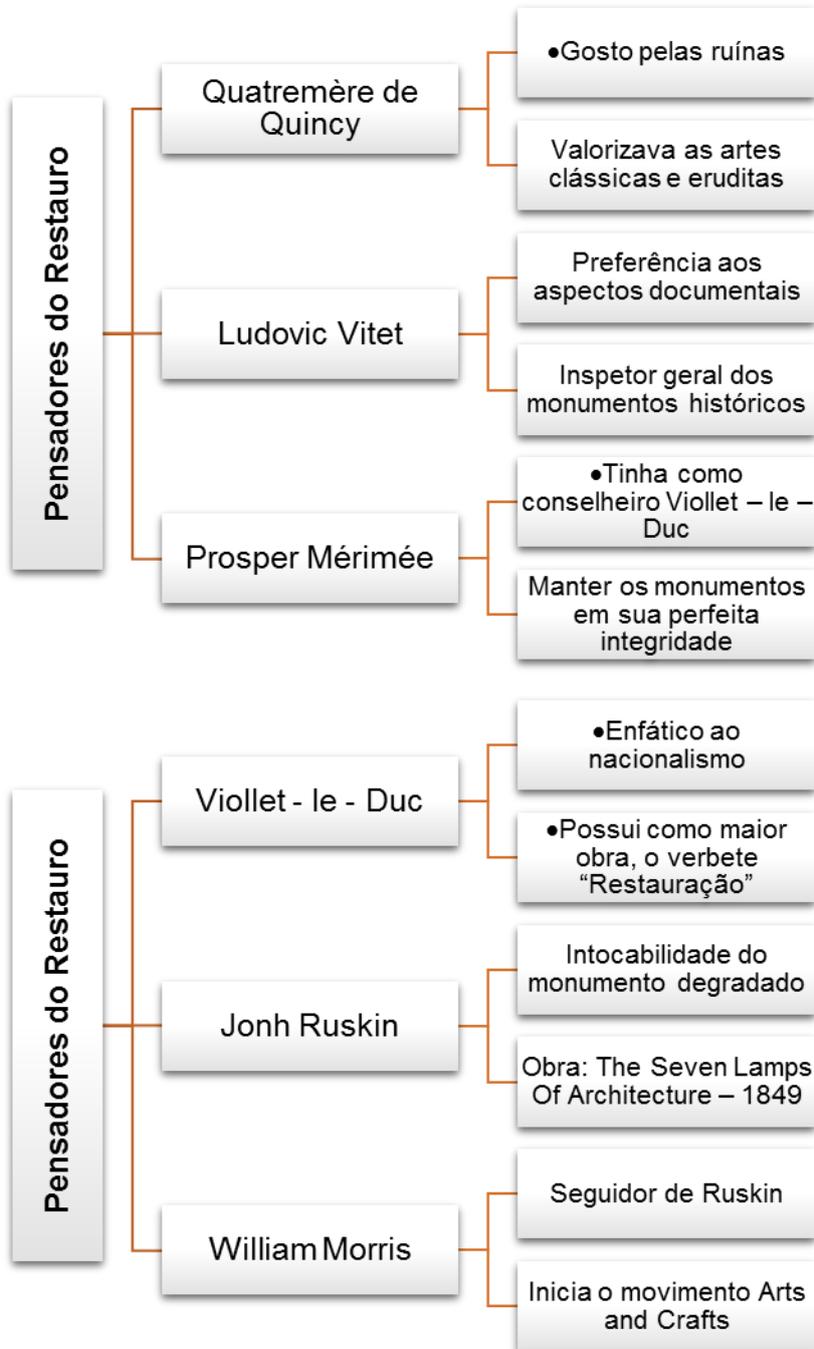
Ainda sobre o **IPHAN (2014)**, para explorarmos o conceito de patrimônio arqueológico, baseados nos estudos feitos, conclui-se que:

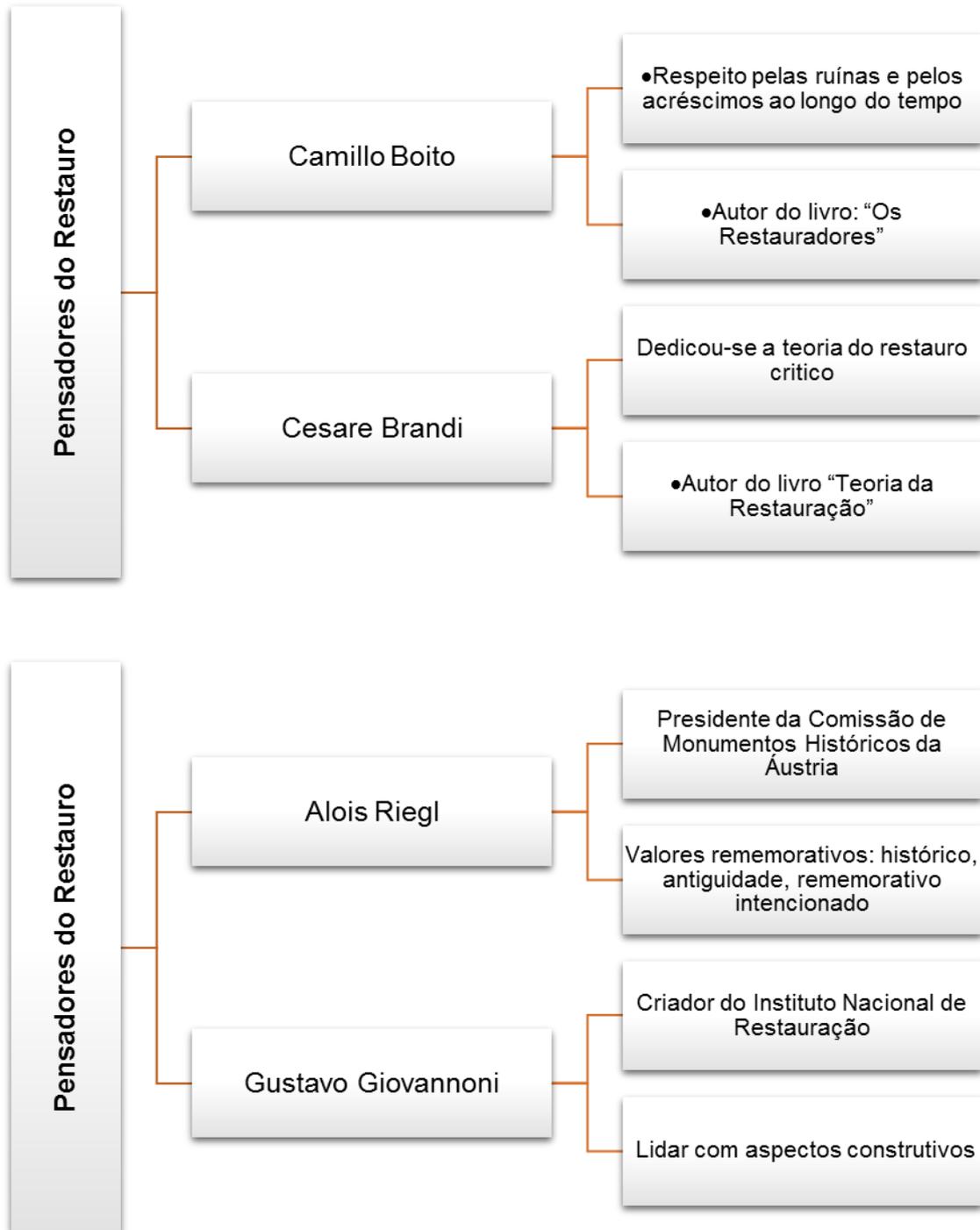
(...)os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos pela [Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961](#), sendo considerados bens patrimoniais da União. Também são considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha, além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.

Em uma abordagem geral, pode-se destacar os estudiosos e seus feitos através dos fluxogramas abaixo (ver figura 20):



Figura 20 - Fluxograma dos Principais Autores da Teoria do Restauro





Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Patrimônio Histórico no Brasil

Para **Nunes; Lima (2009)**, a respeito do Brasil, a ligação com o patrimônio histórico estava interligada a todas as coisas que faziam parte da herança cultural



Ibérica, ou seja, estava conectada em apenas um período da história do país. Pode-se considerar símbolo da ação patrimonial os anos de 1930 até os anos de 1970, sendo preferência os exemplares arquitetônicos datados do período colonial. Vale salientar que no século XVIII, o vice rei do Brasil (D. André de Melo e Castro) e enviado ao governador de Pernambuco (D. Luís Pereira Freire de Andrade) expos a vontade de negar a mudança das instalações militares para o Palácio das Duas Torres, localizada na cidade de Recife. Para eles, o palácio tendo seu uso irregular poderia ser arruinado, solicitando assim, para que as tropas ficassem no quartel. Essa situação foi considerada a pioneira no quesito preservacionista do que se tem informações **(NUNES; LIMA, 2009)**.

Para os bens imóveis, o interesse de preservação começa a ter mais intensidade por volta dos anos 1920, pois a ausência de sua manutenção estava comprometendo as edificações, surgindo assim os olhares de pessoas interessadas nesse campo preservacionista em torno desses imóveis, passando a ocorrer acusações por parte deles pela a falta de consciência, pois a memória estaria sendo cada dia mais apagada nas cidades de cunho histórico. Também houve a percepção desses estudiosos de que a alta sociedade não se preocupou com a “memória” das cidades, bem como o governo, podendo assim, ocorrer a perda total da história do país. Diante dos fatos, gerou-se um receio do Congresso Nacional, em entidades culturais e na imprensa **(FONSECA, 1997)**.

No Brasil se tem o primeiro entendimento no âmbito jurídico de patrimônio histórico na Constituição de 1934, no qual o artigo 10 possuía como responsabilidade colocar o poder público como instrumento de preservação dos monumentos de cunho artístico ou histórico que tenham valor nacional. O artigo afirma que: “Compete concorrentemente à união e aos Estados: III – Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” **(CONSTITUIÇÃO DE 1934)**.

Com o surgimento das primeiras noções jurídicas no que se refere ao patrimônio, o presidente Getúlio Vargas sanciona o Decreto – Lei de nº 25, datado de 30 de novembro de 1937, criando o Órgão SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ao qual foi moldado por intelectuais e artistas da época. De acordo com o **DECRETO - LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**, o órgão passou a entender o patrimônio histórico como:



O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Com isso, o país passa a ter uma Lei mais abrangente no quesito de preservação dos bens históricos. As leis que vêm surgindo após a pioneira, apenas atrás consigo correções no campo de entendimento sobre os direitos e obrigações tanto do governo, como por parte da sociedade (**FONSECA, 1997**).

Afirma-se que os esforços iniciais de preservação em bens por parte do poder público datam de 1934, com o surgimento da Inspetoria de Monumentos Nacionais, sendo este, fruto da expansão do Museu Histórico Nacional. Era dever da Inspetoria criar um catálogo dos imóveis de importância cultural, artístico e histórico e recomendar ao Governo Federal transformá-los em bens de valor nacional mediante o decreto (**RODRIGUES, 1998**).

Para **Nunes; Lima (2009)**, no século XX, mais precisamente nos anos 70, são postas novas pretensões no campo do patrimônio, sendo o período colonial visto com um olhar mais comprometido. Por outro lado, representações culturais populares, como ritos e artesanato, que até então só tinham olhares voltados por folcloristas e etnólogos, passam a ser considerados como patrimônio. O entendimento de patrimônio esteve agregado a variados princípios e os fundamentos anexaram ao conceito a sua experiência. Dito isso, o termo patrimônio não pode ser estagnado em apenas um conceito definitivo, ou seja, cada país terá o seu entendimento perante a sua história vivida, para assim ter uma determinada ação voltada ao patrimônio.

Pode-se destacar o IPHAN no âmbito federal, como a instituição responsável pela preservação dos bens presentes no Brasil, possuindo como função o inventário do patrimônio histórico, que se dá através da complementação das fichas catalográficas referentes ao monumento ou sobre os entendimentos da população que ali habita. Como já mencionado anteriormente, o significado da palavra patrimônio sofreu variados complementos no seu conceito, e no século XX, mais especificamente nos anos 70, ocorreu uma expansão na definição do termo patrimônio, no qual foi implantado um Centro de Referência Cultural que tinha como



incumbência distinguir diferentes elementos culturais voltados a arquitetura **(NUNES;LIMA, 2009)**.

Mediante a variação de conceitos, a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, amplia o campo da preservação e inclui outras atividades culturais como parte do patrimônio histórico cultural e de valor nacional, incluindo os de natureza imaterial. Destacam-se como patrimônio cultural brasileiro:

(...) bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na esfera estadual, ressalta-se o IPHAEP, órgão que tem como responsabilidade zelar pelos bens no Estado da Paraíba, sendo sua sede localizada na capital, João Pessoa. Surgiu pelo Decreto – Lei nº 5.255, datado de 31 de março de 1971, todavia desde 2009 é através do Decreto – Lei de nº 9.040 datado de 30 de dezembro de 2009 que o órgão utiliza os objetivos e estrutura. Cabe evidenciar os municípios que tem monumentos tombados, são eles: Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa, Mamanguape, Pilar, Pombal, Princesa Isabel, Remígio, Rio Tinto, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe e Sousa **(GOVERNO DA PARAÍBA, 2020)**.

O município de João Pessoa, cidade do objeto de estudo, é considerado a terceira cidade mais antiga do país, fundada em 1585, sendo o seu surgimento às margens do Rio Sanhauá. João Pessoa possui valiosos tombamentos de diferentes épocas da arquitetura, desde a arquitetura colonial até a arquitetura contemporânea, possuindo o centro histórico que abriga as edificações mais antigas, sendo conhecido como “cidade alta” e “cidade baixa” devido aos diferentes níveis topográficos, todos eles tombados pelo IPHAEP **(PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2020)**.

O órgão fez os tombamentos no centro histórico do município no ano de 2009, contando em 502 edificações, sendo considerado o maior número no bairro do Varadouro (nomeada como cidade baixa) já a classificada como “cidade alta”



abrange uma área de aproximadamente 370 mil m², distribuídas em vinte e cinco ruas e seis praças, como o antigo Porto do Capim, local onde teve início a construção da cidade (**IPHAEP, 2020**).

Ainda sobre o **IPHAEP (2020)**, é importante explanar sobre as edificações de João Pessoa e seus variados estilos arquitetônicos, na qual o órgão relata que:

As edificações protegidas são representativas dos vários períodos da história de João Pessoa: o barroco da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, o rococó da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o estilo maneirista da Igreja da Misericórdia, a arquitetura colonial e eclética do casario civil, e o *art nouveau* e o *art déco* das décadas de 1920 e 1930, predominantes na Praça Anthenor Navarro e no Hotel Globo. A cidade se desenvolveu a partir de dois núcleos principais: o Varadouro e a Cidade Alta, ligados pela Ladeira de São Francisco.

A respeito da importância da “cidade alta”, afirma-se **IPHAEP (2020)**:

A Cidade Alta se formou ao redor da Igreja Matriz, onde se instalaram as primeiras residências da elite. Nessa área, estão situados vários monumentos importantes, como o Museu de Arte Sacra da Paraíba (localizado no Conjunto da Ordem Terceira de São Francisco), o Teatro Santa Roza (terceiro mais antigo do Brasil, todo revestido internamente de madeira pinho de riga), a Biblioteca Pública Estadual (exemplar do ecletismo do final do século XIX). No século XX, o comércio de padrão médio e alto migrou para a Cidade Alta, causando a valorização dos terrenos.

Diante da amplitude que se tornou o âmbito preservacionista, deve-se destacar que a importância agora não será só de edificações, de bens “concretos”, mas também de natureza imaterial, como parte da cultura do país, de manifestações artísticas espalhadas em cada parte do Brasil, que mediante um longo caminho percorrido foi finalmente reconhecido, e passou a ter valor para a sociedade nacionalmente (**FUNARI;PELEGRINI, 2006**).

Cartas Patrimoniais

Pode-se dizer que até o século XIX, o termo patrimônio poderia ser classificado como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico, contudo, no século XX esse termo adquiriu ainda mais atributos. Dados essas características, os bens passam a ser avaliados também



pelo seu entorno, ou seja, os monumentos passam a ser analisados isoladamente ou considerados em um conjunto como um todo. Todavia, esse contexto não foi bem visto, sendo considerado uma mutilação. Os monumentos antigos deveriam ser revitalizados tecnologicamente, e as demolições possuiriam limites mediante as intervenções aleatórias, como também os acréscimos nas construções que deveriam ser respeitados, e seria estudada ainda a adoção de usos compatíveis **(MENICONI, 1999)**.

Os modernistas explanavam sobre a chamada “Tábula rasa”, que seria o arrasamento de bairros inteiros, sucedendo por arranha-céus padronizados e mantendo apenas monumentos de valor notório, a exemplo do Plan Voisin¹ de Le Corbusier (1925) e da intervenção dos centros antigos franceses no decorrer da década de 1950 **(MERIN, 2016)**.

Dando início aos documentos responsáveis pela conservação e preservação dos bens patrimoniais, estão as cartas patrimoniais, que seriam manuscritos que detém a função de guiar e instruir de como intervir no bem e como dar uso ao mesmo. No ano de 1931, eis que surge a chamada Carta de Atenas, a qual aborda a fundamentação de processos referentes ao campo da arquitetura e sugere diretrizes no tocante a conservação e preservação de imóveis, afim de possuírem reconhecimento mundial e proverem a continuidade de suas particularidades sejam elas históricas e culturais nos monumentos a serem resguardados **(FIGUEIREDO, 2013)**.

Para **Grammont (2006)**, a UNESCO no ano de 1962 aprovou ensinamentos a respeito do entorno do monumento histórico, estimulando para pontos que caminham desde a especulação imobiliária até a poluição do ar. A carta de Veneza apresentou outra extensão de parâmetro, incluindo obras simples ao seu conceito de monumento histórico, datado no ano de 1964. No XVII encontro da Unesco em 1972, foi anexado o conceito de lugares notáveis, sendo apresentado logo adiante o que se chamaria de patrimônio imaterial, que conseqüentemente expande o conceito de Patrimônio Histórico, no qual passa a ser nomeado de Patrimônio Cultural.

¹ Foi apresentada a proposta no ano de 1925 e tratava - se de um projeto de reconstrução da cidade de Paris, com o intuito de dividir a cidade através da criação de dois novos elementos primordiais, uma cidade comercial e outra residencial.



Segundo a OEA (Organização dos Estados Americanos), na Norma de Quito, executada em 1967, são expostas apresentações para a utilização do patrimônio, visando o cenário de mudanças de áreas que possuem baixos recursos econômicos dos países da América Latina. Conclui-se assim, uma política que busca a valorização do patrimônio histórico, cumprindo novas funções proveniente das visitações, com isso, ocorre o incentivo de investimento e associação do capital privado, considerado essencial para uma proteção consolidada **(OEA, 1967)**.

A Declaração de São Domingos datada de 1974, sob a observação da OEA, possuindo como tema a conservação e restauração do monumento patrimonial dos períodos colonial e republicano, tinha como incumbência gerar reflexões como um resumo da Carta de Veneza no qual foi elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios **(ICOMOS, UNESCO, 1964)** e das Normas de Quito **(OEA, 1967)**.

É importante ressaltar também, o Manifesto de Amsterdam, ocorrido em outubro do ano de 1975, que segundo a **Declaração de Amsterdã (Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, Conselho da Europa, Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, Amsterdã, outubro de 1975)**, aborda:

A plena implementação de uma política contínua de conservação exige uma grande descentralização e o reconhecimento das culturas locais. Isso pressupõe que existam responsáveis pela conservação, em todos os níveis (centrais, regionais e locais) onde são tomadas as decisões em matéria de planejamento. Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões.

Da carta de Veneza a Carta de Burra em 1980, expunham-se uma sequência de lições para a conservação e o restauro, como também, exalta a manutenção de um entorno visual pertinente, lembrando do respeito a todas as alterações feitas ao longo dos anos **(ICOMOS, 1980, art.8º)**. Com relação a Declaração do México, ano de 1985, há um reforço na valorização da autoafirmação relacionada na fomentação cultural de cada comunidade **(ICOMOS, 1985)**.

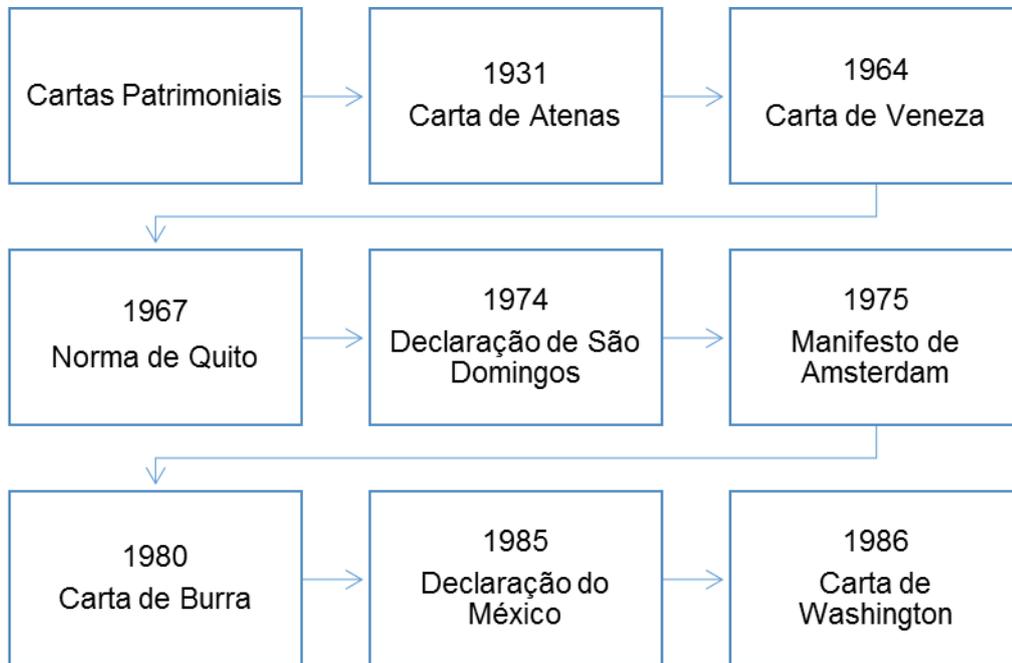
A respeito da Carta de Washington datada no ano de 1986, abordando o tema: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, entende-se que a intenção era somar a Carta de Veneza (1964), a busca pela participação da



população local, afim de se alcançar o sucesso da preservação. Não se pode deixar de abordar um marco importante sobre Icomos no ano de 1999, no qual contribui para o reconhecimento da atividade turística, sendo estabelecido a Carta Internacional de Turismo Cultural, tratando de princípios referentes a turismo e patrimônio. A carta visa a contribuição perante o valor da atividade turística na conservação e como situação econômica, de conscientização e educação da população, reforçando ainda a primordialidade da sociedade local como favorecida da atividade **(ICOMOS, 1986)**.

Pode-se ter um resumo da linha cronológica que se deu as cartas patrimoniais, como representado abaixo (ver figura 21):

Figura 21: Linha cronológica das principais Cartas Patrimoniais



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No Brasil, tendo em vista a Era Vargas, inicia-se a criação do estatuto legal e ideológico do patrimônio cultural brasileiro. Diante do exposto, considera-se como referência a Constituição Federal datada do ano de 1934, pois é perceptível a proteção ao patrimônio histórico, sendo ofício da Constituição definir competências ao Estado para a proteção patrimonial **(BRASIL, 1934)**.

Em 1970, no encontro de governadores, prefeitos e autoridades no Brasil, na área da cultura em todos os níveis, revigora a função que tem o Estado de proteger



os bens culturais, e acrescenta as universidades, a pesquisa histórica e a concepção de inventário dos bens regionais (**COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970**). No ano de 1971, há outro encontro de autoridades, dessa vez com o intuito de formular leis para aumentar as ações e usos de bens tombados, reestruturando o conceito de ambiência, pela proteção capaz paisagística, arquitetônica e cultural, apresentando o turismo e frisando a necessidade de idealizar o estado mais favorável de utilização e divulgação (**COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971**).

Na Carta de Restauro criada no ano de 1972, pelo Ministério de Instrução Pública (MIP), identifica-se que a mesma defende que a obra de arte engloba qualquer época. A carta afirma que para se criar um projeto de restauração de uma obra arquitetônica, deve-se fazer um estudo profundo do objeto, adentrando por variados pontos de vista. Mediante essa afirmativa, surge a expectativa de que haja uma pesquisa de sua posição em seu contexto territorial ou no que chamamos de tecido urbano, das elevações, dos aspectos tipológicos e qualidades formais, como também dos possíveis acréscimos ou mudanças (**MIP, 1972**).

Ter como objeto de estudo as cartas patrimoniais de maneira aprofundada, para se obter um conhecimento mais preciso de suas definições, é uma tarefa imprescindível para as pessoas que atuam no campo da preservação, especialmente, por as cartas possuírem textos precisos, caracterizando de certo modo um caráter indicativo e não se estabelece numa prescrição a ser posto diretamente na prática (**JUNIOR, 2005**).

Arquitetura Moderna

Pode-se dizer que o surgimento da arquitetura moderna se deu como uma “formação” do final no século XIX e início do século XX, sendo gerada como uma objeção às prováveis desordens, a exemplo do ecletismo dos inúmeros revivescimentos de configurações históricas que vieram antes. Sobre o mesmo olhar, entende-se que ocorreu um desgaste em dado momento referente ao século XVIII, quando a tradição renascentista se rendeu, ocasionando um vazio para o qual convergiram diversas adequações “não originais” e recombinações de moldes do passado (**CURTIS, 2008, p. 11**).



Ainda sobre **Curtis (2008, p. 11)**, a atividade, portanto, era entender o verdadeiro rumo no tocante da arquitetura, descobrir maneiras convenientes às precisões e ideais das comunidades industriais modernas, e conceber imagens aptas de introduzir os princípios de uma “era moderna” supostamente diferente. O período considerado pioneiro mostrou o nascimento da Art Nouveau e da Escola de Chicago, ambas pertencentes às Nações Industriais “evoluídas” da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, sendo a arquitetura moderna baseada em novos meios de construção e pautada pelos requisitos da função.

Cabe ressaltar a Revolução Industrial no campo tecnológico como o início de uma modernidade, tal ato trouxe para a sociedade inúmeros avanços tecnológicos, como a introdução do aço no meio construtivo por Bessemer (inventado em 1856). As inovações trazidas pela Revolução, trouxeram diversas novidades para a população, como o telefone (1876), a lâmpada elétrica (1879), a invenção do motor a explosão (1885) que permite o uso do petróleo para a propulsão de navios, veículos e no mais tardar de aviões no ano de 1903 (**Benevolo, 2001, p. 371**).

Entre os anos de 1860 e 1870 é importante frisar a relevância do arquiteto Viollet – Le – Duc, que por sua vez tomou consciência do uso dos novos materiais e qual impacto eles poderiam causar, a exemplo do vidro laminado e do ferro. Para Viollet – Le - Duc, o século XIX deveria ser a tentativa de gerar um estilo único mediante a procura de novas formas “adequadas” ao surgimento dos novos meios técnicos e os contrastes referentes as condições econômicas e sociais (**CURTIS, 2008, p. 24**).

Curtis (2008, p. 37) ainda menciona que se deve destacar obras que deram início ao uso dos novos materiais, como o Palácio de Cristal de Joseph Paxton, apresentado na grande exposição de 1851, caracterizado pela inovação do uso do ferro e vidro laminado. Vale lembrar também do primeiro arranha-céu em aço que é batizado com o nome de Home Insurance Building, situado em Chicago, inaugurado em 1884 por William Le Baron Jenney e por fim, a famosa Torre Eiffel construída em ferro e inaugurada em 1889 por Gustave Eiffel.

Não existe um momento exato do surgimento em si da arquitetura modernista, porém vale exemplificar acontecimentos importantes, como o de William Morris, criador do movimento Arts and Crafts, datada da década de 1860, juntamente com Nikolaus Pevsner, que anelava exaltar as bases sociais e moral da considerada



“nova arquitetura” (**CURTIS, 2008, p. 14**). É, na virada do século XIX para o século XX, sobretudo nos primeiros decênios do século XX, que se estabelece uma linguagem arquitetônica comum entre vários arquitetos de distintas localidades.

- **1900 – 1930**

A Primeira Guerra Mundial ocorrida entre os anos de 1914 – 1918, foi um dos fatores de influência para o surgimento da arquitetura moderna. Com a Revolução Industrial, a Primeira Guerra Mundial chegou fortemente abastecida de munições, pois com a industrialização fundamentada no aço e ferro, os representantes do conflito estavam com “poder de fogo” alto, com isso as tecnologias apresentadas na época foram adaptadas para a guerra, causando diversas destruições nas cidades e inúmeras mortes. As cidades foram completamente destruídas, a exemplo da Alemanha, tendo inúmeras vidas perdidas e construções abaladas (**CRAVEIRO, 2014**).

A arquitetura moderna é considerada difundida na Alemanha, por volta de 1900 o país passa a ser o centro da cultura arquitetônica europeia. Suas razões são exatamente: (1) a falta de antecedentes, ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial; (2) não possuir a tradição semelhante a inglesa ou francesa; (3) como também a sua industrialização recente; (4) e por ter artistas com uma mentalidade aberta e progressista, fazendo com que a Alemanha se torne o epicentro da Europa e podendo dizer também mundial, pois conquista muitos estudiosos importantes como Van de Velde da Bélgica, Olbrich da Áustria e Wright dos Estados Unidos (**BENEVOLO, 2001, p. 374**).

Em 1907, surge a Deutsche Werkbund, considerada a mais importante organização Alemã, criada por um grupo de críticos e artistas, no qual o seu objetivo segundo **Pevsner (1936, p. 122;123)** é:

O objetivo da Werkbund – reza o estatuto – é enobrecer o trabalho artesanal, coligando-o com a arte e a indústria. A associação deseja fazer uma escolha do melhor da arte, da indústria, do artesanato e das forças ativas manuais; deseja reunir os esforços e as tendências para o trabalho de qualidade existente no mundo do trabalho; forma o ponto de reunião de todos aqueles que são capazes e estão desejosos de produzir um trabalho de qualidade.



Observa-se na imagem (ver figura 22) uma das fábricas localizadas na Alemanha, a Fagus, que foi projetada pelo arquiteto Walter Gropius.

Figura 22: Fábrica Fagus



Fonte: História e Arquitetura (2011).

A organização busca características de grupos ingleses baseadas nos conhecimentos do fomentador do Arts and Crafts (Morris), todavia era contrário as maneiras de trabalho em série, particularidade da produção corrente.

Com o passar dos anos a organização foi amadurecendo e passaram por lá diversos nomes da arquitetura, das quais podemos destacar segundo **Benevolo (2001, p. 376)**, Peter Behrens (1868 – 1940) caracterizado pelo gosto de elementos volumosos e pesados, bem como o criador do estúdio Behrens, no qual trabalharam Van der Rohe e Gropius; Walter Gropius (1883 – 1969) que teve contribuições como a publicação de um artigo (“Na construção dos edifícios industriais, as exigências artísticas podem ser postas em acordo com as práticas econômicas?”) e projetos a exemplo do edifício industrial para uma fábrica de sapatos datada do ano de 1911; e por fim, Mies Van der Rohe (1886 – 1969) que obteve êxito em sua profissional como por exemplo o projeto da “Casa Fuchs” datada do ano de 1911, bem como no ano de 1912 com seu segundo projeto “Krölller – Müller”.



Como supracitado, os grandes expoentes da arquitetura também se envolveram com as artes plásticas, sendo fator de suma importância para a arquitetura moderna, pois as artes deram um novo rumo a arquitetura, uma nova face frente as novas tecnologias, dentre as quais pode-se citar o Cubismo, movimento iniciado em 1907 por Pablo Picasso e George Braque que tem como missão produzir uma linguagem visual que unia abstração com partes da realidade observada, fazendo com que o lugar e a forma se reconcilhassem, apresentando temas como o heroico. Outra corrente que vale ressaltar é o Simbolismo, movimento de característica literária localizada na França, apresentando como precursor Charles Baudelaire **(CURTIS, 2008, p. 150)**.

Curtis (2008, p. 167) também mencionada a atribuição ao movimento nomeado de Purismo, que surgiu em 1918, como fundamentado na linhagem histórica da tradição clássica, possui como característica na pintura, formas geométricas mais precisas e puras, assim como na arquitetura, tem como principal atributo a clareza e a objetividade, e detém como principal fomentador Le Corbusier.

Ademais, outra corrente estilística, o Neoplasticismo, movimento criado por Piet Mondrian, de característica puramente racionalista, **Rosa (2019)** afirma:

As obras de Mondrian e Malevitch estabelecem novos parâmetros para se pensar a questão espacial na pintura. A obra dos dois pintores apresenta o legado de uma arte marcada pelo desejo de construir o próprio espaço da pintura por meio de recursos puramente abstratos. Não existe referência aos aspectos exteriores à própria concepção visual da obra, pois o tema da pintura é a imagem em si.

A Bauhaus foi uma escola voltada para a arquitetura e design, no qual formou diversos arquitetos mundialmente conhecidos. A escola foi fundada no ano de 1919, localizada na Alemanha, mais precisamente na República de Weimar, o primeiro líder da escola foi o arquiteto Walter Gropius, que tinha como método educacional aproximar o artista e o artesão, como ele afirmava: “comunidade de todas as formas de trabalho criativo e, em sua lógica, interdependência de um para com o outro no mundo moderno” **(GROPIUS, 1972)**.

A Instituição pode ser dividida em 3 partes, construção (1919-1923); a consolidação (1923-1928); e a desintegração (1928 - 1933). Gropius, por sua vez, estruturou a escola contratando profissionais importantes como Lyonel Feininger e Johannes Itten, como também Gerhard Marck, escultor. Dentre os profissionais, Itten



se destacava, todavia foi afastado da escola em 1923, pois possuía um pensamento muito individualista, esquecendo o universo econômico, já Gropius almejava o contato com o setor industrial (**WICK, 1989**).

Na segunda fase, segundo **Gropius (1975, p. 40)**, a Bauhaus funcionava da seguinte forma:

Cada estudante da Bauhaus tinha de trabalhar, no curso de sua formação, em uma oficina por ele escolhida, depois de haver concluído com êxito o preparatório. Ali estudava ao mesmo tempo com dois mestres, um de artesanato e outro do design. Era preciso que passasse por dois professores diferentes, pois não havia artesãos que possuíssem suficiente fantasia para dominar problemas artísticos, nem artistas que possuíssem suficientes conhecimentos técnicos para dirigirem uma seção de oficinas.

Na última fase a escola passou por turbulências, como ameaças de fechar no ano de 1925, devido a vitória das eleições dos políticos conservadores, pois a escola não era vista com bons olhos, os políticos achavam as ideias da escola subversivas para a época, no ano de 1926 a Bauhaus se muda para a cidade de Dessau. No ano de 1928 Gropius deixa o Instituto e quem assume o comando é Hannes Meyer, com a troca, a escola perde totalmente a linha de pensamento voltada para a arte, tornando-se uma compensação voltada para as necessidades sociais. Em 1930 troca-se novamente de diretor, assumindo Van Der Rohe, sendo fiel aos pensamentos de Meyer, em 1932 Bauhaus é transferida para Berlim, e em 1933 sobre pressão nazista a escola é fechada (**WICK, 1989**).

Tais fatos acima mencionados sintetizam a ambiência para a construção de um novo pensamento arquitetônico que começa a ser mais concretizado no ano 1927. Conforme **Benevolo (2001)**, não existe uma data específica para o nascimento desta nova arquitetura, mas em tal ano, observa-se uma linha de pensamento em comum compartilhada por vários arquitetos pela Europa, gerando obras com aspectos formais e estruturais semelhantes entre si.

Durante este período, um arquiteto, teórico e artista plástico se destaca, contribuindo para a consolidação de um padrão arquitetônico: Le Corbusier. Natural da Suíça, Charles Edouard Jeanneret, consolida-se como arquiteto, utilizando o pseudônimo Le Corbusier, em solo francês. Para o **CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2020)**, podemos atribuir as seguintes características a Le Corbusier:



- Teve grande influência para a formação da geração modernista de arquitetos brasileiros;
- Desenvolvimento de extensa atividade acadêmica e teórica;
- Publicação de vários artigos sobre suas pesquisas arquitetônicas;
- Admirador da Arquitetura da Grécia Antiga;
- Pesquisador dos usos da razão Áurea e da sequência de Fibonacci;

Cabe expor também um dos pontos mais marcantes sobre o arquiteto Le Corbusier, no qual cria os cinco pontos da arquitetura, que são os pilotis com a intenção de facilitar a circulação tanto de pessoas como de veículos, o teto jardim que se caracteriza com a função de recuperar o jardim perdido com a construção da edificação, a eliminação de paredes “portantes” que facilita a divisão de ambientes, tornando-os melhor distribuídos, a janela em fita que tem como atributo a liberdade de usa-la tanto horizontalmente como verticalmente sem comprometer as estruturas da residência, e por fim a fachada livre, que seria uma fachada projetada sem a restrição da parte estrutural **(FRAMPTON, 2000)**.

Deve-se atribuir a essas características a Villa Savoye (ver figura 23), construída entre 1928 – 1931, considerado o primeiro exemplar do arquiteto Le Corbusier que compõe os cinco pontos “corbuseanos”, no qual o arquiteto classifica como “máquina de morar”, sendo característica da edificação a integração com o meio e o uso de linhas retas e curvas.

Figura 23: Villa Savoye



Fonte: Andrew Kroll (2010).



Um momento que modificou também a arquitetura foi o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, no qual aconteceu basicamente por meios aéreos e urbanos, simultaneamente com as baixas dos representantes nas guerras, nos municípios totalmente abalados da Europa, contabilizando um número alto de soldados que morreram. Teve início no ano de 1937, em Guernica, como ensaio do sistema de *carpet - bombing*² a princípio usado pelos alemães, e no mais tardar também foi utilizado pelos parceiros de guerra (**SEGRE, 2012**).

Ainda sobre **Segre (2012)**, desde a Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico usado principalmente em aviões e em armamentos fez com que as cidades fossem devastadas, surgindo com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), conhecido como pós-guerra, a arquitetura brutalista, novo tipo de arquitetura moderna. Esta vertente emergiu inicialmente nos principais centros urbanos da Europa como forma de reerguer as cidades destruídas pela guerra, possuindo como característica o uso de materiais baratos como o concreto, arquitetura limpa e sem adornos, tendo como viés apenas a funcionalidade.

Outro fator que se revela como um desdobramento da Segunda Guerra Mundial é a “diáspora” dos arquitetos da Europa Central para outras localidades, iniciando a propagação da arquitetura moderna para outros continentes, exemplificado na migração dos arquitetos Richard Neutra e Mies Van der Rohe para os Estados Unidos. Em solo americano, o arquiteto nativo de Wisconsin, Frank Lloyd Wright, se destaca pela sua alta produtividade e pelo marco de ter iniciado a arquitetura “orgânica”, no qual afirma que a arquitetura deve ser unida ao lote como um organismo vivo, e traduzir a sua época, de modo que evoque a apropriação contextualizada e vinculada ao local (**CAVALCANTE, 2020**).

Richard Neutra (1892 – 1970), por sua vez, nasceu em Viena, Áustria e é considerado um dos arquitetos mais importantes do movimento modernista dos EUA, país onde teve destaque. O arquiteto desenvolveu trabalhos com grandes nomes da arquitetura local, entre eles destaca-se Frank Lloyd Wright. É característico de Richard Neutra formas geométricas simples, estrutura de cunho racional e planos transparentes (**GOODWIN, 2020**). Se pode observar na imagem (ver figura 24) uma das obras do arquiteto.

² *Carpet - bombing* é caracterizado como um grande bombardeio aéreo feito de maneira crescente para causar estragos em cada parte de uma área de terra escolhida.



Figura 24: Lovell House – Richard Neutra



Fonte: **Andrew Kroll (2011)**.

Segundo **Curtis (2008, p. 15)**, o movimento moderno foi definido como:

(...) uma evolução com fins sociais, bem como de formas arquitetônicas. Ele buscou reconciliar industrialização, sociedade e natureza, lançando protótipos para habitação em série e planos ideias para cidades inteiras (como a Broadacre City de Wright ou a Ville Radieuse de Le Corbusier).

Com as ideias do modernismo cada vez mais sendo trabalhadas, os centros urbanos sentem o “novo” surgir, dentre esses centros, destacam-se Paris, Viena, Glasgow, Bruxelas, Barcelona e Chicago. Mesmo o termo “modernidade” diferenciando de cidade para cidade, o objetivo seria o mesmo **segundo Curtis (2008, p. 33)**: “mecanização da cidade, a introdução de novos materiais como ferro, vidro e aço, clientes abertos a novas experiências e arquitetos criativos dispostos a expressar nos espaços e nas formas o novo estado de coisas”.



- **1940 – 1960 (propagação da arquitetura moderna em outros continentes)**

No continente Latino Americano, há um ensaio de preservar a relação com a historiografia tradicional da arquitetura. Tem destaque as determinações individuais, afim de entender o que está atual no cenário internacional da época, salientando que os principais nomes da arquitetura estavam na Europa e EUA. Há características internacionais presentes na arquitetura, porém existe os atributos locais presentes no modernismo dos países da América Latina, como painéis no Peru, o uso de mosaicos de vidro no México e azulejos brancos e azuis no Brasil **(HITCHCOCK, 1955)**.

Segundo **Hitchcock (1955, p. 60)**, na América Latina é propício o ferro – concreto, na qual em sua maioria vem de maneira estabelecida. As suas tonalidades são atribuídas através de mosaicos de vidro, bem como de ladrilhos. O Brasil e o México são os lugares de mais destaque para se encontrar edificações (principalmente residências) com esse tipo de característica mais distinta.

O México teve grande influência na arquitetura modernista, possuía artistas como Félix Candela, de origem espanhol, porém erradicado no México, participando de obras importantes como a construção da Universidade da Cidade do México. Os arranha – céus, outro marco na arquitetura da época fica a cargo de August H. Alvarez que foi responsável pela Torre Latinamericano, um dos primeiros arranha – céus modernistas da Cidade do México datado de 1956 **(HISOUR, 2020)**.

Referindo-se a Ásia, onde ocorreu uma enorme escassez habitacional no pós-guerra, destaca-se o arquiteto modernista Kunio Maekawa (1905-1986), que teve como companheiro de trabalho o famoso arquiteto Le Corbusier. Possui projetos como sala de concerto em Tóquio e Kyoto, bem como a Casa Internacional do Japão em Tóquio, sendo todas as suas obras totalmente no estilo modernista. **(HISOUR, 2020)**.

Arquitetura Moderna no Brasil

No Brasil, a arquitetura moderna começa a surgir na década de 1920, sendo inicialmente apresentada na conhecida Semana de Arte Moderna de 1922, no qual foram expostas várias atualidades em diferentes setores da expressão artística, a



exemplo da música, literatura e as artes visuais, da qual teve seu comportamento argumentado frente ao academicismo anteriormente, possuindo fatos isolados como a exposição de Lasar Segall em 1913, em 1917 a exposição de Anita Malfatti, já em 1920 a “descoberta” de Vitor Brecheret, escultor **(SANTOS, 2006)**.

Pode-se dizer que o precursor da arquitetura moderna no Brasil foi Lúcio Costa, que na metade dos anos 1920 junto com Fernando Valentin projeta e constrói inúmeras residências, como a residência de Raul Pedrosa no estilo neocolonial, no ano de 1925, situada no Rio de Janeiro, também projeta a casa E. G. Fontes no qual Costa afirma que é a “última manifestação de sentido eclético – acadêmico **(BARROS, 1995)**).

Outro nome importante do modernismo brasileiro é Mário de Andrade, escritor, que produziu no início da década de 1920 um texto referente a arte religiosa, demonstrando seu ponto de vista para um estilo arquitetônico que se aproximasse das tradições culturais brasileiras, o autor expõe suas ideias mostrando sua preferência para a originalidade na construção da caracterização da tradição colonial, ao mesmo tempo que introduz elementos que constatem uma arte brasileira da portuguesa **(SANTOS, 2006)**.

Mário de Andrade também se contrapõe algumas vezes, no final da década de 1920, o estudioso escreve “Arte Colonial” contendo 4 artigos, onde entra em um paradoxo, cujo texto possui uma crítica a arquitetura neocolonial, sendo contra, no qual ele afirma: “Os que estão na América do Sul trabalhando por criar uma arquitetura separatista, nacional, brasileira, mexicana, peruana etc., estão trabalhando no falso, estão perdendo tempo, são atrasações” **(ANDRADE, 1983, p. 12)**, todavia, também é a favor quando afirma: “Ora os arquitetos que estão trabalhando por normalizar no país um estilo nacional “neocolonial” ou o que diabo se chame, estão funcionando em relação à atualidade nacional. A função deles é, pois, perfeitamente justificável e mesmo justa” **(ANDRADE, 1983, p. 14)**.

O autor continua a estudar o modernismo, e passa a concordar sobre o valor da arquitetura moderna baseada no “internacionalismo” como vetor inicial, afirmando que: “a arquitetura modernista se acha apenas no começo da evolução dela, mal nasceu”. **(ANDRADE, 1983, p.13)**, no qual seria adicionado princípios regionalistas.

O crítico literário estava em concordância com as premissas modernistas com a vanguarda da época, sendo considerado um dos principais formadores associado



a Oswaldo de Andrade. Tais premissas se conduziam na junção das ideologias da vanguarda erudita com princípios da cultura tradicional e popular, essas convicções, tempos depois influenciaram Lucio Costa perante o seu pensamento da arquitetura moderna de cunho tradicional **(CAVALCANTI, 1987)**.

Lúcio Costa foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes no município do Rio de Janeiro entre 1930 e 1931, modificando a grade curricular do curso para a absorção do modernismo, a sua busca pela arquitetura nacional também formulou uma estruturação ideológica afim de atestar a autenticidade e introdução de algumas políticas dentro das normas feitas. A ligação entre a arquitetura e o Estado, naquele período, estava associada ao progresso de fatos sociais e políticos da nova organização de pensamentos, que aconteceu na fase de República Velha e o Estado Novo. Nos anos de 1930, tornam-se parte do desenvolvimento nacional a modernização econômica e a modernização ideológica, sendo atribuído a esse desenvolvimento a definição dos conceitos de arquitetura modernista no governo de Getúlio Vargas **(SANTOS, 2006)**.

O Estado Novo tinha como foco a formação do cidadão brasileiro e como essência desse objetivo era fundamental a educação mediante o avanço da música, das artes e da cultura. Como método da formação do novo pensamento brasileiro, o governo tinha como apoio a ação pedagógica e propagandista da educação física, do rádio, da tv, da música e do cinema **(CAVALCANTI, 1987)**.

Voltando os olhares para o campo da arquitetura, os meios de apoio como base para a formação da arquitetura moderna vinham do Ministério da educação e saúde. Portanto, a conexão entre a cultura e o Estado na década de 1930 teve propensões além das fronteiras da criação arquitetônica alcançando toda a elaboração cultural e artística daquela fase. Expõe-se que o modernismo estabeleceu maneiras de percepções e performances da realidade brasileira. Ao fim dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, é notável a distinção entre condição histórica moderna e a exposição dessa modernidade, estando esse contraste umas das particularidades da fase da era Vargas **(SANTOS, 2006)**.

Victor Dubrugas é considerada uma figura importante para a arquitetura moderna, principalmente na cidade de São Paulo, onde o estudioso iniciou o movimento modernista, possui projetos como a residência de Névio Barbosa datada de 1914. Dubrugas dispõe de uma série de obras neocoloniais, o estudioso tem



como característica o cuidado com relação as técnicas construtivas tradicionais, em que busca torna-las ideais as circunstâncias peculiares do lugar, como o clima e a mão – de – obra. Admirador de Frank Lloyd Wright, tinha como característica a tradição racionalista que aconselhava utilização da verdade construtiva em projetos arquitetônicos, bem como a relevância de elementos tradicionais a exemplo da telha canal **(REIS, 1997)**.

Apresentam-se outros dois nomes significativos da arquitetura, Rino Levi e Gregori Warchavchik (arquiteto de origem europeia, naturalizado brasileiro), ambos trazem um conceito mais individual a arquitetura modernista. Os arquitetos criaram um manifesto no ano de 1925, um em São Paulo por Rino Levi, intitulado como “A Arquitetura e a Estética das Cidades” tendo como conteúdo o foco nos novos materiais presentes no mercado, no qual ele recomendava o seu uso de maneira que a arquitetura fosse composta por linhas simples. Já Warchavchik, com o seu manifesto na cidade do Rio de Janeiro intitulado “Acerca da Arquitetura Moderna” recomendava o esquecimento dos estilos do passado e mostrava os benefícios da estética das máquinas destinada a arquitetura **(SANTOS, 2006)**.

Segundo **Segawa (2002, p. 44)** conclui que: “Nos últimos anos da década de 1920 e início de 1930 a arquitetura moderna com referências na vanguarda europeia era uma preocupação corrente mais no meio intelectual que propriamente no meio dos arquitetos”.

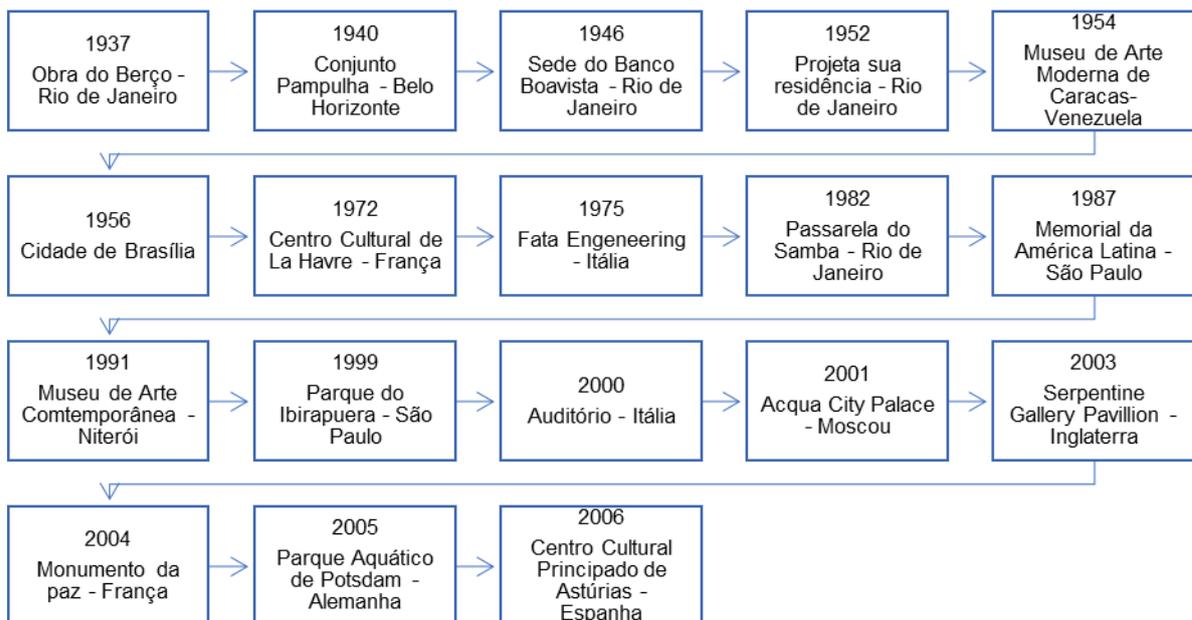
Na década de 1930 surge o arquiteto modernista Oscar Niemayer, que teve uma contribuição valiosa nesse movimento. Niemayer concluiu o curso de arquitetura no ano de 1934, já no ano seguinte, em 1935, ele inicia seus trabalhos no escritório de Lúcio Costa. No ano de 1936, participa do grupo que trabalha no projeto do Ministério da Educação e Saúde (MES) (ver figura 25), como também no mesmo ano conhece o arquiteto suíço Le Corbusier que chega ao Brasil para participar das obras do MES e da Cidade Universitária no Rio de Janeiro **(NIEMAYER, 2020)**. Mediante as suas contribuições, é possível observar na linha cronológica (ver figura 26), as principais obras do arquiteto.

Figura 25: Ministério da Educação e Saúde



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (2020).

Figura 26: Linha cronológica com as principais obras de Oscar Niemayer



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Adentrando no estado da Paraíba, mais precisamente na cidade de João Pessoa, município no qual é o objeto de estudo, pode-se dizer que a cidade tem três edificações que já podem ser encontradas características da arquitetura moderna,



quando teve início o processo na capital, são eles: Secretaria de finanças, o Complexo Educacional do Instituto de Educação e a Rádio Tabajara. O responsável por essas obras é o arquiteto Clodoaldo Gouveia, de origem Capixaba, chegou em João Pessoa no ano de 1922, depois de concluir o curso na Escola Nacional de Belas Artes. Outro importante projeto foi o do parque Sólon de Lucena junto ao Cassino da Lagoa, no qual Gouveia teve uma parceria com Nestor de Figueiredo, sendo Nestor responsável pelo projeto urbanístico, o paisagismo por Burle-Marx e o projeto de edificação do restaurante por Gouveia, obras essas entre os anos de 1920 a 1924 (**TINEM, et al 2016**).

Tinem, et al (2016) afirma também que baseando-se nas décadas de 1930 e 1940, são analisados os arquitetos Firmino F. Saldanha, arquiteto carioca responsável pela construção do Banco do Brasil em 1939, na qual sua obra transparece o racionalismo fundamentando-se nos ensinamentos acadêmicos da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, bem como o arquiteto Giovani Gióia, profissional de origem italiana, tendo como acervo a casa da rua das Trincheiras, construção com mais características modernistas em comparação com outras obras suas.

Segundo **Mello (2006, p. 122)**, entre o término da década de 1940 e metade da década de 1950, houve mudanças no campo da arquitetura na cidade com relação aos arquitetos atuantes, pois uns faleceram e outros se mudaram para outras regiões. Pode-se observar na figura (ver figura 27) uma relação dos principais arquitetos que contribuíram para o desenvolvimento do modernismo.



Figura 27: Arquitetos que contribuíram para o desenvolvimento do modernismo

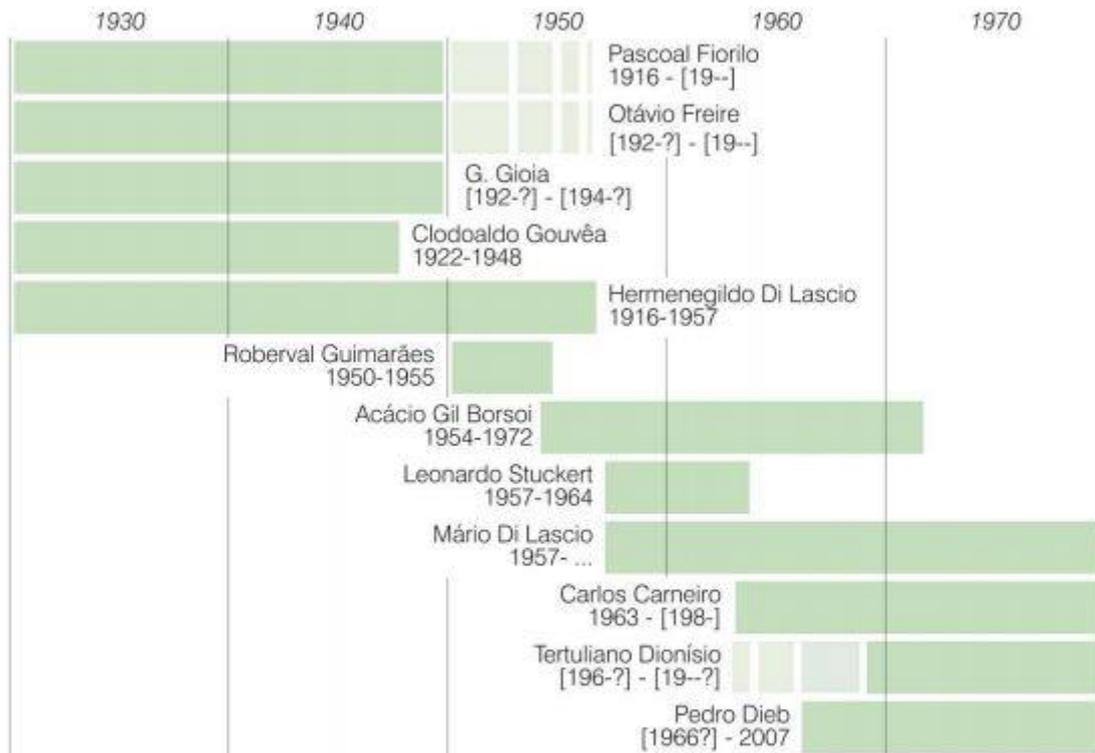


Figura 15. Quadro histórico dos arquitetos atuantes em João Pessoa, conforme o período de atuação na cidade. Dados: BORSOI, 2007; CUNHA, 2007; DIEB, 1981, 1994; STUCKERT, 2006; GUIMARÃES, 2007b; LASCIO, 2006a; MELLO, José, 2006; NASLAVSKY, 2004; TRAJANO FILHO, 1999.

Fonte: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira (2008).

Na segunda metade do século XX, podemos destacar profissionais da arquitetura como: Acácio Gil Borsoi, Mauro Glauco Di Lásccio e José Liberal de Castro. Acácio Gil Borsoi era caracterizado como um arquiteto que utilizava particularidades modernas adaptadas ao ambiente, como por exemplo o conforto climático andando sempre em concordância com a harmonia e a beleza, o uso do concreto armado também é marcante nas suas obras (TINEM, et al 2016). Cita-se como exemplar a “Casa da Rua Francisca Moura”, como visto na imagem (ver figura 28):



Figura 28: Casa da Rua Francisca Moura



Fonte: Nelci Tinem, Lia Tavares, Marieta Tavares (2016).

Sobre Mário Di Lászio, cabe destacar que teve como seu mediador Acácio Gil Borsoi, Lászio tinha como cuidado nos seus projetos a funcionalidade e o conforto nos ambientes, suas particularidades são o uso de pilotis gerando uma planta livre, bem como as adequações climáticas e culturais do local, valorizava a utilização de materiais locais, como a tradicional azulejaria presentes em suas obras (**TINEM, et al 2016**), como observa-se nos projetos (ver figura 29):

Figura 29: Projeto de Mário Di Lászio e o uso de materiais locais



Fonte: Nelci Tinem, Lia Tavares, Marieta Tavares (2016).



O arquiteto José Liberal de Castro, formou-se no município do Rio de Janeiro, e tinha como característica a ideia de defesa da arquitetura baseada na cultura e orientava seus alunos para terem uma postura ética e profissional (**WOLF, 1999**). Em João Pessoa, Castro possui uma única obra, a construção do Banco do Nordeste do Brasil, tendo como característica a possibilidade de os usuários do banco entrarem por duas ruas, como também a privacidade com relação ao que o circunda (**TINEM, et al 2016**). Abaixo a imagem do Banco do Nordeste (ver figura 30):

Figura 30: Banco do Nordeste projetado por José Liberal de Castro



Fonte: Nelci Tinem, Lia Tavares, Marieta Tavares (2016).

Manifestações Patológicas

Segundo **Santos et al (2013)**, é definido como manifestação patológica os “processos que atuam frente à diminuição da vida útil de serviço da estrutura e que, devem ser tratadas adequadamente para que não possam evoluir e comprometerem o estado de trabalho normal das edificações”.

A ocorrência de patologias em edificações atuais já é recorrente, e em construções antigas se tornam bem mais susceptíveis a acontecer esse tipo de manifestação, muitas vezes pela falta de manutenção e descaso do governo quando a obra é do poder público e que em alguns casos são abandonadas. Em obras de cunho histórico, é válido ressaltar a importância do conhecimento de suas intervenções ao longo do tempo, seja através de acervo fotográfico, plantas técnicas



ou mesmo de depoimentos de pessoas que de alguma maneira fizeram parte daquela edificação. Portanto é significativo a pesquisa de informações suficientes junto as autoridades no âmbito da conservação e preservação, afim de impossibilitar o arrasamento do patrimônio e a perda da história. **(BARBOSA, et al 2011)**.

Para **Carvalho (2018)**, a verificação das informações de manifestações patológicas presentes na edificação junto ao reconhecimento dos motivos dos danos, mediante o entendimento dos dispositivos de degradação, favorece para a produção de um diagnóstico correto. O IPHAN reivindica que o diagnóstico de intervenção anexado ao projeto deve conter segundo **Carvalho (2018)** os seguintes dados apresentados na tabela abaixo (ver quadro 03):

Quadro 03 – Diagnóstico de Intervenção

Estrutura	Comportamento estrutural do edifício, capacidade de carga dos elementos componentes, identificação dos problemas de estabilidade.
Componentes	Grau de deterioração de alvenarias, revestimentos, pisos, forros, coberturas, esquadrias, ferragens, pintura e detalhes arquitetônicos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O mapa de danos é considerado como um dos documentos mais importantes para analisar o estado de conservação de bens tombados, que segundo **Tinoco (2009, p. 04)** caracteriza-se como: “a representação gráfico-fotográfica, sinóptica, onde são ilustradas e discriminadas, rigorosa e minuciosamente, todas as manifestações de deteriorações da edificação”. Esse mapa se torna indispensável para se obter a base com relação as definições da edificação que sofrerá a intervenção **(BARTHEL; LINS; PESTANA, 2009)**.

No Brasil, segundo relato de alguns estudiosos da área, ainda é necessário o avanço mediante esses mapas, afim de torna-los mais favoráveis para enfrentar os problemas presentes nas edificações, fazendo com que a função desse documento



seja ainda mais eficaz frente ao apoio da preservação arquitetônica **(TINOCO, 2009, p. 04)**. Segundo **Barthel, et al (2009)** sobre o mapa de danos é afirmado que:

Tanto a metodologia de investigação quanto a representação dos danos, estão avançando gradualmente de acordo com as experiências vivenciadas em práticas e com os avanços tecnológicos. Este desenvolvimento é de extrema importância para que o Mapa de Danos seja utilizado da forma mais completa e eficaz nos projetos de intervenção no patrimônio histórico.

Com a falta de manutenção das edificações históricas, a tendência de fato será o aparecimento de patologias, e pode-se dizer que existem algumas manifestações recorrentes nessas obras antigas, como fissuras, destacamento ou descolamento, bem como a umidade **(ROSCOE 2008)**.

As fissuras acontecem pela ausência da totalidade da superfície da placa cerâmica. Pode ser restringido por uma imperfeição estética, como o gretamento³, ou pode ocorrer de progredir para o destacamento, caracterizado quando as fissuras crescem, passando a ser chamadas de trincas **(ROSCOE 2008)**.

Já o descolamento é caracterizado quando as denominadas tensões que aparecem entre os materiais excedem a medida de aderência das ligações, podendo-se relacionar com o uso de materiais indevidos, em descumprimento com as regras dos fabricantes. Um outro fator seria a ausência de limpeza relacionadas aos processos de execução de base na obra, a exemplo nas juntas de trabalho do revestimento **(IBAPE – SP, 2009)**.

Pode-se considerar o ar como um dos principais agentes de degradação das edificações, os maiores causadores da poluição do ar são o gás carbônico e o dióxido de enxofre, gás resultante da combustão do carvão e de veículos **(TREVISAM, 2020)**.

O comportamento da umidade relativa irá variar, pois está associado a zona climática em que o imóvel está inserido, o conceito referente a umidade relativa do ar, pode ser descrito segundo **Trevisam (2020)** como:

(...) a proporção entre a quantidade de vapor de água por unidade de volume em uma determinada temperatura com relação a quantidade máxima de vapor de água em um dado volume a uma determinada temperatura, acima da qual o vapor de água se condensa.

³ Gretamento é criado por uma série de aberturas inferiores a 1 mm que surgem na superfície esmaltada das placas cerâmicas, possuindo a expansão por umidade como um dos causadores mais comuns.



A umidade é igualmente considerada um dos fatores principais e mais comum visto nas edificações, principalmente nas construções históricas. Quando a água entra em contato com a estrutura da edificação, poderá causar inúmeras avarias, comprometendo a sua estrutura e desencadeando outras patologias. A umidade pode surgir de diferentes maneiras, como a ascensional, que surge através dos canais da edificação por conta do solo, a precipitação da chuva é considerada outro meio de umidade, como também a infiltração e condensação das águas. A água ao ter acesso a estrutura da edificação, irá causar manchas como em lajes, descascamento de pintura na parede, bem como o apodrecimento **(PAUPÉRIO, 2012)**.

As circunstâncias ambientais em que vivemos se torna essencial para a vida útil das edificações, a exemplo da luz, água, temperatura e poluição, elemento esse que cada dia mais está presente em nossas vidas, consequência da industrialização, tornando o ar cada vez mais impuro com os produtos químicos emitidos pelas fábricas e automóveis, tudo isso ligado ao mundo moderno **(TREVISAM, 2020)**.

Ainda sobre **Trevisam (2020)**, pode-se classificar a degradação da edificação em duas partes, a degradação química que se dá quando o lugar atua sobre o material de modo a modificar a sua composição, e identifica-se como uma degradação física, o local que possui coeficientes capazes de “desordenar” a infraestrutura da construção, podendo ser a causa dessa degradação os agentes biológicos, como os xilógrafos, popularmente conhecidos como “cupim” que possuem a capacidade de danificar materiais como a madeira.

A manutenção desses bens é de suma importância, visto que se trata de uma memória afetiva da sociedade que ali habita, faz parte da história vivida por muitos que ali passaram e que passam até hoje, a conservação e preservação do patrimônio nos traz a identidade do lugar, bem como as suas características e essências, portanto a manutenção e o cuidado com os bens está inteiramente interligado com a memória urbana **(ABREU, 1998)**.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

No presente capítulo, é realizado uma análise ambiental e visual do Clube Astréa, objeto de estudo, com a apresentação de observações através de gráficos e



mapas temáticos, como os de localização, condicionantes ambientais (ventilação, orientação e topografia), condicionantes legais (zoneamento), uso e ocupação do solo, gabarito, cheios e vazios, estilos arquitetônicos e de fluxo viário.

Caracterização do Entorno Imediato

Localização

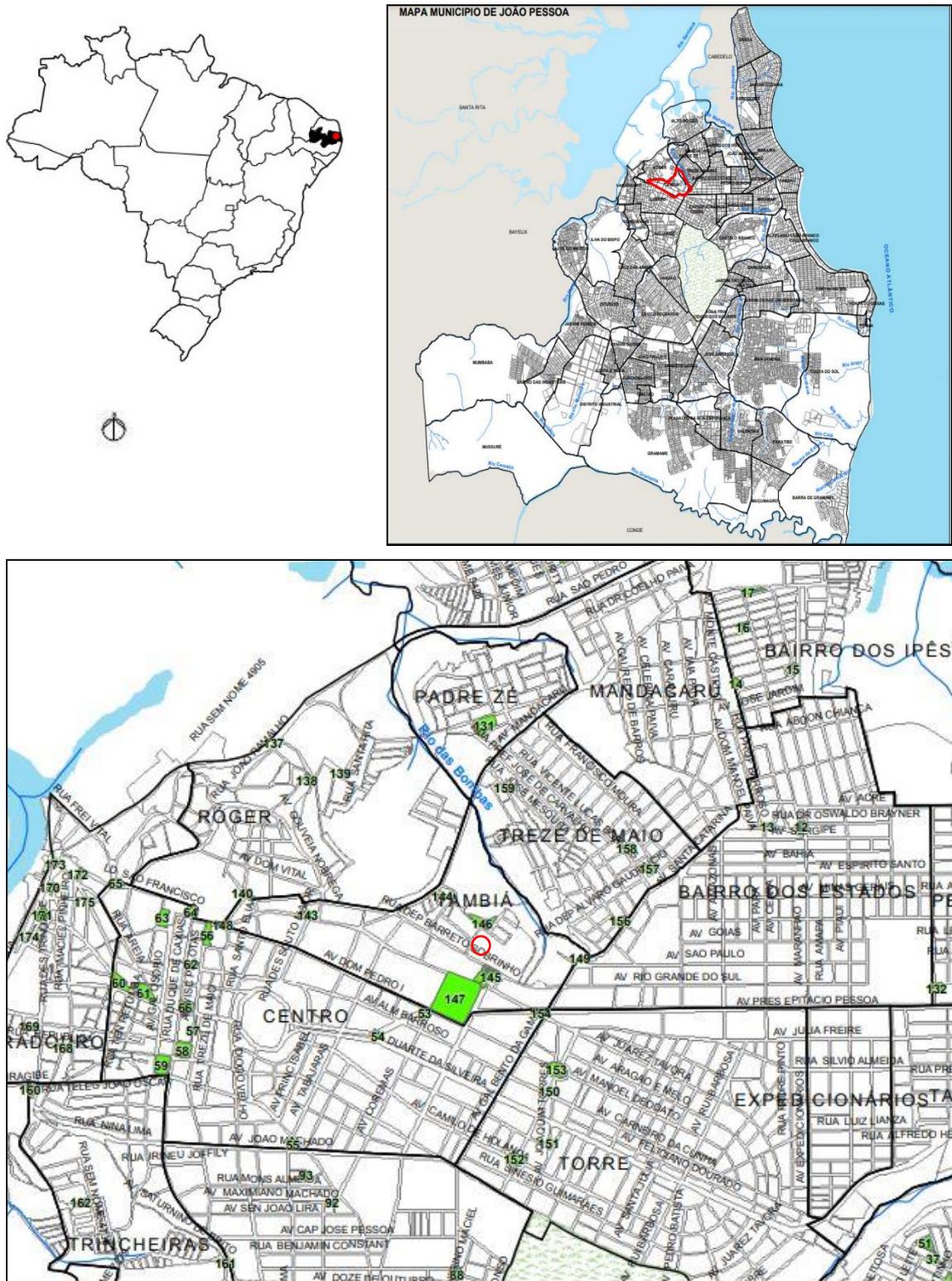
O Astrea se localiza na cidade de João Pessoa, uma das nove capitais do Nordeste brasileiro, mais especificamente no bairro do Tambiá (ver figura 31), bairro caracterizado por suas edificações antigas e de diferentes estilos arquitetônicos. O Tambiá teve seu surgimento no ano de 1782, sendo enriquecido com o encadeamento do urbanismo da capital João Pessoa, no qual a todo momento acompanhando as suas regras de progresso e referência na arquitetura, sendo notável o conjunto de construções atuais e antigas.

Segundo **Silva et al (2020)**, o bairro é considerado em níveis sociais, um complexo voltado para a classe média brasileira, tendo como foco um número maior de idosos, haja vista que é um bairro antigo, todavia, com o processo de urbanização sofrido, o Tambiá iniciou-se uma sequência de modificações em seu uso, que antes era predominantemente residencial e que agora passou a ser um uso majoritariamente de prestação de serviços, em que distribuem-se em diversos setores como Institucional (religioso, educacional, privado...) e serviço.

O bairro do Tambiá é caracterizado por ser um bairro que agrega um acervo valioso por possuir diversas edificações de cunho histórico e cultural, tendo várias de suas edificações tombadas, tanto pelo Iphan como pelo Iphaep. O Tambiá faz divisa com seis bairros, no qual pode-se citar o Treze de Maio, Padre Zé, Roger, Centro, Torre e Bairro dos Estados (ver figura 31).



Figura 31 - Localização do Estado da Paraíba, do município de João Pessoa e do bairro Tambiá



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa (2020), adaptado pelo autor.



Figura 33: Marcação do perfil topográfico



Fonte: Google Earth (2020), adaptado pelo autor.

Figura 34: Perfil topográfico (Av. Monsenhor Walfredo Leal – Av. Princesa Isabel)

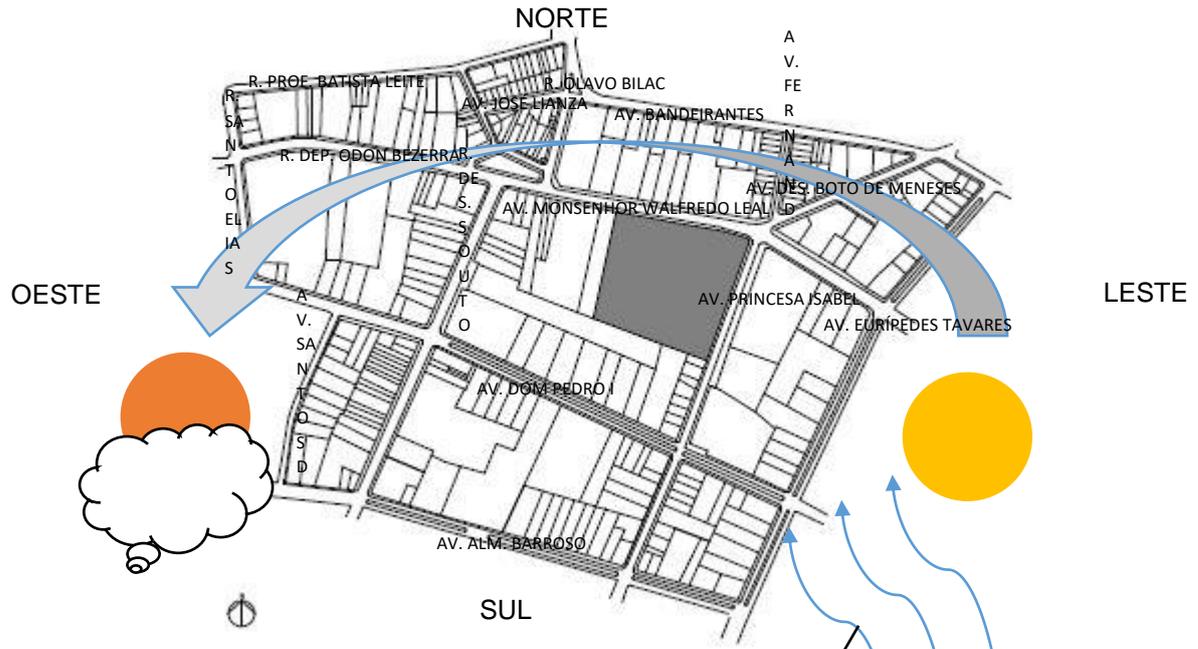


Fonte: Elaborado pelo Autor (2020).

O perfil topográfico acima (ver figura 34) representa a confluência de dois percursos lineares que ladeiam o objeto de estudo, correspondente a Rua Princesa Isabel (lateral do Astréa) e a Rua Monsenhor Walfredo Leal (entrada do Astréa), detendo uma distância de 395. Tal perfil topográfico revela uma superfície proporcionalmente plana, apresentando um pequeno desnível ao atingir 52 m chegando ao máximo de 53 m, em seguida decresce até atingir os 50 m, totalizando um desnível de 3 m.



Figura 35: Mapa de Condicionantes Ambientais



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

MAPA DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS

ESCALA 1/2000

Figura 36: Fachada lateral do Clube Astréa (Av. Princesa Isabel)



Fonte: Google Street View (2017).



Figura 37: Fachada principal do Clube Astréa (Av. Monsenhor Walfredo Leal)



Fonte: Google Street View (2017).

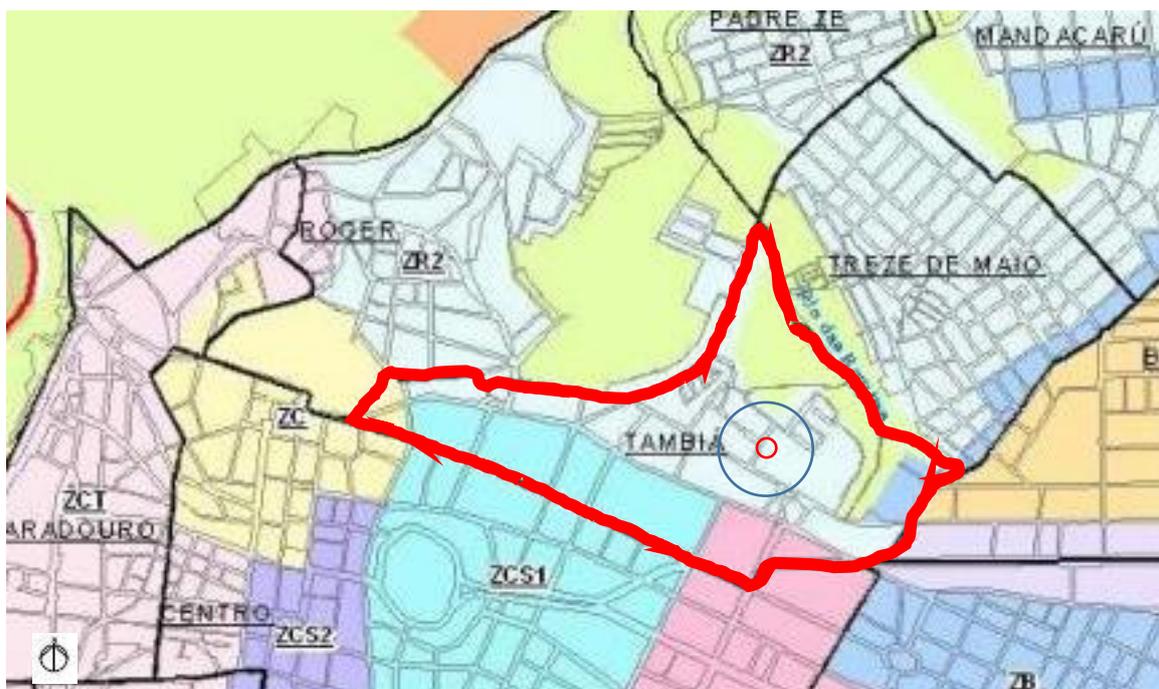
Condicionantes Legais

Como visto no recorte do mapa abaixo (ver figura 38), o bairro do Tambiá detém 6 diferentes tipos de zoneamento, segundo o código de urbanismo da cidade de João Pessoa, são eles: Zona Residencial 2 (ZR2), Zona Comercial de Serviço 1 (ZCS1), Zona Comercial Central (ZC), Zona Comercial de Bairro (ZB), Zona de Preservação dos Grandes Verdes (ZEP) e Zona Institucional e Serviços (ZIS).

No lote em que está localizado o objeto de estudo, se encontra a Zona Residencial 2 (ZR2) no qual possui como característica a existência, sendo enquadrado no uso Institucional Local (IL), como exposto na tabela abaixo (ver figura 39). Segundo o Código de Urbanismo, tal uso compreende “estabelecimentos, espaços ou instalações destinadas à educação, lazer e cultos religiosos, compreendendo escolas infantis, igrejas, área de recreação e praças.



Figura 38: Recorte do mapa de zoneamento da cidade de João Pessoa



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa (2020).

Figura 39: Quadro referente aos usos permitidos na Zona Residencial 2 (ZR2)

ZONA RESIDENCIAL 2 (ZR2)							
USOS PERMITIDOS	LOTE (*)		EDIFICAÇÃO (A)				
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇ. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	200,00	10,00	70	-	4,00	1,50	2,00
R2 (1)	200,00	10,00	60	2 PV	4,00	1,50	2,00
R3	-	-	50	2 PV	4,00	1,50	2,00
R4	CONDOMÍNIO HORIZONTAL VER ANEXO 09						
R5 (2)	400,00	15,00	40	PL+ 4PV+CB	5,00	3,00	3,00
R5	400,00	15,00	30	4 PV	5,00	3,00	3,00
R6	600,00	20,00	30	-	5,00	3+(h/10)	3+(h/10)
R8	360,00	12,00	55	PL+ 2PV ou 3 PV	5,00	1,50	3,00
CL=SL (3)	200,00	10,00	70	3 PV	5,00	1,50	2,00
CB=SB	300,00	15,00	60	3 PV	5,00	1,50	2,00
IL	200,00	10,00	50	2 PV	5,00	1,50	2,00
IPP (4)	200,00	10,00	50	2 PV	5,00	1,50	2,00



<p>1) OS ABRIGOS PARA AUTOMÓVEIS, UM PARA CADA UNIDADE, PODERÃO TER RECUO LATERAL = 0,0m.</p> <p>(2) PODE SER UTILIZADO O SUBSOLO OU SEMI-SUBSOLO (RECUO FRONTAL =2,00M); PODE SER UTILIZADO MEZANINO PARA LAZER COM NO MÁXIMO 30% DA ÁREA FECHADA; EM AMBOS OS CASOS AS ÁREAS NÃO VÃO INCIDIR NO CÁLCULO DO ÍNDICE DE APROVEITAMENTO; PODE OCUPAR O PILOTIS COM CL E SL DESDE QUE ATENDIDOS O NÚMERO DE VAGAS PARA AUTOS.</p> <p>(3) AS EXIGÊNCIAS SÃO AS MESMAS PARA O USO R1, EM VIRTUDE DESSES USOS OCORREREM SIMULTANEAMENTE.</p> <p>(4) MICROEMPRESA CLASSIFICADA COMO NÃO POLUENTE EM TODOS OS NÍVEIS.</p> <p>(A) VER MACROZONEAMENTO QUE ESTABELECE O ÍNDICE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO POR ZONA, ARTIGOS 8, 9, 10, 11, 12 E 13 DO PLANO DIRETOR DA CIDADE.</p> <p>(B) NA ORLA MARÍTIMA VER ARTIGO 25 DO PLANO DIRETOR DA CIDADE.</p> <p>(*) LOTES APROVADOS ANTES DA LEI Nº 2.102/75 COM DIMENSÕES INFERIORES ÀS EXIGIDAS PARA A ZONA, SERÃO CONSIDERADOS PRÓPRIOS PARA CONSTRUÇÕES DESTINADAS AOS USOS R1, CL E SL.</p> <p>CLASSIFICAÇÃO DOS USOS: CL/SL ATÉ 450,00 m² CB/SB ATÉ 1.300,00 m² CP/SP ACIMA DE 1300,00m²</p> <p>LEGENDA: SS=SUBSOLO OU SEMI-SUBSOLO; TE=TÉRREO; PL=PILOTIS; MZ=MEZANINO; PV=PAVIMENTO TIPO; CB=COBERTURA; DE=DEMAIS PAVIMENTOS</p>
--

Fonte: Código de Urbanismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, adaptado pelo autor (2001).

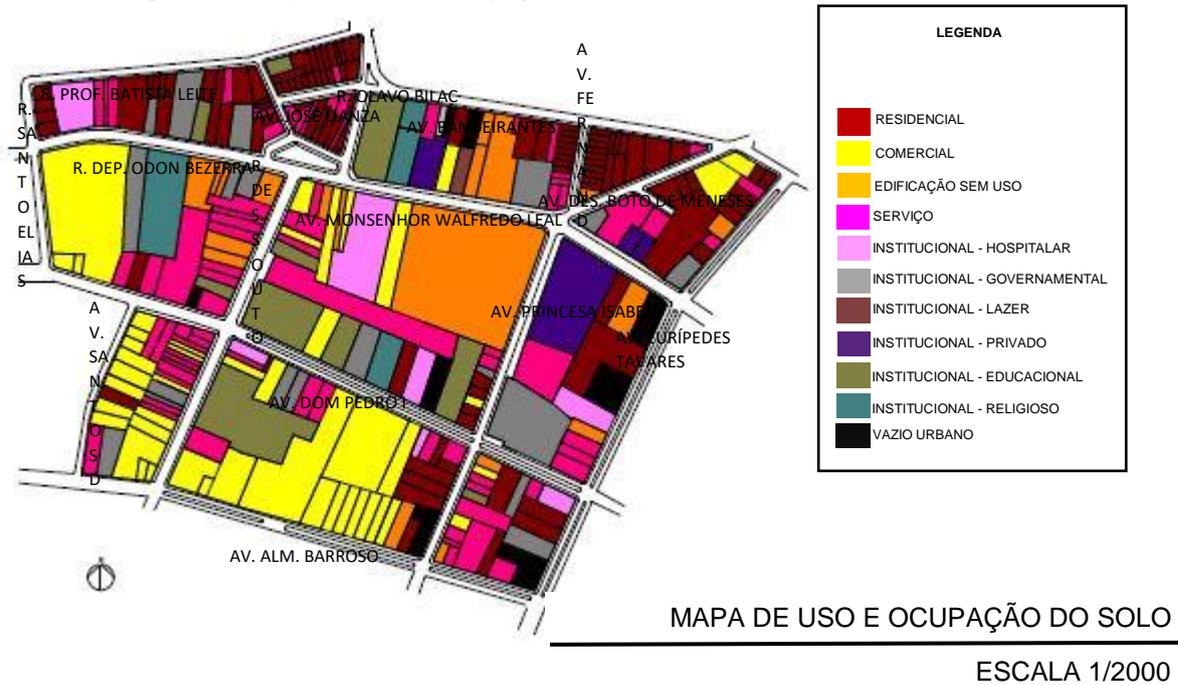
Mapa de Uso e Ocupação do solo

Diante do Mapa de Uso e Ocupação e do gráfico abaixo (ver figura 40 e 41), são observados os diferentes usos presentes no entorno, sendo perceptível a variação de aplicação presentes nesse mapa. Como destaque no mapa, pode-se citar o uso residencial com maior foco nas periferias, bem como o uso voltado para o comércio no qual se encontra em sua grande maioria ao redor da lagoa. O setor de serviço é visto em todas as quadras abordadas no mapa dando conforto aos usuários que ali frequentam, a parte que envolve as distintas áreas institucionais, como religioso, privado, governamental e educacional é notado em diferentes pontos do gráfico. Por se tratar de uma região com forte apelo memorável, é constatado edificações sem uso algum, bem como vazios urbanos. Pode-se destacar algumas edificações e seus usos através das imagens a seguir (ver figuras 42, 43, 44, 45, 46).

O objeto de estudo pode ser caracterizado como o maior lote da área de análise e se apresenta sem uso, objeto no qual possuía a ocupação de institucional de lazer, sendo palco de diversas atrações e trazendo um diferencial para a cidade, porém atualmente a edificação é vista abandonada, ficando perceptível o esquecimento da população, dos proprietários, bem como dos órgãos públicos,

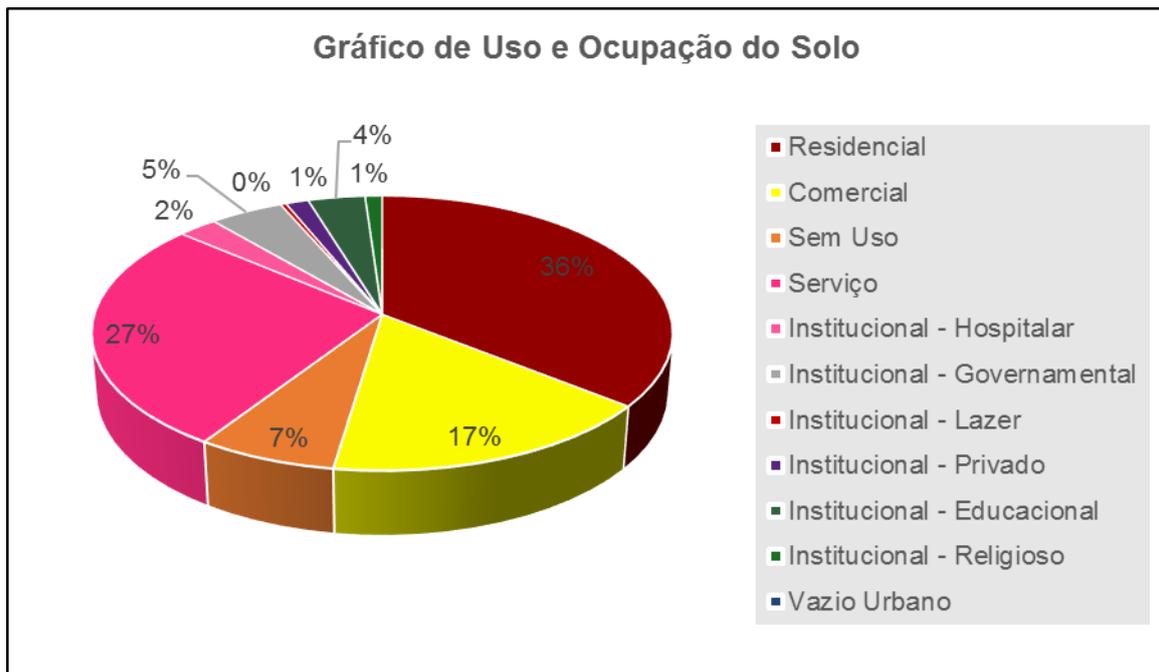
levando em consideração que se trata de um bem que é tido como um dos pioneiros da arquitetura modernista.

Figura 40: Mapa de Uso e Ocupação do Solo



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 41: Gráfico de Uso e Ocupação do Solo



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



Figura 42: Residencial (Av. José Lianza)



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 43: Comércio (Av. Alm. Barroso)



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 44: Institucional Hospitalar João Paulo II (Av. Dom Pedro I)



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 45: Sem Uso



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 46: Serviço (Av. Santos Dumont)



Fonte: Google Street View (2017).

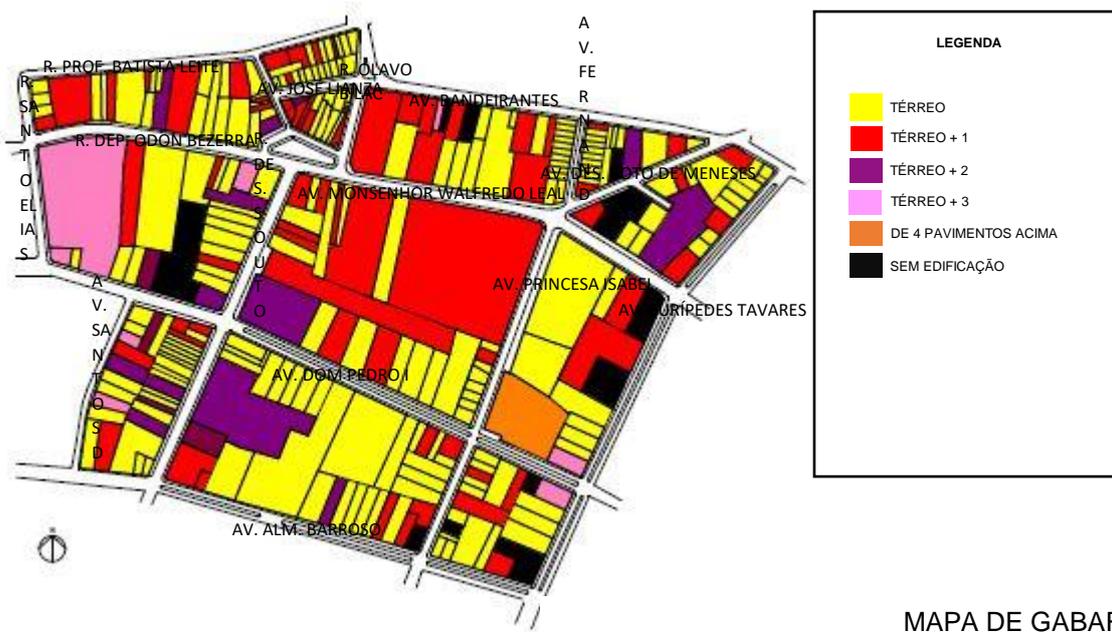


Mapa de Gabarito

Após a análise do Mapa de Gabarito e do gráfico abaixo (ver figura 47 e 48), foi constatado que na região a maioria dos lotes possuem características de térreo e térreo + 1, visto que se tratam de edificações de cunho historicista, ou seja, aspecto comum na época. Nas edificações acima de 2 pavimentos é verificado que são construções mais recentes, muitas no estilo modernistas ou contemporâneas, envolvendo mais tecnologia e conseqüentemente mais verticalizadas. Consegue-se enxergar melhor através das imagens expostas adiante (ver figuras 49, 50, 51, 52, 53).

A construção em análise tem como atributo “térreo + 1”, obra na qual é conhecida na cidade como uma das primeiras de características modernistas, envolvendo um avanço na tecnologia para a época, na qual pode-se perceber esse avanço nas características construtivas, e enxergar uma dessemelhança das edificações de cunho historicista muitas vezes de perfil “térreo”.

Figura 47: Mapa de Gabarito



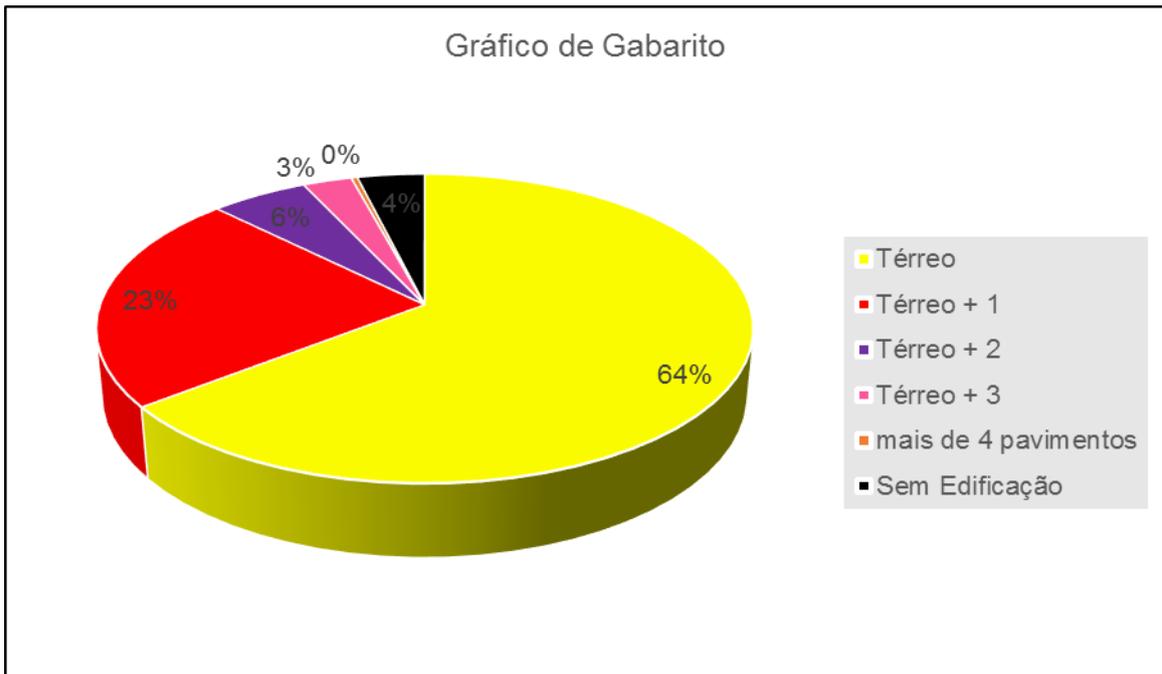
MAPA DE GABARITO

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

ESCALA 1/2000



Figura 48: Gráfico de Gabarito



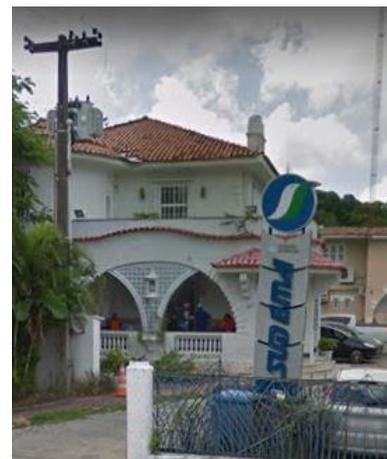
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 49: Edificação Térrea



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 50: Edificação Térreo + 1



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 51: Edificação Térreo + 2



Fonte: Google Street View (2017).



Figura 52: Edificação Térreo + 3



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 53: Edificação acima de 4 pavimentos



Fonte: Google Street View (2017).

Mapa de Cheios e Vazios

No mapa de Cheios e Vazios analisado abaixo (ver figura 54), foi detectado um grande adensamento na área, se trata de inúmeras edificações antigas. Por ser considerada uma região com um adensamento alto, o número de partes vazias é pequeno, tornando o crescimento na área construtiva reduzida. Este adensamento é também justificado pelos índices urbanísticos que incidem na área, por exemplo os recuos que são consideravelmente pequenos (lateral entre 1,5 e 3 m e de fundo até 3 m) (ver figura 55). O vazio é representado pelas ruas e pelas calçadas, no que diz respeito aos recuos, é observado que as edificações possuem recuo frontal bem como o recuo lateral.

O mapa também apresenta uma variedade morfológica no tocante de suas formas arquitetônicas, é visto que a maioria das residências possuem formato retangulares, todavia existem construções que fogem a esse formato, um forte exemplo disso se trata da edificação em análise, o Clube Astréa, que detém de um formato baseado na letra “L”, dispondo de espaços ociosos em seu lote.



Figura 54: Mapa de Cheios e Vazios



MAPA DE CHEIOS E VAZIOS

ESCALA 1/2000



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 55: Tabela de Índices Urbanísticos

ZONA RESIDENCIAL 2 (ZR2)							
USOS PERMITIDOS	LOTE (*)		EDIFICAÇÃO (A)				
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇ. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	200,00	10,00	70	-	4,00	1,50	2,00
R2 (1)	200,00	10,00	60	2 PV	4,00	1,50	2,00
R3	-	-	50	2 PV	4,00	1,50	2,00
R4	CONDOMÍNIO HORIZONTAL VER ANEXO 09						
R5 (2)	400,00	15,00	40	PL+ 4PV+CB	5,00	3,00	3,00
R5	400,00	15,00	30	4 PV	5,00	3,00	3,00
R6	600,00	20,00	30	-	5,00	3+(h/10)	3+(h/10)
R8	360,00	12,00	55	PL+ 2PV ou 3 PV	5,00	1,50	3,00
CL=SL (3)	200,00	10,00	70	3 PV	5,00	1,50	2,00
CB=SB	300,00	15,00	60	3 PV	5,00	1,50	2,00
IL	200,00	10,00	50	2 PV	5,00	1,50	2,00
IPP (4)	200,00	10,00	50	2 PV	5,00	1,50	2,00

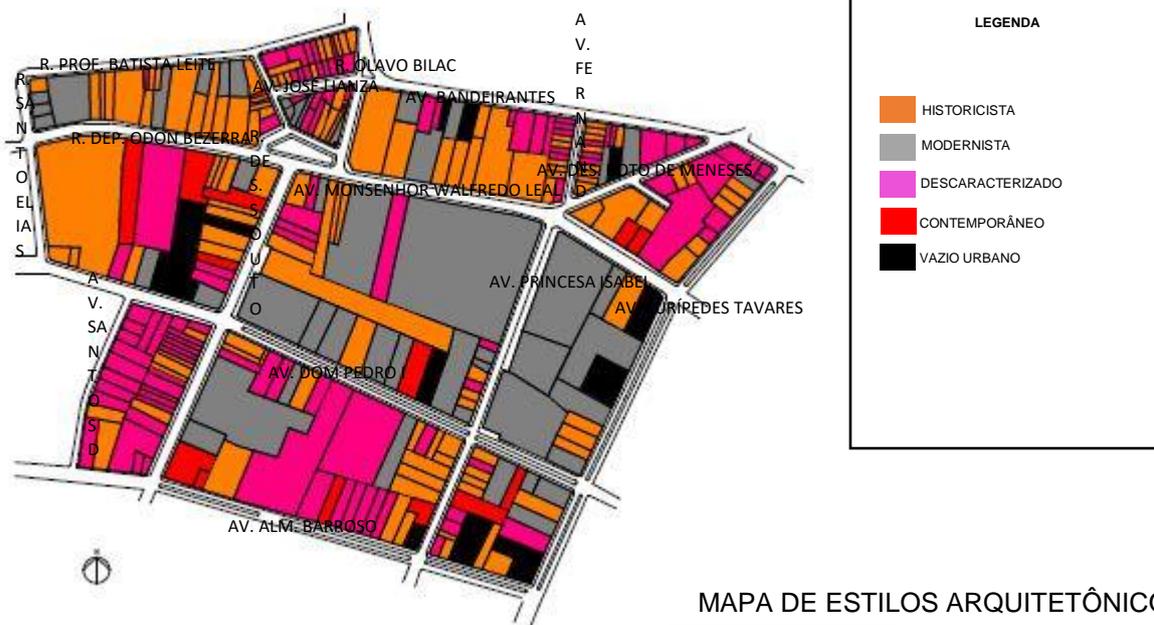
Fonte: Código de Urbanismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, adaptado pelo autor (2001).

Mapa de Estilos Arquitetônicos



Como disposto no mapa e gráfico abaixo (ver figuras 56 e 57), há a predominância de edificações historicistas, como também a presença de construções descaracterizadas, muitas vezes de uso comercial, sendo utilizado métodos que “escondem” o referencial de estilo arquitetônico da época, como pinturas fora do padrão, placas em fachadas que fogem ao regulamento a exemplo do tamanho e altura. Pode-se citar o estilo modernista presentes em algumas edificações, bem como a percepção de imóveis de característica contemporânea. Alguns dos estilos arquitetônicos presentes estão representados nas imagens adiante (ver figuras 58, 59, 60 e 61).

Figura 56: Mapa de Estilo Arquitetônico



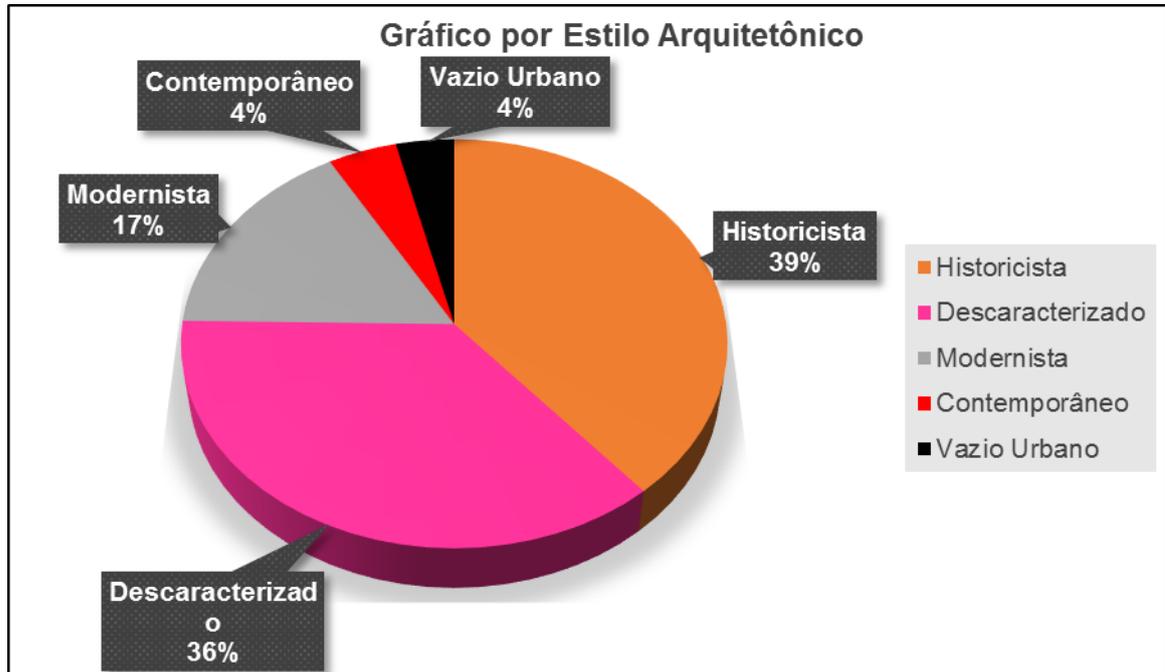
MAPA DE ESTILOS ARQUITETÔNICOS

ESCALA 1/2000

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



Figura 57: Gráfico por Estilo Arquitetônico



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 58: Edificação Historicista



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 59: Edificação Contemporânea



Fonte: Google Street View (2017).



Figura 60: Edificação Modernista



Fonte: Formiga, O NOVO “Astréa” (1958).⁴

Figura 61: Edificação Descaracterizada



Fonte: Google Street View (2017).

Mapa de Fluxos e Sistema Viários

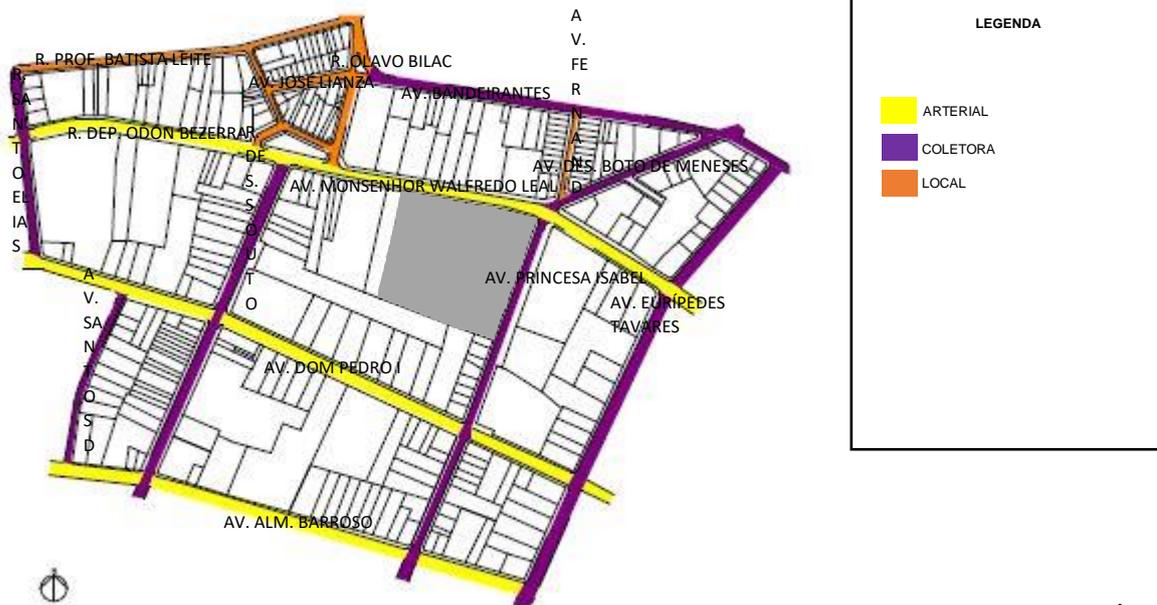
No mapa de Fluxos e Sistema Viário representado abaixo (ver figura 62), tem-se a presença de três tipos de vias demonstrado pelas cores amarela, roxa e laranja. A via caracterizada pela cor amarela é definida como arterial, possuindo como atributo a distribuição de semáforos e acessibilidade aos lotes lindeiros, bem como o acesso as vias coletoras e locais. A via de cor Roxa é atribuída a coletora, no qual tem como função destinar a entrada e saída das vias de trânsito rápido e arteriais. A cor laranja tem como necessidade o acesso a áreas locais e acesso restrito, não possui semáforo.

As ruas arteriais apresentam um pavimento do tipo asfalto, juntamente com as vias de característica coletora, e as do tipo local configura calçamento. As calçadas concentradas nas periferias apresentam um maior estreitamento, principalmente nas que fazem parte das vias locais, as calçadas que fazem parte das vias arteriais e coletoras apresentam um espaçamento maior, todavia as calçadas que possuem um aglomerado de serviços e comércios superiores tendem a ter algum tipo de bloqueio, como bancas de comercio informal no meio da passagem de pedestres como também apresentam um desgaste de tempo, tornando difícil o acesso por pessoas que apresentam mobilidade reduzida, como visto nas imagens abaixo (ver figura 63 e 64).

⁴ Imagem do Clube Astréa na década de 1950, tempos que foram considerados a época de grande influência que o Astréa representava na cidade com suas atrações, sendo a mais marcante os seus carnavais, sendo frequentado por grande parte da população.



Figura 62: Mapa de Fluxos e Sistema Viário



MAPA DE FLUXOS E SISTEMA VIÁRIO

ESCALA 1/2000

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 63: Calçada desgastada, havendo uma dificuldade para pessoas com mobilidade reduzida



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor (2020).

Figura 64: Calçada estreita com bloqueios de bancas de comércio informal



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor (2020).

Levantamento Arquitetônico

O Clube Astréa é uma edificação localizada no município de João Pessoa, atualmente sem uso, datada do ano de 1886, primeiramente localizada na rua

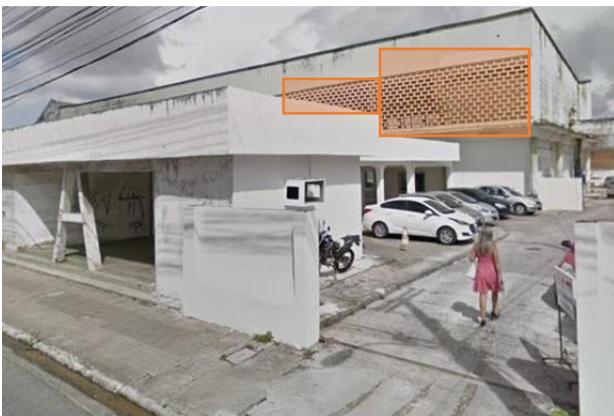


Duque de Caxias, posteriormente mudando-se para a Avenida Monsenhor Walfredo Leal, no bairro do Tambiá, onde se encontra até hoje. O autor da obra existente no qual sofreu uma reforma, trata-se do renomado arquiteto Mario Di Láscio, arquiteto esse responsável por diversas obras no estilo modernista no município de João Pessoa, tendo o Clube como um dos pontos de partida para a introdução da arquitetura moderna no município.

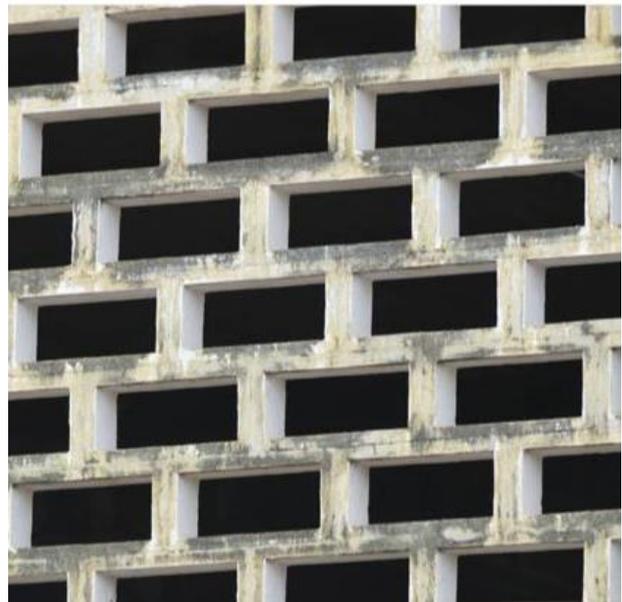
Consegue-se classificar o Astréa como uma criação modernista por diversas características presentes nesse estilo e que compõe o Clube⁵. A edificação dispõe de linhas retas, janelas que seguem uma simetria, a utilização de cores neutras também se torna um ponto forte na obra do arquiteto, a utilização de cobogós, fenestrações em fita, planta livre, bem como o uso de pilares. Caracteriza-se esses elementos da seguinte forma:

- Cobogós - Característico na edificação no pavimento superior (em laranja), apresentando além de função de ventilação para os ambientes, pode também apresentar a função estética. Apresenta um formato retangular, produzido por material cimentício e de coloração branca como pode ser visualizado na imagem adiante (ver figura 65).

Figura 65: Cobogós do Clube Astréa na edificação e em imagem aproximada



Fonte: Google Earth (2020).



Fonte: Google Earth (2020).

⁵ O clube se encontra fechado, e por conta da situação da pandemia de Covid - 19, as fotos de acervo pessoal foram obtidas de forma limitada pelas aberturas que proporcionavam as perspectivas do prédio.



- Cores – A edificação possui cor predominantemente branca, uma das particularidades desse estilo modernista, que em suas edificações, é comumente usados tonalidades neutras (ver figura 66).

Figura 66: A cor branca é predominante no Astréa



Fonte: Google Street View (2017).

- Fenestração em fita – Tem como função a iluminação do ambiente, característica proeminente do modernismo que configura a ideia de fachada livre, apresenta material do tipo madeira pintada de branco com vidro do tipo veneziana como destacado na imagem abaixo (ver figura 67).
- Simetria – Toda a edificação possui uma simetria, a exemplo disso o “ritmo” que confere as janelas e os pilares como mostra a imagem adiante (ver figura 67).



Figura 67: Simetria entre os pilares e janelas (em vermelho), como também a presença de fenestração (em amarelo)



Fonte: Acervo Pessoal (2020).



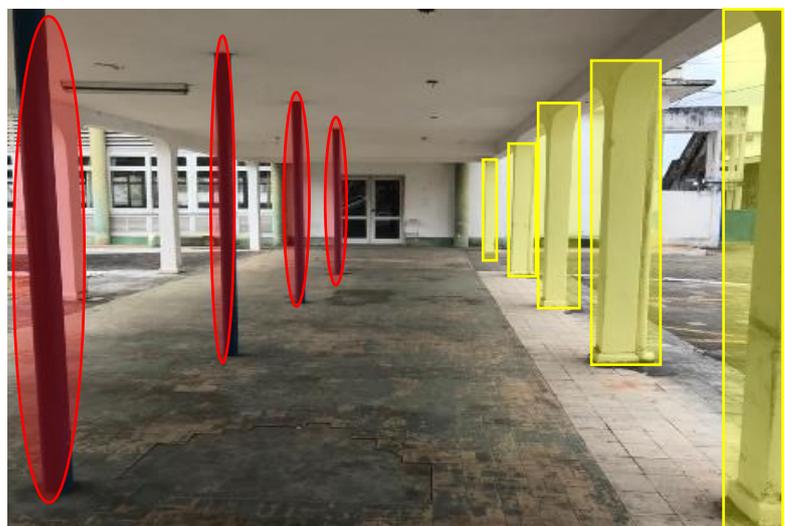
Fonte: Acervo Pessoal (2020).

- Pilar – Elemento estrutural comum as edificações de cunho modernista, produzido em concreto armado, apresentando-se em seção quadrada no corredor aberto que interliga à entrada na fachada principal ao corpo do prédio; e seção circular entre as fenestrações em madeira e no interior dos ambientes. Observa-se também pilares metálicos de seção circular reduzida (em vermelho) quando comparados à seção em concreto armado (em amarelo). Estes estão localizados no centro, dispostos longitudinalmente no corredor de entrada do clube. Os pilares também possuem a tarefa plástica, bem como de trazer a edificação uma planta e fachada livre como visto na imagem abaixo (ver figuras 68 e 69).

Figura 68: Pilares com função estrutural, além de trazer a característica de planta e fachada livre



Fonte: Acervo Pessoal (2020).



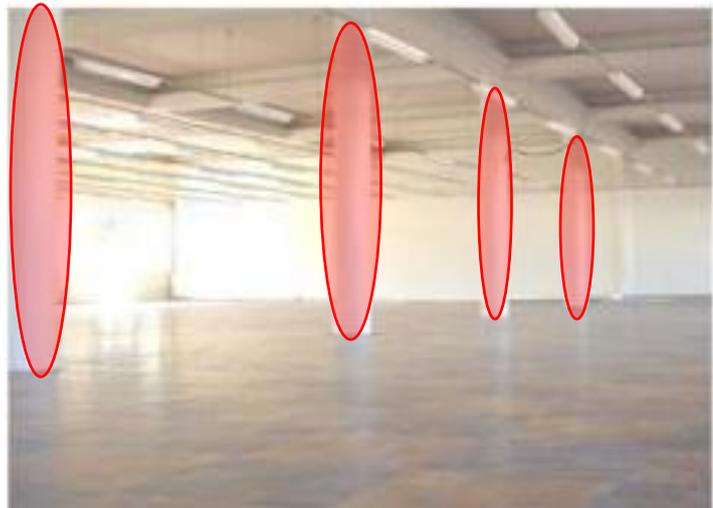
Fonte: Acervo Pessoal (2020).



Figura 69: Pilares internos do Clube Astréa



Fonte: Linhares Fonseca (1958).



Fonte: Linhares Fonseca, adaptado pelo autor (1958).

De forma complementar ao levantamento dos elementos arquitetônicos característicos do modernismo, acima dispostos, evidenciou-se a análise a partir do método de Baker, arquiteto britânico bastante conhecido por seus projetos na África do Sul. O método de Baker consiste em sete diferentes tipos de análises em torno da edificação em avaliação, são eles: Genius Loci, Identidade, Iconologia, Significado de Uso, Plástica, Estrutura e Materiais. Deve-se observar através do quadro exposto abaixo (ver quadro 04), os diferentes métodos, as suas características bem como a sua aplicação no Clube Astréa.

Quadro 04 – Métodos de Baker

Imagem representativa	Métodos	Essência	Objeto de Análise - Astréa
	Genius Loci	Características marcantes do lugar	Inúmeras edificações históricas presentes no seu entorno de diferentes épocas, como também potencialidades em diferentes usos, a exemplo do comércio local, serviços e instituições.
	Identidade	Particularidade da edificação	Foi uma das primeiras edificações com características arquitetônicas do estilo modernista, sendo exemplo para muitas outras edificações que surgiram na época.



(conclusão).

Imagem representativa	Método	Essência	Objeto de análise - Astréa
	Iconologia	Compreensão do lugar em âmbito cultural, histórico e social	O objeto marcou as décadas de 1950 a 1970 frequentado pela alta sociedade e que antes era o centro das atenções voltada para os bailes de carnaval fora de época, hoje em dia se encontra abandonado pelos responsáveis.
	Significado de Uso	Clareza que a edificação consegue passar para as pessoas sobre o seu uso	Instituição que tinha como funcionalidade o lazer, como shows, eventos e feiras.
	Plástica	Volumetria da edificação	Apresenta característica volumétrica de linhas retas, cores neutras e a presença de simetria.
	Estrutura	Sua expressão através da disposição arquitetônica e geométrica	Edificação com presença marcante tanto de pilares retangulares como circulares, elaborados com concreto armado.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020). 	Materiais	Aplicação dos materiais usados e suas características	O uso de cobogós se destaca como um elemento arquitetônico característico do modernismo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

MEMÓRIA DA POPULAÇÃO

Diante da temática abordada no Trabalho de Conclusão de Curso, foi elaborado um questionário acerca do Clube Astréa de modo que fosse captado as diferentes opiniões e pensamentos da população em relação ao objeto de estudo.

Gênero, Faixa Etária e Ocupação

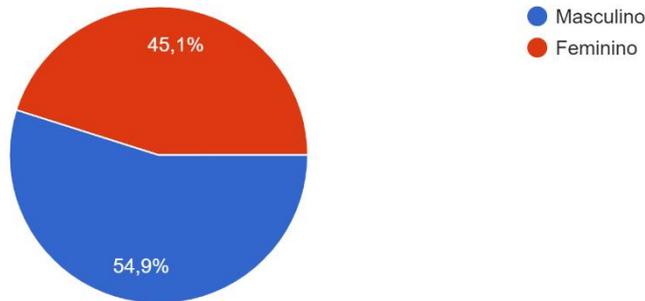
Fizeram parte do questionário pessoas do sexo masculino e feminino, totalizando 102 pessoas. No gráfico abaixo (ver figura 70) pode-se identificar que a



maioria das pessoas foram do sexo masculino, sendo representado por 54,9% do público, já o público feminino ficou com 45,1%.

Figura 70: Percentual de gênero

Gênero
102 respostas

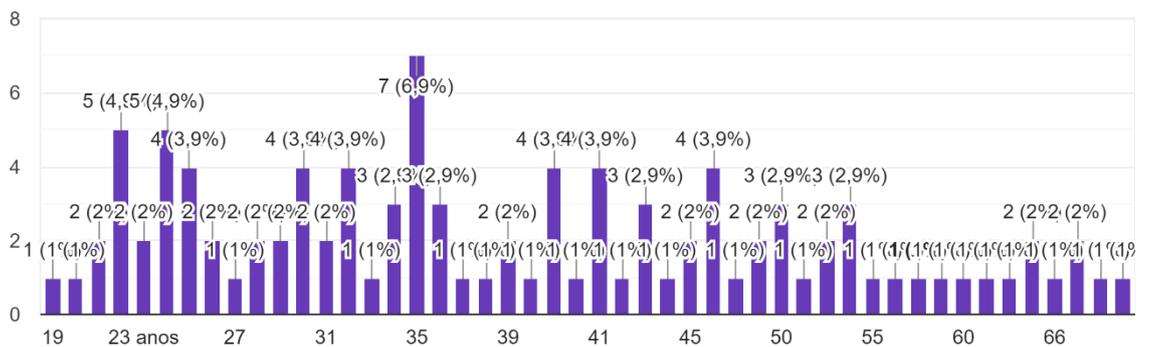


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com relação as faixas etárias, obteve-se uma diversidade considerável, levando em conta que se submeteram ao teste pessoas entre 19 e 71 anos. No gráfico exposto adiante (ver figura 71), é perceptível maiores picos na faixa dos 23, 24, 35, 41 e dos 46 anos de idade, ou seja, um maior número de pessoas com essa faixa de idade respondeu às perguntas.

Figura 71: Percentual por faixa etária

Qual sua idade?
102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



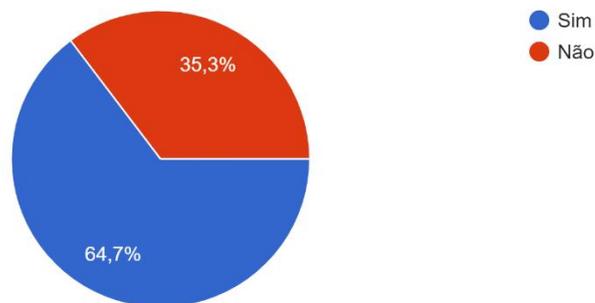
No que diz respeito as profissões do público que constituiu o questionário, foram vistas uma diversidade mediante as respostas obtidas no formulário, dentre as quais podemos citar: autônomo, professor, enfermeiro, engenheiro, arquiteto, dentista, advogado, aposentado, farmacêutico, fisioterapeuta, taxista e com uma maior predominância, funcionário público e estudante.

Pode-se observar no gráfico a seguir (ver figura 72) que a maioria das pessoas entrevistadas são naturais do município de João Pessoa, sendo representados por 64,7% contra 35,3% que nasceram em outro município.

Figura 72: Percentual de pessoas entrevistadas que nasceram no município de João Pessoa

Você é natural da cidade de João Pessoa?

102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

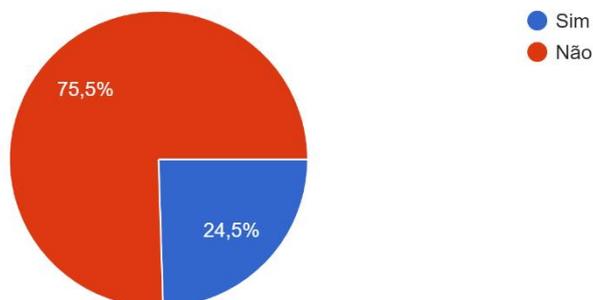
Na entrevista concedida, grande parte da população não mora próximo a algum Clube, sendo representado pelo percentual de 75,5% contra 24,5% que afirma morar próximo a algum clube como visto no gráfico abaixo (ver imagem 73). Também foram questionados se costumam frequentar algum Clube, obtendo como percentual 71,6% das pessoas que não tem o hábito de ir a Clubes, e 28,4% sendo simbolizado pelas pessoas que visitam algum Clube como mostrado no gráfico abaixo (ver figura 74).



Figura 73: Percentual de pessoas que residem próximo de algum Clube

Reside próximo a algum Clube?

102 respostas

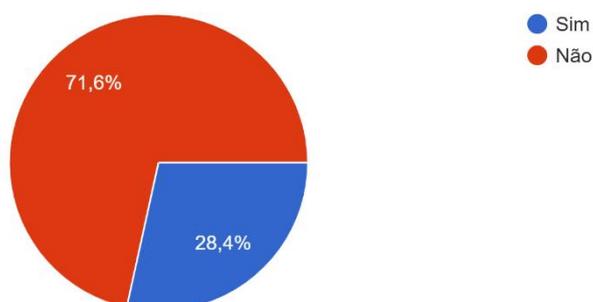


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 74: Percentual de pessoas que frequentam algum Clube

Você costuma frequentar Clubes?

102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

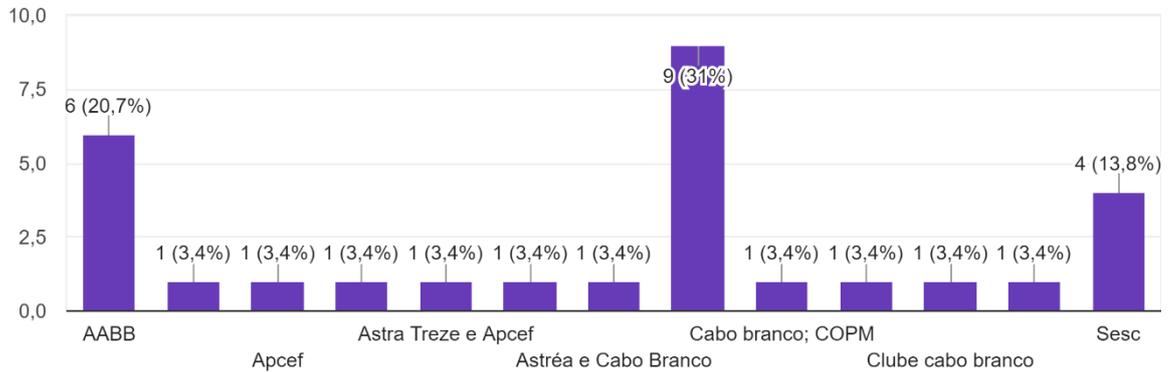
Dos 28,4% que costumam frequentar algum Clube, obtemos o resultado exposto pelo gráfico abaixo (ver figura 75), no qual percebemos que os Clubes Cabo Branco seguido da AABB e Sesc são os mais usados pelas pessoas que aceitaram o teste.



Figura 75: Percentual dos Clubes mais frequentados pela população

Em caso afirmativo, qual Clube?

29 respostas



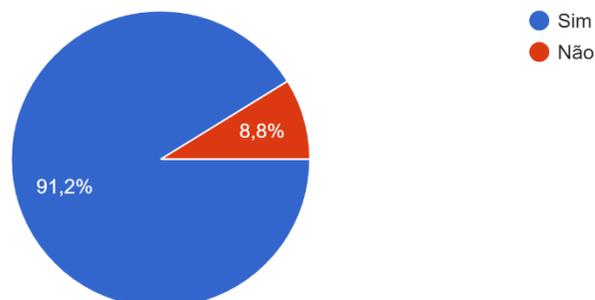
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Quando questionados sobre o Clube Astréa, se já ouviu falar e se já frequentou, obtivemos 91,2% de percentual para as pessoas que já ouviram falar em oposição a 8,8% das pessoas que nunca ouviram falar no Astréa como visto no gráfico a seguir (ver figura 76). Esse número representa que o Clube continua “vivo” para as pessoas, como também a representatividade dele para a sociedade.

Figura 76: Percentual de pessoas que já ouviram falar no Clube Astréa

Você já ouviu falar no Clube Astréa?

102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

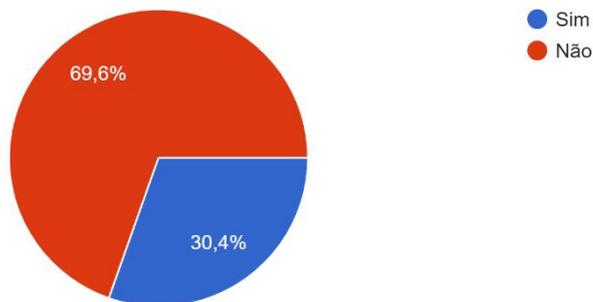
Em relação a pergunta se já frequentaram o clube, foi alcançado 69,6% representados pelas pessoas que nunca frequentaram o Clube contra 30,4% de pessoas que alguma vez já foram ao Astréa como colocado no gráfico adiante (ver



figura 77). O percentual de quem nunca frequentou o Clube foi alto, porque ao longo dos anos ele foi perdendo seu potencial cultural e social, pelo abandono e falta manutenção o que coincide com a maioria de quem respondeu que é mais jovem.

Figura 77: Percentual de pessoas que já frequentaram o Clube Astréa

Você já frequentou o Clube Astréa?
102 respostas

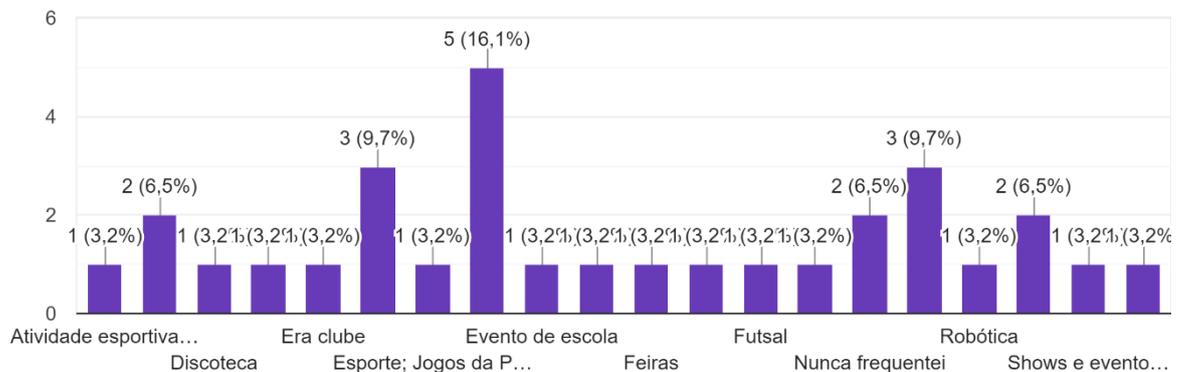


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Das pessoas que já frequentaram o Clube Astréa, foram perguntadas quais eventos participou, diante do gráfico abaixo (ver figura 78), percebe-se maiores destaques em atividades relacionadas ao esporte bem como para eventos de escola seguidos de eventos relacionados a shows.

Figura 78: Percentual dos eventos mais comuns que as pessoas já frequentaram no Clube Astréa

Caso já tenha frequentado o Astréa, quais atividades/eventos você participou?
31 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



Os eleitores foram submetidos a 2 perguntas subjetivas, no qual a primeira trata da opinião das pessoas a respeito da importância do Clube para a sociedade bem como para o município e o segundo questionamento se dirigia a importância do Astréa como um bem arquitetônico, se o mesmo deveria ser preservado e o porquê. Na primeira pergunta, aproximadamente todos os candidatos afirmaram que o Clube era importante, pois o mesmo fazia parte de diversas gerações que por ali passaram, poucos disseram que não era importante, todavia, os mesmos nunca ouviram falar sobre o Astréa. Expõe-se adiante algumas falas das pessoas que responderam o questionário.

“Sim! Faz parte da história da cidade e de diversas famílias da sociedade, colaborando com a cultura, arte e esporte.”

“Considero um ponto histórico, marcou época e tem boas lembranças”

“Sim, é um espaço onde a população local usufruiu muito na época do auge do clube”

“Sim. A localização dele favorecia a realização de eventos, tais como gincanas das escolas e a recreação das famílias Pesseense.”

Diante das narrativas expostas, a partir do programa WordClouds (ver figura 79), percebeu-se uma confluência de sentimentos retratados, nos quais se destacaram “família”, “sim” e “época”. Essa nuvem de palavras retifica a importância da edificação para as pessoas, bem como o senso de associação com a família, remetendo a ideia de comunidade familiar, como também a memória, refletindo o período de auge do clube (1950-1980), ao qual diversas famílias e amigos usufruíram do local principalmente das festas de carnavais que o clube dispunha.



Figura 79: Nuvens de palavras – Importância do Clube Astréa para as pessoas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No que diz respeito a segunda pergunta, foi quase unânime o número de pessoas no qual alegaram que o Clube Astréa deveria ser preservado, com a justificativa de ser um bem antigo e que o mesmo faz parte da história tanto da cidade, como para as pessoas e também para história da arquitetura. Abaixo encontram-se algumas das falas das pessoas entrevistadas.

” Sim! Ao fazer parte da história de diversas pessoas, o clube ficou marcado para sempre na memória de cada pessoa que frequentou ou passou por ele, nada mais justo que preservar essa edificação e suas memórias.”

“Com certeza, onde em tempos atrás concentrava grande parte da população pessoense.”

” Sim. Sua estrutura em forma de quase uma pirâmide, favorecia a ventilação. E seu salão em grandes janelas de vidro, era uma inovação da época.”

“Concordo totalmente, pois marca um tempo e um momento importante para a cidade e para população local.”

Frente os relatos apresentados, a partir do programa WordClouds (ver figura 80), obtém-se como expressões mais recorrentes as palavras “população” e “Sim”. Através dessa análise percebe-se o quão associado está o Astréa a comunidade e família, ao explorar as respostas das pessoas, é perceptível como o Clube foi



importante para “grupos”, pois quase sempre se está associado/ligado a parentes e amigos e não ao individual.

Figura 80: Nuvem de palavras – A preservação do Clube Astréa



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

... no final do questionário, foi mencionado caso fosse possível, a volta do Astréa em sua totalidade de funcionamento, dadas algumas alternativas de atividades, foi de maior destaque a opção de “Incentivo a práticas esportivas voltadas para pessoas especiais” sendo representada por 49%, seguido de “Lazer e entretenimento” com 24,5%, “Esporte adulto” simbolizado com 11,8% e “Incentivo ao esporte infantil” apresentando 7,8%, como pode ser observado no gráfico abaixo (ver figura 81).

Figura 81: Percentual das atividades mais desejadas, caso o Astréa fosse reativado por completo

Tendo em vista a possibilidade do Clube ser reativado por completo, quais atividades você considera importantes a oferecer aos associados ?

102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



Após a aplicação do questionário, conclui-se que diante das perguntas propostas e das respostas analisadas, o Clube Astréa tem seu feito, principalmente na sua época de ouro mais precisamente entre as décadas de 1950 – 1980. Os diferentes perfis que se submeteram as perguntas mostraram que o Clube marcou época e mesmo as pessoas que não frequentaram no seu auge, indo apenas para práticas de esportes no início dos anos 2000, destacam a importância do Astréa.

Apesar de uma maior porcentagem não ter frequentado o Clube, a sua grande maioria já ouviu falar dele, então sejam os seus carnavais, os seus shows ou práticas de esportes, o Astréa permanece vivo para muitas pessoas, seja a sua importância dentro do âmbito social, cultural ou arquitetônico.

ACERVO HISTÓRICO SOBRE O CLUBE ASTRÉA

O capítulo a seguir aborda todos os acervos históricos referentes ao Clube Astréa, estando presente nas gravuras e documentos as décadas de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, décadas que fizeram parte de uma influência bastante significativa do Astréa para a sociedade pessoense, sendo considerado a sua época de “glória” (mais precisamente entre os anos de 1950 – 1980), especialmente pelos seus carnavais animados e frequentado por milhares de pessoas.

A fonte de pesquisa para os acervos se deu através do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), no qual detém de fatos antigos que ocorreram naquela época buscadas através do Jornal da União, jornal de grande importância e influência no município de João Pessoa naquele período.

RECORTES HISTÓRICOS
Década de 1940

Figura 82: Recortes históricos da década de 1940



Recortes da década de 1940. Convocações de sócios, notas oficiais e destaques carnavalescos eram notícias nos jornais da época.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, adaptado pelo autor (2020).

Figura 83: Recortes históricos das décadas de 1950 - 1960

CLUBE ASTRÉIA
CARNIVAL DE 1952

Tendo em vista os bailes noturnos e as matinées infantis que serão realizadas no Palacete de Tambá durante os festejos carnavalescos do corrente ano, a Diretoria do "Alvi-Celeste" tomou as seguintes providências:

a) — O Baile do sábado, dia 23, será a Rigór, permitindo-se para cavalheiros o Branco e para senhoras e senhorinhas, fantasias. Os demais bailes noturnos, abrilhantados pelas orquestras da Polícia Militar e "Pirangibe", serão iniciados precisamente às 22 horas, prolongando-se até às 4 da madrugada. Trajes: o de Passeio ou fantasias que não venham, absolutamente, deulstrar o ambiente social do Clube. Fica terminantemente proibido a apresentação de macacões, camisas de malandro ou balandans;

b) — Fica terminantemente proibido o uso de lanchas-perfumes como extorpecente, punindo severamente a Diretoria aos infratores dessa deliberação com as seguintes penalidades: 1) — o infrator será convidado a deixar o Clube, durante a reunião dançante; 2) — reincidência, a eliminação sumária do quadro social;

c) — Uma Comissão Secreta, composta de associados de inteira confiança da Diretoria, fiscalizará as irregularidades que por acaso venham a surgir e disco lhe dará ciência para imediatas providências;

d) — Com exceção absoluta do Exmo. Sr. Governador do Estado, dr. José Americo de Almeida e exma. família, Diretores de a "A UNIAO" e o "O NORTE", não serão facultados convites. Pessoas em transito na cidade, com apresentação de um associado e sob sua integral responsabilidade, após rigorosa sindicancia da Diretoria, terá ingresso aos bailes carnavalescos mediante o pagamento da taxa especial de Cr\$ 250,00;

e) — Os associados terão ingresso ao Clube com a apresentação do recibo de quitação n. 2, devidamente acompanhado da carteira social;

f) — Reservas de Mêsas ao preço de Cr\$ 400,00, na Secretaria do Clube, diariamente, das 20 às 23 horas com o sr. Geraldo Andrade. Essa reserva poderá ser feita até o proximo dia 22. As mêsas, agora fixadas definitivamente no "dancing" do Clube, darão lugar apenas a 4 cadeiras;

g) — A cargo de um artista conteraneo, o "dancing" do Astréia apresentará original ornamentação, baseada em motivos estritamente momescos;

h) — O Bar e Restaurant, sob a orientação idinea de pessoas ligadas a Diretoria, oferecerá aos srs. associados e exmas. famílias um serviço especial durante o Carnaval de 1952.

A DIRETORIA

1) — CLUBE ASTRÉIA — CARNIVAL DE 1965: A fim de estabelecer boa ordem nos festejos carnavalescos deste ano, a Diretoria, em reunião de 19 do corrente, deliberou o seguinte:

I) Realizar quatro bailes noturnos, nos dias 27 e 28 e 1o. e 2/3, bem assim uma vesperal infantil na segunda-feira, dia 1o de março;

II) — Para estas festividades, que serão abrilhantadas pela Orquestra da Rádio Jornal do Comércio e Orquestra Municipal de João Pessoa, não se admitirão ingressos de sócios, pessoas de suas famílias (dependente) ou convidados, sem a apresentação da carteira social ou do cartão expedido pela Tesouraria, que os identifiquem;

III) — a recusa de apresentação da identidade social importará em penalidade imposta pela Diretoria;

IV) — proibir, de modo terminante, o uso de lancha perfume, pós, e quaisquer líquidos ou substâncias consideradas tóxicas;

V) — proibir, o ingresso de pessoas descalças ou trajadas de modo não condizente com o ambiente social, não consentindo, igualmente, dentro dos salões de baile:

3) — O Col. Gadelha de Oliveira, ilustre Comandante da Polícia Militar do Estado, brincar o carnaval com sua distinta família, no alvi rubro de Miramar;

4) — Enquanto isso, casal amigo, sr. e sra. Hélio (Elma) Amorim viajou para a sua Fazenda, no município de Alagoa Grande. Preferiram descançar.

5) — Quem está aniversariando nesta data, é a encantadora garotinha Eliane, filha do casal de nossa melhoria sociedade, sr. e sra. Engenheiro Maurício (Maurício) Almeida. Pelo feliz e carnavalesco acontecimento, haverá comemoração "momescas", na residência da dita aniversariante, na Praa de Tambá. Os nossos parabéns.

6) — O sr. Hélio Pedro Rosa, diretor do Teatro São...

NOME DO CLUBE	Até	Preço
ENDEREÇO		
Cerveja (uma garrafa)	Até 8	16,00
Cerveja (lata)	" "	15,00
Refrigerante pequeno	" "	4,00
Refrigerante grande	" "	6,00
Água Mineral (garrafa)	" "	4,00
Água de Cbco (garrafa de 290 ml)	" "	5,99
WHISKY - Drury's - Royal Label ou equivalente:		
- Litro	" "	250,00
- Dose	" "	15,00
- Royal Label Black - Old Eight ou equivalente:		
- Litro	" "	300,00
- Dose	" "	20,00
- Natu Nobilia - Techozeta ou equivalente:		
- Litro	" "	500,00
- Dose	" "	30,00
- Passport ou equivalente:		
- Litro	" "	600,00
- Dose	" "	35,00
- Escocês importado, classe "A":		
- Garrafa	" "	1.200,00
- Dose	" "	60,00
OUTRAS - Rum - Cin - Conhaque Nacional e Martini:		
- Litro	" "	150,00
- Dose	" "	10,00
- Campari:		
- Litro	" "	300,00
- Dose	" "	20,00
SALGADINHOS E TIRA-GOSTO:		
- Empadas e Sanduíches	" "	6,00
- Cachorro Quente	" "	8,00
- Batatinhas fritas - prato	" "	20,00
- Batatinhas fritas - saquinho	" "	15,00
TIRA GOSTO COMPLETO S/QUARNICHO (arroz):		
- Filé - Peixe - Frango (PRATO)	" "	50,00
Data:		
Ass.:		

O CARNIVAL NO CLUBE "ASTRÉIA"
HOMENAGEM AO DR. RENATO RIBEIRO

Sem favor podemos afirmar que o carnaval deste ano no velho e tradicional Clube Astréia, será verdadeiramente deslumbrante.

Os trabalhos de ampliação do DANCING objetivando oferecer aos associados um maior conforto, pelo alto custo artistico de que se revestem ao lado de tantas outras atrações, garantirão ainda mais esta crescente preferência de nossa melhor sociedade pelo vitorioso Clube de Tambá.

Sem qualquer divulgação, somente pelo seu proprio prestigio, desde muito, estão quase esgotadas as reservas de mesa para o carnaval.

Na próxima semana divulgaremos a lista das pessoas que reservaram localidades para os festejos carnavalescos.

Antes, porém, do carnaval, talvez até o proximo dia 10, com o entrega dos novos melhoramentos a Diretoria, será prestado ao Presidente deste Clube, Dr. Renato Ribeiro, uma significativa homenagem.

Não se trate propriamente de uma festa de largo repercussão social mas de uma singela homenagem de seus companheiros de Diretoria, pelo canduoso vitorioso, embora com muito sacrificio, desses novos empreendimentos que além de aumentar o patrimonio social, asseguram maior conforto as famílias dos associados.

É o velho sodalicio em cujos salões se tem sabido os fatos de maior importancia de nossa historia porque desde 1886 por eles perlastaram os maiores figuras da administração, da magistratura e do alto comercio do Estado, vae assim cumprido o seu largo programa.

social dos elementos que desejam tomar parte nos corações, afim de receberem instruções quanto a fantasia e outras organizações relativas ao clube.

NO "PALMEIRAS ESPORTE CLUBE"

Constituirá uma nota de relevo, o Carnaval deste ano no "PALMEIRAS ESPORTE CLUBE"

CONCURSO C



No clichê acima figuram as duas ricas: a graca "Casa Paris" - as duas melhores orquestras; e a linda costureira.

ANATOLE FRANCE E
(Conclusão da 5ª pag.)
discutir e julgar o utengível raça davel acontecimento. E

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, adaptado pelo autor (2020).

Recortes da década de 1950 e 1960. Com destaques carnavalescos e homenagens. Nessa época houve uma padronização do cardápio evitando altos preços nas comidas e bebidas.

228

Décadas de 1970 - 1980

Figura 84: Recortes históricos das décadas de 1970 - 1980



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, adaptado pelo autor (2020).

Eventos marcados na década de 1970 – 1980. Mural composto pelos eventos de noite natalina, folclore e desfiles carnavalescos.



Décadas de 1970 - 1980

Figura 85: Recortes históricos das décadas de 1970 - 1980

Astréia:

Um carnaval tranquilo para todos os foliões

A exemplo do que ocorreu no Cabo Branco, o Astréia teve um Carnaval sem qualquer incidente. O pessoal encarregado da segurança tinha como trabalho mais constante os cuidados para evitar que foliões entrassem no salão com cigarros acesos ou circulassem em áreas de maior movimento conduzindo garrafas.

A tarefa de fiscalização aos mais exaltados tinha um dedicado supervisor: o diretor social do clube, João Batista Mororó, que entre risos e abraços acalmava os ânimos eventualmente exaltados e ajudava, entre um samba e outro, o Astréia ter um Carnaval absolutamente tranquilo.

A ZEBRA

No Sábado, um grupo fantástico de zebra destacava-se no empurrar-empurrar do salão. "Olha Eu Aqui" - com a frase lembrando a zebra da Loteria Esportiva e o samba quente no pé, os integrantes do pequeno grupo saracotearam madrugada a dentro.

De resto, colares de mariscos, penas na cabeça e tecidos ostentando flores e animais pareciam aludir, em grupos esparsos, o tema da decoração do Astréia: *O Mundo da Fauna*. Este foi o melhor Carnaval já realizado pelo Clube nos últimos anos, segundo tradicionais frequentadores.

GOVERNADOR

Duas e 30 da madrugada de domingo e o Astréia recebia uma visita importante: o governador Ivan Bichara Sobreira, acompanhado de dona Myrthes e do seu Chefe da Casa Militar, coronel Benedito Junior. Antes, o governador e esposa haviam visitado, no domingo, o Cabo Branco e o Iate Clube da Paraíba.

O prefeito Hernando Almeida, com dona Vera Almeida e assessores, também visitaram o Astréia. Como ocorreu com o governador, suas presenças eram prontamente comunicadas aos foliões pelos altofalantes do clube.

Uma Noite Oriental é o motivo da decoração do Astréia, elaborada em jogo de cores e estética admiráveis. O clube promete realizar um dos melhores carnavais dos últimos anos e, para tanto, apresentará uma matinal domingo (iniciando às 10 horas) e matinée segunda-feira, das 15 às 18. Isso, naturalmente, além dos quatro grandes bailes.

Característica do Clube Astréia também o oferecimento de eventos temáticos, a exemplo da "noite oriental" sendo realizada nos bailes de carnavais da época.

Como sempre, o Cabo Branco e o Astréia voltaram a fazer o melhor Carnaval da cidade. No primeiro desses clubes, cerca de 30 mil foliões enfrentaram, com uma disposição e ânimos impressionantes, os quatro dias de frevo. O Astréia concentrou 20 mil pessoas e mereceu, de um grupo de jornalistas, o título de *O Melhor Carnaval de João Pessoa*.

NOTÍCIAS SOCIAIS

Mavial de Oliveira

— TOPICOS CARNAVALESÇOS —

BELEZA E JUVENTUDE: — Esse grupo, colhido pela objetiva de Arlan, está formado pelas encantadoras jovens da melhor sociedade de João Pessoa e de Fortaleza, as senhoras Ana Maria Nogueira, Nizya Nogueira, Lúcia Celeste Perbeire, Maria das Graças Pereira de Araújo e Maria de Fátima Capiberibe, que vão espelhar com suas presenças lindas as festas carnavalescas do Cabo Branco, Astréia e AA...

20 MIL PESSOAS

Mais de 20 mil pessoas participaram do Carnaval do Astréia que, do sábado à terça-feira, manteve os salões invariavelmente superlotados para uma folia tranquila e sem qualquer anormalidade. A tabela da Sunab foi religiosamente obedecida, a não ser no último dia, quando algumas pessoas reclamaram do preço da cerveja em garrafa vendida a Cr\$ 10,00. Entretanto, a própria direção do clube intercedeu em favor dos reclamantes que, assim, receberam de volta o excesso de pagamento. Os garçons, por seu turno, foram alertados para o cumprimento da tabela.

OS foliões do clube "Astréia" foram terminar o seu Carnaval às seis e meia da manhã, na praça Antônio Pessoa. Outrora, o fato se repetia anualmente, mas já há algum tempo a tradição era quebrada. Um indício para o mais velho sodalício de João Pessoa.

É destaque o carnaval do Clube Astréia, sendo notícia nos mais diversos jornais a presença de vinte mil pessoas, com os seus salões superlotados, recebendo o título pelos jornalistas da época como "O Melhor Carnaval de João Pessoa".

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, adaptado pelo autor (2020).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico apesar de todo o suporte dado pelas fontes responsáveis ainda sofre com o desgaste do tempo e conseqüentemente com a falta de manutenção. No Brasil é observado um acervo valioso de bens tombados e não tombados que muitas vezes se encontram depredados ou sem incentivo de uso, seja ele voltado para o turismo ou para ocupação profissional por parte do governo.

Na esfera local, a Paraíba detém de inúmeras edificações históricas, na cidade de João Pessoa, mais especificamente, é grande o número de imóveis desse gênero já que se trata da terceira cidade mais antiga do país. Mediante essa característica, o objeto em pauta foi o Clube Astréa, lugar de fortes atributos, sendo considerado uma das primeiras edificações de cunho arquitetônico modernista do município, pertencente a área de tombamento do IPHAEP.

Apesar da importância do Clube, foram grandes as dificuldades de informações acerca do Astréa, apenas um único órgão possuía acervos referentes ao imóvel, ressaltando o descaso sob esse lugar. Vale salientar que as dificuldades se ampliaram com a presença da pandemia de Covid-19, o que fez com que muitos dos órgãos fechassem para atendimento presencial. Nos órgãos buscados não houve sucesso na busca por fichas, plantas técnicas, desenhos ou croquis, ou seja, isso reforça a fragilidade em que ele se encontra atualmente.

É constatado a importância do Clube, ao ter acesso as notícias nos jornais da época, o Astréa teve seus dias de glória e até hoje está presente na memória da população, todavia, atualmente se encontra esquecido pelos responsáveis, com ausência de manutenção que conseqüentemente ocasiona problemas patológicos, um bem que marcou décadas com seus eventos, hoje “vive” com as portas fechadas e sem nenhum responsável e/ou entidades representativas que saibam onde estão localizadas os seus acervos técnicos.

O cuidado com a história patrimonial ainda precisa ser trabalhado para que as futuras gerações possam desfrutar e entender tudo o que aconteceu no passado, ainda tem-se muito o que aprender sobre a importância da história como um todo, é necessário uma educação patrimonial e valorização dos acervos existentes para assim manter a organização e manutenção dos imóveis.



Diante de toda a explanação, as particularidades que o tornam uma referência modernista ainda resistem, o que evidencia mais ainda a importância de se buscar a salvaguarda deste imóvel.

Em frente ao contexto, revelado pelo levantamento de campo, aplicação de questionários e investigação em recortes jornalísticos, bem como a compreensão da ausência de proteção, este trabalho deixa alguns apontamentos/diretrizes que se julga necessário para a preservação da identidade cultural local, materializada neste bem, que é o Astréa. Pode-se considerar como meios para a preservação do Clube:

- Abranger a sociedade de forma a afirmar a pluralidade do entendimento sobre políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico;
- A preservação de todo o seu entorno, conseqüentemente o aumento da qualidade de vida bem como a melhoria da mobilidade urbana;
- Incentivo a economia local;
- Integração das esferas públicas e privadas;
- Reconhecimento e qualificação dos profissionais do setor;

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Sobre a memória das Cidades**. Revista TERRITÓRIO, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998.

ANDRADE, M. **Arquitetura colonial**. Arte em Revista, São Paulo, v. 2, n. 4, 1983.

BARBOSA, Antônio Eduardo Polisseni; HIPPERT, Maria Aparecida; SANTOS, White José; OLIVEIRA, Igor Moura; MONTEIRO, Karla Teixeira. **Patologias de Edifícios Históricos Tombados Estudo de Caso – Cine Teatro Central**. 2011. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Maria_Barbosa18/publication/309348358_Patologia_de_edificios_historicos_tombados_Estudo_de_caso_Cine_Theatro_Central/links/5811d36d08aec29d99f7f523/Patologia-de-edificios-historicos-tombados-Estudo-de-caso-Cine-Theatro-Central.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2020.

BARTHEL, C.; LINS, M.; PESTANA, F. **O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico**. In: Congreso Iberoamericano y VIII Jornada “Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio”. Anais [...]. Buenos Aires: 2009.



BARROS, L. A. R. de. **Por uma arquitetura brasileira**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: 1934. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. maio. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: 1988. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Brasília**. Brasília:1970. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Salvador**. Salvador: 1971. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. maio. 2020.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. Editora Perspectiva. 2001. 371;372;374;376 p.

CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Le Corbusier**. 2020. Disponível em: < <https://arquiteturaurbanismotodos.org.br/lecorbusier/> >. Acesso em: 12 maio. 2020.

CAVALCANTE, Lis Moreira. **O processo criativo de quatro pioneiros da arquitetura moderna**. 2019. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/927555/o-processo-criativo-de-quatro-pioneiros-da-arquitetura-moderna> >. Acesso em 10 maio. 2020.

CAVALCANTI, L. **Le Corbusier, o Estado Novo e a formação da arquitetura moderna brasileira**. Projeto, São Paulo, n.102, p. 161-3, ago. 1987.

CARVALHO, Wadson Mayckel. **Patologias de edifícios históricos tombados: Estudo de caso – Convento das Mercês**. São Luís, 2018. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão Instituto Politécnico da Guarda. Disponível em: < <http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/3953/1/CC%20-%20Wadson%20M%20Carvalho.pdf> >. Acesso em 17 maio. 2020.

CRAVEIRO, Rodrigo. **Centenário: I Guerra Mundial foi impulsionada pela Revolução Industrial**. 2014. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/07/06/interna_mundo,436172/centenario-i-guerra-mundial-foi-impulsionada-pela-revolucao-industrial.shtml >. Acesso em: 15 maio. 2020.

CIÊNCIA E CULTURA. **Cienc. Cult. vol.65 no.1 São Paulo Jan. 2013**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>>. On-line version ISSN 2317-6660. Acesso em 20 mar. 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora UNESP. 1992. 11;12;13;95 p.



CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora UNESP. 2000. 44 p.

Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã: 1975.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Alois Riegl e o Culto Moderno dos Monumentos**.

2006. Portal Vitruvius. Disponível em: <

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138> >. Acesso em 23 mar. 2020.

CUNHA, Claudia dos Reis. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi**. 2004.

Disponível em: <

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181> >. Acesso em: 17 abr. 2020.

CURTIS, William.J.R. **Arquitetura Moderna desde 1900**. Editora Bookman. 2008.

11;14;15;24;33;150;167 p.

D'AVILER, Augustin Charles. *Cours d'Architecture qui comprend les ordres de Vignole*. Paris: Mariette, 1710, 2v. p. 836.

DECRETO-LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Artigo 1º**. Disponível em: <

<http://www.antt.gov.br/> >. Acesso em: 04 maio. 2020.

ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, Atenas:1931.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. 2. ed. São Paulo:

Martins Fontes, 2000. 470 p. Tradução de Jeffeson Luís Camargo.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões**. 2013. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsm.br/geografia/issue/view/523> >. Acesso em: 30 abr. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio**. 1997. Disponível em: <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4775/1/bps_n.2_referencia_2.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**.

2009. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

GOODWIN, Dario. *Em foco: Richard Neutra*. 2020. Disponível em: <

<https://www.archdaily.com.br/br/785232/spotlight-richard-neutra> >. Acesso em: 16 maio. 2020.

GOVERNO DA PARAÍBA. Disponível em: < <http://iphaep.pb.gov.br/municipios-com-centros-historicos-tombados> >. Acesso em: 01 maio. 2020.

GRAMMONT, Anna Maria. **A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais**. 2006. Disponível em: <

>



[https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/17901/PS_04_3%20_\(2006\)_11.pdf?sequence=1](https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/17901/PS_04_3%20_(2006)_11.pdf?sequence=1) >. Acesso em: 10 abr. 2020.

GROPIUS, W. **Bauhaus: nova arquitetura**. 3a ed. São Paulo: Perspectiva S. A., 1972.

HISTÓRIA E ARQUITETURA. **Fábrica Fagus é incluída na lista de Patrimônio da Unesco**. Disponível em: < <http://historiaearquitetura.blogspot.com/2011/06/fabrica-fagus-e-incluida-na-lista-de.html> >. Acesso em: 15 maio. 2020.

HISOUR. **ARQUITETURA MODERNA PÓS-GUERRA**. Disponível em: < <https://www.hisour.com/pt/post-war-modern-architecture-28038/> >. Acesso em 16 maio. 2020.

HITCHCOCK, Alfred. **Latin American Architecture**. EDITORA Museum of Modern Art. 1955. 60 p.

IBAPE-SP. **Inspeção Predial: Check-up predial: guia da boa manutenção**. Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de São Paulo, 2 ed., Liv. e Ed. Universitária de Direito: São Paulo, 2009.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra Austrália: 1980.

ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington: 1986.

ICOMOS. **Declaração do México**. México: 1985.

IHGP, **Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**. 2020.

(IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Histórico**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276> >. Acesso em 12 mar. 2020.

(IPHAEP), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. **Patrimônio Histórico**. 2020. Disponível em: < <http://iphaep.pb.gov.br/> >. Acesso em: 30 abr. 2020.

ITAÚ. **Enciclopédia Itaú Cultural**. 2020. Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3762/ministerio-da-educacao-e-saude-mes> >. Acesso em: 01 out. 2020.

JUNIOR, Valdeci dos Santos. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. 2005. Disponível em: < www.cerescaico.ufrn.br/mneme >. Acesso em: 02 abr. 2020.

KRUG, Lucas Fernando. **MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM EDIFICAÇÃO CONSTRUÍDA NA DÉCADA DE 1930 – UM ESTUDO DE CASO**. 2006. Disponível em: < <http://www.projetos.unijui.edu.br/petegc/wp-content/uploads/tccs/tcc->



titulos/2005/Manifestacoes_Patologicas_Em_Edificacao_Construida_na_Decada_de_1930_-_Um_Estudo_de_Caso.pdf >. Acesso em 09 abr. 2020.

KRULL, Andrew. AD Classics: AD Classics: Lovell House / Richard Neutra. Disponível em: < <https://www.archdaily.com/104713/ad-classics-lovell-house-richard-neutra/> >. Acesso em: 16 maio. 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico.** 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15601/17175> >. Acesso em: 20 abr. 2020.

LICHTENSTEIN, N. B. **Patologia das construções.** Boletim técnico n. 06. São Paulo - USP, 1986.

MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). **Capítulos da História da Paraíba.** Campina Grande: Grafset, 1987.

MENICONI, Rodrigo. **A Construção de uma cidade monumento: O caso de Ouro Preto.** 1999. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG.

MERIN, Gili. **Clássicos da Arquitetura: Ville Radieuse / Le Corbusier.** 2016. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier> >. Acesso em: 05 maio. 2020.

MIP. **Carta de Restauo.** Roma: 1972.

NIEMAYER, Oscar. **Fundação Oscar Niemayer.** 2020. Disponível em: < <http://www.niemeyer.org.br/> >. Acesso em: 13 maio. 2020.

NUNES, Verônica Maria Meneses; Lima, Luís Eduardo Pina. **História e Patrimônio Cultural.** 2009. Disponível em: < https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalago/10250211102012Historia_e_Patrimonio_Cultural_Aula_1.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2020.

NUNES, Verônica Maria Meneses; Lima, Luís Eduardo Pina. **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL.** 2009. Disponível em: < https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalago/09544619012015Historia_e_Patrimonio_Cultural_Aula_8.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2020.

OEA. **Norma de Quito.** Quito: 1967.

OEA. **Resolução de São Domingos.** São Domingos: 1974.

PALPÉRIO, P. **A humidade nos edifícios.** Relatório realizado no âmbito da disciplina Projeto FEUP. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto: Portugal, 2012.

PELEGRINI, Sandra C.A. **O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: trajetórias do debate sobre a preservação no brasil.** 2006. Disponível em: <



<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445> >. Acesso em 23 mar. 2020.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da Arquitetura Moderna na Cidade de João Pessoa**. 2008. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp059635.pdf> >. Acesso em: 13 maio. 2020.

PEVYSNER, N. **I Pionieri del Movimento Moderno de William Morris a Walter Gropius**. 1936. Trad it. Milão, 1945, p. 122;123.

PIRES, Juliane Monteiro; Silva, Dione Luiza; Rabanne, Emília Rahnemay Kohlman; Nascimento; Ismaylly Michel Silva. **Análise das Manifestações Patológicas Presentes nas Fachadas de um Casario Tombado no Município de Pesqueira-PE**. 2017. Disponível em: < <http://revistas.poli.br/~anais/index.php/repa/article/view/703/313> >. Acesso em 07 abr. 2020.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. 2020. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/a-capital/> >. Acesso em: 01 maio. 2020.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Código de Urbanismo**. 2001. Disponível em: < <http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/C%C3%B3digo-de-Urbanismo.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2020.

REIS, N. G. **Racionalismo e protomodernismo na obra de Vitor Dubugras**. São Paulo: FBSP, 1997.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: e Outros Ensaios Estéticos**. Editora Edições 70. 2016. Cap. 1.

ROSA, Rodrigo. **Espaço, Silêncio e Construção**. Brasília, 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.

ROSCOE, M. T. **Patologias em revestimentos cerâmicos de fachada**. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em Construção Civil da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2008.

SALVATORE, Elena. **Art-Nouveau (1880-1914): contexto**. 2016. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/historiadaarquitectura/movimentos-de-renovacao-1/art-nouveau-1880-1914-contexto-1> >. Acesso em: 12 maio. 2020.

SANTOS, Maria da Graça. **ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA, DOS PIONEIROS A BRASÍLIA (1925-1960)**. 2006. Disponível em: < https://www.up.edu.br/davinci/3/304_arquitetura_moderna_brasileira.pdf >. Acesso em: 13 maio. 2020.

SANTOS, M.W.L.C; MONTEIRO, L.M.S; FURTADO, F.A; CARNEIRO, M.D; MESQUITA, E.F.T; COELHO, F.C.A. **Incidências de manifestações patológicas em edificações históricas de Sobral – CE**. 2013. Disponível em: <



https://www.researchgate.net/profile/Esequiel_Mesquita/publication/278305245_Incidencia_de_manifestacoes_patologicas_em_edificacoes_historicas_de_Sobral_-_CE/links/55e9e1fb08aeb6516265dbf8.pdf >. Acesso em 17 maio. 2020.

SCIFONI, Simone. **Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista a Utopia de uma Nova Civilização**. 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br> >. Acesso em 14 mar. 2020.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcante; MONTEIRO Lia; MELO, Marieta Dantas Tavares. **Arquitetura Moderna no Nordeste 1960-70: a produção de Borsoi em João Pessoa**. São Paulo 2005. Portal Vitruvius. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/432arquitetura%20moderna%20>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990**. 2. ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 44 p.

SEGRE, Roberto. Jean-Louis Cohen e a arquitetura da guerra: Um vazio na história da arquitetura: 1939-1945. 2012. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/11.124/4280> >. Acesso em: 16 maio. 2020.

SILVA, J. B; DELAZER, J; HEINECK, A; TUTIKIAN, B. F. **Análise de Manifestações Patológicas Presentes em Edificação Histórica – Estudo de Caso: Casa da Lira**. 2019. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/J_Delazeri/publication/337459632_ANALISE_DE_MANIFESTACOES_PATOLOGICAS_PRESENTES_EM_EDIFICACAO_HISTORICA_ESTUDO_DE_CASO_CASA_DA_LIRA/links/5e1da89492851c1dcd387e0c/ANALISE-DE-MANIFESTACOES-PATOLOGICAS-PRESENTES-EM-EDIFICACAO-HISTORICA-ESTUDO-DE-CASO-CASA-DA-LIRA.pdf >. Acesso em 25 mar. 2020.

TREVISAN, Rosina. **Técnicas Construtivas e Patologias**. Livro 03, Unidade 4: Patologias nas Construções Históricas. 2001

TINEM, Nelci; TAVARES, Lia; TAVARES, Marieta. **Arquitetura Moderna em João Pessoa**. 2016. Disponível em: < <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Nelci-Tinem.pdf> >. Acesso em 13 maio. 2020.

TINOCO, J. E. L. **Mapa de Danos - Recomendações Básicas**. Textos para Discussão, v. 43, série 2: Gestão de Restauro. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), Olinda, 2009.

UNESCO. 2020. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> >. Acesso em: 07 maio. 2020.

WICK, R. **Pedagogia da Bauhaus**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 464 p.

WOLF, José. “**Acácio Gil Borsoi**”. A&U - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.84, p.35–41, junho/julho 1999.



O SOBRADO DO CORONEL MANOEL LUCAS DE MACEDO, SUA ARQUITETURA E SEU VALOR AFETIVO PARA A POPULAÇÃO PICUIENSE.

Laíne Ruana dos Santos Barrêto¹
Anne Camila César Silva²

RESUMO

A presente monografia trata sobre o registro arquitetônico do bem conhecido como “Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo”, localizado no município de Picuí na Paraíba, e da sua memória apreendida pela população. O sobrado eclético do início do século XX, traz para a Picuí da época o simbolismo dos novos materiais e da mescla de estilos, a chegada desta arquitetura das grandes obras em um município do interior em desenvolvimento. Este trabalho, que aborda uma edificação legislativamente desamparada, tem sua fundamentação na necessidade de proteção da história desta, levando em conta que atualmente a problemática da desconfiguração e destruição de bens históricos com a finalidade de abrir espaço para edificações modernas vem ganhando evidência. Além disto, trata-se a memória como fator de relevância para a proteção da edificação, considerando esta como um patrimônio imaterial, que vai além do bem edificado (patrimônio material), aferindo significado para este e o concretizando no imaginário popular.

Palavras-chave: Arquitetura Eclética; Patrimônio Material Edificado; Patrimônio Imaterial; Memória; Picuí.

ABSTRACT

This monography is about the architectural record of the well-known “Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo”, located in city of Picuí, in Paraíba - Brazil, and its memory learned by the population. The eclectic loft from the beginning of 20th century brings to Picuí of this time the symbolism of new materials and a mixture of styles, the arrival of this architecture of great works in a developing interior city. This work, that addresses a legislatively helpless building, is based on the need to protect its history, taking into account that is currently gaining evidence the problematic of deconfiguration and destruction of historical goods with the purpose of opening space for modern buildings. In addition, its memory is treated as a relevant factor for the building protection, considering it as an immaterial heritage, which goes beyond the well-built (material heritage) rising its meaning and solidifying it in the popular imagination.

Key Words: Eclectic Architecture; Edified Material Heritage; Intangible Heritage; Memory; Picuí.

¹ Arquiteta e urbanista formada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP.
<http://lattes.cnpq.br/3131335615519860>

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIESP
<http://lattes.cnpq.br/1218926048372036>



INTRODUÇÃO

O Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo está localizado na cidade de Picuí, na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano, a 244 km da capital do Estado – João Pessoa – e a 122 km de Campina Grande. Foi construído no centro da cidade e margeia um de seus principais espaços públicos, a praça João Pessoa. É um dos poucos edifícios históricos do município. Passou por diversos usos, desde o residencial ao de serviços, quando sediou a prefeitura.

Figura 01: Sobrado Coronel Manoel Lucas – Picuí, PB. 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O prédio também passou por um período de abandono, mas no ano de 2016 voltou a receber a população em alguns eventos, retomando a atenção e o cuidado. Estas atividades que passaram a acontecer ofereciam aos visitantes exposições de fotos da antiga Picuí e breves apresentações sobre o sobrado. Assim, o espaço voltou a fazer parte do cotidiano dos cidadãos, sendo conservado por parte de usuários e proprietários – foi gerado um sentimento de apropriação do lugar. Segundo Moreira (2009, p. 35):

São as pessoas e o uso que elas fazem dos espaços que conferem a estes uma diferenciação, pois é através de suas memórias que se



estabelecem as conexões entre o construído e os fatos que constroem os mitos e tradições da vida urbana.

O patrimônio cultural e o sentimento de apropriação coexistem ao decorrer dos anos de acordo Santos e Moraes (2015, p. 26), podendo ser comparados a **expressão popular** “dois lados de uma mesma moeda”. A partir deles descendem outros fatores, por exemplo a identidade e o pertencimento em relação aos bens. Elementos de primazia para proteção dos edifícios e sítios históricos. Segundo Funari e Pelegrini (2008, p. 28):

O patrimônio cultural associou-se nos séculos XVIII e XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão. Podiam ser objetos antigos, como construções modernas ou, mais provavelmente, uma mescla nova de ambos.

Dados os sentimentos de identificação, pertencimento e apropriação, todo o processo de proteção do patrimônio se desenvolve. Pois quando o indivíduo entende o valor do pertencimento, gera-se a apropriação, estes fatos são fortalecidos, principalmente, pelo reconhecimento e identificação das suas histórias nos bens. Todo o processo tem como resultado uma maior utilização desses espaços. Essas vivências passam então a gerar memórias, e corroborando com a fala de Oosterbeek (2007, p. 136) citado por Santos e Moraes (2015, p. 28) “O patrimônio tem a ver com a memória(...)”.

A memória é, em poucas palavras, um documento vivo. Responsável por transmitir a história ao longo dos séculos, perpetuando culturas e protegendo o patrimônio (leia-se herança transmitida de uma geração para a outra). Os conhecimentos e lembranças coletados sobre o sobrado, aqui estudado, terão como finalidade fortificar o conceito de que a memória, seja individual ou coletiva, tem uma incomensurável relevância no papel da proteção dos edifícios e conjuntos históricos.

[...] o compartilhamento da memória não pode ser entendido como um simples repasse de informações, mas como um “lembrar junto”. Reconhece-se que é possível confrontar lembranças entre indivíduos, o que, aliás, ajuda a confirmá-las e fortalecê-las (MOREIRA, 2009, p. 24).

Essas reminiscências podem ser configuradas como um patrimônio imaterial, termo concebido no final do século XX, reconhecido pela constituição federal. O



referencial de patrimônio passara então por mudanças, reconhecia-se a importância também do cultural, e agora era visto como algo mais abrangente, que vai além dos bens físicos.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2006, p. 4).

A memória pode funcionar como um agente na proteção dos bens, pois esta permite que os conhecimentos acerca destes estejam sempre presentes, além das informações sobre sua arquitetura e seus detalhes construtivos. Ela permite que as histórias, as lembranças adquiridas com as experiências vividas, sejam repassadas por gerações.

A iniciativa de tentar proteger as histórias e a integridade das memórias e dos bens patrimoniais vem se tornando imprescindível, pois na “contemporaneidade” tais obras do passado sofrem abandono mediante a modernização dos espaços, dos sistemas construtivos, da pluralidade de usos, e das estéticas minimalistas, que vem se sobressaindo e tomando o espaço das cidades a algumas décadas.

Talvez o exemplo mais claro dessa luta contra a lembrança materializada seja São Paulo, essa megalópolis, cujo crescimento não encontra paralelos. Ainda que fundada em 1554, continuou a ser uma cidadezinha até fins do século XIX, até tornar-se, 3 nestes últimos cem anos, a maior cidade do hemisfério sul. Nesse processo, restos antigos sofreram constantes degradações ideológicas e físicas, sendo construídos novos edifícios para criar uma cidade completamente nova. Os edifícios históricos, se assim se pode falar, são a Catedral e o Parque Modernista do Ibirapuera, planejado por Niemeyer, ambos inaugurados em 1954 para comemorar os quatrocentos anos da cidade. Os principais prédios públicos, como o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo ou o Palácio Nove de Julho, que abriga a Assembléia Legislativa do Estado, são, também, muito recentes e a mais importante avenida, a



Paulista, fundada em fins do século XIX como um bastião de mansões aristocráticas, foi totalmente remodelada na década de 1970 (FUNARI, 2001, p. 3).

A exemplo disto, a arquitetura moderna chegou ao Brasil no século XX e desde então passou a ser expressada nas novas edificações, e até mesmo de cidades inteiras, é o caso de Brasília, construída nos moldes deste estilo. Mas o que se evidencia é que isto modificou o panorama histórico brasileiro, pois segundo Funari (2001, p.3) “Mesmo em cidades coloniais, algumas delas bem conhecidas no exterior, como Ouro Preto, declarada Patrimônio da Humanidade, a modernidade está sempre presente, por desejo de seus habitantes”.

Essas aderências as novidades arquitetônicas passaram então a ser cada vez mais frequentes, conseguindo se interiorizar. Nas cidades do interior as novidades chegavam e a população começava a mudar seus conceitos e desejos, esquecendo as edificações antigas, modificando a arquitetura dos bens, podendo até “apagá-los” (destruí-los) da paisagem. É o caso de Alagoa Grande interior da Paraíba que, relatado por Souza (2019, p.75), tem alguns de seus exemplares assolados por problemáticas como a descaracterização.

(...)esse patrimônio arquitetônico ali identificado, o qual, tendo seu período áureo entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, passou a ser alterado, descaracterizado, ou mesmo mutilado, devido ao desconhecimento por parte da população acerca seu valor enquanto história e memória.

Essas mudanças foram se tornando corriqueiras, e presenciamos cada vez mais a sobreposição do novo ao antigo. Essa sobreposição de uma tendência frente a outra vem aumentando a preocupação das pessoas que prezam pelo patrimônio, isto tendo em vista que, em todo o Brasil e principalmente nas cidades do interior, onde muitos dos bens históricos ainda se encontram legislativamente desamparados (leia-se sem amparo legal de proteção).

No município de Picuí, o Sobrado – objeto de estudo deste trabalho, é um bem ainda desprotegido legalmente, por isto existe por parte da autora o sentimento da necessidade da preservação da história e memória deste, que é um exemplar da arquitetura eclética do início do século XX. Estilo que surgiu na Europa, apoiado pela burguesia em ascensão e foi uma vertente da arquitetura que mesclava, em uma



mesma edificação, particularidades de estilos passados. Segundo Bonametti (2006, p.3):

Pode-se definir o ecletismo como o desenho feito em muitos estilos, mais especificamente a prática de selecionar o melhor dentre vários estilos tentando criar um estilo de maior perfeição. Nele percebe-se uma reavaliação de conceitos e teve fator relevante, a revisão dos princípios e valores dos estilos passados.

Este bem histórico picuense traz em sua arquitetura características desta tipologia, a mescla de estilos. Sua composição: fachada azulejada, os gradis de ferro delimitando as ‘varandinhas’ e as pinhas portuguesas coroando a platibanda, são elementos que, ainda no século XXI, retêm os olhares dos admiradores do estilo e estudiosos da área.

Justificativa

O patrimônio cultural tem sofrido ao longo do tempo com descaso (abandono) e falta de reconhecimento (identificação) da população, principalmente quando se tratam de obras localizadas nos interiores dos estados. O abandono financeiro e emocional tem assolado edificações interioranas, exemplares de uma arquitetura que marcaram vidas e épocas, que “carregam” e contam histórias, e que são “encharcadas” de técnicas construtivas, e elementos estéticos e culturais, que não são mais vistos.

Segundo o pensamento de Lira (1997) e Sebastião (1998), citados por Funari (2001, p.3), é também um dos motivos para a deterioração dos monumentos históricos em cidades coloniais a falta de manutenção. Além disto, Funari (2001, p.3) também menciona, como fator para estas degradações, a alienação da população a respeito dos bens históricos, que acreditamos ser um fato associado à ausência de identificação que a pessoas sentem a respeito destes.

É perceptível que dados motivos também se encaixam na problemática de proteção aos bens históricos nas cidades do interior. A falta de manutenção e o pouco, ou nulo, entendimento dos cidadãos sobre a importância dos edifícios históricos tem causado danos a estes. Tais degradações podem ser ocasionadas desde algumas modificações nos bens, até casos extremos, como demolições.

Outro fator é que as edificações interioranas, ainda no século XXI, encontram-se em um grau de submissão aos exemplares localizados nas capitais dos estados. Nestas localidades, concentram-se modelos de diversos estilos, em maiores escalas



e com uma maior visibilidade. Estas características, acreditamos pesar bastante no julgamento, por parte dos órgãos de proteção, no que se refere a relevância das obras e da necessidade de tombamento destas.

É ainda importante salientar, em relação a supremacia de determinadas edificações sobre outras, que ainda de acordo com Funari (2001, p. 3-4):

[...] desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo.

O município de Picuí no interior da Paraíba, não muito diferente de outros municípios do interior, tem seus principais exemplares arquitetônicos pouco valorizados. Alguns já foram demolidos, confirmando a necessidade da educação patrimonial, que poderia evitar tais acontecimentos, pois a falta de conhecimento gera a desvalorização e a perda. O abandono também pode ser representado pela ausência do valor afetivo, este pode salvar inúmeras vezes o patrimônio da especulação imobiliária e de outros agentes que assombram as obras que resistem.

Dentre estas dificuldades, observa-se a ação do tempo e a falta de cuidado. Tais influências podem destruir o bem e sua memória, fazendo com que haja uma perda gradual do que havia sido solidificado ao longo tempo. Por isto, faz-se necessário concretizar o sentimento de pertencimento, apropriação e preservação, estes que podem ser efetivados através de inventários, que registram e divulgam a arquitetura e sua história. Com isto, é esperado que as futuras gerações também possam desfrutar destes conhecimentos.

Na cidade de Picuí, o Sobrado do C. M. L. M. (Coronel Manoel Lucas de Macedo) resiste ao tempo e continua a ser parte essencial da sua paisagem, contando, por meio de sua arquitetura, parte da história do município. Seus detalhes do período eclético brasileiro mostram que a Picuí dos anos 1908, embora pouco avançada economicamente, dispôs de exemplares arquitetônicos tão expressivos e complexos, tendo como parâmetro os modelos até então existentes na cidade.

Considerando todos os pontos, é possível fortalecer e afirmar a preocupação de documentar o sobrado, e através dos registros arquitetônicos, fotográficos e da sua memória eternizá-lo. Como consequência destas medidas de apontamento da obra é esperado que a importância do sobrado seja também elevada ao grau de



pertencimento e que gere um cuidado maior por parte de toda a população, que pode criar/reavivar seu sentimento pelo mesmo, isto que será aliado com a criação de uma página virtual (Instagram) para propagação do conteúdo estudado.

Objetivo Geral

Estudar a história, a arquitetura, e a memória, salvaguardadas pelo edifício histórico Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, localizado no município de Picuí-PB, considerando sua importância afetiva construída pelos cidadãos Picuienses, ao longo de seus 112 anos de existência.

Objetivos Específicos

- Registrar a memória cultural, social, arquitetônica e afetiva do sobrado, ao longo de seus 112 anos de existência;
- Resgatar a importância desta edificação, não somente como elemento arquitetônico e urbanístico, mas também pela importância social, histórica e coletiva;
- Apresentar um registro de seus elementos simbólicos (estruturas, arquitetura, história), aliando o discurso técnico com memória dos moradores e demais cidadãos.

Metodologia

A elaboração do presente trabalho contará com etapas de revisão bibliográfica, pesquisas de campo, levantamentos métricos e fotográficos, além de pesquisa informal acerca da relevância do edifício Sobrado C. M. L. M. para os cidadãos Picuienses.

Inicialmente, com a pesquisa bibliográfica é esperado que o conhecimento a respeito do tema seja aprofundado, com base em artigos, livros, revistas e demais periódicos, visando entender melhor o universo do patrimônio histórico e arquitetônico do bem patrimonial, para fins de fundamentação da tese.

A fase de levantamentos métricos, que resultarão em esboços da planta, e fotográficos tem como principal objetivo registrar e documentar, levando em consideração que o seu desamparo perante legislação pode acarretar futuras



degenerações à obra. Esta etapa também se faz necessária a fim de unificar os relatos históricos com os documentos acerca da obra.

Para compreender o estado atual e os desdobramentos futuros do mesmo, é imprescindível a consulta à legislação vigente, referente aos bens tombados, para fins de avaliação do bem. Neste ponto será levado em consideração também bens já legalmente protegidos pelo Instituto do Patrimônio Históricos e Artístico da Paraíba (IPHAEP) que se encontram em condições semelhantes ao objeto estudado neste trabalho.

Consideraremos a conversa informal¹, levantamento de memórias, narrações pessoais, que buscará demonstrar a importância do bem, não somente como um objeto de interesse patrimonial, mas de apreensão popular, de trato comunitário e afetivo, mostrando a relevância e as memórias afetivas dos Picuienses sobre este.

Como produto final deste trabalho, iremos apresentar também a divulgação virtual do material estudado. Esta proposta é validada, em meio ao 'consumo' rápido de informação trazido pelas redes sociais, o que também nos reporta à inserção de uma linguagem simples e objetiva, que permite não somente a divulgação do que aqui fora apreendido, mas também da democratização da memória do objeto de estudo, da história da cidade e de seus cidadãos.

Estruturação do Trabalho

Considerando tudo o que foi visto até aqui, foi decidido que o trabalho irá se estruturar em 5 capítulos, sendo o primeiro a introdução, no qual será apresentado o tema e a estrutura deste estudo, e o último as considerações finais, em que analisaremos se os objetivos pretendidos foram alcançados. Os demais serão apresentados segundo cada conteúdo como se segue:

O 2º capítulo será constituído por pesquisas e informações que trazem o embasamento teórico para o trabalho. Questões relacionadas ao ecletismo, quando e como o estilo surgiu e principalmente, de que forma aconteceu e se desenvolveu no Brasil e interiores brasileiros, desta forma servindo para contextualizar a obra e a região em que está inserida.

¹ Tendo em vista o período de isolamento social, em virtude da pandemia mundial, não é proposição deste estudo, realizar uma pesquisa populacional com índices regulamentadores dos indivíduos, mas apenas conversas informais que aqueles que se discuem a, livremente, expor suas memórias.



O 3º capítulo será para apresentação do Sobrado do Coronel Manoel Lucas, sua trajetória ao longo dos anos e um estudo mais aprofundado a respeito de seus elementos arquitetônicos, estrutura e implantação. O capítulo contará e servirá como inventário do bem.

O 4º capítulo será o objeto final de estudo que envolve a pesquisa sobre a influência da edificação sobre a população Picuiense. Nesta terceira parte demonstraremos como o Sobrado vem sendo apreendido na vida e nas memórias das pessoas no decorrer do tempo, unindo os relatos à análise técnica pré-estabelecida. Assim, será possível compreender a importância e a representatividade que o bem tem para o cidadão, não somente enquanto um patrimônio de caráter material e edificado, mas no tocante de seu valor sentimental, as memórias que guarda e as vivências que revela.

ECCLETISMO

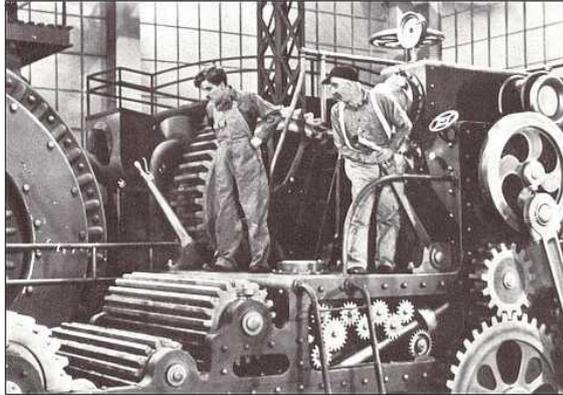
O Ecletismo foi um estilo nascido na Europa entre meados do século XIX e se estendeu por parte do século XX. Porém, é importante mencionar que para alguns autores, como Patetta (1987, p.10), esta tipologia se inicia a partir do século XVIII, época da revolução francesa. Acreditamos que tal informação se dê pelo fato de que este momento histórico desencadeou diversas mudanças no que tange os ideais da população a respeito de questões como expressão e liberdade, pontos que contemplam o ecletismo.

Mas foi com a revolução industrial, iniciada na Inglaterra, que as edificações ecléticas começaram a surgir. Os novos edifícios que passaram a compor as paisagens das cidades podem ser entendidos como frutos deste movimento. A revolução industrial permitiu que o estilo se desenvolvesse, já que agora fatores como a produção em série e a chegada de novos materiais como o concreto, concreto armado, aço, ferro, ferro fundido, facilitavam e diversificavam as formas de construir.

O novo panorama ditado pela revolução industrial e social gerou uma multiplicidade de novos temas edilícios e alterou radicalmente a infraestrutura arquitetônica. O aporte das novas descobertas técnicas favoreceu o aparecimento de uma arquitetura com caráter científico e tecnológico. Ao mesmo tempo, agravou a dicotomia existente entre a arquitetura como ciência e a arquitetura como arte. Os arquitetos, ao utilizar sem preconceitos todos os recursos dos novos materiais e ao explorar as potencialidades das tecnologias para solucionar os novos

tipos de edificação, descobriram os valores das diferentes arquiteturas dos séculos passados (PEDONE, 2005, p.130)

Figura 02: Filme "Tempos Modernos" em 1936, ilustrando o maquinário da primeira revolução industrial.



Fonte: Portos & Mercados².

O acelerado processo de urbanização ocasionado pela revolução industrial, quando a população migra da zona rural e se estabelece nas cidades, passou a modificar modos de vida dos cidadãos europeus. A economia em desenvolvimento (ascendente), com as novidades do mercado, faz com que mude o ritmo e o cotidiano destes, de acordo com Cavalcante e Silva (2011, p. 3) começa um período de excesso de mão de obra barata. Este panorama favorece determinados grupos e reflete as novas oportunidades socioeconômicas destes.

A Revolução Industrial vai além da idéia de grande desenvolvimento dos mecanismos tecnológica aplicados à produção, na medida em que: consolidou o capitalismo; aumentou de forma rapidíssima a produtividade do trabalho; originou novos comportamentos sociais, novas formas de acumulação de capital, novos modelos políticos e uma nova visão do mundo; e talvez o mais importante, contribuiu de maneira decisiva para dividir a imensa maioria das sociedades humanas em duas classes sociais opostas e antagônicas: a burguesia capitalista e o proletariado (CAVALCANTE; SILVA, 2011, p. 4).

Neste contexto, em meio a “turbulenta” revolução industrial, entra em cena a burguesia em ascensão. Com a mudança de cenário, emerge uma classe social que se torna detentora do poderio econômico, e que busca elementos que possam representar seu atual *status*. É então que o ecletismo vem como retentor da solução para tais objetivos. E conforme Schlee (1993, p.14) este estilo “(...)deve ser

² Disponível em: <<https://www.portosmercados.com.br/tempos-modernos-mas-nem-tanto/>>. Acesso em abr. 2020.



encarado como manifestação de uma classe burguesa que se afirmar no poder e necessitava criar seus próprios códigos formais”.

Consolidado por tal camada, o supracitado estilo passa a ser usado por esta na busca de maneiras que demonstrem o seu poder aquisitivo. Assim, o ecletismo que esbanjava nas obras arquitetônicas diversos detalhes (leia-se adornos e estruturas), atraía a atenção pela composição “exótica”. Os detalhes eram pensados com o objetivo de revelar “entrelinhas” as histórias de seus donos ou dos serviços que determinada edificação sediava, é ainda mencionado por Lorenzoni (2015, p. 2) “(...) como “arquitetura falante”, pois se pode ler através desses elementos carregados de significados, a função do edifício”.

(...) coloca-nos de imediato no centro de uma das questões fundamentais do ecletismo- a da representação, a da teatralização da vida. Não é por acaso que sua manifestação mais importante se concentra na fachada. A idéia dominante do século XIX é de que a arquitetura deve ser representativa, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o status de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. E por isso que a decoração se torna um elemento indispensável a ser usado em larga escala, que se multiplica a função ilusionista dos materiais, que o erudito e o pitoresco se mesclam: é necessário sublinhar o caráter de obra de arte total inerente à cidade e nada é mais adequado do que pontilhola de monumentos (FABRIS, 1993, p.134)

De acordo com Lorenzoni (2015, p. 3) estes vários elementos são em grande parte símbolos de outras arquiteturas, que no eclético são mesclados na mesma edificação, desde o mais rebuscado como o barroco, à “simplicidade” do clássico. As edificações com frontões que sinalizavam sua entrada principal, provinham aspectos de magnitude ao edifício; exemplares com floreios na decoração das platibandas, além das novas formas e coroamento destas que se tornaram habituais (ver figuras 02 e 03).



Figura 03: Platibanda da Residência Eclética José Pereira Resende no Goiás, s/d.



Fonte: Vitruvius – Autor Rafael Alves Pinto Junior³.

Figura 04: Platibanda da Residência Eclética José Pereira Resende no Goiás, s/d.



Fonte: Vitruvius – Autor Rafael Alves Pinto Junior⁴.

O eclético pode ser entendido e associado a um despertar de estilos passados, pois ele era isto: o retorno do que havia sido substituído anteriormente – retomando não somente ideias antigas, mas também configurações de culturas e lugares diversos. Porém, por mais que ele tenha trazido um “resgate do passado”, como outros estilos já o fizeram, o ecletismo se diferencia pois ele apresenta-se com uma readaptação ou até mesmo a ressignificação dos elementos, seja pela mescla destes ou pelas novas formas que estavam sendo construídos.

Em arquitetura, Ecletismo designa a atitude dos arquitetos do século XIX que utilizaram elementos escolhidos na história, com a intenção de produzir uma nova arquitetura. Eles se permitiram todas as doutrinas e teorias, pois pretendiam situar a arquitetura no seu

³ Disponível em:<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.234/7568>>. Acesso em abr. 2020

⁴ Disponível em:<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.234/7568>>. Acesso em abr. 2020



tempo. Assim, o Eclétismo não foi uma forma, entre outras, de historicismo. Enquanto o historicismo buscou reviver um passado e construiu representações da história, inscrevendo a arquitetura moderna em um estilo antigo, o Eclétismo usou elementos e sistemas da história para inventar uma arquitetura adaptada aos novos tempos (PEDONE, 2005, p.127).

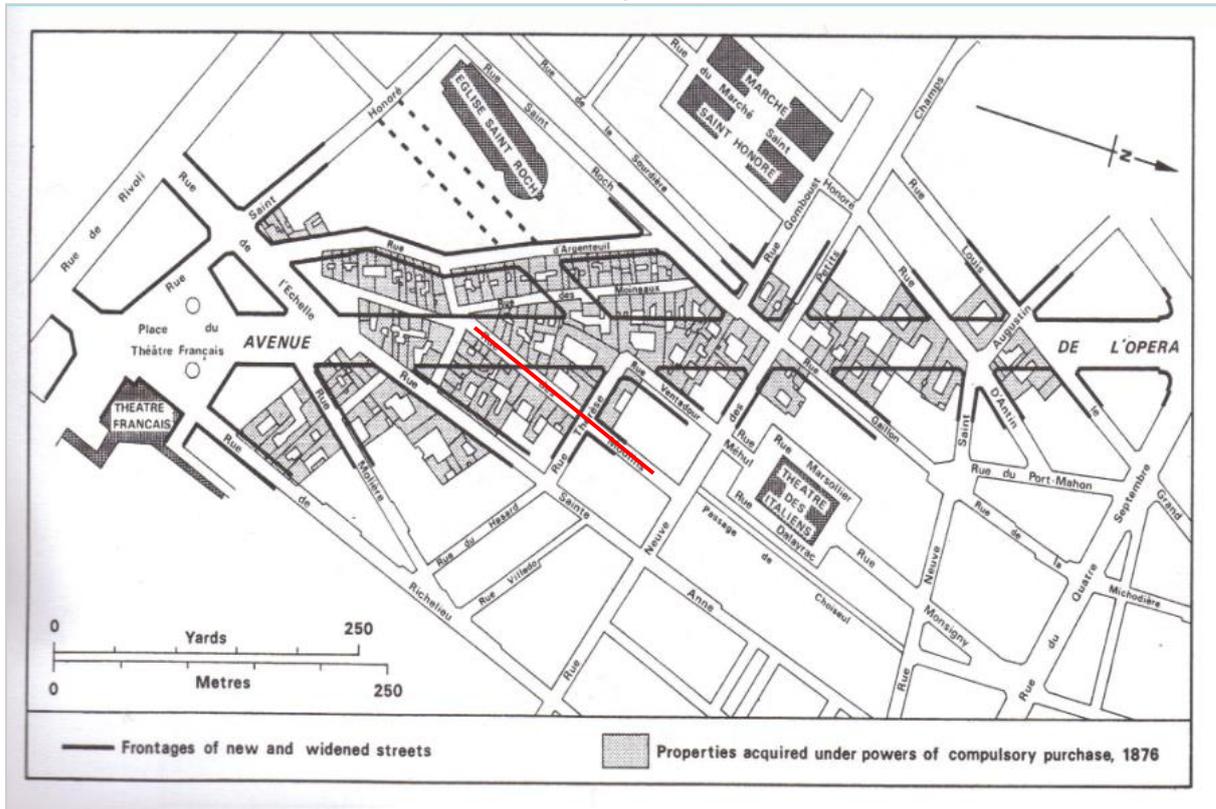
As edificações de estilo eclético se espalharam por toda a Europa e depois pelos demais continentes. O seu ápice foi na França, especificamente em Paris. Foi lá que o eclétismo se desenvolveu por toda a cidade, tornando-se posteriormente um símbolo do urbanismo mundial com os seus famosos “corredores verdes”, ou “*boulevards* parisienses”, que expressam uma preocupação paisagística, e grandes obras como o Palais Garnier, representando os novos tempos que foram instauradas com as reformas na capital francesa.

Ópera Garnier

A Ópera Garnier, ou Palais Garnier, foi uma construção resultante da renovação de Paris. Localizada no centro de cidade a ópera ocupa uma área de 11.000m², é um edifício imponente e foi implantado na convergência de três ruas. Durante as reformas Haussmann propôs modificações, como a da então Rue des Moulins, que viriam futuramente a abrir espaço para a Avenue de L’Opéra (ver figura 05). Esta avenida de quase 1 km é disposta em uma linha reta, composta por calçada largas e nenhuma arborização. Tais medidas fizeram com que a edificação viesse a obter uma maior visibilidade, sendo possível vislumbrá-la mesmo que a uma longa distância.



Figura 05: Mapa do traçado alterado para a abertura da Avenue de L'Opera em 1879, na linha vermelha a demarcação da Rue des Moulins.



Fonte: Paris Unplugged⁵ – Modificada pela autora (2020).

Para Patetta (1987, pag. 23) a Ópera é umas das edificações que: “(...) dominam a cena urbana, emergindo, não tauto em virtude do estilo ou da qualidade arquitetônica, como pela grandeza e pela exaltação das três dimensões”.

Sua fachada principal é voltada para a Place de l'Opéra e para a Avenue de l'Opéra. A nova maneira de construir do ecletismo permitiu ao artista a composição de uma obra repleta de adornos. As estatuas são elementos muito presentes, destacando-se principalmente as duas que estão nas extremidades da dita fachada (ver figura 06), intituladas “A Harmonia” (esquerda) e “A Poesia” (direita), de Charles Gumery. Os detalhes do entablamento com os frisos, as guirlandas e as medalhas vão preenchendo os espaços, compondo e dando significado a todo o conjunto.

⁵ Disponível em: <<https://www.paris-unplugged.fr/le-percement-de-lavenue-de-lopera/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

Figura 06: Ópera de Paris, s/d.⁶Fonte: Ópera World⁷.

A edificação é disposta em grandes volumes que se encaixam e formam uma massa retangular. A simetria e a grandiosidade, características do estilo eclético, estão presentes e podem ser refletidas nos frontões, nas colunas e nos arcos, elementos que remetem ao estilo clássico. O Coroamento da edificação é feito por uma grande cúpula, um dos símbolos do renascimento, coberta de cobre, que adquiriu o tom esverdeado devido a sua oxidação. Os dois pavilhões laterais também recebem a mesma finalização, porém com cúpulas menores.

A magnitude do exterior é concluída com a exuberância do interior da Ópera. É nesta parte que o “exagero” luxuoso do barroco se faz presente. Garnier usou na elaboração desta parte do prédio materiais que pudessem expressar a riqueza do *Palais*. A escadaria monumental de mármore com as balaustradas, e o uso em larga de escala do veludo e do ouro compõe sua arquitetura flamejante.

O requinte da Ópera se difundiu por todo o mundo, e tanto a obra quanto a cidade em si passaram a inspirar inúmeros países. O Brasil foi um destes, o país também aderiu ao estilo eclético nascido com a Paris de Napoleão III. Esta tipologia arquitetônica surgiu inicialmente nas principais e maiores cidades, São Paulo e Rio de Janeiro. O estilo acompanhou, assim como em Paris, grandes reformas urbanísticas, e predominou não só em edifícios grandiosos, mas também na arquitetura residencial.

⁶ Na foto é possível ver as balaustradas, ao invés de gradis, da estação de metrô. O uso deste artifício foi pensado para que não houvesse contraste com a edificação.

⁷ Disponível em: <<https://www.operaworld.es/revolucion-la-opera-paris-atraer-publico-joven/>>. Acesso em 05 de maio de 2020.



O Eclétismo no Brasil

O estilo eclético surgiu no Brasil entre o final século XIX e permaneceu até as primeiras décadas do século XX. Suas diretrizes foram propagadas pela Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, posterior Escola Nacional de Belas Artes, desenvolvida em 1816 com a missão francesa. A academia inicialmente tinha uma didática neoclassicista, estilo que antecedeu o eclétismo no Rio de Janeiro. Com as bases dela surgiram outras instituições, por exemplo, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo –, cidade que também vivenciou a “onda” do eclétismo possibilitada pela sua cultura cafeeira.

Essa nova maneira de construir os edifícios, os modernos materiais e técnicas empregados e, ainda, a estética arquitetônica historicista eclética foram transpostos aos países periféricos como o Brasil. As classes dominantes na região norte, no centro do país e no sul, enriquecidas com as exportações da borracha, do café e do charque, respectivamente, se esforçaram em criar nos espaços coletivos das cidades dessas regiões uma cópia do mundo europeu, sinônimo de desenvolvimento e progresso (VEIGA; JAHNKE; SANTOS, 2014, p. 5).

O estilo se espalhou e se interiorizou pelo país. Estados como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais contam com diversos exemplares do eclétismo, desde a arquitetura institucional à residencial. Nos interiores, mas não apenas nestes, o leque de edificações desta tipologia é composto em sua maioria por edifícios que não foram construídos no período, contudo, passaram por alterações e acréscimos de elementos que não condizem ao estilo original, concedendo a estes o título de edificações ecléticas.

No final do século XIX e início do século XX predomina no país a arquitetura de estilo eclético. As construções novas e algumas casas já existentes sofrem transformações na implantação no lote urbano e na composição de alguns elementos de fachada, mantendo, no entanto, a simetria na distribuição dos vãos de portas e janelas. Outras apresentam alterações apenas na ornamentação da fachada. A planta baixa apresenta a mesma estrutura de distribuição dos ambientes que, no entanto, apresentam recuos frontais e/ou laterais. Os beirais da arquitetura colonial, que jogavam águas pluviais diretamente no passeio público, são substituídos por platibandas, com recolhimento das águas através de calhas metálicas (FIGUEIREDO; VARUM; COSTA, 2012, p. 50)



Figura 07: O palacete do barão de São Luis na Praça Cel. Pedro Osório em Pelotas-RS, 2019. É possível ver o espaço do jardim e o porão alto, características do Ecletismo.



Fonte: Elementos funcionais e ornamentais da arquitetura eclética Pelotense: 1870-1931. Ferragens.⁸

Como dito anteriormente, grande parte das obras mais conhecidas da arquitetura eclética brasileira concentram-se nas grandes metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo. Edificações, como os seus Teatros Municipais, foram visivelmente influenciados pelas novidades que aconteceram na Europa. Deste modo, tendo isto como parâmetro, é possível afirmar que o ecletismo brasileiro foi a representação do que havia sido vivenciado em Paris durante o segundo império.

Assim como na capital Francesa, o Rio de Janeiro também passou por grandes mudanças na sua estrutura urbana, e para Del Brenna (1987) citada por Souza (2019, p. 32) “estas obras (...) marcam, de um lado, o ponto culminante do ecletismo arquitetônico”. Estas renovações urbanísticas aconteceram entre os anos de 1902-1906, quando a cidade carioca ainda era a capital brasileira. As medidas foram promovidas pelo atual prefeito Francisco Pereira Passos, e estas foram semelhantes, como reformulações de avenidas e ruas, as mudanças urbanísticas que Haussmann efetuou em Paris no século XIX.

Era fundamental dar à capital um ar cada vez mais cosmopolita, retomando tradições antigas e eliminando a mancha da escravidão que em muito contribuía, na visão de alguns, para dar à cidade um ar colonial. A ebulição em torno de uma cidade capital moderna, assentada em bases novas, se intensifica na década de 1870

⁸ Disponível em: <<https://ecletismoempelotas.files.wordpress.com/2010/11/elementos-funcionais-e-ornamentais-da-arquitetura-eclética-pelotense-1870-1931-ferragens.pdf>>. Acesso em 09 de maio de 2020.

quando se constituem as comissões de melhoramentos e se torna fundamental reformar o porto do Rio de Janeiro, como modo de intensificar a economia e os negócios com os mercados internacionais (RODRIGUES; MELLO, 2015, p. 22).

As alterações na malha urbana da cidade, que enfrentava sérios problemas viários e sanitários, ocasionaram a destruição de inúmeros bens patrimoniais descendentes do período colonial. A derrubada de edificações visava a construção de novas vias e extinção de vielas e becos. O ápice destas reformas urbanísticas foi a abertura da conhecida Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no centro. Nesta o ecletismo proliferou e lá estão a Biblioteca Nacional (ver figura 08), o Banco Central e outros vários prédios ecléticos.

Figura 08: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: Catraca Livre⁹.

Sobrados Ecléticos da Rua Uruguaiana – Rio de Janeiro

Dentre os exemplos de desenho urbano transformado estava a Rua Uruguaiana, anterior Rua da Vala, na cidade do Rio de Janeiro. Um dos espaços mais antigos da cidade, passou por melhorias e teve sua configuração inicial alargada. Como consequência destas modificações, o logradouro passou a ser mais valorizado e a receber novos edifícios. Estes eram mais robustos e modernos, revelando as novidades arquitetônicas que surgiam, abarcando as construções já existentes. Entre os edifícios é possível encontrar sobrados ecléticos que compõem sua paisagem.

⁹ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/agenda/biblioteca-nacional-visita-gratuita-rio/>>. Acesso em 11 de maio de 2020.



Os sobrados são tipologias construtivas muito presente na arquitetura brasileira desde os tempos de colônia, e conforme explicado por Aragão (2017, p. 2016) estas edificações eram comumente habitadas por pessoas com maiores condições financeiras. Com dois ou mais pavimentos e várias portas e janelas, a maioria deles se estendem pelo lote ocupando a maior área possível. Parte dos sobrados da Rua Uruguaiana no Rio de Janeiro surgiram com a reforma urbanística que promoveu o alargamento desta, que segundo Paoli (2013, p. 29) “teve sua largura ampliada de 6,00 m para 17,00m”.

Figura 09: Alargamento da Rua Uruguaiana, 1905. Lado par (esquerdo) e lado ímpar (direito).



Fonte: Alma Carioca¹⁰.

O lado ímpar da via foi o escolhido para abrir espaço para as novas dimensões. Neste processo relatado por Paoli (2013, p. 31-32) existiram acordos por partes dos proprietários dos lotes com a prefeitura. Alguns dos moradores não estavam dispostos a fornecer seus terrenos, por isto foi acordado que eles poderiam permanecer com os seus prédios, porém parte do solo seria cedido para que o alargamento fosse efetuado. Alguns destes prédios continuaram com a mesma configuração, com mudanças apenas nas porções frontais decorridas da demolição para liberação do espaço.

(...)os edifícios que puderam ser “cortados” eram edifícios que atendiam os padrões da nova arquitetura num quesito considerado pela Prefeitura fundamental: a largura dos lotes. Esta largura permitia a produção de edifícios maiores, condizentes com a imagem de opulência que se queria produzir para a cidade naquele momento. Por outro lado, esta adaptação era possível porque a produção do

¹⁰ Disponível em: <<https://almacarioca.wordpress.com/page/23/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

novo apresentava fortes traços de continuidade em relação à arquitetura preexistente – no número de pavimentos das edificações, nas tipologias de plantas e fachadas, nas técnicas construtivas empregadas, nos materiais de construção (PAOLI, 2013, p. 34).

Com isto muitas fachadas foram alteradas, configurando um ecletismo de exterior da edificação, e até mesmo prédios inteiros já que também ocorreram demolições totais. O lado par, também passou por reformas, mas não tão intensas quanto o lado ímpar. Este cenário de remodelações e novas construções, algumas em lotes mais largos devido aos remembramentos, sediaram uma nova arquitetura baseada nas tendências do exterior, o ecletismo. A arquitetura eclética começou então a ser praticada nos sobrados da Rua Uruguaiana. Os excessos de detalhes e a junção de estilos podiam ser vistos por toda sua extensão.

Figura 10: Sobrados ecléticos do lado ímpar da Rua Uruguaiana, 2011. Em vermelho a técnica de bossagem na fachada, muito utilizada em edificações ecléticas.



Fonte: PAOLI, 2013, p. 33¹¹.

As platibandas, as simbologias nos ornamentos, bossagem nas paredes, arcos nas portas, frontões, gradis de ferro, balaústres e frisos são alguns elementos presentes nos sobrados. A Rua Uruguaiana é uma das mais puras representações do estilo quando aplicado nas edificações residenciais, construções pensadas e idealizadas com o partido da modernidade, que se tornaram no século XXI pontos diferenciais e que particularizam esta parte da cidade.

¹¹ Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcri/uma-outra-cultura-de-edificar-a-producao-da-nova-arquitetura-no-rio-de-janeiro-das-15-reformas-urbanas-de-pereira-passos-1902-1906/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.



Figura 11: Sobrados, do lado ímpar, 2011. Repletos de ornamentos como frontões e balaústres nas varandas.



Fonte: PAOLI, 2013, p. 40¹².

Figura 12: Lado par da Rua Uruguaiana, 2011. Nota-se que este lado se concentram os sobrados em lotes mais estreitos.



Fonte: PAOLI, 2013, p. 41¹³.

Exemplos como os sobrados e o ecletismo da Rua Uruguaiana estão por todo o Brasil. O estilo sempre envolto em questões que dizem respeito à novas perspectivas e mudanças, é levado como a representação das situações atuais vividas pelas cidades. Assim como o Rio de Janeiro, a Paraíba também anuiu ao estilo e detém diversos exemplares, a exemplo o Teatro Santa Rosa, Tribunal de Justiça do Estado, residências como o Casarão dos Azulejos, localizados na capital paraibana, e outros mais espalhados por todo o estado.

¹² Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/uma-outra-cultura-de-edificar-a-producao-da-nova-arquitetura-no-rio-de-janeiro-das-15-reformas-urbanas-de-pereira-passos-1902-1906/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

¹³ Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/uma-outra-cultura-de-edificar-a-producao-da-nova-arquitetura-no-rio-de-janeiro-das-15-reformas-urbanas-de-pereira-passos-1902-1906/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.



Ecletismo na Paraíba

A arquitetura eclética da Paraíba surgiu após o período neoclássico, este que perdurou sobre a segunda metade do século XIX. Foi possibilitada pela alta prosperidade econômica advinda de atividades como o cultivo da cana de açúcar e depois, principalmente, do algodão. As edificações ecléticas no estado vigoraram entre o final do século XIX e parte do século XX. A capital – João Pessoa –, desenvolveu muitas construções nos moldes do estilo, que eram relativas ao simbolismo da modernidade que vivenciava, é o caso do Coreto da Praça Venâncio Neiva (ver figura 13).

Figura 13: Coreto da Praça Venâncio Neiva, 2007¹⁴.



Fonte: Flickr – Autor Eulampio Duarte¹⁵.

Construído no ano de 1917, o coreto foi objetivado como fonte de embelezamento da cidade. Outros espaços públicos também surgiram neste período, lugares como as praças, que representavam as mudanças de hábitos da sociedade antes enrustida nos costumes coloniais. Segundo Silva (1997, p. 174), em relação ao início do século XX, a cidade tornou-se "(...) mais espaçosa no Centro, com jardins, praças e coretos, para onde fluíam as pessoas a fim de se encontrarem e se divertirem, saindo então das casas e das igrejas".

Além disto João Pessoa também passou por expansões territoriais, acontecimento que desencadeou o surgimento de muitas edificações com base na cultura higienista, reflexo do ecletismo. Casarões como os da Rua das Trincheiras,

¹⁴ Circulado por balaústres que remetem ao período renascentista e colunas dóricas sustentando a arquitrave repleta de tríglifos que são referências a arquitetura greco-romana.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/valedaneblina/4185152330>>. Acesso em 22 de maio de 2020.



acolhiam as elites, que saíam das suas casas geminadas no centro da cidade. Verdadeiros palacetes, eram edificados isoladamente no lote, com muitas janelas e portas que propiciavam um ambiente com maior ventilação e iluminação; na área externa os jardins particulares eram um encanto a parte.

Figura 14: Casarão eclético na Rua das Trincheiras em João Pessoa – PB, 2017¹⁶.



Fonte: Google Street View¹⁷.

Em contrapartida as cidades do interior, no século XX, conheciam uma nova rede ferroviária que viria a trazer muitos benefícios. Nesta época a implementação do trem atuava na facilitação do transporte de produtos, e junto a isto proporcionava a interações entre pessoas de diferentes localidades. De acordo com Mello (2005, p. 44) citado por Souza (2019, p. 13) “a vida social e cultural era um reflexo da chegada dos trilhos, que encurtava distâncias, escoava a produção, trazia cultura e modificava os costumes”.

Alagoa Grande e Campina Grande foram algumas destas cidades, já que tinham uma forte agricultura voltada à produção algodoeira, nas quais a rota férrea as tornou cidades “anfitriãs”. As novidades arquitetônicas chegavam com as pessoas, e ambas localidades começaram a produzir uma arquitetura ‘de mescla de estilos’. Embora a primeira tenha se sobressaído especialmente com exemplares do estilo Art Déco, conta ainda com construções ecléticas. A segunda tem seu centro

¹⁶ Dentre os elementos da sua composição estão o porão alto, frontão decorado e colunas dóricas em relevo, estas são algumas das características muito presentes na arquitetura eclética.

¹⁷ Disponível em:< <https://www.google.com.br/maps/@-7.1270983,-34.884615,3a,75y,255.37h,90.67t/data=!3m6!1e1!3m4!1sNA8YmLr6u133McpkSB0cKQ!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em 22 de maio 2020.



histórico tombado pelo IPHAEP, e este é composto em sua maioria por exemplares do ecletismo.

Figura 15: Residência Eclética em Campina Grande – PB, 2018.



Fonte: Retalhos de Campina¹⁸.

Figura 16: Sobrados ecléticos em Alagoa Grande - PB, 2019. Entre eles o sobrado de azulejos portugueses e arcos ogivais que remetem ao estilo neogótico.



Fonte: Acervo de Geórgia Maria Ribeiro de Souza¹⁹.

Ao decorrer dos anos a maioria das cidades paraibanas passaram a utilizar como exemplo em suas construções as práticas do estilo. As inovações referenciadas na arquitetura europeia tornaram-se cada vez mais presentes. Ao contrário do início, quando atendia apenas a burguesia, segundo Souza (2019, p. 32-33) o ecletismo no Brasil foi adotado por muitas camadas sociais. E desenvolveu

¹⁸ Quinhentos anos da casa brasileira: Transformações arquitetônicas na cidade Campina Grande. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18211>>. Acesso em 23 de maio 2020

¹⁹ ALAGOA GRANDE: Um registro do seu patrimônio arquitetônico. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15810>>. Acesso em 23 de maio 2020.



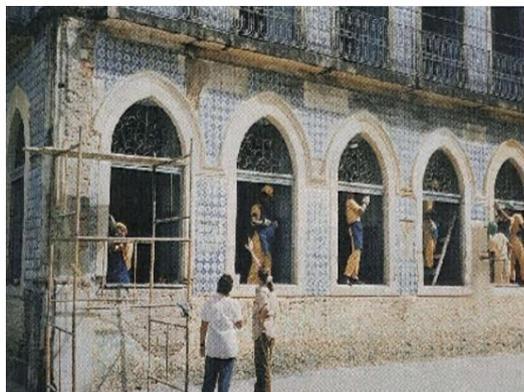
desde edificações completas até, apenas, pequenos acréscimos em detalhes nas fachadas. O ecletismo foi então disseminado na Paraíba, ocorrendo principalmente nos exteriores dos edifícios. Porém, novas construções, mesmo mantendo uma implantação colonial, traziam as novidades arquitetônicas ecléticas, é o caso do Sobrado dos Azulejos em João Pessoa.

Casarão dos Azulejos – João Pessoa

Datado do final do século XIX, compõe o acervo do centro histórico da capital paraibana. Com uma localização privilegiada, na Rua Conselheiro Henrique, estando a lateral do sobrado de frente a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Rua Visconde de Pelotas). Tombado pelo IPHAEP em 26 de agosto de 1980, o sobrado de dois pavimentos foi inicialmente residência do Comendador Santos Coelho e sua família. Durante anos abrigou outros usos, entre eles um restaurante.

Estas atividades geraram degradações, fazendo com que, posteriormente, esta necessitasse de procedimentos de restauro. Em 1995, o Governo do Estado associado a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, iniciaram as primeiras restaurações que viriam a restituir a integridade estrutural do Casarão dos Azulejos. Em 2017 houveram novos procedimentos com a mesma finalidade, estes por parte do IPHAEP e da Secretaria de Cultura do Estado.

Figura 17: Restauração no Casarão dos Azulejos feita pela Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa em 1995.



Fonte: UNISANTOS²⁰.

²⁰ Disponível

em: <<https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos325b.html?cod=77&bibliografia=1&>>. Acesso em 24 de maio 2020.



Com as duas principais fachadas (Rua Conselheiro Henrique e Rua Visconde de Pelotas) cobertas por azulejos azuis portugueses, vindos da fábrica de Devezas na cidade do Porto - PT, o casarão chama atenção e desponta como um dos exemplares ecléticos mais bonitos da Paraíba. Com implantação tipicamente colonial, sem recuos, conta apenas com um pequeno “jardim” em uma de suas laterais. Neste edifício o ecletismo aparece principalmente em detalhes externos. Suas portas e janelas são emolduradas por uma série de arcos ogivais, que fazem menção a arquitetura gótica (ver figura 18).

Figura 18: Portas com caixilharia envidraçada do segundo pavimento do Casarão dos Azulejos em João Pessoa, s/d.



Fonte: Porcelana Brasil²¹.

O ferro é um material muito presente, estando nas bandeiras das esquadrias, nos guardas corpos das sacadas (ver figura 18) e no portão de acesso ao “jardim”, este ainda demarcado por um arco pleno originário da arquitetura romana e ladeado por volutas, que são símbolos do período barroco (ver figura 19), assim como os azulejos. Compõe também as fachadas representações de colunas dóricas que junto as cornijas no entablamento demarcam os pavimentos. A platibanda, além da decoração azulejada, tem detalhes de folhas em relevo e é finalizada por pináculos.

²¹ Disponível em:<<http://porcelanabrasil.blogspot.com/2012/06/>>. Acesso em 24 de maio 2020.



Figura 19: O Casarão dos Azulejos - Vista da Rua Conselheiro Henrique. Voluta demarcada no círculo vermelho, s/d.



Fonte: Acervo digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Modificado pela autora (2020)²².

Este exemplar eclético composto por características de arquiteturas diversas, e construído com materiais e símbolos do ecletismo, demonstra o avanço da arquitetura paraibana rumo a modernidade que foi preliminarmente propalada no Brasil nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Figura 20: O Casarão dos Azulejos – Vista da Rua Visconde de Pelotas, s/d.



Fonte: Portal da Cultura²³.

²² Disponível

em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&filtertype_0=title&filtertype_1=format&filtertype_2=spatial&filter_relational_operator_1>equals&filter_relational_operator_0>equals&filter_r_2=Jo%C3%A3o+Pessoa%2C+Para%C3%ADba+%28PB%29&filter_1=Fotografias&filter_relational_operator_2>equals&filter_0=Sobrado+do+Comendador+Santos+Coelho>. Acesso em 24 de maio de 2020.

²³ Disponível em: <<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/2009/02/10/sala-tomas-santa-rosa-em-joao-pessoa-abre-pauta-para-exposicoes/>>. Acesso em 24 de maio de 2020.



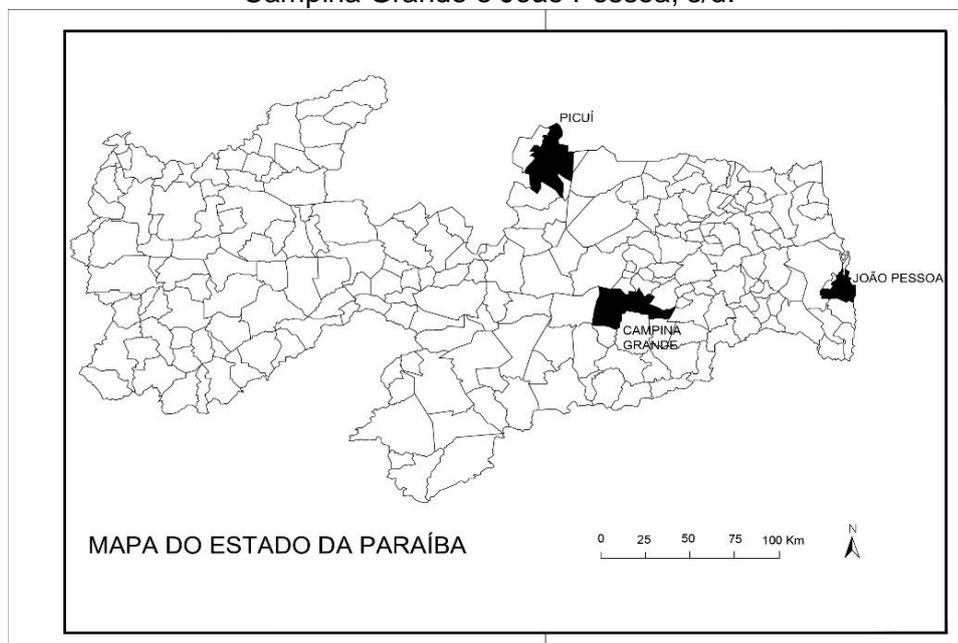
Como mencionado anteriormente, esta forma de arquitetura se espalhou por todo o Brasil, atingindo todos os públicos. Edificações com morfologia análoga ao Casarão do Azulejos estão por várias cidades, fato que se comprova através nosso objeto de estudo, o Sobrado C. M. L. M. na cidade de Picuí - PB, este que se assemelha em múltiplos aspectos com o edifício supramencionado.

O SOBRADO DO CORONEL MANOEL LUCAS DE MACEDO

Picuí e o cel. Manoel Lucas de Macedo

O município de clima característico semiárido quente compõe a região centro norte do estado, e está especificamente na microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Situada a uma distância de 244 km da capital – João Pessoa, fazendo divisa com o estado do Rio Grande Norte com a cidade de Carnaúba dos Dantas. De acordo com o censo do IBGE do ano de 2010, a cidade conta com 18.222 habitantes, distribuídos entre a zona urbana (aproximadamente 66%) e zona rural (aproximadamente 34%).

Mapa 01: Mapa do Estado da Paraíba com demarcações das cidades de Picuí, Campina Grande e João Pessoa, s/d.



Fonte: Prefeitura Municipal de Picuí – Modificado pela autora (2020).



Conhecida nacionalmente como “A Terra da Carne de Sol”, devido à grande demanda de exportação do produto, foi a princípio um dos lugares referenciais ao que tange as questões de extração de minério entre o final do século XIX e parte do século XX. Tornando a cidade conhecida não apenas em território nacional, mas por diversos países. ²⁴ Acredita-se ter sido, se não a maior, uma das principais fontes econômicas ofertadas aos munícipes e pessoas de outras nacionalidades que chegavam a Picuí.

A povoação da área onde viria a ser futuramente o município iniciou-se no ano de 1704, quando personalidades como D. Isabel Câmara, Capitão Antônio de Mendonça Machado, Alferez Pedro de Mendonça Vasconcelos e Antônio Machado requisitaram partes de terras desta região. Posterior a esta aquisição, em meados do século XVIII, já havia por parte de diferentes famílias novas apropriações pelos arredores territoriais, a exemplo citamos a área onde situa-se o município de Pedra Lavrada - PB, que pertenceu a Picuí até o ano de 1959. Entre citadas famílias estão nomes como os Ferreira, Estrela e Macedo.

Ainda em meados do século XIX, a presença do Rio Picuhy (Pucuhy), sempre abundante em água – e a existência de uma estrada bem próxima do local em que está edificada a cidade, fez com que já nos idos de 1840 houvesse um agrupamento de casas de vivenda no local (AGRA, 2014, p. 36).

Estas famílias ficaram conhecidas como membros fundadores do pequeno povoado São Sebastião do Triumpho, posteriormente apenas Triumpho, atual cidade de Picuí – PB. O povoamento em massa da área onde é o centro da cidade foi iniciado a partir da construção da capela (ver figura 21) de São Sebastião, padroeiro da cidade. Tal feito foi ocasionado após um grave surto de cólera-morbo em 1856, doença que atingiu a Paraíba e outros vários estados brasileiros, entre eles os vizinhos Rio Grande do Norte e Pernambuco.

²⁴ A cidade tinha grandes reservas de minerais rochosos, fato que fez com que a região começasse a receber visitantes e especialistas da mineração de diferentes países no final do século XIX. Entre estes alguns franceses, como o Jules Destord. Fato, acredita-se a autora, que pode explicar a chegada das influências da arquitetura eclética em Picuí tão cedo.



Figura 21: Fotografia feita a partir de uma das extremidades da antiga Rua Coronel Lordão, s/d²⁵.



Fonte: Acervo pessoal de Jônatas Rodrigues.

A epidemia foi responsável por incontáveis mortes. Segundo Agra (2014, p. 38) “na província de Pernambuco a taxa de mortos entre 1855 e 1856 atingiu números exorbitantes: cerca de trinta e sete mil”. Em meio a tudo isto, a cólera chegou à província da Parahyba do Norte em 1855, e não demorou a atingir a região onde está a cidade de Picuí, causando uma situação caótica.

Foi neste contexto, e desesperados por alguma solução que cessasse o aumento desenfreado de mortes que estavam acontecendo, que os maiores fazendeiros da circunvizinhança se reuniram e fizeram um “voto” ao Santo Mártir para que ele livrasse a população daquele mal. De acordo com autor Abílio César de Oliveira (1963, p. 17), fosse por milagre ou por mera coincidência, a partir daquele dia não houve mais mortes no local.

A capela de São Sebastião, fruto da promessa, tornou-se após alguns anos a atual Igreja Matriz (ver figura 22), esta que é uma edificação eclética. Na sua composição é possível encontrar elementos como a torre e os arcos ogivais que remetem ao estilo gótico, os pequenos frontões, marcos da arquitetura greco-romana, guarda corpos com balaústres, símbolos da arquitetura renascentista, volutas do estilo barroco e a platibanda decorada. Estas construções foram

²⁵ É possível visualizar ao fundo a antiga capela de São Sebastião, finalizada no ano de 1957, com fortes características do estilo barroco. Este modelo permaneceu até o ano de 1910. A foto também nos mostra várias edificações da rua. Dentre estas, no lado direito da foto está o sobrado de três pavimentos do Coronel Manoel Lucas de Macedo.



primordiais para que a área começasse a ser povoada pontualmente onde, no século XXI, é o núcleo central urbano de Picuí.

Figura 22: Atual Igreja Matriz de São Sebastião, s/d.



Fonte: Mapio.net – Autor Vicente A. Queiroz²⁶.

Em decorrência ao povoamento surgiram as primeiras ruas da cidade, estas que são ligadas a matriz, são elas: Praça João Pessoa (antiga Coronel Lordão), a Rua São Sebastião e a Rua Ferreira de Macedo.

Picuí tem como certidão de nascimento a epidemia de cólera-morbo que se abateu sobre a região no ano 1856 – talvez sem a existência dessa epidemia, a sua história fosse outra, ou talvez sequer o município existisse (AGRA, 2014, p. 37).

Depois de se tornar povoado, foi elevado à categoria de vila pela Lei Provincial nº 876, de 27 de novembro de 1888, passando a chamar-se Villa do Picuhy. Sendo o título oficializado no ano de 1889. Após isto, foi possibilitado pela proclamação da república, a abertura do Conselho da Intendência Municipal da Villa do Picuhy, o qual tinha sido nomeado como presidente o Cel. Manoel Lucas de Macedo.

Descendente dos fundadores da cidade, foi neto de Antônio Ferreira de Macedo e filho do Cel. José Ferreira de Macedo. Estes que foram indivíduos primordiais para a definitiva ocupação da área, contribuindo na construção da capela, e na concretização do povoado.

²⁶ Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-26585254/>>. Acesso em 08 de jun. 2020.

Efetivamente, foi José Ferreira de Macedo quem, além da promessa, teve a iniciativa da construção da capelinha (...). A primeira casa residencial foi por êle construída, no alinhamento do novo povoado. E, aí, instalou o primeiro estabelecimento comercial, chamado “A venda grande”. Ocupou o cargo Fiscal e conseguiu trazer para o povoado o primeiro mestre-escola, o primeiro costureiro de roupas masculinas e o primeiro mestre de música (OLIVEIRA, 1963, p. 25).

Membro de uma família responsável por tantos feitos, o Cel. Manoel Lucas de Macedo também se destacou em seu papel como cidadão atuante. Na carreira política foi presidente do 1º Conselho da Intendência Municipal da Villa, e quando o sítio teve a categoria elevada e tornou-se o Município de Picuhy²⁷ foi o primeiro prefeito deste. A eleição ocorreu em 1904, no dia 31 de dezembro. Seu mandato teve início no ano de 1905, e perdurou até 1913.

O coronel Manoel Lucas de Macedo é descrito por Oliveira (1963 p. 26) como uma das pessoas mais inteligentes, energéticas e arrogantes de sua época. Também faz referências a sua atuação quando chefe político, o descrevendo como alguém sem hesitações para enfrentar e realizar seus planos administrativos. Em cunho pessoal, andava sempre bem vestido e penteado, foi casado com D. Tereza da Conceição Macedo, mas o relacionamento não gerou filhos.

Figura 23: Coronel Manoel Lucas, primeiro prefeito do Município de Picuí, s/d.



Fonte: Portal Picuí Hoje²⁸.

²⁷ Picuí tornou-se município pelo o decreto nº 232, de 27 de fevereiro de 1904.

²⁸ Disponível em: <<https://www.portalicuihoje.com.br/2016/03/112-anos-de-emancipacao-politica-de.html?m=0>>. Acesso em 29 de junho de 2020.



Com tais características não é de ser admirar que este homem foi responsável por construir uma das mais belas residências até então vistas na cidade. O Sobrado de Azulejos lhe pertenceu até a sua morte em 1919. Segundo Agra (2014, p. 78), em referência ao século XX, “na Rua Coronel Lordão (...) a construção mais suntuosa da rua principal era o sobrado do Coronel Manuel Lucas”.

Ainda de acordo com informações colhidas pela mesma autora (2014, p. 79) a iniciativa da construção do sobrado foi através de uma “rixa” entre o Cel. Manoel Lucas com o seu primo e cunhado Cel. Antônio Xavier, este que também é dono de um belo sobrado eclético (ver figura 24), que se encontra na Rua Ferreira de Macedo.

Macedo conta que quando Coronel Antônio Xavier construiu um sobrado (...), no ano de 1900, Coronel Manoel Lucas disse: “- Esse negro, fazer um prédio desses? Eu vou fazer um melhor”. E realmente construiu um sobrado todo em estilo português²⁹, mandando buscar os azulejos de Portugal, que chegaram ao porto de Recife e foram remetidos à Villa do Picuhy no lombo de jumentos, concluindo o sobrado em 1908 (AGRA, 2014, p. 78).

Figura 24: Sobrado Coronel Antônio Xavier, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Contextualização urbanística de Picuí e do sobrado

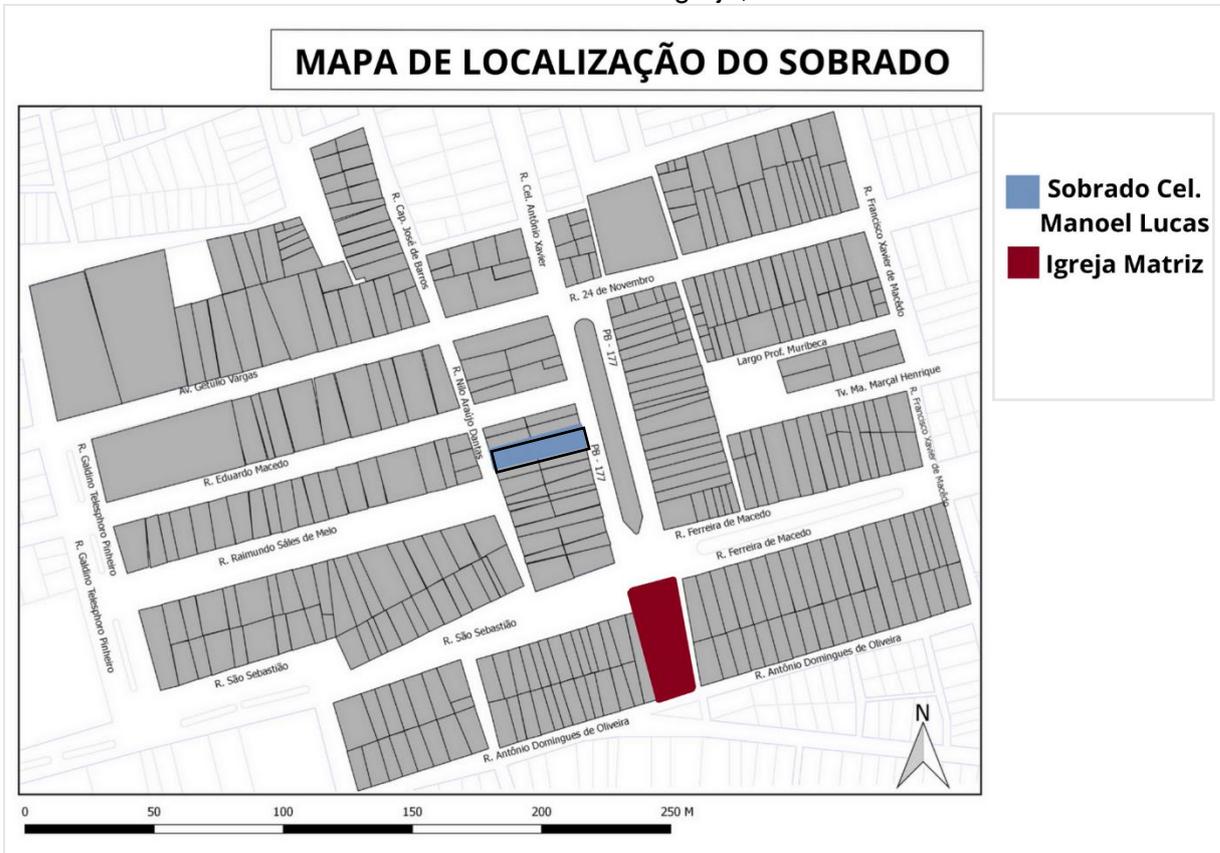
O prédio conhecido como o Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo está localizado as margens da Praça João Pessoa na cidade de Picuí – PB, especificamente no lado esquerdo, tendo como referência a vista a partir da Igreja Matriz de São Sebastião. Construído em uma das primeiras vias surgidas no

²⁹ Durante as reformas do sobrado, no ano de 2019, foi descoberto que na verdade os azulejos são franceses.



município, esta que é ainda no século XXI uma das principais artérias viárias da cidade.

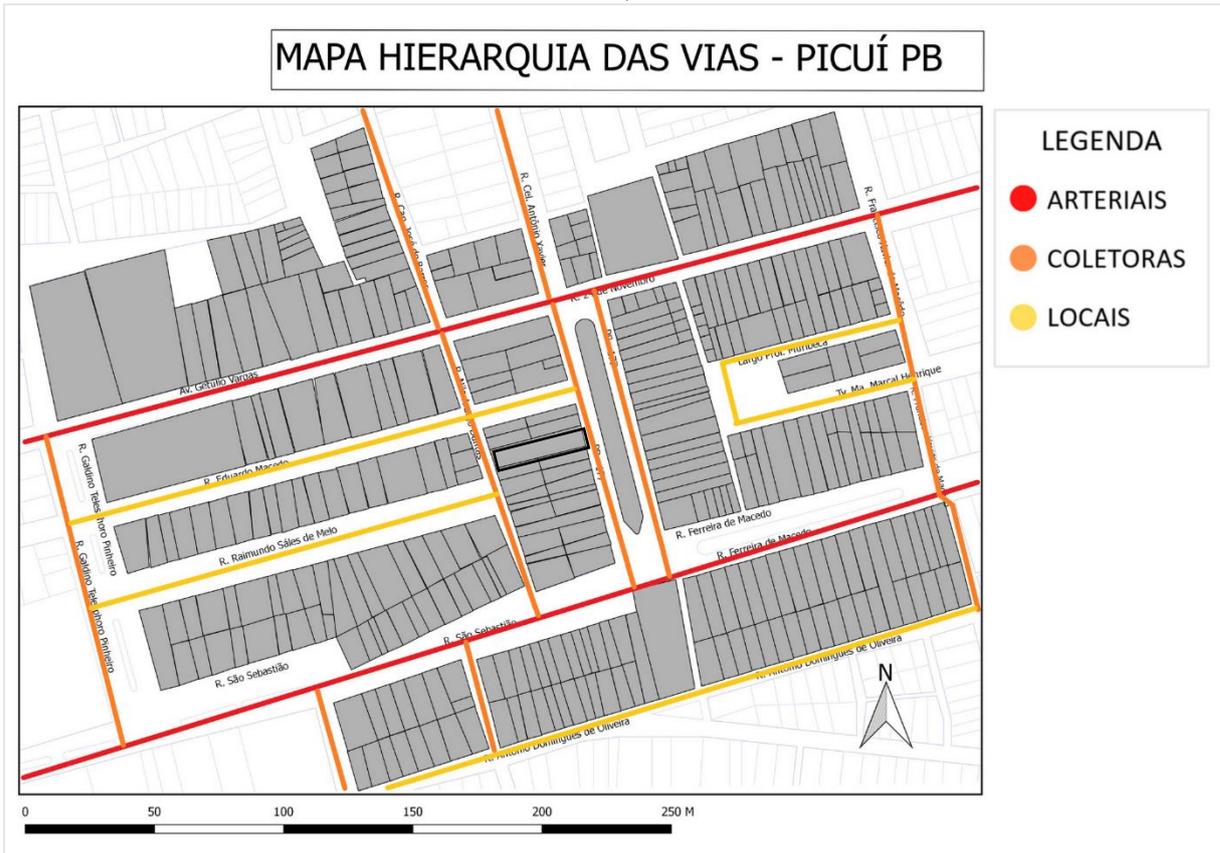
Mapa 02: Localização do prédio Sobrado do Coronel Manoel Lucas, com demarcação do lote do sobrado e da igreja, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.



Mapa 03: Mapa de hierarquia das vias da cidade de Picuí, com demarcação do lote do sobrado, 2020

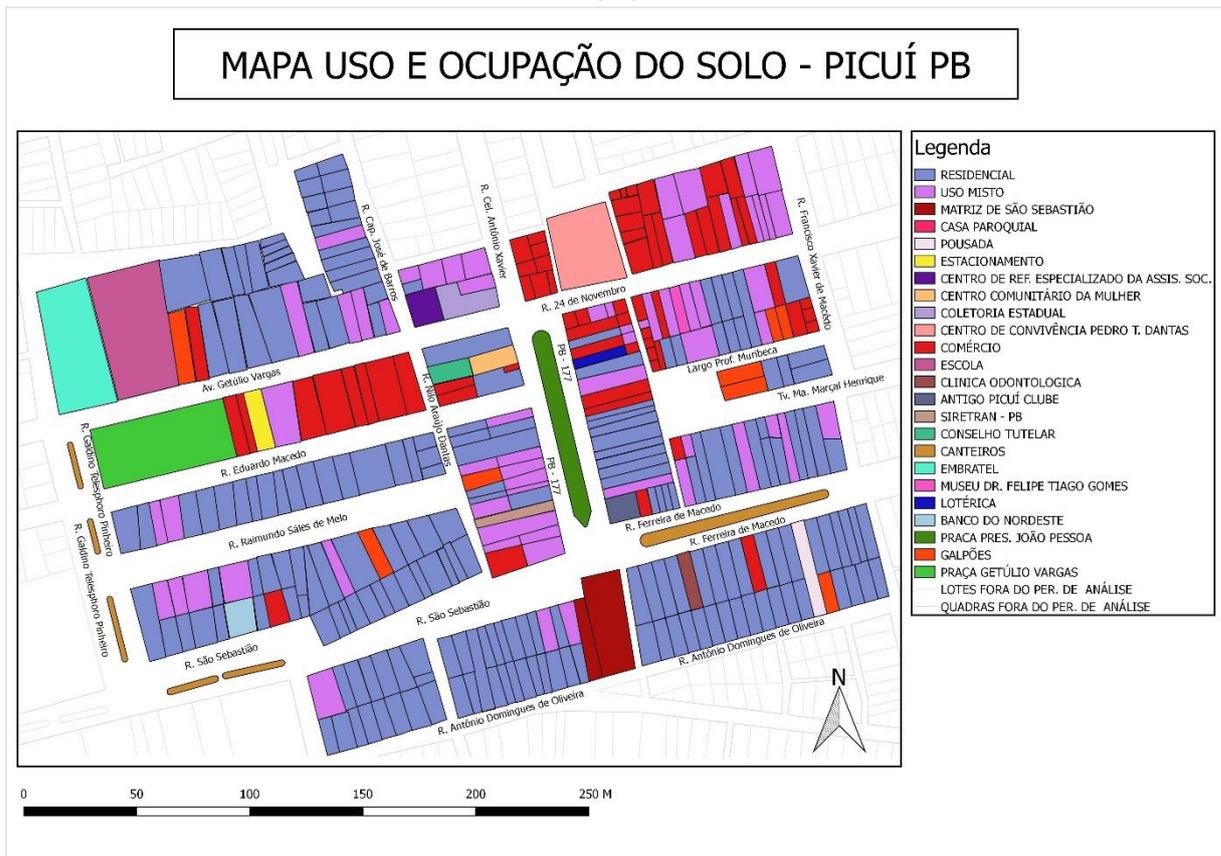


Fonte: Acervo pessoal da autora.

Devido à forte predominância de lotes com usos comerciais e públicos, e também por ser ponto central estando entre vias de interligação de bairros, esta área tem o fluxo viário intenso. Isto acontece principalmente entre a segunda e o sábado, amenizando apenas aos domingos e feriados, por consequência do fechamento dos comércios e instituições.



Mapa 05: Mapa de Uso e Ocupação do solo, com demarcação do lote do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Na via onde se situa o sobrado existe uma mescla ao que se refere a tipologia das edificações. No entanto nas ruas que ladeiam o prédio, entre estas as Ruas Ferreira de Macedo e São Sebastião o uso residencial predomina. Nestes logradouros, principalmente na primeira, a incidência de casas históricas é maior. Fato avaliado com base nos conhecimentos da autora em relação ao restante da cidade.

Porém, é importante mencionar que o acervo histórico arquitetônico picuense, consideravelmente minguado, vem a diminuir cada vez mais. Isto devido às destruições e descaracterizações que acontecem nos prédios (ver figura 25). Existem ainda os sobreviventes, e dentre estes se encontram alguns exemplares da arquitetura eclética. Edificações que representam em grande parte o que foi o ecletismo do interior.



Figura 25: Nesta comparação de antes e depois da rua em que situa-se o sobrado podemos ver que a maior parte dos edifícios históricos foram perdidos.



Fonte: Facebook Picuí Antigo, 2020³⁰.

Algumas destas visivelmente passaram por transformações, e com isto se inseriram nas novas tendências que chegavam. As decorações nas suas fachadas, que fazem menção ao estilo, os floreios e frisos adquiridos nas mais diversas reformas. Porém, pontos relativos à sua implantação e a localização revelam a sua verdadeira época.

³⁰ Disponível

em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=272943292886516&set=a.272940092886836>>. Acesso em: 08 junho de 2020.

Mapa 06: Mapa de edificações ecléticas dentro do perímetro abordado para estudo, com demarcação do lote do sobrado, 2020³¹.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Pois nesta parcela da cidade as configurações geminadas das edificações edificadas em lotes extensos em comprimento e pouco largos, refletem o período de suas construções. Ou mesmo do amadurecendo e povoamento da região, tendo em vista que inicialmente este era o ponto almejado por novos habitantes e foi aqui nesta área que tudo se iniciou. O sobrado de azulejos segue esta configuração geminada, com construções erguidas em suas laterais.

Inicialmente, de acordo com fotografias, as edificações vizinhas a este eram térreas, o que não chegava a interferir nas questões de ventilação do segundo e do terceiro pavimento do edifício. Porém com a ampliação vertical de uma das casas laterais ocorreu a obstrução das janelas do segundo pavimento. Tais esquadrias, por desejo dos proprietários, foram mantidas (ver figura 26), mesmo com as aberturas totalmente comprometidas.

³¹ Este mapa encontra-se disponível no apêndice deste trabalho, sendo possível visualizá-lo em maior tamanho.



Figura 26: Janela obstruída do segundo pavimento do sobrado, 2020.



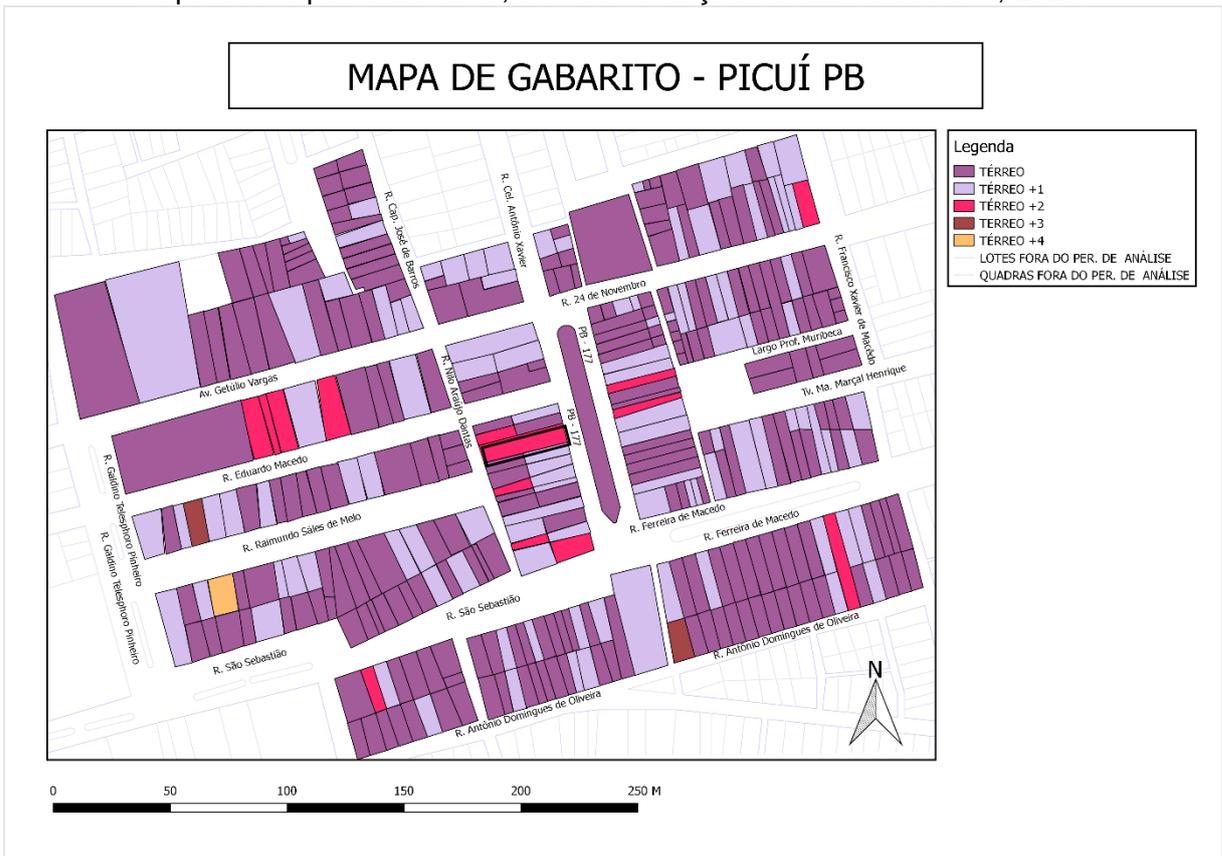
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Construído em um lote consideravelmente amplo, tanto em dimensões de comprimento quanto de largura, ocupa grande parte deste. Em comprimento quase toda a área foi edificada, restando apenas uma porção na parte de trás, onde antes era apenas um espaço vago, que foi posteriormente modificado pelos atuais proprietários e transformado em área de lazer. Sem recuos laterais, ocupa toda a extensão referente a largura. Sua frente está voltada para Praça João Pessoa e os fundos para a Rua Nilo Araújo Dantas.

Em relação ao seu gabarito, ganha destaque já que maioria das outras construções segue a morfologia térrea, ou no máximo se estendem a dois pavimentos. Existem edificações mais altas no perímetro abordado para a avaliação urbanística da área onde osobrado está inserido, porém estão a uma distância maior, como pode ser observado no mapa a seguir.



Mapa 07: Mapa de Gabarito, com demarcação do lote do sobrado, 2020.

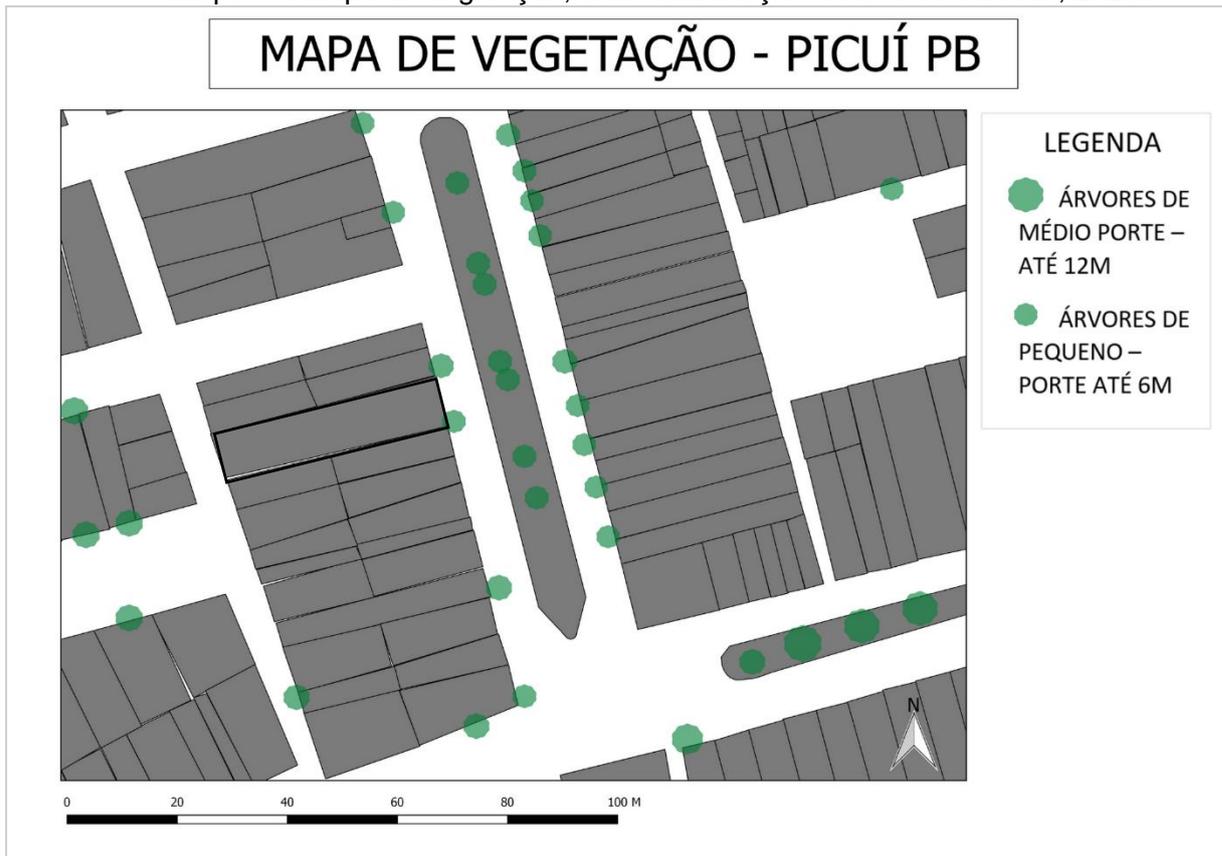


Fonte: Acervo pessoal da autora.

Devido a sua altura a vegetação que é presente em toda extensão da rua, principalmente por causa da praça, não chega a interferir na sua visibilidade. Existem duas árvores que estão em frente ao prédio (ver mapa 08), e uma delas chega a comprometer pequena parte da visualização do primeiro pavimento, porém isto vai depender muito de onde o observador está. O sobrado sem dúvidas é um prédio majestoso de uma escala maior e de uma arquitetura chamativa, e por isto ele vem se tornando durante todos esses anos um símbolo da identidade picuense.



Mapa 08: Mapa de vegetação, com demarcação do lote do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

3.2 Arquitetura do sobrado

3.3.1 Azulejos Franceses

Como mencionado anteriormente, o sobrado foi construído com base nas influências da arquitetura eclética, esta que acabava de chegar ao Brasil e também à Paraíba no final do século XIX e início do século XX. A edificação de quase 7 metros de altura é uma imponente residência com fachada azulejada e um belo coroamento devido a sua platibanda recortada e as pinhas portuguesas dispostas e alguns pontos da sua coberta.



Figura 27: Sobrado do Coronel Manoel Lucas em Picuí – PB, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da Autora.

Os vários elementos que compõem a sua estrutura são marcos de períodos antecedentes e culturas diversas, estes que se misturam na composição da edificação e apresentam à Picuí do início dos anos mil e novecentos um novo tipo de arquitetura. Todos os detalhes se tornaram peças essenciais na identidade do prédio, dentre estes com uma grande representatividade da arquitetura brasileira estão os azulejos azuis sobre o fundo branco que revestem o seu exterior frontispício.

Conforme Brancanti (1982) citado por Gonçalves e Curval (2009, p. 84) o azulejo tem origem na cultura árabe, que referenciavam os mosaicos na arte bizantina. Mesmo tendo sido originário de outros povos, na cultura portuguesa o azulejo ganhou destaque, e adquiriu um padrão quadrangular, explicado por Curval (2007, p. 17). E foi justamente através destes que o azulejo chegou a arquitetura brasileira no século XVII.

Em Portugal, a azulejaria teve sua origem na importação de muitos exemplares da Espanha, que serviram de modelo e inspiração para consolidar a sua própria tipologia azulejar, utilizando brasões e símbolos náuticos da nação como motivos e figuras a serem reproduzidos. **Devido ao forte sentido cenográfico descritivo e**

monumental dos azulejos portugueses, esses são hoje considerados como uma das produções mais originais da cultura portuguesa (GONÇALVES; CURVAL, 2009, p. 84, grifo nosso).

Foi com o processo de colonização do território que as referências arquitetônicas lusitanas se enraizaram no Brasil colonial. As novas atividades decorrentes da colonização foram construções como as das ordens beneditinas, franciscanas e jesuítas por exemplo. Estas foram portas para a iniciação das técnicas de azulejaria como peça decorativa no Brasil. Segundo Amaral ([s/d], p. 3) “Nas igrejas e conventos do século XVII, o azulejo decorativo torna-se peça imprescindível”.

Figura 28: Azulejos portugueses na igreja de São Francisco em João Pessoa – PB, s/d.



Fonte: PBase, 2020³².

Os azulejos foram peças muito empregadas no período barroco brasileiro, a retratação de cenas bíblicas em azuis sobre a azulejaria branca. Utilizado muitas vezes na decoração de pátios, claustros e jardins das instituições religiosas, e logo depois passando a estar presentes nas ornamentações dos interiores residenciais apalacetados. Apesar dos usos decorativos ter sido um dos pontos iniciais, com os anos os azulejos passaram a sair do íntimo das edificações para revestir os exteriores.

Conforme Alcântara (1980) citada por Yunes (2009, p. 7) este fato ocorreu no primeiro quartel do século XIX, e predominou inicialmente em cidades litorâneas,

³² Disponível em: <<https://www.pbase.com/alexuchoa/image/111028296&exif=Y>>. Acesso 19 de setembro de 2020.



sendo o maior exemplo São Luís - MA. Isto aconteceu, pois, o azulejo deixava de ser apenas um material decorativo e passava a ser reconhecido como um elemento de proteção das edificações, protegendo as fachadas contra as intempéries frequentes de um país de clima tropical úmido.

Figura 29: Edificações com fachada revestida por azulejos em São Luís – MA, s/d.



Fonte: Secretaria de Turismo do Maranhão³³.

Nosso objeto de estudo, como visto anteriormente, tem sua fachada coberta por azulejos. Porém, apesar do que foi visto acima em relação a aculturação brasileira por parte dos portugueses, principalmente em tradições e materiais, os azulejos do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo foram importados da França e destinados ao porto do Recife. Tal descoberta foi feita quando se iniciou o processo de reforma no sobrado no ano de 2019, e foi notado, por parte de Udenilson Silveira e outras demais pessoas, que tais pedras possuíam um carimbo com indicações de uma indústria francesa.

³³ Disponível em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/o-que-fazer-em-sao-luis-do-maranhao/>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.



Figura 30: Azulejo francês com carimbo da Fábrica Fourmaintraux Hornoy de Desvres, s/d. Os carimbos nos azulejos do sobrado do Cel. Manoel Lucas se assemelham muito a este.



Fonte: Casarão 8³⁴.

O início da importação desse material da França foi possível devido a abertura dos portos que permitiu o livre comércio das nações amigas. Fato que é aliado também a chegada da família real no Brasil em 1808, esta que sofrera um ataque por parte de Napoleão Bonaparte, fazendo com que a produção de azulejos portugueses sofresse um “baque” devido a guerra civil que fora instaurada no país luso.

Além da França, outros países também passaram a importar o material para o Brasil, entre eles a Holanda, Bélgica e Alemanha. Os azulejos franceses se diferenciam dos portugueses em vários aspectos, entre eles está principalmente o tamanho. Enquanto os azulejos portugueses medem entre 13 a 15 cm, os franceses têm dimensões entre 10 a 11,5 cm. Além disto, as pinturas dos azulejos franceses se concentram em uma peça, enquanto as portuguesas se distribuem em até quatro para formar o desenho por completo (ver figura 31).

A nova utilização de azulejos importados agora da Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica, entre o final do Século XIX e início do XX, corresponde à alteração da arquitetura de características coloniais ao requinte das edificações neoclássicas e ecléticas, atingindo também manifestações Art Nouveau e Art Deco. Entre 1920 e 1930, painéis de azulejos e cartões sob a forma de brasões, são incorporados à arquitetura assumindo o papel de ilustração de referência histórica do Neocolonial brasileiro ou luso-brasileiro (YUNES, 2009, p.2).

³⁴ Disponível em: <<https://casaraoito.wordpress.com/2012/10/16/azulejos-em-tons-de-azul-da-cozinha-tem-origem-francesa/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.



Figura 31: Azulejos Portugueses, 1900 (à direita). Azulejos franceses, 1877 (à esquerda), s/d.



Fonte: Padronagens, 2020³⁵.

Os azulejos do sobrado do Coronel Manoel Lucas medem 11cmx11cm, e possuem desenhos do que se assemelha a um floco de neve (ver figura 32). Alguns das peças foram perdidas durante os anos, devido à falta de manutenções estes chegaram a cair e conseqüentemente se quebrar.

Figura 32: Azulejos do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

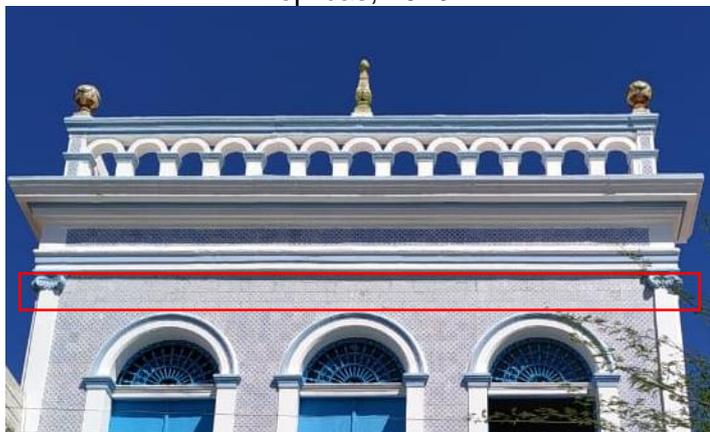
Com a reforma do bem a proprietária providenciou além da limpeza das peças, novas réplicas de tonalidade mais claras repondo a integridade da fachada. Para inserção destas foi necessário realocar algumas das antigas fazendo com que

³⁵ Disponível em: <<https://padronagens.wordpress.com/tag/azulejos/>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.



as novas pudessem ficar todas juntas na parte superior da edificação (ver figura 33), assim se torna perceptível o que seria antigo e novo, não configurando como um falso histórico.

Figura 33: Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, com demarcação dos azulejos réplicas, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A platibanda com as pinhas portuguesas

Além da notável azulejaria francesa, o sobrado tem outros elementos arquitetônicos que se destacam, estes que ofereceram a obra um aspecto de modernidade que era difundido nas capitais no início do século XX. E foram estes que fizeram com que a edificação se diferenciasse dos estilos da então arquitetura que as demais construções picuenses eram “acostumadas” a ter.

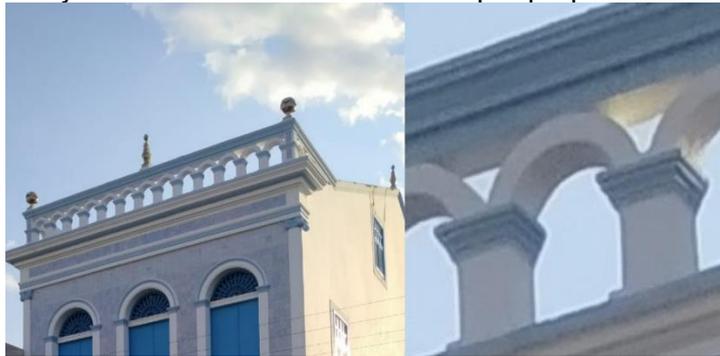
Entre estes é possível encontrar uma bela platibanda recortada que pode refletir a inserção do ecletismo nos edifícios, com a arquitetura eclética de acordo com Santos (2009, p. 2899) “os frontispícios foram encimados por platibandas cegas ou vazadas com balaústres”. Isto se dá pois, agora ao invés do costumeiro modelo que o estilo neoclássico mantinha, as novas passaram a ter detalhes como adornos e novas formas. Abandonava-se o retilíneo e o quadrado para se abrir as curvas e recortes. Presenciava-se a quebra do comum.

Na arquitetura do período de “desenvolvimento” do ecletismo, as fachadas perderam o equilíbrio simétrico e as esculturas clássicas que ornavam as platibandas na fase anterior, foram substituídas por alegorias que louvavam a República (SANTOS, 2009, p. 2901).



E conforme estudado neste trabalho, o ecletismo não foi apenas a retomada do passado, mas a renovação deste. Com os recentes materiais e técnicas construtivas se tornou possível a implantação das novas ideias. A platibanda do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo foi concebida nas influências dessa nova arquitetura, e ganhou um diferencial pelos seus detalhes e sua forma (ver figura 34).

Figura 34: Platibanda do Sobrado do Cel. Manoel Lucas de Macedo com destaque para as representações de colunas dóricas unidas por pequenos arcos plenos, 2020.



Fonte: Acervo Pessoal da autora.

Esta possui espaços vazados, que se encontram entre pequenas representações de colunas dóricas e que se unem por arcos, disposição que faz com que também se assemelhe a balaústres da renascença italiana. Além da presença destes elementos na platibanda, também notamos cornija e friso. Os arcos e a representações de colunas dóricas e jônicas se distribuem também nas portas, e nas ornamentações laterais do prédio. Todos estes elementos advindos do neoclássico e adaptados a nova forma de construir do ecletismo. Além destes detalhes que a tornam especial, como um acréscimo e que funcionam como coroamento desta platibanda estão as belas pinhas portuguesas coloridas (ver figuras 35, 36 e 37).



Figura 35: Pinha portuguesa do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, tendo em sua base a inscrição da Fábrica de Devezas no Porto - PT.



Fonte: Acervo pessoal de Udenilson Silveira, 2020.

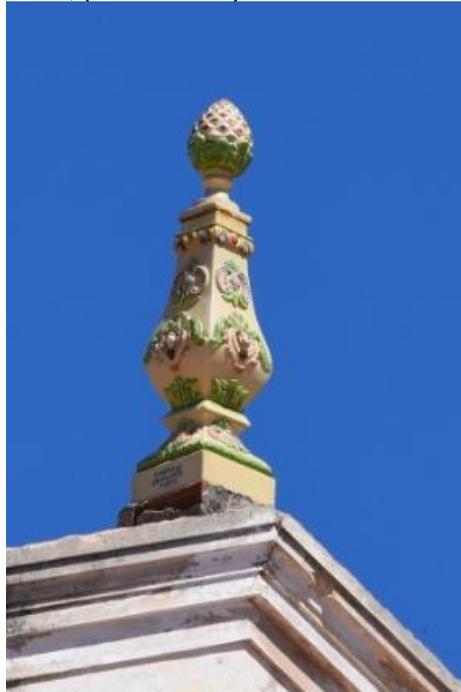
Figura 36: Pinha portuguesa do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, esta também vinda da Fábrica de Devezas no Porto – PT, sofreu danificações perdendo sua parte superior.



Fonte: Acervo pessoal de Udenilson Silveira, 2020.



Figura 37: Pinha portuguesa do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, igual a da imagem anterior, porém completa e locada na lateral do prédio.



Fonte: Acervo pessoal de Udenilson Silveira, 2020.

Estes ornamentos na parte superior da edificação são mencionados por Schlee (1993, p. 80) sobre a arquitetura eclética Pelotense, quando se refere às ornamentações de platibandas, o autor menciona que pináculos, pinhas, vasos, ânforas e entre outros adornos eram na maioria importados da cidade do Porto – PT e geralmente eram usados em grandes quantidades. O autor explica que isto conferia aos proprietários e ao próprio prédio um realce e um *status* elevado.

Fato que se comprova através das nossas pesquisas, pois segundo o que já foi relatado sobre a rixa dos Coronéis Manoel Lucas e Antônio Xavier, o primeiro após ver a nova residência do primo e cunhado sentiu-se no dever de construir algo melhor. Evento que pode estar relacionado as pinhas, pois enquanto as do sobrado do Coronel Antônio Xavier são peças apenas bicolores amarelas com branco, as do sobrado azulejado possuem quatro cores. Concluímos também que por estas serem mais trabalhadas, as peças devam ter o valor de mercado mais elevado, e que na época tenham concedido ao sobrado do Coronel Manoel Lucas mais destaque.



O ferro e o vidro nas esquadrias do sobrado

Outro material e detalhe arquitetônico do sobrado são os gradis das varandas e as bandeiras fixas das portas frontais e de alguns cômodos, ambos de ferro, elemento que demonstra e representa a chegada dos novos materiais, este que foi um fato que transcorreu com a revolução industrial. E conforme foi estudado no capítulo de referencial teórico deste trabalho, sobre o início do ecletismo, podemos ver que o estilo é demasiadamente associado a chegada das inovações tecnológicas que acompanharam o crescimento e as novas produções decorrentes da citada revolução.

No século XIX, os materiais em ferro fundido tornaram-se constantes nas construções de engenharia, nas obras das estradas de ferro e de pontes metálicas, na fabricação das locomotivas e dos vagões dos trens. Na área da arquitetura, concorreram com o bronze e substituíram muitas vezes a pedra e o tijolo, pois permitiam a construção de espaços internos mais espaçosos sem a necessidade de um número elevado de colunas para sustentação do teto, como ocorria até então. Além disso, a nova matéria possibilitou que os elementos das estruturas dos prédios recebessem decorações moldadas, amplamente utilizadas (VEIGA; JAHNKE; SANTOS, 2014, p.1-2).

A partir do conjunto de novidades surgida na Europa, as técnicas usadas com o ferro fundido foram sendo aperfeiçoadas e o material foi se tornando cada vez mais maleável. Primeiramente usado apenas para produção de ferramentas, depois evoluindo para armamentos como canhões por exemplo, pode-se dizer que este material chegou finalmente ao seu ápice quando introduzido nas construções do século XIX.

Outro grande fator que fez o ferro despontar foi a sua fácil reprodução, segundo Santos (2007, p.118) citado por Veiga, Jahnke e Santos (2014, p.2) “A técnica de fundir o ferro permitiu a reprodução infinita de um mesmo modelo, com igual perfeição”. Rapidamente foi optando-se pelo uso deste metal tanto no exteriores como nos interiores das edificações, e este foi conquistando públicos. O material que está presente em grandes construções entre estas a Ópera Garnier em Paris e o Palácio de Cristal em Londres, requintou também os pequenos prédios.

O sobrado dispõe na sua composição belos gradis de ferro que delimitam as pequenas ‘varandinhas’ (ver figura 38), que podem ser acessadas pelas portas do segundo pavimento. Estas aplicações do ferro demonstram a facilidade que o material



tinha em se moldar, já que estas possuem uma forma rebuscada que chegam a lembrar as curvas do estilo barroco. Os gradis do sobrado fazem parte do rompimento do uso dos clássicos balaústres em pedra para implementação dos novos guardas corpos de ferro, e os consideramos marcas da mudança nas fachadas entre o final século XIX e início do século XX.

Figura 38: Gradis das pequenas sacadas do sobrado.



Fonte: Acervo pessoal de Udenilson Silveira, 2020.

O ferro também está nas bandeiras fixas das esquadrias, estes elementos que também se associam ao ecletismo, pois o estilo teve como princípios a higienização das edificações. Elas funcionam no arejamento dos cômodos permitindo a entrada da luz solar e da ventilação. Em relação a parte exterior dos edifícios todas as seis portas frontais têm a presença de bandeiras de ferro, e no seu interior o material pode ser encontrado em algumas portas de acesso aos quartos (ver figuras 39 e 40).



Figura 39: Portas do segundo pavimento do sobrado com bandeiras de ferro, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 40: Portas de um dos quartos do segundo pavimento do sobrado com bandeiras de ferro, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Outro material presente na composição do prédio é o vidro, este material que se tornou, assim como o ferro, o símbolo das novidades tecnológicas e passou a ser largamente usado no período eclético. O vidro surgiu em diferentes edificações e em diversas formas, inclusive colorido e rebuscado. E não demorou muito para que os dois materiais passassem também a serem utilizados juntos.



É possível encontrar o vidro nas bandeiras de madeira, também fixas, das janelas do sobrado (ver figura 41), a mescla com o novo material fez com que estas se tornassem um diferencial para a Picuí do início do século XX. Além disto, assim como as bandeiras de ferro antes mencionadas, o vidro também ocasiona uma maior salubridade aos espaços internos de uma edificação, pois este permite, mesmo com as janelas fechadas, a incidência da luz do sol no íntimo do edifício.

Em construções mais modestas um tipo de esquadria externa que era muito usada possuía duas folhas de madeira, que no caso de janelas, possuía caixilhos de vidro no trecho superior seguido inferiormente por um fechamento em veneziana e no caso das portas tinha acrescentado uma almofada inferior, abaixo da veneziana, em ambos as esquadrias podem ou não receber bandeiras de vidro (MARTINS, 2009, p. 55-56).

Figura 41: Janela de madeira com bandeira de vidro do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Tipologia arquitetônica

Os sobrados são tipologias construtivas muito antigas e que se tornaram bastante comuns no território brasileiro e em vários países. Conforme Debarba (et al, 2010), durante muitos anos, este tipo de edificação ficou restrito às famílias que detinham um maior poder aquisitivo. E para o mesmo autor, era um fato costumeiro que apenas linhagens que possuísem escravos residissem em tais edificações,



pois eram estes que ficavam encarregados pelo transporte de itens aos pavimentos superiores.

Com uma configuração quase sempre semelhante, os sobrados se dispõem em dois e no máximo três pavimentos. Ainda de acordo com Debarba (et al, 2010) foi visto que estes prédios costumavam abrigar em seu térreo lojas/armazéns, ficando os demais andares destinados à residência dos proprietários. Outra grande característica que foi observado nesta tipologia é a presença de longos corredores que estão locados no meio do edifício ou em uma das paredes laterais, estes ligam todos os cômodos ou a maioria destes e também as entradas da frente e dos fundos do edifício.

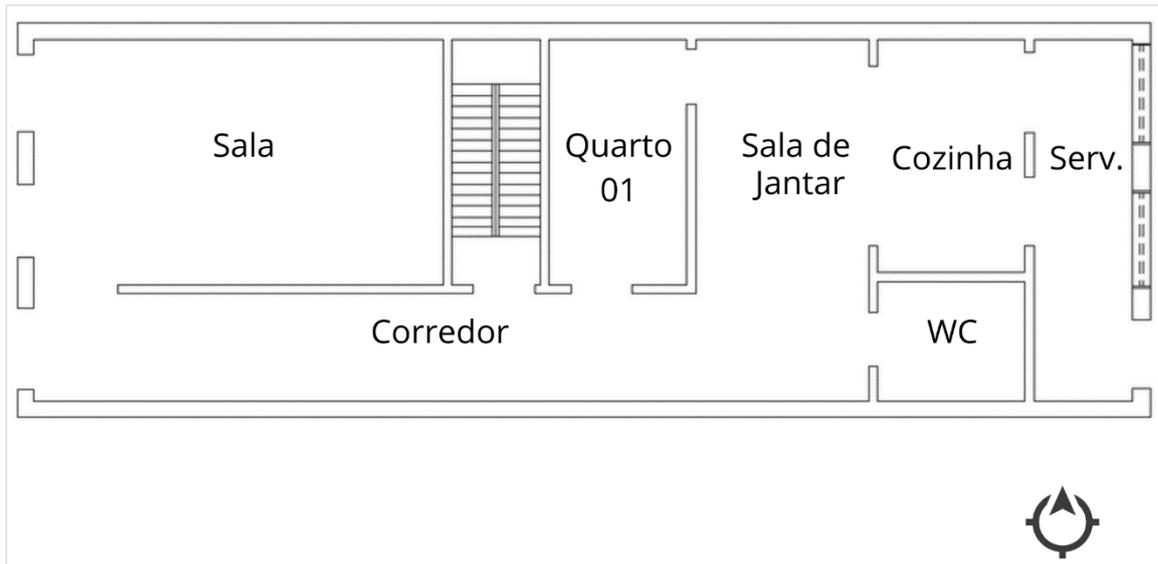
Existem também outras fortes características, segundo Lusa (2009), em geral a edificações do período colonial brasileiro se comportam da mesma forma construtiva, alinham-se aos limites das vias e dos terrenos. Os grandes sobrados urbanos consistiam, na maioria das vezes, nesta configuração limítrofes, não respeitando os recuos costumes que resultavam nos inúmeros prédios geminados símbolos do nosso período de colonização.

Além disto, Debarba (et al, 2010) menciona que as fachadas dos sobrados tinham semelhança com as das casas térreas, e tinham nas suas disposições morfológicas uma forma contínua, seguia-se um padrão, sendo comumente replicado a configuração das aberturas frontais do térreo nos demais pavimentos. O sobrado do cel. Manoel Lucas segue traços dos sobrados coloniais brasileiros tanto em relação a composição da sua fachada como na implantação e disposição dos ambientes.

O grande corredor está disposto em uma parede lateral e dá acesso a maior parte dos cômodos, isto ocorre nos três pavimentos. No térreo este se inicia em uma das três grandes portas frontais dando acesso lateral à uma grande sala, escada, um dos quartos e por fim se abrindo para a sala de jantar e um banheiro social. Neste primeiro pavimento ainda se encontra a cozinha, este espaço que passou por pequenas modificações com a reforma, como a inserção de novos revestimentos.



Figura 42: Esboço da planta baixa do 1º pavimento do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoa da autora.

Como mencionado o corredor a grande sala do térreo são espaços muito comuns nesta tipologia, esta sala geralmente conhecida como loja/armazém. O sobrados de azulejos picuiense apesar de ter este espaço não há indícios de que abrigava tais funções, porém sua configuração isolada faz se acreditar que poderia ter sido construída com tal finalidade, já que existe uma parede dividindo este ambiente do corredor e duas das três portas se abrem para ele. Esta sala também pode ter sido pensada para recepcionar uma grande demanda de visitas, visto a importância social do proprietário.

Outro hábito recorrente nas construções do Brasil Colônia são as alcovas³⁶ ocasionadas principalmente com as construções geminadas. Deste tipo de configuração só havia um aposento localizado no térreo e outro no 2º pavimento, que com a reforma foi modificado tornando-se parte da sala. Os demais dormitórios têm janelas, e isto foi possível pelo fato de serem localizados nos pisos superiores. Porém com a ampliação vertical da edificação vizinha que ocasionou a obstrução de algumas aberturas da lateral esquerda, surgiu mais uma alcova que está intitulada na planta como o quarto nº 02 (ver figura 42).

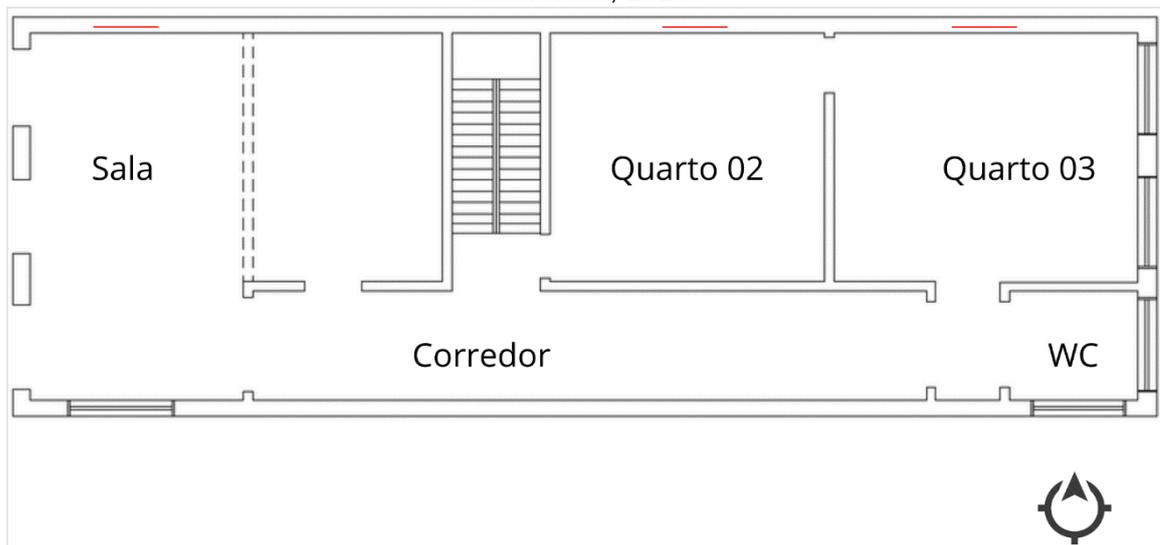
Existe outra sala no segundo pavimento de tamanho semelhante à do térreo, esta é a que possui as belas sacadas com gradis de ferro. Compõe esta parte, junto

³⁶ Alcovas são pequenos quartos, geralmente sem acesso ao exterior ou sem janelas.



a sala, mais dois quartos, um banheiro, que foi construído quando o prédio sediou a prefeitura na década de 1980, o corredor e a escada. Como foi mencionado acima, antes da reforma havia um terceiro dormitório, mas foi aberta uma de suas paredes e este foi integrado ao espaço da sala tornando o espaço mais amplo. Todo o piso deste e do terceiro pavimento do prédio é composto por assoalho.

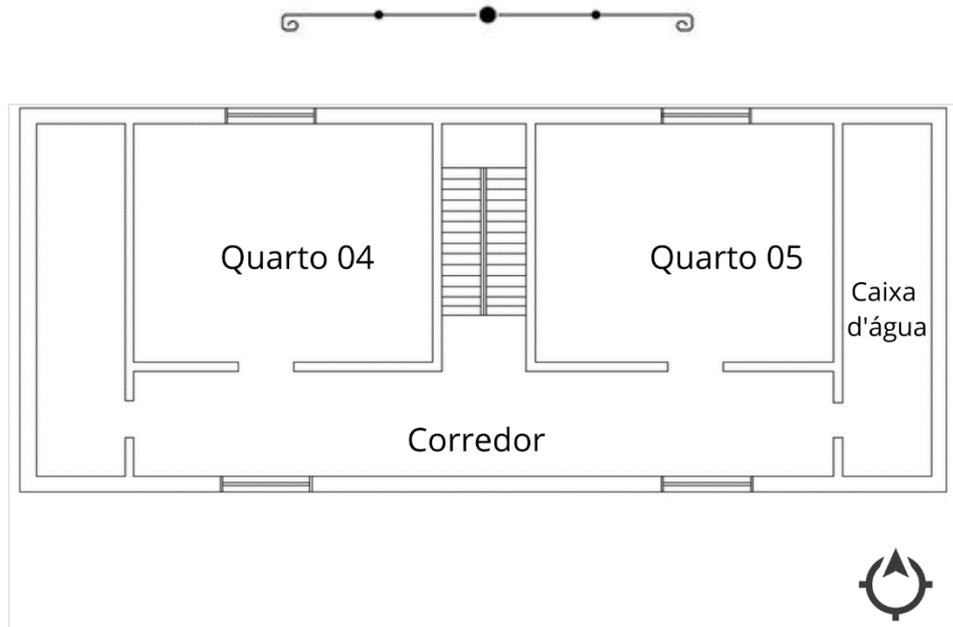
Figura 43: Esboço da planta baixa do 2º pavimento do sobrado. Em tracejado podemos ver onde estava a parede que foi derrubada e com as demarcações vermelhas as janelas obstruídas, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O terceiro e último pavimento do sobrado é o sótão, neste existem dois quartos de igual tamanho separados pela escada. O corredor neste pavimento é um espaço bastante iluminado, da mesma forma são os dormitórios, pois estes possuem grandes janelas, que não foram interrompidas como as do segundo pavimento. É possível encontrar nesta parcela da edificação as áreas de manutenção do edifício como a entrada para a caixa d'água.

Figura 44: Esboço da planta baixa do 3º pavimento do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

UM ESTUDO SOBRE AS MEMÓRIAS DA POPULAÇÃO PICUIENSE EM VISTA DO SOBRADO

A memória e a sua relação com os espaços

Até o momento foram abordados neste trabalho pontos que contemplam o bem enquanto patrimônio material edificado, como a sua análise urbanística e arquitetônica. Porém, quando falamos de patrimônio e história no vemos no dever de relacionar estes à memória, pois, recorrendo a Moreira (2009, p. 17) “(...) é a partir dela que se constrói o fundamento do patrimônio cultural”. Em relação as edificações estes conhecimentos e recordações se conectam entre si não como algo concreto mas como um patrimônio imaterial, pois não podemos tocá-las, tornando-se apenas um saber e um conhecer dos fatos.

Patrimônio diz respeito a algo que pertence a alguém ou a muitos, diz respeito àquilo que chamamos de bens, mas também diz respeito ao social, a memória, aos que entendem o monumento, o bem material ou imaterial como parte de sua identidade individual e coletiva (SANTOS; MORAES, 2015, p.27)

Em torno destas lembranças que podem ser repassadas por gerações podemos encontrar relatos que comprovam a história, pois de acordo com Lowenthal (1998) citado por Delgado (2003, p. 15) “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já



vivemos um passado”. O lembrar e a reverberação destas reminiscências faz com que seja possível a comprovação de fatos que aconteceram, de edificações e objetos que já existiram.

A maior glória de um edifício não está em suas pedras ou em seu ouro. Sua glória está na sua idade (...) está no seu testemunho duradouro diante dos homens e no seu sereno contraste com o caráter transitório das coisas (RUSKIN, 2008, p. 68).

São as pessoas com suas memórias que contam os legados dos edifícios, e oferecem a estes a glória mencionada por Ruskin (2008, p. 68). O papel deste agente na preservação do patrimônio, seja ele edificado ou não, tem sido muito importante para manter suas histórias vivas no cotidiano das pessoas, fato defendido por Alves (2017, p. 2) quando diz que no momento que os lugares passam a ser mais usados e começam a ser criadas memórias, estes espaços começam a ser valorizados em questões como “aspectos culturais, sociais e históricos”.

Memórias não registradas

O patrimônio que vai além do bem material passou por reconhecimentos durante os anos, tanto pela UNESCO³⁷, quanto pela própria constituição brasileira com o art. 216 (Brasil, 1988) que institui:

patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à **memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (grifo nosso).

Estes patrimônios imateriais são em grande parte constituídos pelas memórias que são tidas sobre eles, configurando seu valor. Porém, por mais que os bens em si possam ser tombados, a memória destes não, ficando apenas possível

³⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



fazer os seus registros, atividade normatizada pelo decreto 3.551 de 2000, que visa o cuidado para que estes bens culturais imateriais e a suas memórias não se percam.

O registro do patrimônio imaterial, como o patrimônio cultural, é comumente confundido com o tombamento. No entanto, diferencia-se deste, pois por considerar manifestações puramente simbólicas, não se presta a imobilizar ou impedir modificações nessa forma de patrimônio (IPHAN, acesso em 05/11/2020).

Além disto, a memória é considerada por nós um fator essencial, que trabalha não só na documentação de grandes obras e grandes acontecimentos, mas para que os sentimentos e os pequenos detalhes possam também ser contados. Citando Moreira (2009, p.24) “um lembrar junto”, e é justamente este o objetivo que buscaremos.

Trazendo registros de algumas memórias dos picuenses a respeito do sobrado, estas que possam expressar sentimentos e exemplificar a importância do bem para os indivíduos (e para a cidade). Além de retratar um patrimônio material edificado, não registrado pela documentação oficial, considerando que estes, podem ser, resíduos de experiências individuais (e remotas) nunca catalogadas.

Relatos

O sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo foi habitado por muitas pessoas que tem em seu íntimo um carinho, um apreço pelo prédio que foi cenário de inúmeras lembranças felizes de determinadas épocas de suas vidas. Estão guardadas em suas memórias detalhes que expressam o significado que o edifício tem. Além destas que o habitaram, existem também as que vivenciaram o prédio não como um lar, mas como um ambiente de trabalho ou até mesmo apenas como elemento paisagístico e marco edificado, pois esta edificação centenária é parte do cotidiano e da história picuense.

Para coleta destas vivências foram escolhidos determinados indivíduos que estão dentro da faixa etária dos 22 aos 84 anos, estes que em algum momento tiveram com o prédio um contato direto, seja moradia e/ou trabalho; ou indireto, quando o bem seria um “plano de fundo” de alguns momentos importantes,



individuais ou coletivos. É relevante mencionar que nesta fase de documentação de relatos não nomearemos estas pessoas.

O sobrado pertenceu a três famílias desde seu primeiro dono, estas permaneceram no prédio períodos consideravelmente longos, repassando o bem entre familiares e posteriormente, vendendo-o. A nossa primeira conversa foi com um dos parentes do segundo proprietário, que vamos intitular como indivíduo número 1.

O indivíduo 1 residiu no prédio durante 20 anos, hoje com 70, nos relatou algumas de suas vivências no local. Entre estas nos conta que o sobrado foi o lugar de seu nascimento e de mais 10 de seus irmãos, explicando que naquele tempo ainda era bastante comum que os partos ocorressem nas residências. Conta que neste dia seu pai foi às pressas buscar um médico que ajudou a sua mãe lhe dar a luz no único quarto do térreo.

Além deste importante acontecimento ele também nos fala que viveu no edifício sua infância, adolescência e parte da sua juventude, e descreve estes tempos como felizes, épocas que tiveram como palco o prédio de azulejos azuis, lembrando do espaço com amor e de forma saudosa. Conta que, quando criança tinha carrinhos e que os guardava embaixo do primeiro degrau da escada, e que isto era possível pois esta se encontrava com uma parte quebrada que facilitava o esconderijo dos brinquedos.

Figura 45: Escada do sobrado, nesta foto podemos ver o primeiro degrau que é mencionado como o local onde o morador guardava seus brinquedos, 2020.

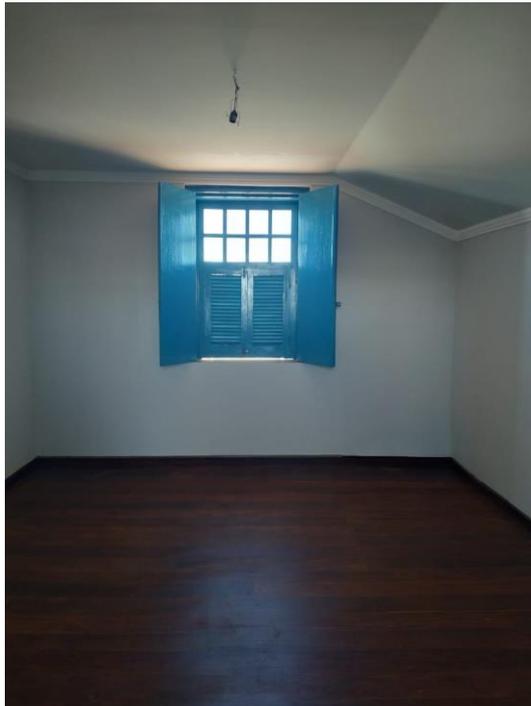


Fonte: Acervo pessoal da autora.



Também conta que ainda na sua infância o segundo proprietário alugava a sala da frente para que funcionasse a coletoria federal, atribuindo mais um uso diferente ao prédio. Quando perguntamos o lugar de sua maior permanência ele nos explica que era o 3º pavimento, onde era o seu quarto. Era lá que também aprontava, afastando as telhas para observar as belas pinhas portuguesas, e menciona também que do seu quarto “avistava” quase toda Picuí, que naquela época ainda era composta em grande parte por edificações térreas, onde observava os belos coqueirais e o rio que dá nome a cidade.

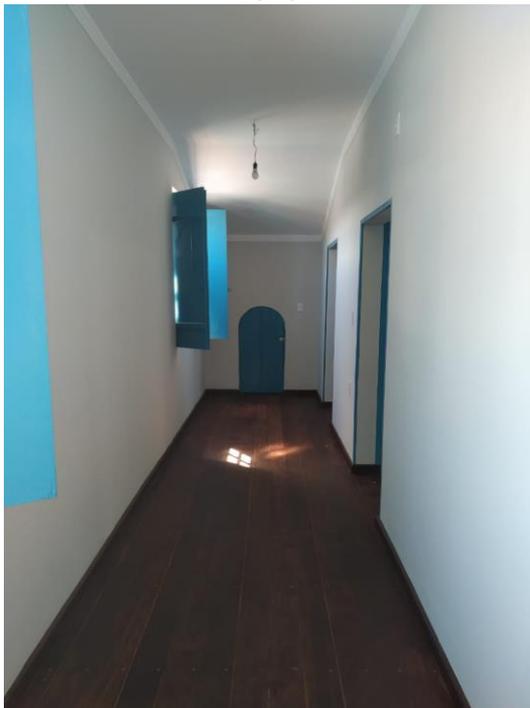
Figura 46: Um dos quartos do terceiro pavimento, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 47: Corredor do terceiro pavimento do sobrado, esta pequena porta era por onde o indivíduo 1 passava para observar as pinhas, e identifica o lugar como quarto do morcegos, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Durante os relatos menciona que as portas do segundo pavimento do sobrado eram diferentes do que são atualmente, fazendo referência à existência de venezianas e vidros. Explica que devido a presença destes artifícios algumas vezes não era necessário a abertura completa das portas, pois o vento e a luz passavam tanto pelas bandeiras, quanto por estes elementos. Apesar destas venezianas e vidros não existirem mais, sua presença foi corroborada por um fotografia encontrada durante a pesquisa (ver figura 48). Finalizando nossa conversa, perguntamos o que ele sente em relação ao edifício, este responde em poucas palavras:

Rapaz, se eu pudesse eu compraria, foi onde eu nasci, né? E fui muito feliz ali né? Graças a Deus. Eu e meus irmãos que nasceram lá (...), e as lembranças de... dos contemporâneos de idade ali na praça João Pessoa (...), se me perguntassem se eu moraria ali denovo diria: vou agora.



Figura 48: Foto de mulheres em cima dos paralelepípedos para calçamento da rua, atrás podemos ver o sobrado com as antigas portas com veneziana e vidro, s/d.



Fonte: Acervo pessoal de Cândida Barrêto – Facebook Picuí Antigo³⁸.

A próxima pessoa com quem conversamos se trata de uma familiar do terceiro proprietário do bem, esta mencionaremos com a numeração 2. Este indivíduo atualmente com 65 anos nos conta que viveu muitos momentos no prédio, principalmente em família, referindo-se aos eventos de final de ano e festa de padroeiro quando grande parte de seus familiares se reuniam no edifício e se dispersavam pelos vários cômodos.

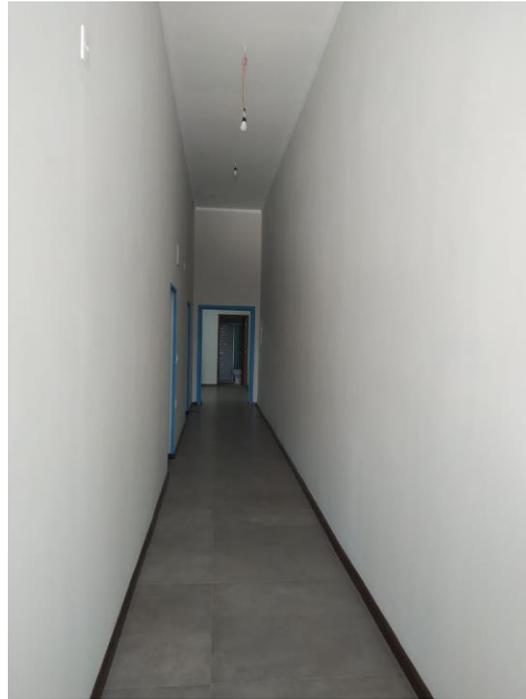
Nos fala também, sobre as lembranças em relação ao espaço, com um sorriso estampado no rosto, menciona que recorda da neta engatinhando no longo corredor do térreo (ver figura 47). Assim como o indivíduo 1, o sobrado é lembrado por este segundo estando sempre associado com tempos extraordinários de sua vida. Nos relata que sente muita saudade do prédio, e que é inevitável não lembrar deste nas datas inicialmente mencionadas.

³⁸ Disponível em:<

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1478661032314730&set=a.118253741688806&type=3>>.
Acesso em 09 de novembro de 2020.



Figura 49: Corredor térreo do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Durante a conversa, é referida a história de uma botija, explicando que o fato ocorreu durante os anos que o prédio pertenceu ao terceiro proprietário. Descrevendo que algumas pessoas vindas de outra cidade chegaram tarde da noite e solicitaram as chaves do edifício, informando que receberam uma aviso 'sobrenatural' referente ao tesouro escondido e prometendo que voltariam e cederiam um parte do que fosse encontrado. Quando questionamos se voltaram nos conta que não, deixaram a chave com a vizinha e só encontraram no terceiro pavimento um abertura que fizeram para a retiradas dos objetos.

Esta botija é uma das histórias mais conhecidas pelo povo picuense, sempre contada e recontada por gerações, e agora confirmada com este relato. Após isto perguntamos qual o local do sobrado que mais tem recordações, e nos diz que é a porta de entrada onde passava seus finais de tarde e o início da noite, quando sentava, observava a praça e conversava com as pessoas que transitavam na rua. Estas lembranças são contadas envolta de sentimentos de amor e saudade, e por fim quando falamos sobre as sensações em relação ao prédio, nos disse:

Olhe... o sentimento que eu sinto pelo sobrado é de muitas lembranças boas, muita coisa boa, eu lembro do meu pai, da minha

mãe (...) é muito sentimento, muitas coisas boas, sinto muita saudade, se ainda fosse meu... se ainda fosse da gente... eu tava lá, eu tava morando lá.

Esta sua fala expressa “entre linhas” que não deseja que o bem seja destruído ou que sua memória seja esquecida, revelando o sentimento de proteção e afeto. É ainda importante mencionar que o indivíduo 2 tinha parentesco com um dos prefeitos do município, e que durante a gestão deste, mas também de outros, o sobrado funcionou como sede da prefeitura (Figura 50).

Figura 50: Prefeito Basto Cazuza recebendo Felipe Tiago Gomes, s/d.



Fonte: Facebook Picuí Antigo³⁹.

Seguindo então para o indivíduo 3, que contribui para este trabalho relatando experiências do tempo que trabalhou no edifício enquanto sede do projeto sertanejo⁴⁰ e depois da prefeitura municipal de Picuí. Nos explica que o prédio, apesar de já ter passado por alguns períodos de abandono, quando estas atividades foram exercidas neste, eram frequentes os reparos, sempre prezando pela sua integridade. Este fato nos mostra a importância de existir usos nos edifícios, pois estes geram um maior cuidado aos bens.

Nos conta inclusive que um dos prefeitos fez algumas mudanças no sobrado, como por exemplo a inserção do banheiro no segundo pavimento, a renovação do

³⁹ Disponível em:<

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=430446703802840&set=a.169965706517609&type=3>>. Acesso em 12 de novembro de 2020.

⁴⁰ Política criada pelo governo brasileiro visando o desenvolvimento econômico do nordeste semi-árido.



assoalho do prédio, antes composto por “tabúas brutas”, e que colocou, em um determinado período, carpetes verdes que foram implantados no segundo e terceiro pavimento. Este material atualmente não existe mais, e durante a pesquisa não foi possível encontrar fotos que viessem a mostra-lo, tornando-se apenas uma informação.

Figura 51: Corredor do segundo pavimento. Ao fundo podemos ver o banheiro que foi inserido quando o sobrado sediou a prefeitura, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esta terceira pessoa que conversamos trabalhou no prédio por 10 anos, e nos informa que guarda muitas lembranças sobre este. Por exemplo do seu cônjuge, já falecido, informando que na época trabalhavam juntos, suas salas eram localizadas no segundo pavimento do sobrado, e isto permitia que se encontrassem com frequência, também enfatiza que estes locais eram os seus favoritos.



Figura 52: Sala do segundo pavimento do sobrado. Com a retirada da parede de um dos quartos esta ficou em L. Durante o período em que funcionou a prefeitura esta parede permanecia, e o ambiente funcionava como uma sala para funcionários, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nos relata que várias vezes necessitou pernoitar no prédio, pois haviam metas a serem cumpridas, e afirma que nunca teve medo, apesar da inúmeras histórias sobre-humanas que eram contadas. Relembra que nestas noites sempre deixava as portas abertas, deixando o lugar ventilado, e nesta parte faz referência a antiga Picuí como uma cidade tranquila, sem perigos. Menciona que ficar no sobrado era uma “válvula de escape”, pois lá era um lugar onde ficava bem e apesar de ser seu espaço de trabalho era lá que descansava e sentia-se em paz.

Além das vivências dentro do sobrado nos conta que sente o prédio com parte da sua juventude, pois quando ia à praça João Pessoa com seus amigos tem lembranças do prédio compondo, mesmo que indiretamente, as suas histórias. Com 67 anos, explica sobre a representatividade do edifício:

Vida, foi é... prazer, foram bons momentos que por lá passei, inclusive fiz boas amizades (...) interagi com muita gente. O considero como boa parte da minha minha história (...) trabalhando com o projeto sertanejo e com a prefeitura municipal. Se o prédio deixasse de existir seria uma pena, porque... um prédio de tão bela

aparência, quer dizer, que enobrece a nossa cidade, caso fosse demolido seria injustamente, eu creio que não há quem vá fazer isso.

Figura 53: Praça João Pessoa e o sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, s/d.



Fonte: Acervo Pessoal de Edson Calado, 2020.

Depois deste relato encontramos com indivíduo número 4, que assim como o indivíduo 1, é uma pessoa que permaneceu no sobrado grande parte de sua infância e nos conta sobre como o prédio é parte da sua vida. Durante seu tempo lá, explicou, ele e sua família utilizavam apenas o térreo, pois o restante dos pavimentos encontravam-se com pouca manutenção, com frequente aparecimento de mofo e bichos, fazendo com que fosse difícil transitar por estas partes.

Como não era possível utilizar os demais pavimentos para habitação, o seu quarto ficou onde se localiza a sala da entrada, vizinho ao quarto do térreo, que relata ser onde seus pais dormiam. Durante a conversa foi referido que neste quarto havia uma abertura no teto, que foi feita quando o sobrado funcionava como prefeitura, isto foi idealizado para facilitar o transporte de objetos do segundo pavimento para o térreo.

Além disto, assim como a maioria das pessoas com quem conversamos, nos conta sobre as histórias que envolvem o prédio, e menciona que este é tido por muitos com uma “lenda urbana da cidade”, fato que concordamos. Relata que quando criança seus amigos sempre curiosos, perguntavam como era o edifício e o que acontecia, mas afirma nunca ter visto nada.

Quando questionamos se havia algo que existia no período em que morou lá e hoje não existe mais, nos conta entre risadas, que os adesivos do “pica-pau” colados na porta do banheiro do térreo não devem ter permanecido. Além disto,



sobre marcas que deixava, contou das manchas dos pneus da sua bicicleta, inclusive afirma que foi lá mesmo que aprendeu a guiar, explicando que o prédio por ser muito grande possibilitava que pedalasse dentro dele.

Nas muitas histórias sobre sua infância recorda também das quedas que sofria, nos conta que antes, entre a sala de jantar e a cozinha, os pisos eram diferentes, até a sala de jantar era um cimento queimado liso e a partir da cozinha e ficava crespo, e nos descreve que sempre acertava cair neste segundo, ralando todo o seu joelho. Relata que o seu lugar preferido era seu quarto, pois era muito grande, e menciona que por ser criança, naquela época achava tudo muito amplo e alto, era “imenso” explicou.

Hoje com 22 anos, afirma que os 11 anos em que morou no sobrado lhe rederam muitas memórias felizes, e quando contamos sobre o atual estado do prédio, com todas as reformas, fica feliz e menciona que deseja muito visitá-lo. Para finalizarmos trouxemos perguntas relativas aos sentimentos e significados que o sobrado tem para este, é então que nos esclarece como associa o prédio:

Minha infância, família, festa, muita gente (...). Ponto de encontro da família, sempre que alguém vinha tinha que parar lá (...) uma casa de muito suporte. Ali foi assim, a minha primeira lembrança de infância mesmo foi... foi lá. (...) apesar de outras coisa mudarem, o sobrado... ele permanece, uma coisa muito imutável.

Figura 54: Praça João Pessoa, na foto podemos ver o coreto, parte do monumento e o sobrado a margeando.



Fonte: Facebook Picuí Antigo⁴¹.

⁴¹ Disponível em:<

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1478662895647877&set=a.118253741688806&type=3>. Acesso em 15 de novembro de 2020.



Por último conversamos com o indivíduo número 5, que teve poucos contatos diretos com o bem, mas isto não o impediu de apreciá-lo e produzir memórias a partir deste. Natural de outra cidade chegou em Picuí com apenas cinco anos de idade e desde então criou laços afetivos que faz com que sinta o mesmo amor que um “filho da terra”. E com isto preza pela acervo patrimonial do município, declarando que estes são parte do nosso legado.

Ainda jovem nos relata que quando chegou em Picuí, no ano de 1941, o sobrado era um dos prédios mais bonitos da cidade, o caracterizando como um edifício luxuoso. Um edifício muito bonito, segundo este, apreciado por muitas pessoas. Nos relatou que algumas famílias moraram no sobrado apenas pagando aluguel, pois “não havia preço para este, era somente para conservar até o fim”, esta fala pode ser associada a um fato que descobrimos durante a pesquisa, que foi quando o Cel. Manoel Lucas vendeu o sobrado para Ermínio Bento e pediu que ele jamais vendesse, pois assim estaria impendendo que o prédio fosse destruído.

Mencionou que entrou poucas vezes no sobrado, mas na época em que o visitou foi em todos os pavimentos, mencionando como é grande. Mencionou que a receita federal quando funcionou lá fez melhorias, pois na época o sobrado já se encontrava um pouco desgastado. Quando perguntamos se considerava o sobrado como um símbolo picuense, afirmou que sim e elogiou a recente reforma que os atuais proprietários fizeram, pois não destruíram suas características.

Assim como outro relato anterior, mencionou o edifício como compositor da paisagem da cidade em sua juventude, lembrando das festas de janeiro, onde nos conta que o prédio, por ter os “batentes” altos, tornava-se um lugar de encontro, era ali onde as pessoas sentavam, alguns para conversar e outros para namorar. Esta lembrança é dita, assim como as pessoas que conviveram intimamente com o prédio, de forma amorosa e através de sorrisos que desmonstram períodos felizes, dos quais a edificação fazia parte. No fim de nossa conversa, explicando a problemática da destruição de edifícios históricos, o indivíduo 5 nos diz que caso o sobrado fosse destruído “não concordava, porque uma coisa daquela ali é... é... a beleza da cidade”.

Todas as memórias aqui coletadas mostram a relevância que o sobrado tem para a população, sejam para pessoas que viveram o bem como casa ou apenas



como um marco paisagístico. A memória vem fortalecer a integridade do edifício, ajudando-o a ultrapassar épocas.

Propagação dos registros arquitetônicos e da memória

No século XXI vivemos em um mundo com grandes facilidades (acesso a informação rápida e precisa) com a internet, que de acordo com Pinheiro *et al.* (2018, p. 34) já em 2017, era um recurso que estava ao alcance de uma parte considerável da população. E ainda conforme o mesmo autor (2018, p. 34), tornou-se peça fundamental no cotidiano das pessoas, principalmente quando se trata das redes sociais⁴², que dominam o cenário, tornando-se um dos mais rápidos meios de comunicação.

Com a presença das mídias no ambiente digital e on-line, o cenário comunicacional sofreu e continua a sofrer modificações, o acesso às informações foi reconfigurado, a dualidade entre o emissor e receptor foi alterada, atualmente vivenciamos um processo de comunicação cada vez mais complexo, no qual o público leitor apresenta vários canais para sua participação e deste modo chegam a ditar o relacionamento comunicacional neste cenário estabelecido (SOUZA; CARDOSO, p. 67).

Chegamos então a conclusão de que este seria, em vistas do século XXI, o melhor meio para divulgação deste trabalho, que espera uma maior visibilidade para o Sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, e conseqüentemente uma maior valorização deste patrimônio histórico picuense. Em seguida, foi tomada a decisão por parte da autora, e dos contribuintes na elaboração deste trabalho, que o meio mais adequado para reverberar a pesquisa seria o instagram⁴³, levando em conta toda a visibilidade e possibilidades que esta rede social oferece, a exemplo o levantamento de estatísticas.

Após isto, criamos no dia 05 de novembro de 2020 a página no instagram com o endereço **@sobradodosazulejos**, que até o dia 18 de novembro do mesmo ano atingiu um público de 859 pessoas. Destes seguidores tivemos um total de 563 interações, entre estas estão comentários (31), curtidas (511), compartilhamentos

⁴² Rede social é uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns.

⁴³ Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários.



(9) e salvamentos (2) de fotografias postadas no *feed* e respostas (9) e reações (1) aos *stories*.

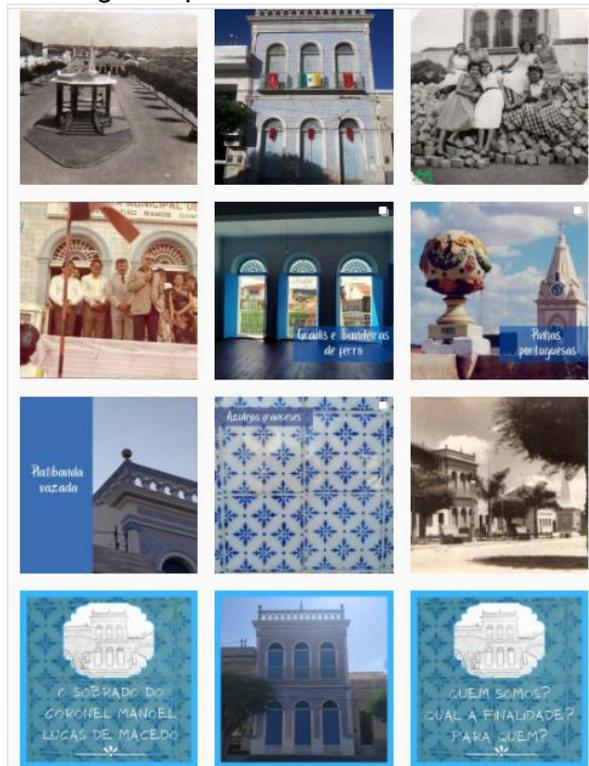
Figura 55: Página do sobrado no instagram, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Idealizamos doze postagens, que foram feitas com o objetivo de apresentar o prédio e o trabalho que estava sendo desenvolvido, tratando sobre a arquitetura e história do objeto de estudo aqui abordado. Nestas publicações tivemos um alcance de 4.260 pessoas, e conseguimos alguns comentários acerca da relevância do edifício, parte destes corroboram com as memórias coletadas no capítulo anterior.

Figura 56: Postagens apresentando o edifício e o trabalho, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.



Figura 57: Alguns comentários feitos em publicações da página do sobrado, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Além desta publicações no feed criamos também stories, isto elevava a visibilidade e também proporcionava mais interações decorrentes principalmente das enquetes que criamos. Estas traziam perguntas sobre a arquitetura do sobrado, como as principais dúvidas que envolvem o estilo e a originalidade dos azulejos. Demonstrando ainda o pouco conhecimento que os cidadãos picuenses tem a respeito do bem, apesar de tê-lo como algo significativo para a cidade e para si mesmo.

Figura 58: Enquetes feitas no instagram do sobrado, a primeira sobre o estilo e a segunda sobre os azulejos, 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora.



O Instagram foi uma ferramenta imprescindível nesta divulgação, alcançando públicos e nos possibilitando interagir e receber *feedbacks*, tornou também o trabalho mais dinâmico e fácil de ser acessado. Que esta página possa permanecer contando a história do sobrado do Coronel Manoel Lucas de Macedo, e ajudando a manter viva a importância deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este processo que aborda a análise e a documentação do sobrado picuense, foram tratados pontos como sua composição arquitetônica e a busca pela memória registrada e não registrada deste. Isto levando em consideração que podem ocorrer futuras degenerações ou até mesmo o não repasse de dados. A partir disto o documento foi pensado para que se preserve os detalhes, físicos ou não.

Esta preocupação tem em vista que o patrimônio histórico picuense durante anos vem desaparecendo, e as modificações na paisagem urbana têm sido constantes, frutos da inserção de novas edificações e remodelações das já presentes. Por isto, o trabalho buscou este resgate e registro, que resulta no aferimento da importância do bem, objeto de nosso trabalho.

Todos estes objetivos foram alcançados a partir do estudo da estrutura e história do sobrado, acrescidos com a coleta das memórias adquiridas pelas pessoas que tiveram contato com edifício. Estas que exemplificam o quanto o prédio tem um valor afetivo não só para suas vidas, mas para toda a cidade, sendo palco de muitos acontecimentos institucionais, e também por está localizado no cerne desta.

A relevância de trazer a tona estes registros é a busca pela tentativa de mostrar a importância do patrimônio histórico de uma “pequena cidade” do interior da Paraíba, considerando que atualmente grande parte destes sítios e seus bens são tão poucos ou até mesmo nunca estudados. Além disto, para nós, o trabalho é de total significância, pois o sobrado é um dos prédios simbólicos da existência da cidade, pertencendo ao primeiro prefeito desta e participando de seu crescimento urbanístico.

Com a explanação da pesquisa comprova-se que este mesmo sentimento é tido também por muitos cidadãos, que reconhecem o bem como componente da sua



história e tem por este um sentimento de “carinho e proteção”, prezando pela sua existência. Percebemos, que apesar disto, grande parte não goza do entendimento sobre sua arquitetura e seus elementos, fato que pode ser revertido, e tendo sido já iniciado por meio das publicações no instagram aqui apresentadas.

Porém, é importante salientar que este trabalho não resolverá, nem pretende fazê-lo, todas as questões que envolvem o patrimônio histórico picuense, sendo necessário uma intervenção a nível de proteção legislativa, para que a integridade seja efetivada. Além disto, é importante também que haja manifestações, mesmo que em pequenas escalas, como oficinas e palestras nos ambientes acadêmicos e públicos, promovendo explicações sobre a importância dos bens históricos, em suma, investimento em Educação Patrimonial.

REFERÊNCIAS

AGRA, Fabiana de Fátima Medeiros. **Picuí do Seridó século XX, Volume 1, 1900 – 1950**. João Pessoa: A União, 2014.

ALVES, Ana Claudia Nunes. **IDENTIDADE DO LUGAR E MEMÓRIA: O papel do afeto na preservação e uso de espaços públicos**. A memória como identidade do lugar, Belo Horizonte, p. 1-13, 2017. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/327317884_Identity_of_place_and_memory_the_role_of_affect_in_preservation_and_use_of_public_spaces>. Acesso em: 3 mar. 2020.

AMARAL, Liliane S. **Arquitetura e arte decorativa do azulejo no Brasil**. Belas Artes, sem data. Disponível em:<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/2/arg_e_arte_decorativa_do_azulejo_no_brasil.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

ARAGÃO, Solange de; **"A casa brasileira em Sobrados e Mucambos - a tipologia edificatória na obra de Gilberto Freyre"**, p. 207 -246. In: Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em:<<https://openaccess.blucher.com.br/article-details/a-casa-brasileira-em-sobrados-e-mucambos-a-tipologia-edificatoria-na-obra-de-gilberto-freyre-20236>>. Acesso em 07 de novembro de 2020.

BONAMETTI, João Henrique. **A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira**. Eclétismo, Curitiba, p. 1-11, 2006. Disponível em:<<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistacientifica/article/view/1741>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

CAVALCANTE, Z. V.; SILVA, M. L. S. **A importância da Revolução Industrial no mundo da tecnologia**. Anais Eletrônico, VII EPCC, CESUMAR, 2011. Disponível em:<<https://www.unicesumar.edu.br/epcc->



2011/wpcontent/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf>.
Acesso em: 15 de maio de 2020.

CURVAL, R. B. F. ; GONÇALVES, M.R.F. (Margarete Regina de Freitas Gonçalves). **Azulejaria Portuguesa no Sul do Brasil**. Métis (UCS) , v. 7, p. 83-91, 2011.
Disponível em:<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/695>>.
Acesso em: 07 de novembro de 2020.

CURVAL, Renata Barbosa Ferrari. **Reflexão sobre azulejaria portuguesa na cidade do Rio Grande/RS**: O caso do Sobrado dos Azulejos. Orientador: Prof.Dr. Wilson Marcelino Miranda. 2007. 89 p. Dissertação (Especialista em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos) - Universidade Federal de Pelotas, Pelota - RS, 2007. Disponível em:
<<https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/12/Renata-Barbosa-Ferrari-Curval-2007.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

DA SILVA, L. M. T. **Forma urbana e cotidiano na evolução de João Pessoa**. Saeculum – Revista de História, n. 3, 10 dez. 1997. Disponível em:<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11234/6349>>. Acesso em 22 de maio de 2020.

DEBARBA, André Luís. GREGORY, Angélics. FRANKEN, Angela Pulga. BRUXEL, Daniela Cristina. **Período Colonial**. Disponível em:<<http://arquitracobrasil.wordpress.com/periodo-colonial-1530-a-1830>>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades**. História Oral (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 6, p. 9-26, 2003.
Disponível em:<
https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>.
Acesso em: 07 de novembro de 2020.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes, ; VARUM, H. ; COSTA, A. **Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil**. Conservar Patrimônio , v. 15-16, p. 48-68, 2012. Disponível em:<
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513653441003>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

FUNARI, P. P. A. **Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto, 41, 2001, 23-32.
Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/58757030/Os-desafios-da-destruicao-e-conservacao-do-patrimonio-cultural-no-Brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GONÇALVES JUNIOR, Antonio José; SANT'ANNA, Aurélio; CARSTENS, Frederico; FLEITH, Rossano. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 68p.
Disponível em:<<https://pt.slideshare.net/ThaisVeloso/oqueeurbanismoajgoncalvesjraureliosantafredericocarstensrossanofleith>>. Acesso em 26 abr.



IPHAN. **Perguntas frequentes: Qual a diferença entre o tombamento de bens culturais materiais (imóveis e móveis) e o registro de bens culturais de natureza imaterial?**. S/D. Disponível em:<

<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9#:~:text=O%20registro%20do%20patrim%C3%B4nio%20imaterial,modifica%C3%A7%C3%B5es%20nessa%20forma%20de%20patrim%C3%B4nio>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

LORENZONI, Hélade de Oliveira. O eclético. **Ecletismo**, Porto Alegre RS, p. 1-8, 23 out. 2015. Disponível

em:<https://www.academia.edu/28741324/O_ECL%C3%89TICO>. Acesso em: 16 abr. 2020.

MARTINS, Ana Paula Ramos da Silva Dutra. **O Patrimônio Eclético no Rio de Janeiro e a sua preservação**. Orientador: D.Sc. Cláudia Carvalho Leme Nóbrega. 2009. 402 p. Dissertação (Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Gestão e Restauração de Espaços Preservados) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<http://objdig.ufrj.br/21/teses/744512.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

MOREIRA, Daniel Lopes. **Memória e lugar: Reflexões sobre o patrimônio cultural em áreas periféricas de Olinda**. Orientador: PROFa. Dra. Lilian Fessler Vaz. 2009. 117 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<

<http://www.livrosgratis.com.br/busca/Mem%F3ria%20e%20lugar:%20reflex%F5es%20sobre%20o%20patrimonio%20cultural%20em%20%E1reas%20perif%E9ricas%20de%20Olinda/1>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

OLIVEIRA, Abílio César de. **Município de Picuí. Esboço Histórico**. Tipografia: Santa Teresinha. Natal, 1963.

PAOLI, Paula Silveira De. Uma outra cultura de edificar: a produção da nova arquitetura no Rio de Janeiro das reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906). **A arquitetura produzida durante a administração de Pereira Passos e as preexistências, na área central do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 15-44, 2013. Disponível em:<<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcri/uma-outra-cultura-de-edificar-a-producao-da-nova-arquitetura-no-rio-de-janeiro-das-15-reformas-urbanas-de-pereira-passos-1902-1906/>>. Acesso em: 14 maio 2020.

PATETTA, L. **Considerações sobre o Ecletismo na Europa**. In. FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP. 1987. p. 10-27. Disponível em:<

<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2409491>>. Acesso em: 17 abr.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. **Ecletismo na arquitetura**, Rio Grande do Sul, p. 126-127, 2005. Disponível

em:<<https://docplayer.com.br/730030-O-espirito-eclético-na-arquitetura-jaqueline-viel-caberlon-pedone.html>>. Acesso em: 13 maio 2020.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em:<bit.ly/2wS9Hee>. Acesso em: 27 mar. 2020.



PINHEIRO, Daniel Sousa; MACEDO, Fernando Lima Soares de; JUNIOR, Jair Nascimento Vieira; SILVA, Mizaél Targino. **Século XXI, as mudanças tecnológicas propostas pela Internet das Coisas**. São Paulo, v. 7, ed. 4, 2018. Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2018/10/3-IC.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Reformas urbanas projetadas e realizadas na cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 19-53, 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/589>>. Acesso em: 14 maio 2020.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Artes & Ofícios, São Paulo, Ateliê Editorial, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/L%C3%A2mpada_da_Mem%C3%B3ria_A.html?id=DgtFkElhXIEC&redir_esc=y>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Identidade, memória e patrimônio: A festa de Santa'Ana do Rio do Engenho. Ilhéus (BA)**. Patrimônio imaterial, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 87-102, 5 maio 2015. DOI <https://doi.org/10.12957/tecap.2015.16353>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/16353>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SANTOS, C. A. A. **Elementos funcionais/ornamentais & ideologia, nas composições de fachadas do ecletismo da fronteira meridional do Brasil: 1870-1931**. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), 2009, Salvador. Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador: Escola de Belas Artes da UFBA, 2009. v. CD. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2009/pdf/cpcr/carlos_alberto_avila_santos.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

SANTOS, S. V. ; MORAES, F. A. A. **O patrimônio e a construção do Pertencimento: Um estudo de caso acerca da Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Penedo - AL (2012-2014)**. Revista Magistro , v. 2, p. 25, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2853>>. Acesso em: 19 de março de 2020.

SANTOS, Sergiana Vieira dos; MORAES, Flávio Augusto de Aguiar. O patrimônio e a construção do pertencimento: Estudo de caso acerca da igreja e convento de nossa senhora dos anjos em Penedo-AL. **Pertencimento patrimonial**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 1-8, 5 maio 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2853>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SCHLEE, A. R. . **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993 (Dissertação de mestrado). Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1752>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.



SOUZA, Carlos Henrique Medeiros e CARDOSO, Carla. **As Redes Sociais Digitais: Um mundo em transformação**. In Agenda Social. V.5, nº1, jan-abr/2011. Disponível em:<http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8427_1312371250.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

SOUZA, Geórgia Maria Ribeiro de. **ALAGOA GRANDE: Um registro do seu patrimônio arquitetônico**. Orientador: Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD. 2019. 94 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15810>>. Acesso em: 25 de mar. 2020

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. **Patrimônio cultural imaterial**, Paris, p. 1-16, 17 out. 2003. Disponível em: < <http://patrimonioculturalimaterial.org/pagina,7,80.aspx>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

VEIGA, Douglas ; JAHNKE, Janisse ; [SANTOS, C. A. A.](#) . **Elementos funcionais e ornamentais da arquitetura eclética pelotense: 1870-1931**. Ferragens. Eclétismo em Pelotas: 1870-1931. 1ed.Pelotas: Universitária/Universidade Federal de Pelotas, 2014, v. 1, p. 81-109. Disponível em:<<https://ecletismoempelotas.files.wordpress.com/2010/11/elementos-funcionais-e-ornamentais-da-arquitetura-ecletica-pelotense-1870-1931-ferragens.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2020.